



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana
O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa

Carlos Alberto Diogo da Costa Paizinho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientadora:

Doutora Maria de Fátima Ferreiro, Professora Auxiliar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2016

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

Dedicatória

À Leonor, à Rita e à Filipa

Agradecimentos

Agradeço a todos os que me ensinaram e que comigo partilharam conhecimento e experiências durante os dois últimos anos.

À Professora Maria de Fátima Ferreira por todo o incentivo e apoio que me deu durante o mestrado, aquando da publicação de um *working paper* no Dinamia/CET-IUL e de uma apresentação no CIRIEC 2015, mas, muito especialmente, pela excecional dedicação e pela superior orientação da presente dissertação.

Ao Professor Roque Amaro, por tudo o que me ensinou sobre Economia Solidária, pelos contributos da Macaronésia e dos seus projetos, tão centrais nesta tese, e pela riqueza do conteúdo da entrevista que me concedeu.

Ao Professor José Manuel Henriques, pela reflexão que sempre promoveu nas suas aulas e pela partilha de experiências e conceitos como as ‘cidades comestíveis’, as ‘cidades jardim’, ou a ‘*food for the cities initiative*’, os quais foram extremamente úteis para este trabalho.

À Professora Isabel de Maria Mourão, pela vastíssima quantidade e qualidade da informação que me facultou e pela riqueza da entrevista que concedeu, fruto dos seus vastos conhecimentos e experiência em Agricultura Urbana e em Horticultura Social e Terapêutica.

Ao Engenheiro Jaime Ferreira, pela entrevista que me concedeu e na qual transmitiu os seus conhecimentos e a sua visão sobre a Agricultura Urbana, atividade que a AGROBIO, a cuja direção preside, vem desde à muito apoiando.

À Arquiteta Cecília Delgado, pela entrevista que me concedeu, pela bibliografia que me facultou e, muito particularmente, pela visão que me transmitiu de uma Agricultura Urbana multifuncional, não ‘envergonhada’, que funcione como estratégia política de intervenção no espaço público.

À Doutora Rita Folgosa, pela panorâmica que me deu da Agricultura Urbana em Lisboa, da sua diversidade e riqueza de iniciativas, bem como dos projetos da Câmara Municipal para novos parques hortícolas e a ambição de chegar a todas as freguesias.

Ao Doutor Lourenço Roque que, enquanto presidente da direção da AVAAL, me concedeu uma entrevista onde falou sobre a realidade do PAAL, dos seus desafios e projetos, das dificuldades que enfrenta e das relações entre a Associação e os horticultores.

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

Ao Júlio Teixeira, um dos guardiões da Horta do Baldio que, na entrevista que me concedeu, mostrou uma outra visão da Agricultura Urbana, mais holística, mais participativa e mais integrada na comunidade.

Aos horticultores do Parque Hortícola do Vale de Chelas, do Parque Agrícola da Alta de Lisboa e da Horta do Baldio, pela amabilidade com que me receberam, pela riqueza da informação que me transmitiram e pelas conversas que tivemos.

Aos meus colegas pelos conhecimentos e experiências trocados e pelos seus comentários, críticas e sugestões, em particular durante os momentos de apresentação do projeto de trabalho.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo identificar as práticas de Economia Solidária que estão presentes em iniciativas de Agricultura Urbana do concelho de Lisboa e remete-nos para dois conceitos centrais: Economia Solidária e Agricultura Urbana.

A Economia Solidária herda da Economia Social um conjunto de preocupações sociais e económicas e integra uma dimensão económica e uma dimensão política baseadas, respetivamente, em relações de reciprocidade e no princípio da gestão democrática, encontrando na diversidade de formulações que apresenta, um conjunto de preocupações para as quais procura encontrar respostas.

Estas respostas são especialmente relevantes na versão da Macaronésia, a qual se caracteriza pela diversidade de projetos que propõe: social; económico; cultural; ambiental; territorial; de conhecimento interativo; de gestão inovadora; político.

A Agricultura Urbana permite o desenvolvimento de atividades que contribuem para a coesão social, para o desenvolvimento económico e para a sustentabilidade ambiental das cidades e, nessa medida, é suscetível de ser analisada a partir das dimensões da Economia Solidária.

As práticas a identificar baseiam-se nos projetos da Economia Solidária da Macaronésia e incidem sobre três estudos de caso no concelho de Lisboa: o Parque Hortícola do Vale de Chelas, enquanto iniciativa formal da responsabilidade da CML; o Parque Agrícola da Alta de Lisboa, como iniciativa formal, associativa, da responsabilidade da AVAAL e a Horta do Baldio, uma iniciativa informal.

Foi adotada uma abordagem metodológica de natureza quantitativa e qualitativa envolvendo a utilização de técnicas de inquirição, como inquéritos ministrados a utentes das iniciativas, entrevistas semi-directivas a atores especialistas e atores com responsabilidades nas iniciativas e a observação-participante.

Palavras-chave: Agricultura Urbana, Hortas Urbanas de Lisboa, Economia Solidária, Economia Solidária da Macaronésia.

Códigos do Sistema de Classificação JEL: A13 – Relação da economia com os valores sociais; O13 - Agricultura; recursos naturais; energia; ambiente; outros produtos primários.

Abstract

This work aims to identify the practices of solidarity economy that are present in urban agriculture initiatives, in the municipality of Lisbon, and refers to two central concepts: Solidarity Economy and Urban Agriculture.

The Solidarity Economy inherits from the Social Economy a set of social and economic concerns and integrates an economic and a political dimension based, respectively, on reciprocal relations and in the principle of democratic management, finding in the diversity of formulations that presents a set of concerns for which try to find answers.

These answers are especially relevant in the version of Macaronesia, which is characterized by the diversity of projects that proposes: economical; cultural; environmental; territorial; interactive knowledge; innovative management; political.

Urban Agriculture allows the development of activities that contribute to social cohesion, to economic development and environmental sustainability of cities and is susceptible to be analysed from the dimensions of the Solidarity Economy.

The practices to identify are based on Solidarity Economy projects of Macaronesia and focus on three case studies in the municipality of Lisbon: the 'Parque Hortícola do Vale de Chelas', a formal initiative under the responsibility of CML; the 'Parque Agrícola da Alta de Lisboa', a formal initiative, from the responsibility of AVAAL, and 'Horta do Baldio', an informal initiative.

It was adopted a methodological approach, based on quantitative and qualitative analysis involving the use of inquiry techniques as surveys to the users of the initiatives, interviews with specialist actors and actors with responsibilities in the initiatives, and the participant observation.

Keywords: Urban Agriculture, Urban Gardens of Lisbon, Solidarity Economy, Solidarity Economy of Macaronesia.

JEL Classification System Codes: A13 - Relation of Economics to Social Values; O13 – Agriculture, Natural Resources, Energy, Environment, Other Primary Products

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	1
1.1. Tema	1
1.2. Problemática	1
1.3. Questão de investigação	2
1.4. Objetivo	2
1.5. Enquadramento teórico-conceitual.....	3
1.6. Estrutura	3
CAPÍTULO II. A ECONOMIA SOLIDÁRIA	5
2.1. Conceito	5
2.2. Perspetiva histórica	7
2.2.1. Da Economia Social enquanto precursora da Economia Solidária.....	7
2.2.2. Da Economia Solidária	14
2.3. As versões da Economia Solidária.....	16
2.3.1. A versão Francófona	16
2.3.2. A versão Ibero-americana	17
2.3.3. A versão da Macaronésia	19
2.3.3.1. Contexto socioeconómico de emergência da Economia Solidária da Macaronésia	20
2.3.3.2. Projetos da Economia Solidária da Macaronésia.....	21
CAPÍTULO III. A AGRICULTURA URBANA	25
3.1. Conceito	25
3.2. Perspetiva histórica	28
3.2.1. Europa.....	29
3.2.2. América.....	32
3.2.3. África.....	34
3.2.4. Ásia e Oceânia	36
3.3. Multifuncionalidade da Agricultura Urbana.....	37
3.4. Panorama da Agricultura Urbana: âmbito internacional e nacional	39
3.4.1. Âmbito internacional.....	40
3.4.2. Âmbito nacional	46
CAPÍTULO IV. METODOLOGIA	49
4.1. Estudo de caso.....	49
4.2. Critérios de seleção e de avaliação dos estudos de caso	50
4.3. Técnicas de recolha de informação.....	51
4.3.1. Inquérito por questionário	51
4.3.2. Entrevistas semi-diretivas.....	52
4.3.3. Observação participante.....	53

4.4. Análise da informação.....	53
CAPÍTULO V. INICIATIVAS DE AGRICULTURA URBANA NO CONCELHO DE LISBOA	55
5.1. Perspetiva histórica	55
5.2. Mapeamento de iniciativas	56
5.3. Identificação dos estudos de caso	59
CAPÍTULO VI. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	61
6.1. Caracterização das hortas em estudo	61
6.1.1. Caracterização socioeconómica, demográfica e geográfica das freguesias	61
6.1.2. Caracterização das hortas	63
6.1.3. Caracterização dos horticultores inquiridos	67
6.2. A Agricultura Urbana e as hortas urbanas de Lisboa: opiniões, valores e crenças.....	70
6.2.1. De atores especialistas	71
6.2.2. Dos responsáveis pelas iniciativas em estudo.....	73
6.2.3. Dos horticultores das iniciativas em estudo.....	74
6.3. Análise e discussão dos resultados	76
6.3.1. Análise das dimensões	76
6.3.1.1. Dimensão ‘produção e distribuição’	76
6.3.1.2. Dimensões ‘rendimento’, ‘sustentabilidade’ e ‘financiamento’	77
6.3.1.3. Dimensões ‘coesão social’ e ‘socialização’	78
6.3.1.4. Dimensões ‘educação e capacitação’ e ‘saúde e alimentação’	78
6.3.1.5. Dimensões ‘poluição’, ‘energia’, ‘água’ e ‘resíduos’	79
6.3.1.6. Dimensões ‘sustentabilidade’ e ‘educação ambiental’	80
6.3.1.7. Dimensões ‘planeamento’, ‘avaliação’, ‘marketing’ e ‘gestão’	80
6.3.1.8. Dimensões ‘transferência de conhecimento’, ‘inovação’ e ‘investigação’	81
6.3.1.9. Dimensão ‘cultura e património’	82
6.3.1.10. Dimensões ‘associativismo’ e ‘políticas públicas’	82
6.3.1.11. Dimensão ‘território’	83
6.3.2. Análise comparativa das iniciativas em estudo.....	83
6.3.3. A resposta à questão de partida: Identificação de práticas de Economia Solidária presentes nas iniciativas de agricultura urbana do concelho de Lisboa	87
6.4. Contributos para uma Agricultura Urbana Solidária	88
CAPÍTULO VII. CONCLUSÃO	89
7.1. Síntese do estudo.....	89
7.2. Lições aprendidas	90
7.3. Limitações do estudo	90
7.4. Desenvolvimentos futuros	91
BIBLIOGRAFIA	93
ANEXOS	
A - Critérios de avaliação dos estudos de caso, dimensões de análise e indicadores	

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

B - Inquérito aos utentes de hortas urbanas no concelho de Lisboa

C - Entrevista a responsáveis institucionais por iniciativas de agricultura urbana no concelho de Lisboa

D - Entrevista a especialistas

E – Realização do trabalho de campo

F – Autorizações para a realização dos trabalhos de campo

G – Normas de Acesso e Utilização das Hortas Urbanas de Lisboa

H – Caracterização dos horticultores

I – Análises de conteúdo e síntese comparativa das respostas às entrevistas realizadas a atores especialistas

J – Análises de conteúdo e síntese comparativa das respostas às entrevistas realizadas a atores responsáveis pelas iniciativas

K – Análise das respostas aos inquéritos ministrados aos horticultores para avaliação das suas opiniões valores e crenças relativamente à Agricultura Urbana

L – Análise das respostas aos inquéritos ministrados aos horticultores para avaliação dos princípios e das práticas seguidas nas hortas

M – Plano geral do projeto ‘Canberra City Farm’ na Austrália

Índice de Quadros

Quadro 3.1. Planeamento urbano para apoiar as diferentes funções da agricultura urbana.....	39
Quadro 4.1. Critérios de seleção dos estudos de caso.....	51
Quadro 5.1. Evolução da área de hortas urbanas em Lisboa (m ²).....	56
Quadro 5.2. Parques hortícolas municipais na cidade de Lisboa.....	57
Quadro 5.3. Parques hortícolas municipais na cidade de Lisboa, em obra.....	58
Quadro 6.1. Caracterização das freguesias.....	62
Quadro 6.2. Caracterização dos horticultores (baseada nas respostas mais frequentes).....	70
Quadro 6.3. Síntese das respostas dos horticultores para avaliação das suas crenças e valores sobre Agricultura Urbana.....	75
Quadro 6.4. Análise comparativa das iniciativas em estudo.....	86
Quadro 6.5. Projetos e práticas de Economia Solidária, identificados nas iniciativas de agricultura urbana do concelho de Lisboa, por grau de relevância.....	87

Índice de Figuras

Figura 2.1. Pioneiros fundadores da Cooperativa de Rochdale (13 dos 28 iniciais).....	8
Figura 2.2. Perspetiva de um Falanstério de Fourier.....	8
Figura 2.3. “New Harmony”, de Charles Owen, 1825. Uma comunidade utópica.....	9
Figura 2.4. Região da Macaronésia.....	19
Figura 3.1. Dimensões da Agricultura Urbana. Baseado em Mougeot (2000)	26
Figura 3.2. Jardim familiar (“Familienbeeten”)	30
Figura 3.3. Horta construída na cratera de uma bomba. Londres, anos 40 do século XX.....	31
Figura 3.4. Cartaz do programa “Victory Garden”.....	33
Figura 3.5. Cartaz da iniciativa “Edible Edinburgh”.....	41
Figura 3.6. Horta à Porta. LIPOR.....	46
Figura 5.1. Parques Hortícolas de Lisboa.....	57
Figura 5.2. Localização dos estudos de caso.....	59
Figura 6.1. Plano geral do Parque Hortícola do Vale de Chelas.....	64
Figura 6.2. Hortas do Parque Hortícola do Vale de Chelas.....	64
Figura 6.3. Plano geral do Parque Agrícola da Alta de Lisboa.....	64
Figura 6.4. Hortas do Parque Agrícola da Alta de Lisboa (pormenor das hortas acessíveis)	65
Figura 6.5. Pormenor da Horta do Baldio.....	66
Figura 6.6. Mapa de localização da Horta do Baldio.....	66
Figura 6.7. Modelo de iniciativa de Agricultura Urbana Solidária.....	88

Glossário de Siglas

AGROBIO – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica

AU – Agricultura Urbana

AVAAL – Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CEE – Comunidade Económica Europeia

CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades

CIRIEC - Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CNES – Conselho Nacional para a Economia Social

CRP – Constituição da República Portuguesa

EMES – International Research Network for Social Economy

ESM – Economia Solidária da Macaronésia

ESS – Economia Social e Solidária

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations

FCUL – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

FMI – Fundo Monetário Internacional

HB – Horta do Baldio

INSCOOP – Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISCTE-IUL – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAAL – Parque Agrícola da Alta de Lisboa

PELCP - Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza

PHVC – Parque Hortícola do Vale de Chelas

RIPES – Réseau Intercontinental de Promotion de L'économie Sociale Solidaire

RSI – Rendimento Social de Inserção

RSO – Responsabilidade Social das Organizações

RUAF – Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

UE – União Europeia

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO

1.1. Tema

A relação entre a Economia Solidária e a Agricultura Urbana constitui a área temática do presente trabalho intitulado “Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa”.

A Agricultura Urbana constitui um recurso multifuncional com relevância para: a sustentabilidade social, económica e ambiental das cidades; a participação cívica, democrática e cultural; a coesão territorial; a resiliência, soberania e democracia alimentares; a promoção de uma solidariedade sistémica e a promoção de relações de reciprocidade.

Estes aspetos têm particular relevo no âmbito da Economia Solidária, nomeadamente na formulação proposta pela versão da Macaronésia, que se caracteriza pela diversidade de projetos que propõe: social, económico, cultural, ambiental, territorial, de conhecimento interativo, de gestão inovadora, político.

A importância do tema justifica-se, por um lado, pela originalidade e pelo eventual contributo para a afirmação da Economia Solidária em geral e da versão da Macaronésia em particular; por outro, pela sua pertinência social, ambiental, económica, política, científica e pessoal.

A pertinência social fundamenta-se na importância da Agricultura Urbana para o associativismo, a coesão social, a ocupação dos tempos livres, a saúde, a educação, a resiliência, a segurança e a soberania alimentares.

A pertinência ambiental relaciona-se com aspetos como a sustentabilidade ambiental, o ordenamento do território e a produção de alimentos saudáveis.

A pertinência económica fundamenta-se no facto de as atividades desenvolvidas nas hortas urbanas serem próprias da economia substantiva e se basearem em princípios económicos como a reciprocidade e a domesticidade.

A pertinência política assenta em relações de solidariedade que se estabelecem entre os diferentes atores internos, através da gestão democrática das iniciativas, e externos, através de parcerias com instituições do Estado e da sociedade civil, nomeadamente as autarquias, e as empresas.

A pertinência científica resulta da necessidade de se fomentar a relação entre as iniciativas e as instituições científicas e académicas e o desenvolvimento de projetos de investigação-ação.

1.2. Problemática

Mais de metade da população mundial reside em áreas urbanas e, ao ritmo de crescimento atual, em 2050 esse valor será de dois terços. As migrações para as cidades, em particular para as suas periferias, têm contribuído para o crescimento de grandes aglomerados populacionais que competem com outras atividades, nomeadamente a agrícola, na ocupação do solo disponível.

Por um lado, as cidades vão perdendo parte da sua resiliência alimentar e, por outro, novos problemas sociais como o envelhecimento, a pobreza, o desemprego e a exclusão social vão minando a coesão social no seio de comunidades em crise.

Pela sua multifuncionalidade, uma das atividades que mais tem contribuído para mitigar parte destes problemas tem sido a Agricultura Urbana. Contudo, e considerando o contexto nacional, só nos últimos anos esta atividade começou a adquirir visibilidade e reconhecimento por parte dos poderes públicos e da população. Pode considerar-se que a importância e relevância desta atividade para as comunidades e para o ambiente tem ajudado a superar a imagem 'envergonhada', informal, e até marginal que a caracterizava.

A avaliar pelo caso do concelho de Lisboa, as hortas urbanas são predominantemente de iniciativa municipal o que, sendo meritório, não estimula a emergência de iniciativas de cariz associativo, capazes de as transformar em espaços multifuncionais, de solidariedade, de reciprocidade e de democracia participativa.

Acreditamos que a Economia Solidária pode trazer para o campo da Agricultura Urbana um conjunto de princípios e práticas que contribuam significativamente para essa transformação. Muitas dessas práticas estão presentes, mas não as conhecemos totalmente nem qual a sua relevância.

Assim, decorrente desta problemática, formulámos a questão de investigação apresentada no ponto seguinte, à qual pretendemos responder através do presente trabalho.

1.3. Questão de investigação

A investigação que propomos desenvolver pretende responder à seguinte questão: Que práticas de Economia Solidária estão presentes nas iniciativas de Agricultura Urbana do concelho de Lisboa?

1.4. Objetivo

Para a concretização da investigação propõem-se os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

- Identificar as práticas de Economia Solidária (perspetiva da Macaronésia) que estão presentes em iniciativas de Agricultura Urbana do concelho de Lisboa.

Objetivos específicos:

- Selecionar iniciativas de agricultura urbana, de natureza formal e informal, associativa e municipal, do concelho de Lisboa.

- Identificar, através de metodologia quantitativa e qualitativa, o modelo de funcionamento e as práticas seguidas em cada um dos estudos de caso selecionados;

- Identificar, com base nos projetos da Economia Solidária da Macaronésia, as práticas que estão presentes nas iniciativas em estudo.

1.5. Enquadramento teórico-conceitual

São identificados no objetivo dois conceitos centrais, a Economia Solidária e a Agricultura Urbana. A Economia Solidária, enquanto conceito próprio, tem pouco mais de três décadas e desenvolveu-se a partir do conceito de Economia Social. Numa perspetiva de sistematização, Amaro (2009) propõe três formulações para a Economia Solidária a que correspondem três versões: a francófona, a ibero-americana e a da Macaronésia

As versões mais conhecidas são a francófona e a ibero-americana. A versão francófona considera duas dimensões: uma dimensão económica, baseada na reciprocidade e que considera a hibridação dos princípios económicos da reciprocidade, redistribuição e mercado; e uma dimensão política, que considera práticas de gestão democrática e de cidadania.

A versão ibero-americana, mais recente, baseia-se nos princípios da autogestão, que garante uma repartição igualitária de direitos nas organizações de Economia Solidária; e da solidariedade entre os mais desfavorecidos.

A versão da Macaronésia, com pouco mais de uma década, assenta na promoção de uma lógica de solidariedade e na realização conjugada de oito projetos, que são centrais no presente trabalho: social, económico, cultural, ambiental, territorial, de conhecimento interativo, gestão inovadora, e político.

O segundo conceito é o de Agricultura Urbana, a qual visa a produção e distribuição de alimentos, em áreas urbanas e periurbanas, e que, através do aproveitamento de recursos locais, nomeadamente o solo e a água, tem um importante contributo para a redução da pegada ecológica.

A Agricultura Urbana é um conceito com grande atualidade e com novas abordagens que privilegiam aspetos como: cidades sustentáveis; cidades comestíveis; segurança, resiliência, soberania, democracia e justiça alimentares; sistemas alimentares urbanos; agricultura e planeamento urbano; circuitos alimentares curtos; financiamento da agricultura urbana; papel da agricultura urbana em situações de desastre e emergência.

1.6. Estrutura

A nossa abordagem começa pelo desenvolvimento dos conceitos em dois capítulos distintos. Começamos, no capítulo II, pelo conceito de Economia Solidária, apresentando uma perspetiva histórica, sem esquecer a Economia Social, enquanto conceito precursor. A partir da explicitação do conceito, abordamos as diferentes formulações que ele apresenta, às quais correspondem três versões. Destas, damos especial relevo à da Macaronésia, dado que é a partir dos seus projetos que se definem os critérios para avaliação dos estudos de caso.

Segue-se, no capítulo III, o conceito de Agricultura Urbana e a sua evolução histórica, reveladora da ancestralidade desta atividade. Abordamos as diferentes perspetivas da Agricultura Urbana nos diferentes continentes, com especial relevo para as iniciativas que têm lugar no contexto nacional, bem como os vários aspetos relacionados com a sua multifuncionalidade.

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

No capítulo IV, dedicado à metodologia, são definidos os critérios de seleção e avaliação dos estudos de caso. Apresentamos ainda as técnicas de recolha de informação utilizadas e que consistem em inquéritos por questionário, entrevistas semi-diretivas e observação participante.

Segue-se o capítulo V, dedicado à agricultura urbana no concelho de Lisboa, ao mapeamento das iniciativas e à identificação dos estudos de caso, que são constituídos por três iniciativas: o Parque Hortícola do Vale de Chelas, o Parque Agrícola da Alta de Lisboa e a Horta do Baldio.

A análise e discussão dos resultados constam do capítulo VI onde caracterizamos as freguesias, as hortas e os horticultores e se apresentam as opiniões, valores e crenças dos diferentes atores, relativamente à Agricultura Urbana. Analisamos e discutimos os resultados obtidos e respondemos à questão de partida. Terminamos com alguns contributos para uma Agricultura Urbana Solidária.

No capítulo VII, dedicado à conclusão, fazemos uma síntese do trabalho, discutimos as lições aprendidas, as limitações do estudo e os desenvolvimentos futuros.

CAPÍTULO II. A ECONOMIA SOLIDÁRIA

No presente capítulo será abordado, do ponto de vista teórico-conceitual, o tema “A Economia Solidária”, um dos temas centrais na presente dissertação, como decorre da formulação da questão de investigação: Que práticas de Economia Solidária estão presentes nas iniciativas de Agricultura Urbana do concelho de Lisboa?

2.1. Conceito

A crise económica internacional, que se instalou na década de 70 do século XX interrompeu um longo período de desenvolvimento social e económico iniciado no pós-guerra e trouxe para o centro do debate um conjunto de novas questões sociais, económicas e, posteriormente, ambientais, para as quais se procuraram novas respostas.

Para alguns autores, a Economia Social, que surgiu no século XIX para dar resposta à chamada “questão social”, não era suficiente para enfrentar estes novos desafios colocados por “novas questões”. É neste contexto que emerge o conceito de Economia Solidária que, como refere Amaro (2009:13), surge “como um conceito próprio e correspondendo a práticas novas ou renovadas, nas “vizinhanças” ou mesmo no terreno da chamada Economia Social”.

Tal como a Economia Social, também a Economia Solidária tem por referência três princípios económicos – mercado, reciprocidade e redistribuição. Pode-se considerar ainda o princípio da domesticidade, baseado numa economia doméstica, não monetária nem mercantil.

O princípio do mercado “permite um reencontro entre a oferta e a procura de bens e serviços (...) e não pressupõe uma imersão nas relações sociais” (Laville, 2006: 5). Segundo o princípio da redistribuição “a produção é entregue a uma autoridade central que tem a responsabilidade de a repartir, o que pressupõe um procedimento que define as regras para a sua coleta e a sua afetação”. Esta é tarefa do Estado e visa combater as desigualdades. A “reciprocidade corresponde à relação estabelecida entre grupos ou pessoas devido a prestações que apenas dependem da vontade de manifestar uma ligação social entre as partes interessadas” (Laville, 2006: 5).

Laville (2003), refere que “esse princípio de reciprocidade sempre foi um componente da economia desde as sociedades mais arcaicas, até à sociedade moderna. Para Marcel Mauss¹, na economia real a troca dos bens é feita para manter e reforçar o elo social; e essa troca não tem nada a ver com a troca de mercado.” (citado em Aleixo, 2014: 34).

Laville (2003), reforça esta ideia de abordagem da economia, que afasta a ideia, redutora, de que a mesma só existe enquanto economia de mercado:

Para que possamos abordar a economia solidária, precisamos romper com uma conceção que reduziu a economia, a uma economia de mercado e reconhecer que a economia real tem uma base de pluralidade de princípios económicos. (...) Não há um único princípio de mercado; não há um único tipo de empresa;

¹ Sociólogo e antropólogo francês (1872-1950).

não há uma única motivação humana, baseada no material e no lucro. Existem outras motivações que podem estar incluídas, como a solidariedade que pode representar um fator organizador da produção. Se nós conseguirmos sair desse pensamento que reduziu a economia a uma economia de mercado e a motivação humana ao interesse do lucro, nesse momento, tanto em termos conceituais como práticos, poderemos ter a possibilidade de ter uma economia que, realmente, dê lugar a todo mundo e que não crie problemas de desigualdades, de pobreza, de exclusão, no nível que conhecemos hoje. (citado em Aleixo 2014: 35).

Para Odile (2006: 2), “o motivo da solidariedade concretiza-se dentro do princípio de comportamento económico da reciprocidade”, que é o princípio fundamental da Economia Social e da Economia Solidária. Em oposição à reciprocidade, a qual se estabelece entre cidadãos livres e iguais, Pierre Leroux², refere a caridade, a qual “supõe uma dissimetria entre doadores e donatários, como a filantropia, enquanto a solidariedade democrática é fundada sobre a igualdade” (citado em Laville, 2011: 99).

Solidariedade e reciprocidade são, assim, conceitos-chave para se compreender o conceito de Economia Solidária, o qual, por ser relativamente recente e ter evoluído a partir do conceito de Economia Social, mais divulgado, se confunde frequentemente com esta e não atingiu ainda um reconhecimento generalizado. A ambiguidade da expressão “Economia Social e Solidária” é, provavelmente, o melhor exemplo da confusão de conceitos e de práticas daquelas duas “outras Economias”.

A designação de Economia Solidária “está ainda pouco difundida” e “parece estar a sofrer um processo rápido de institucionalização mesmo antes de se ter constituído como uma realidade pujante. Na verdade, ela já entrou no discurso de alguns agentes políticos e é usada a torto e a direito por eles, como uma fórmula mágica que estimula as populações mais marginalizadas a resolverem os seus próprios problemas” (Hespanha e Namorado, 2009: 3).

A confusão que muitas vezes ocorre entre conceitos é normal em situações de evolução do conhecimento sendo mais frequente em situações de transição e de emergência de novos conceitos. O mesmo parece estar a acontecer à Economia Solidária e à sua progressiva separação da Economia Social. A prática também nos mostra que os conceitos de Economia Social e de Economia Solidária são igualmente alvo de confusão por parte da opinião pública e ao nível do discurso político e económico.

Apesar da pouca difusão, referida por Hespanha e Namorado, e da confusão que ainda persiste, parece ser clara, para Amaro (2009: 13), a afirmação da Economia Solidária “tendo em conta dois critérios: o da validação científica e o do reconhecimento político-institucional”.

De facto, a Economia Solidária já dispõe, a nível internacional, de um significativo acervo bibliográfico, é objeto de estudo e de trabalhos de investigação em diversas universidades e é tema de congressos científicos de cariz internacional. Ao nível do reconhecimento político-institucional, Amaro (2009: 13) afirma que “a sua convocação relaciona-se com a necessidade de aferir a utilidade prática

² Filósofo e político francês (1797-1871).

e política do conceito e a sua adoção como área de intervenção política na regulação de problemas da sociedade e na procura do seu bem-estar”.

Diversos autores de referência no domínio da Economia Solidária, como Jean-Louis Laville, Jacques Defourny e Luís Inácio Gaiger, têm contribuído para a construção de um quadro teórico-conceptual visando a sua afirmação e a autonomização do seu conceito. ‘Democracia’, ‘solidariedade’, ‘reciprocidade’ ou ‘cooperação’ são expressões ‘obrigatórias’ nas diferentes definições de Economia Solidária.

Para Laville e Gaiger (2009: 162):

As expressões da economia solidária se multiplicaram rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. Essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários.

A Economia Solidária pode, assim, ser definida “como o conjunto das atividades económicas submetidas a uma vontade ou agir democrático, onde as relações sociais de solidariedade têm primazia sobre o interesse individual ou o lucro material” (Laville, citado em Defourny e Laville, 2007: 81).

2.2. Perspetiva histórica

2.2.1. Da Economia Social enquanto precursora da Economia Solidária

O século XIX foi marcado por profundas transformações políticas, económicas, sociais e tecnológicas. A Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial em Inglaterra no final do século XVIII foram determinantes para grande parte destas transformações.

Para Silva (2008: 49) “A Revolução Francesa abalou os princípios da organização política e criou um clima de mudança no sentido da democracia que é uma das forças dinâmicas da história contemporânea”.

A Revolução Industrial representou, segundo Giddens (2008: 7) “o conjunto amplo de transformações económicas e sociais que acompanharam o surgimento de novos avanços tecnológicos como a máquina a vapor e a mecanização”. Para Friedrich Engels “a Inglaterra era um país “sem igual (...), com enormes cidades industriais, uma indústria que abastece todo o mundo (...)”. (citado em Silva, 2008:51)

A necessidade de alimentar essas enormes cidades industriais levou ao êxodo dos trabalhadores rurais das suas regiões de origem para essas cidades onde, apesar da riqueza gerada pela indústria, a pobreza generalizada se instalou entre essa nova classe social que então surgira, o proletariado, o qual, além de desenraizado, era profundamente explorado. A este propósito, Engels afirma que “o filho de um operário com nove anos e que tenha crescido na miséria, nas privações e nas

vicissitudes da existência, na humidade, no frio e na falta de roupas, está longe de ter a capacidade de trabalho de uma criança criada em boas condições de higiene. Aos nove anos é enviado para a fábrica, trabalha aí diariamente seis horas e meia (...) até aos treze anos (...). (citado em Silva, 2008: 53)

A dureza e privação provocada por condições de vida tão indignas, provocou na classe operária uma tomada de consciência face à sua condição e, posteriormente, uma grande contestação face a tais condições de vida, dando origem à designada “Questão Social”.

Se, por um lado, a Revolução Industrial foi fundamental para a afirmação da economia de mercado, por outro, pôs em evidência as falhas desse mesmo mercado na resposta aos problemas das classes mais pobres e desfavorecidas. A este propósito, Polanyi (2012: 293) afirma que a “Revolução Industrial desencadeava uma desagregação social de proporções espantosas, e o problema da pobreza era simplesmente o aspeto económico dos acontecimentos”.

“Perante a estupefação dos espíritos sensatos, uma riqueza inédita parecia ter-se tornado inseparável de uma pobreza também inédita” (Polanyi, 2012: 55).

É neste contexto, de ausência de respostas para problemas sociais tão graves, que tem origem, em pleno século XIX, a Economia Social, cuja expressão se manifestava em iniciativas de natureza cooperativa, mutualista e associativa.

Algumas dessas iniciativas foram marcantes, quer pelo seu pioneirismo quer pela influência que vieram a ter na evolução da própria Economia Social, nomeadamente ao nível do cooperativismo, destacando-se:

a) A Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale (Rochdale Equitable Pioneers Society) (Fig. 2.1.), um modelo de cooperativismo de base comunitária, gerador dos ideais e dos princípios do movimento cooperativo e no qual radica o conceito de Economia Social;



Figura 2.1. Pioneiros fundadores da Cooperativa de Rochdale (13 dos 28 iniciais).
Fonte: RochdalePioneersMuseum (2016)

b) Os Falanstérios de Charles Fourier (1772-1837) (Fig. 2.2.), um socialista utópico francês que idealizou a criação de Falanges que “seriam correspondentes a pequenas unidades sociais com populações de cerca de 1500 habitantes, e cada uma possuiria um edifício comum chamado Falanstério no qual todos viveriam harmoniosamente” (Barros, 2011: 246);

c) A Cooperativa “New Harmony” (Fig. 2.3.), em Indiana, nos Estados Unidos, uma comunidade modelo baseada na cooperação e na partilha dos rendimentos, criada por Robert Owen (1771-1858), um socialista utópico britânico que, enquanto proprietário de uma fábrica de algodão em New Lanark, na Escócia, melhorou as condições de trabalho



Figura 2.2. Perspetiva de um Falanstério de Fourier.
Fonte: Flagship Visionsand Modern Myths(s.a.)

dos operários e criou uma escola de qualidade para os seus filhos e uma loja onde os produtos eram adquiridos a preços justos³;

d) Iniciativas religiosas de natureza caritativa e laicas de natureza filantrópica.

Do ponto de vista filosófico e ideológico, foram várias as correntes que inspiraram a economia social: o socialismo, o solidarismo, o social-cristianismo e o liberalismo.

As cooperativas de produtores propostas por Robert Owen e Charles Fourier, dois socialistas utópicos, dominaram, segundo Defourny (2009: 156), “(...) o movimento operário internacional, a tal ponto que, com frequência, se identificou socialismo com economia social”.

O Cristianismo contribuiu, em 1891, com a Carta Encíclica *Rerum Novarum*, “Sobre a Condição dos Operários”, do Papa Leão XIII, que, ainda de acordo com Defourny, “manifestou um estímulo à economia social”:

A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efectivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito (Excerto da Introdução da Carta Encíclica *Rerum Novarum*)⁴. (Defourny, 2009: 156-157)

O associativismo operário, o cooperativismo e o mutualismo, enquanto novas formas de participação económica e social, foram, assim, influenciados por várias correntes de ideias e, como refere Gueslin (1987), citado por Defourny (2009: 156) “marcaram todo o itinerário da economia social e (...) salientaram o seu pluralismo político-cultural desde as origens até suas manifestações contemporâneas”.

Do ponto de vista teórico-conceptual, a Economia Social não tinha, no século XIX, expressão no debate iniciado por Adam Smith (1723-1790), em torno da teoria económica, nomeadamente com a publicação, em 1776, de “A Riqueza das Nações”. Além de Smith faziam parte da Economia Política Clássica, entre outros, David Ricardo (1772-1823) e John Stuart Mill (1806-1873). Contudo, alguns autores, nomeadamente economistas franceses, como Charles Gide (1847-1932), Frédéric Le Play



Figura 2.3. *New Harmony* de Charles Owen, 1825. Uma comunidade utópica.

Fonte: Where Architecture is Fun (2015)

³ Robert Owen Museum (2008)

⁴ Carta Encíclica “*Rerum Novarum*” (1891)

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

(1806-1882) e Charles Dunoyer (1786-1882), vieram a ter um papel de relevo na afirmação da Economia Social.

Possuidor de uma vasta obra na área da economia política, “Charles Gide representa plenamente o economista engajado: (...), animador de instituições cooperativas francesas, dirigente da Aliança Cooperativa Internacional, pensador da economia social, Presidente do movimento do cristianismo social, Vice-Presidente da Liga dos Direitos do Homem (...), fundador da *Revue d'économie politique*, (...)”⁵.

Na sua obra “*Économie Sociale*”, que foi redigida para a 5ª Exposição Universal de Paris, em 1900, e na qual a Economia Social teve um pavilhão próprio, Gide referiu o seguinte:

A economia social estuda preferencialmente as relações voluntárias, contratuais, quasi-contratuais ou legais, que os homens estabelecem entre si, visando assegurar uma vida mais fácil, um futuro mais certo, uma justiça mais bem-intencionada e mais alta do que a que tem por emblema a balança do mercado⁶.

Para Gide a Economia Social é “uma economia solidária por ser uma economia de intervenção, de evolução (o método histórico), de implicação (da teoria à prática) e de cooperação (criação de serviços mútuos). É também uma economia de trabalho, visando salários mais altos; uma economia de serviços, visando o conforto; uma economia de previdência, procurando a segurança no futuro; e uma economia de independência, visando a não dependência económica”⁷

Le Play “batizou a Economia Social dando a esse vocábulo o seu significado especial”⁸, contudo, o conceito de Economia Social data de 1830, quando, segundo Caeiro (2005:66) “Charles Dunoyer publica em Paris um tratado de Economia Social e na mesma década surgiu na Lovaina⁹ um curso com a designação de economia social”. O tratado, intitulado *Traité d'Économie Sociale*, (...) defendia um enfoque moral da economia, uma economia circunscrita ao homem e não à riqueza (...)”¹⁰.

Também o pensamento económico de outros autores, como John Stuart Mill e Léon Walras (1834-1910), teve “grande influência na economia social, durante a segunda parte do século XIX, sendo que tomou a sua forma mais moderna, inspirada nos valores do associativismo democrático, mutualismo e cooperativismo, no final desse século”. (Aleixo, 2014: 7)

John Stuart Mill, que em 1848 publicou os *Princípios da Economia Política*, era um autor da corrente liberal, defensor da Economia Social e do associativismo como forma de proteção dos direitos dos trabalhadores, desde que a liberdade económica fosse garantida.

Para Stuart Mill “apenas nos países atrasados se justificava a prioridade ao aumento da produção. Nos países ricos a prioridade deveria ser a distribuição. Mesmo uma sociedade em que a produção não cresce pode progredir: a melhor distribuição poderia dar lugar a um corpo de

⁵ Association Charles Gide (s.a.)

⁶ Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2013b)

⁷ Idem

⁸ Idem

⁹ Universidade de Lovaina na Bélgica

¹⁰ Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2013b)

trabalhadores bem pagos, com oportunidades de lazer físico e intelectual; poderia ainda proporcionar melhores condições para a conservação da atividade espontânea da natureza” (Ferreiro, 2014).

Léon Walras contribuiu para o desenvolvimento da análise económica através de modelos matemáticos, e era um defensor da aplicação da teoria económica a problemas concretos. Escreveu um ensaio intitulado *Estudos de Economia Social* (Teoria da repartição da riqueza social) e, segundo Sánchez (s.a.), “era um entusiasta defensor das cooperativas de consumidores e produtores e acreditava que, com a abolição dos monopólios e das rendas privadas da terra, a acumulação de fortunas excessivamente grandes cessaria”.

Foi através da economia social, enquanto movimento de ação coletiva, que muitos dos problemas sociais que não encontravam resposta, quer no Estado quer no mercado, foram sendo resolvidos, apesar do declínio que gradualmente se foi verificando devido a divergências e cisões no movimento operário, ao enfraquecimento do movimento associativo, à depressão económica de 1929 e, posteriormente, aos efeitos das duas guerras mundiais.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a forte intervenção do Estado na economia, baseada no modelo *keynesiano*, e o surgimento do Estado-Providência, “o conceito de economia social vai ser relegado para segunda instância em termos de importância e de desenvolvimento, porquanto o Estado passa, por si só, a intervir no mercado e a corrigir as suas “falhas” sem necessidade de recurso a movimentos originários na sociedade civil e no mercado” (Caeiro, 2005: 68).

Só a partir dos anos 70 do século XX, com a crise económica que se instalou e que pôs fim aos “trinta anos gloriosos” de desenvolvimento económico e social e colocou em crise o Estado-Providência é que:

A problemática da economia social se volta a colocar, com acuidade, e mais uma vez, em França. E, tendo por base para além daquela crise, a proximidade entre os movimentos cooperativos e mutualistas franceses e a percepção da existência de interesses mútuos e ainda pela adesão ao grupo do movimento associativo. Os motivos para o recrudescimento da economia social, devem assim encontrar-se quer na crise do Estado Providência referida, quer também na necessidade de criação de formas comuns de pressão junto do Estado que conduziu à união de esforços dos movimentos associativos, mutualistas e cooperativos, nomeadamente, para a obtenção de financiamentos e para a assumpção de funções de representação. Por outro lado, a ideia de economia social também permitiu formar laços entre o dinamismo associativo do século XIX e as novas experiências económicas e sociais que se multiplicaram a partir da década de 70: constituição de novas cooperativas, iniciativas económicas levadas a cabo pelas comunidades locais, experiências de reinserção social por via económica, etc. (Caeiro, 2005: 68).

É neste contexto que, na Europa, é lançado o debate sobre Economia Social, no final dos anos 70, na Bélgica. Em 1981 o governo francês cria uma Delegação Interministerial para a Economia Social e são lançadas diversas iniciativas – seminários, revistas, associações para o desenvolvimento - as quais, segundo Caeiro (2005: 69), “constituem ferramentas importantes para o desenvolvimento deste sector quer do ponto de vista qualitativo quer quantitativo”.

A partir da década de 80, a Economia Social é já uma realidade em muitos países europeus e começa a ser discutida no seio da então CEE. “Em 1978, o Comité Económico e Social da Comunidade

Económica Europeia organiza um colóquio, seguido de estudos exaustivos sobre o universo cooperativo, mutualista e associativo europeu, bases de novo colóquio em 1986”¹¹.

A discussão em torno da Economia Social no seio das instituições europeias tem, no entanto, sido irregular. A períodos de maior interesse e debate seguiram-se outros de maior inatividade, a que não são alheias as diferentes abordagens ao tema por parte dos países membros: economia social, empresas sociais, terceiro sector.

Apenas em 2002 foi aprovada a Carta Europeia da Economia Social. “Os próprios Tratados de Roma e Maastricht não referiam explicitamente a economia social. O recentemente assinado Tratado de Lisboa (2009) segue o mesmo caminho”¹².

Desenvolvimentos mais significativos têm ocorrido aos seguintes níveis: criação de confederações e de redes, como a RIPESS (Rede Europeia de Promoção da Economia Social e Solidária); emergência de organizações ligadas a universidades e à investigação, como o CIRIEC; a criação nalguns países de leis relativas à Economia Social, como Portugal, Espanha e França.

Para concluir este ponto, onde se tem apresentado uma perspetiva histórica da Economia Social, importa fazer uma breve referência ao caso português.

As organizações e iniciativas da economia social em Portugal remontam à época medieval, com destaque para as confrarias que, segundo Franco (2015: 15), “são responsáveis pela criação de hospitais, asilos e albergarias”. Surgem igualmente iniciativas ligadas à igreja, inspiradas nos valores da caridade cristã.

No século XV surgem as misericórdias, as quais foram fundadas pela Rainha D. Leonor e que, com os descobrimentos, se disseminaram pelas colónias portuguesas. As misericórdias eram instituições que usufruíram do apoio do Estado que, assim, exercia controlo sobre a sua atividade.

Com a instauração da monarquia constitucional, no século XIX, deu-se início à época liberal a qual, como refere Franco (2015: 16), “acarretou mudanças significativas nas áreas de intervenção das misericórdias: supressão de alguns dos serviços que prestavam, e sujeição à fiscalização e à ação inspetiva dos órgãos administrativos criados pela nova ordem política”. Ainda segundo Franco, “foi uma era de forte pendor associativista, com a emergência de sociedades, associações e clubes, ligados a diferentes quadrantes profissionais e sociais e com finalidades diversas”. São exemplos a Associação dos Artistas Lisbonenses, fundada em 1807, e a Caixa Económica do Montepio Geral, fundada em 1844.

O mutualismo surge como resposta à necessidade de se garantir alguma proteção social à classe operária a qual, no final do século XIX, dá início a um significativo movimento associativista. Para além das associações mutualistas surgem também as primeiras cooperativas. Contudo, como referem Parente e Quintão (2014: 22), “apesar do florescimento destes movimentos de génese operária no século XIX, estes nunca alcançaram a expressão verificada nos países mais industrializados”.

O Estado Novo (1933 e 1974) limitou os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e revelou sempre desconfiança e hostilidade em relação às organizações da sociedade civil, em particular as

¹¹ Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2013b)

¹² Idem

mutualidades e as cooperativas. Como referido em Franco (2015: 16), “na procura do controlo da atividade das associações, o Estado destituiu órgãos diretivos, perseguiu ativistas, extinguiu algumas associações e outras integrou-as nas instituições corporativas entretanto criadas, como as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores”.

A assistência estava essencialmente a cargo da Igreja e é no pós-guerra que surgem os Centros Paroquiais e a Cáritas Portuguesa. Hespanha *et al.* (2000) refere que o Estado Novo “manteve uma conceção dicotómica e de raiz medieval da proteção social que assentou, por um lado, numa conceção assistencial baseada, sobretudo, na ação das misericórdias e, por outro lado, numa componente providencial com base no estabelecimento de regimes contributivos do trabalho”. (citado em Parente e Quintão, 2014: 23)

Com a revolução de 25 de Abril de 1974, a participação cívica ganhou um forte dinamismo, com os cidadãos a envolverem-se em diferentes áreas do associativismo, nomeadamente de cariz sindical, patronal, solidário, humanitário, cultural, desportivo e recreativo.

A Constituição da República de 1976 (CRP) veio reconhecer, em termos políticos, a existência de um ‘terceiro sector’, social e cooperativo, não lucrativo, a par do sector público e do sector privado lucrativo. O artigo 61º reconhece “o direito à livre constituição de cooperativas” e o artigo 82.º garante “a coexistência de três sectores de propriedade dos meios de produção”, o público, o privado “cuja propriedade ou gestão pertence a pessoas singulares ou colectivas privadas” e o “sector cooperativo e social” que compreende especificamente: “os meios de produção possuídos e geridos por cooperativas”; “os meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais”; “os meios de produção objecto de exploração colectiva por trabalhadores”; e “os meios de produção possuídos e geridos por pessoas colectivas, sem carácter lucrativo, que tenham como principal objectivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista”.¹³

Num novo contexto social e político, muitas foram as iniciativas de cariz coletivo que se desenvolveram. No sector cooperativo, foi criado o Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo (INSCOOP), para a sua promoção e desenvolvimento, e surgiram as CERCI que, segundo um estudo da EMES em 2001 sobre Portugal, referido por Perista (2001) e citado Parente e Quintão (2014: 24) “são apresentadas como o caso mais próximo do ideal tipo das empresas sociais”.

Em 1983 foi criado o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)¹⁴ o qual permite o estabelecimento de acordos de cooperação entre estas instituições e o Estado. Através destes acordos, as IPSS prestam serviços sociais à população mais vulnerável e carenciada, nomeadamente crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência, mediante o pagamento de contrapartidas financeiras por parte do Estado.

A nível associativo foram constituídas as Uniões das Misericórdias, das Mutualidades e das IPSS e, em 2009, a INSCOOP converteu-se em Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) que passou a ser uma plataforma que integra aquelas três “Uniões” e as confederações representativas do sector cooperativo. Também as organizações humanitárias e de cooperação para o

¹³ Constituição da República Portuguesa de 1976 (7ª revisão, 2005)

¹⁴ Diário da República Eletrónico (2014)

desenvolvimento tiveram reconhecimento institucional, com a criação de um estatuto específico para as Organizações Não-Governamentais (ONG). Por último, e mais recentemente, importa referir a criação, em 2011, do Conselho de Economia Social (CNES), um órgão consultivo de definição de estratégias e de políticas públicas, presidido pelo Primeiro-ministro; a publicação pelo INE, em 2013, da primeira conta satélite para a economia social¹⁵; a aprovação, em 2013, da Lei de Bases da Economia Social¹⁶; e, em 2014, a revisão do Estatuto das IPSS¹⁷.

2.2.2. Da Economia Solidária

Como referido anteriormente, a Economia Solidária tem vindo a separar-se progressivamente da Economia Social, na qual tem origem. Namorado (2014: 13) refere que a Economia Solidária tem alguma relevância “quer como uma economia mais marcada pela alternatividade e pela inovação do que o conjunto da ‘economia social’, quer como uma vertente solidária da ‘economia social’, (...), quer como materialização de uma lógica alternativa vocacionada para um protagonismo pós-capitalista”.

De facto, é com fundamento nesta lógica alternativa que a Economia Solidária tem vindo a procurar o seu espaço, separando-se da Economia Social e criando a sua própria história.

Segundo Amaro (2009: 26):

A Economia Solidária, nas suas formulações dos últimos 30 anos, recebeu a herança de, pelo menos, dois filões históricos: O da Economia Social, de base europeia, com origem no século XIX, como resposta aos problemas sociais (a “Questão Social” do século XIX) e aos desafios políticos (o modelo democrático), provocados pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, traduzindo-se, posteriormente, no movimento das cooperativas, das mutualidades e das associações; o das modalidades económicas de entreajuda, de solidariedade comunitária e familiar ou de vizinhança, de base popular e, muitas vezes, informal, de que se encontram manifestações em todos os sistemas económicos pré-industriais, em todos os continentes, visíveis ainda em muitas actividades tradicionais de sobrevivência em África, na América Latina, na Ásia e mesmo na Europa (nos meios rurais, em particular).

A primeira metade do século XIX é caracterizada pela predominância da solidariedade democrática, que se baseia, segundo Laville (2009: 310), “tanto na ajuda mútua, como na expressão reivindicativa”. As cooperativas e as mutualidades são a expressão prática dessa solidariedade. Na segunda metade, ganha expressão a solidariedade filantrópica, de cariz paternalista, que, ainda segundo Laville, se concentra na “‘questão da urgência’ e na preservação da paz social (...) promovendo vínculos de dependência pessoal” e que “porta um dispositivo de hierarquização social e de manutenção das desigualdades (...)”. Contudo, foi a solidariedade democrática a marcar “a história francesa e a de outros países europeus e sul-americanos, comparando-as a contextos anglo-saxónicos” (Laville, 2009: 310).

¹⁵ Instituto Nacional de Estatística (2010)

¹⁶ Cooperativo António Sérgio para a Economia Social (2013a)

¹⁷ Diário da República Eletrónico (2014)

Só nos anos 30 do século XX, o conceito de Economia Solidária surge como um conceito autónomo quando, segundo Miller (2010: 2), Felipe Alaiz¹⁸, em 1937, “defendeu a construção de uma economia solidária entre coletivos de trabalhadores em áreas urbanas e rurais durante a Guerra Civil de Espanha”.

Nos anos 70 e 80 do século XX o conceito era usado em países da América Latina, nomeadamente o Chile, a Colômbia e o Brasil, em países europeus francófonos e no estado do Québec, no Canadá. Na América Latina a Economia Solidária surgiu associada a processos económicos informais e populares, de entreajuda comunitária e nos países europeus o conceito emergiu, como anteriormente se referiu, da Economia Social.

Em meados dos anos 90 do século XX a Economia Solidária já constituía um movimento social em crescimento que, como refere Miller (2010: 2), “tinha uma agenda comum de investigação e uma poderosa rede de atividade económica espalhada pela América Latina, Europa e Canadá”. Ainda segundo Miller, “no Brasil, o trabalho desenvolvido na economia solidária era particularmente forte e incluía o desenvolvimento de programas universitários de investigação, incubadoras de suporte a cooperativas e outras organizações baseadas na solidariedade e o desenvolvimento de redes nacionais, regionais e locais ligando iniciativas e praticantes da economia solidária”, o mesmo acontecendo em França, Espanha, Perú, Argentina, México e Québec.

Em 1997 realizou-se em Lima, no Perú, um encontro, que pela primeira vez juntou representantes da Economia Solidária vindos de diversas partes do mundo que, segundo Miller, representou o “nascimento da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária (RIPESS)”.

Nos primeiros anos do século XXI a Economia Solidária continuou a crescer e a chegar a novas regiões do globo, o que, ainda segundo Miller, se deve ao papel do RIPESS e do papel amplificador dos Fóruns Sociais Mundiais. As conferências internacionais sobre Economia Solidária foram-se sucedendo em cidades tão diversas como Montreal, Dakar, Manila ou Luxemburgo.

Concluindo, e citando Guerra (2003: 11):

Há vinte anos atrás surgiram os primeiros escritos sobre economia solidária. Dez anos atrás, eram muito poucos os que faziam menção a este conceito para dar conta das experiências de economias alternativas. Desde então, porém, o crescimento desta noção tem andado a par do crescimento de experiências alternativas, como a ajuda mútua, a cooperação, as moedas sociais, ou a participação democrática dos trabalhadores. Seguramente o próximo passo terá a ver com o crescimento das políticas públicas dirigidas ao fortalecimento destas práticas.

¹⁸ Escritor, jornalista e sindicalista espanhol (1887-1959).

2.3. As versões da Economia Solidária

2.3.1. A versão Francófona

O conceito de Economia Solidária apresenta diferentes formulações que, como refere Amaro (2009: 15), “especificam diferentes interpretações do conceito e, em particular, do princípio nuclear da Solidariedade”, as quais correspondem a três versões da Economia Solidária, propostas pelo mesmo autor: a Francófona, a Ibero-americana e a da Macaronésia.

Segundo Amaro (2009: 15), “das três versões mencionadas, a mais conhecida e divulgada em termos bibliográficos (nomeadamente de âmbito académico) é a que se pode designar de versão francófona”. Esta visibilidade prende-se, e ainda de acordo com o mesmo autor, com o facto de ter vindo a ser apresentada e discutida sobretudo por autores de língua francesa, oriundos da Bélgica (...), do Canadá (...) e da França (...).

A formulação do conceito de Economia Solidária, segundo a perspetiva francófona, pode ser apresentada, segundo Ême e Laville (2006), citados por Amaro (2009: 16), como “o conjunto das actividades económicas sujeitas à vontade de uma acção democrática em que as relações sociais de solidariedade têm o primado em relação ao interesse individual e ao lucro material; contribui assim para a democratização da economia, a partir de envolvimento de cidadania”.

Esta versão integra duas dimensões: a económica e a política. A dimensão económica, baseada na reciprocidade, é completada pelo que é designado, segundo Ême e Laville (2006):

Por ‘hibridação’ de três tipos de recursos económicos: os que resultam da dinâmica de reciprocidade inicial (expressa em dons ou dádivas, trabalho voluntário ou outros envolvimento informais), os que são obtidos por contratualização de serviços de interesse geral com o Estado Social (segundo o princípio económico de redistribuição) e os que resultam de actividades mercantis através da participação no mercado”. (citados em Amaro, 2009: 16)

Ainda segundo Ême e Laville (2006):

A dimensão política, assumindo-se a Economia Solidária como um projecto político, baseado no ‘impulso recíproco’ inicial, ou seja, no princípio da gestão democrática e do envolvimento da cidadania, preservando-se, nestas instituições, a existência de ‘espaços públicos autónomos, distintos (mas complementares) dos espaços públicos instituídos que são regulados pelo poder e que tentam impor as suas normas aos projectos de Economia Solidária’, na linha aliás da inspiração original da Economia Social (...), quando surgiu na Europa no século XIX”. (citados em Amaro, 2009: 16)

Para Amaro (2009:16):

Esta versão corresponde, de certa maneira, à tentativa de preservar a filosofia nuclear de solidariedade do modelo social europeu, a partir da sociedade civil, afirmando, simultaneamente, a necessidade de uma revitalização da democracia participativa, a partir da visão quotidiana e do funcionamento das instituições (numa altura em que a democracia representativa regista várias crises, associadas a diversos casos de

corrupção governativa e ao desgaste dos modelos excessivamente bipartidários na alternância de poder), conjugando-se com a afirmação de uma economia plural (tri-dimensional), fugindo da dicotomia que dominou o século XX, entre “economia de mercado capitalista” e “economia de Estado socialista”.

Esta perspetiva de pluralidade da economia é referida por Jean-Louis Laville, um dos principais autores da visão francófona, quando invoca Polanyi e o seu reconhecimento da existência, para além do mercado, “de princípios de integração económica, de redistribuição, reciprocidade e administração doméstica. [...] Retomando as propostas polinyianas, as relações entre economia e sociedade são assim consideradas do ponto de vista do vínculo entre pluralidade económica e democracia”. (Laville, 2014: 67).

2.3.2. A versão Ibero-americana

A versão Ibero-americana da Economia Solidária pode ser caracterizada da seguinte forma:

Pela ideia de solidariedade por oposição ao individualismo competitivo que caracteriza o comportamento económico dominante nas sociedades capitalistas, distinguindo-se as suas organizações (os produtores, consumidores, aforradores, etc.) por duas especificidades (SINGER, 2006, p.290): A promoção de uma solidariedade entre os diferentes actores, pela prática da auto-gestão; A prática de uma solidariedade com os trabalhadores em geral e em particular com os mais desfavorecidos. (Amaro (2009: 17)

Nestas especificidades estão subjacentes dois princípios: O princípio da autogestão e o princípio da solidariedade.

Para Singer (2006), citado em Amaro (2009: 17), “o princípio da auto-gestão significa que “uma igualdade perfeita de direitos entre os membros deve reinar no seio das organizações de economia solidária”, devendo os direitos de propriedade “ser repartidos de maneira igualitária entre todos os associados”.

O princípio da solidariedade, segundo Singer (2006), citado em Amaro (2009:17), significa que “os promotores da economia solidária devem tentar organizar cooperativas constituídas por desempregados e por pessoas em situação ou em risco de pobreza ou exclusão”.

Paul Singer, um dos mais importantes autores da perspetiva Ibero-americana dá grande ênfase ao movimento cooperativo enquanto expressão prática que emana do movimento coletivo que é a Economia Solidária (Singer, 2001: 48):

A economia solidária é uma coisa humana. Ela é falível, cheia de altos e baixos, mas, enquanto força total, enquanto movimento coletivo, nós podemos dizer, sem nenhum exagero que a economia solidária é uma resposta a uma profunda crise social que a reestruturação produtiva, as novas tecnologias, a falta de crescimento económico e a globalização acarretaram, marginalizando uma grande quantidade de trabalhadores, de pequenos empreendedores e de camponeses pelo país afora (...). Hoje inúmeros trabalhadores estão formando cooperativas nos assentamentos de reforma agrária, estão transformando empresas em vias de falir, ou que já faliram, em cooperativas ou empresas coletivas geridas pelos próprios trabalhadores, reabilitadas pelo esforço comum dos seus próprios trabalhadores e assim por

diante. O que motiva esses trabalhadores todos, os seus sindicatos, e os que lhes dão apoio é lutar contra a pobreza, contra a exclusão social, contra o desemprego.

As especificidades da Economia Solidária na América Latina deve-se muito às transformações sociais, políticas e económicas observadas nos diversos países Ibero-americanos e às particularidades de cada um desses países como: as ditaduras militares que governaram muitos deles; a grande dimensão da pobreza e das desigualdades socioeconómicas, bem patente nas favelas que proliferam em grandes cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Lima, Caracas e Cidade do México; as graves crises financeiras, como a que assolou a Argentina no final da década de 90 do século passado; os movimentos dos “Sem Terra”, nomeadamente no Brasil; a influência da Teologia da Libertação, no seio de parte da Igreja Católica.

Daqui resulta que, como refere Amaro (2009: 18), o “conceito e as práticas de Economia Solidária apresentam uma multiplicidade de manifestações nos vários países ibero-americanos, sendo de uma enorme riqueza que é difícil de delimitar numa definição”.

A afirmação da Economia Solidária nestes países resulta, segundo Amaro (2009: 18), de uma grande diversidade de processos e de atividades, fortemente caracterizadas pelo seu informalismo, como:

- a) Os movimentos de resistência dos trabalhadores e das suas organizações sindicais, resultantes da deslocalização e da globalização de cariz neoliberal;
- b) Os novos movimentos sociais, os circuitos de comércio justo, as moedas alternativas, os movimentos dos camponeses sem terra e as experiências do orçamento participativo;
- c) As atividades económicas de sobrevivência, segundo uma lógica de entreatajuda de base comunitária e popular;
- d) A influência doutrinária de várias igrejas, em particular da Igreja Católica, nomeadamente através da chamada Teologia da Libertação, que influenciou muitas das atividades económicas de sobrevivência atrás referidas.

Segundo Henriques (2010: 8), “nos países periféricos, em particular na América Latina, os trabalhos de análise da Economia Popular já vinham salientando formas de organização económica ancoradas em laços de reciprocidade como fundamento de “estratégias de sobrevivência” de pessoas em situação de pobreza”, as quais estão presentes em muitas das atividades anteriormente referidas, e que se identificam com formas tradicionais de economia popular.

França Filho (2007: 166) utiliza mesmo a expressão “economia popular e solidária”, caracterizando a economia popular como “um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuado coletivamente (...) por grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e marginais das grandes cidades latino-americanas”.

Refere ainda França Filho (2007: 166) que esses grupos “se estruturam de modo bastante informal e encontram nas relações de reciprocidade, tecidas no cotidiano de suas formas de vida e nos próprios laços comunitários, os fundamentos para tais práticas”.

2.3.3. A versão da Macaronésia

O relevo que será dado à ‘versão da Macaronésia’ da Economia Solidária, resulta do facto de ser este o conceito, e os projetos que lhe estão associados, que estão subjacentes às “práticas de Economia Solidária” referidas na questão de partida e que aqui se recorda: “Que práticas de Economia Solidária estão presentes nas iniciativas de Agricultura Urbana do concelho de Lisboa?”.

Assim, será a partir da formulação e do conteúdo desses projetos, que adiante se apresentam, que serão desenvolvidos os instrumentos de avaliação a utilizar no trabalho empírico e que permitirão avaliar a presença desses projetos nas iniciativas de Agricultura Urbana no concelho de Lisboa.

A opção pela Economia Solidária da Macaronésia resulta dos seguintes fatores:

- a) É a mais recente e menos conhecida das versões da Economia Solidária, logo a que mais necessita de contributos para a sua afirmação;
- b) É a versão que, face ao seu contexto socioeconómico e geográfico, melhor pode representar a realidade nacional;
- c) É a única das versões que apresenta uma conceção sistémica e ecocêntrica de solidariedade, e não apenas antropocêntrica, ao acrescentar novas preocupações sociais, culturais, ambientais, territoriais e científicas relativamente às outras versões;

O termo Macaronésia, de etimologia grega (makáron = felicidade, nésoi = ilhas), foi utilizado pela primeira vez pelo geólogo e botânico inglês Philip Baker Webb para se referir a uma área biogeográfica, constituída pelos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, tendo em conta a riqueza e particularidade dos seus recursos botânicos¹⁹.

Presentemente, a extensão geográfica desta região encontra-se alargada a um enclave continental do litoral noroeste africano. Este alargamento é baseado num conjunto de evidências de flora e fauna que relacionam, de um ponto de vista biogeográfico, os arquipélagos da Macaronésia (nomeadamente as ilhas ocidentais das Canárias) e o respetivo enclave continental²⁰ (figura 2.4.).

O conceito e as práticas da Economia Solidária da Macaronésia têm a sua origem na Região Autónoma dos Açores, tendo-se alargado posteriormente à Região Autónoma das Canárias (Espanha), à Região Autónoma da Madeira (Portugal) e à República de Cabo Verde. Segundo Amaro, um dos principais autores da ‘versão da Macaronésia’, pode sintetizar-se o aparecimento desta versão da Economia Solidária, no final dos anos 80 do século XX, “a partir da constatação de determinados problemas



Figura 2.4. Região da Macaronésia.
Fonte: MACMAR (s.a.)

¹⁹ Jardim Botânico da Madeira Eng^o Rui Vieira (s.a.)

²⁰ Idem

sociais, com especial incidência na Região, e da conseqüente necessidade de os enfrentar, da descoberta e aproveitamento de algumas oportunidades surgidas na época e da capacidade de assumir algumas iniciativas, para responder aos desafios anteriores” Amaro (2009: 19).

Uma seqüência de acontecimentos foram determinantes para o agravamento dos problemas sociais atrás referidos. As crises do petróleo dos anos 70, com reflexos no aumento do endividamento externo do país; o agravamento das condições socioeconómicas ocorridas no período pós revolucionário de 1974/75; e as intervenções do FMI em 1977 e 1983, as quais resultaram em mais austeridade, corresponderam, a um período de grandes dificuldades e de privação para uma parte significativa dos portugueses.

Por outro lado, a abertura política e a consciência cívica que resultaram da Revolução de 25 de Abril de 1974 contribuíram, como refere Amaro (2009: 19), para a “tomada de consciência da verdadeira natureza e amplitude dos problemas da pobreza e da exclusão social em Portugal”, os quais foram posteriormente alvo da adoção de medidas de intervenção no âmbito dos Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza (PELCP), estabelecidos pela então Comunidade Económica Europeia.

2.3.3.1. Contexto socioeconómico de emergência da Economia Solidária da Macaronésia

Segundo Amaro (2009: 20), “na Região Autónoma dos Açores, a tomada de consciência mais específica dos problemas de pobreza e exclusão social, por parte de organizações da sociedade civil, esteve associada a três grupos particulares de desfavorecidos”:

- a) As famílias de pescadores pobres, nomeadamente na freguesia de Rabo de Peixe e no concelho de Lagoa, na Ilha de S. Miguel, onde predominam, entre outros, o abandono escolar, a falta de condições mínimas de habitabilidade, o deficiente acesso aos cuidados de saúde básicos, a prostituição e o desemprego;
- b) Os indivíduos portadores de deficiência, nomeadamente mental, para os quais não havia respostas adequadas;
- c) Os indivíduos de origem açoriana emigrados no Canadá ou nos E.U.A. que, tendo sido condenados nestes países por crimes graves, foram repatriados para os Açores, sem meios de subsistência, sem raízes familiares ou amigos.

Para Amaro (2009: 20) a questão dos repatriados tornou-se “um dos problemas sociais mais graves da Região, a partir de finais dos anos 80, por ser um problema totalmente novo, pelo número alcançado, pela reação de desconfiança e marginalização que provocavam e pelas suas características e situação muito aguda de exclusão social”.

Aproveitando as oportunidades que surgiram após a adesão de Portugal à CEE, em 1986, nomeadamente os programas e fundos comunitários no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social, da formação profissional e do desenvolvimento territorial, desenvolveram-se iniciativas da sociedade civil, quer por parte da Igreja Católica, quer através de associações de pais e técnicos, nomeadamente de pessoas portadoras de deficiência mental. Através de abordagens inovadoras, a lógica do assistencialismo, tão enraizada nas nossas instituições, dá lugar a uma lógica de capacitação

ou de empoderamento (*empowerment*) das pessoas desfavorecidas, através da formação e do reforço de competências.

Contudo, refere Amaro (2009: 21) que “concluída a formação, com as competências aumentadas e novas expectativas criadas, surgiu um novo problema: o tecido produtivo da Região não se mostrou capaz de oferecer oportunidades de emprego para as pessoas capacitadas pelas ações, seja por dificuldades económicas, seja por desconfiança e discriminação, agravando-se, desse modo, o risco ou a situação de exclusão social”.

É neste contexto que se toma a iniciativa, nos inícios dos anos 90, de se criarem atividades económicas visando sobretudo a criação de emprego para estes grupos desfavorecidos e que garantissem condições de sustentabilidade para as organizações, tendo a expressão “Economia Solidária” sido adotado como referência (Amaro, 2009:20).

São assim criadas a Cooperativa “Kairós”, a partir do Centro Social Paroquial de S. Pedro – Ponta Delgada e a Associação “Aurora Social” na área das pessoas portadoras de deficiência. Posteriormente, e como refere Amaro (2009: 21):

Todo este processo se alargou, nos últimos cerca de 15 anos: A toda a Região Autónoma dos Açores, implicando, por exemplo, a criação de uma estrutura federativa de 2º grau, a CRESAÇOR Cooperativa Regional de Economia Solidária dos Açores, que envolve, neste momento, 24 organizações associadas; Às outras regiões/países da Macaronésia, sucessivamente à Região Autónoma das Canárias (Espanha), à Região Autónoma da Madeira (Portugal) e à República de Cabo Verde.

O Programa Comunitário INTERREG III B favoreceu o intercâmbio entre as diferentes regiões da Macaronésia, que teve a sua expressão através de encontros, conferências e feiras da Economia Solidária da Macaronésia onde, segundo Amaro (2009: 22), “foram sendo melhor conhecidas as experiências de cada uma delas/deles e discutidos os métodos e os conceitos”.

O conceito de Economia Solidária da Macaronésia, cuja formulação foi apresentada em 2004, emerge, assim, de experiências muito próprias, vividas em contextos socioeconómicos difíceis e num contexto territorial caracterizado pela insularidade, logo com fragilidades próprias, não apenas ao nível territorial e ambiental como também económico e social, que lhe conferem uma dimensão holística.

O conceito foi adotado pelas organizações de Economia Solidária das restantes regiões da Macaronésia e “tornou-se a referência para a criação de Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, com sede em Ponta Delgada (Açores), o qual envolve também investigadores da África, América Latina e Europa (os continentes que enquadram a Macaronésia)” (Amaro, 2009: 22).

2.3.3.2. Projetos da Economia Solidária da Macaronésia

Amaro (2009: 22) define a Economia Solidária da Macaronésia como:

A Economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a Vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes

abióticos) e tomando em consideração, de forma integrada, as perspectivas económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz.

Dois aspetos a reter da definição são a promoção de uma lógica de solidariedade e a abordagem integrada de um conjunto de perspetivas, baseadas na realização conjugada de oito projetos: social; económico; cultural; ambiental; territorial; de conhecimento interativo; de gestão inovadora; e político.

Segundo Amaro (2009: 22-24):

a) O projeto económico traduz-se na “produção de bens e serviços, na criação de emprego, na distribuição de rendimentos, na satisfação de necessidades de consumo, na geração de poupanças e na concretização de investimentos, em domínios muito diversos” e “articulando os três princípios económicos, já referidos a propósito da ‘versão francófona’”: reciprocidade, mercado e redistribuição;

b) O projeto social, visa “contribuir para a coesão social da sociedade onde se situa”, através da criação de emprego inclusivo, da promoção da igualdade de oportunidades e da luta contra a pobreza e exclusão social, por iniciativa própria ou em parceria com o Estado;

c) O projeto cultural, visa “valorizar, pela economia, as culturas, patrimónios, valores e identidades locais, sobretudo as que se encontram em risco ou em situação de marginalização ou de desaparecimento perante a uniformização provocada pela (actual) globalização de feição economicista, atribuindo-lhes um valor económico, restituindo-lhes visibilidade e reconhecimento social e político”;

d) O projeto ambiental, que conjuga economia com ecologia, “através nomeadamente da promoção (...) de produtos de agricultura biológica, da utilização (ou mesmo produção) de energias renováveis, do cuidado na separação dos lixos, do desenvolvimento de actividades de reciclagem de materiais, da adopção de novos comportamentos de consumo e de relação com a Natureza, da dinamização de formas de turismo ecológico ou sustentável e da gestão inovadora de parques naturais ou zonas protegidas”.

e) O projeto territorial, “enraizando na comunidade de pertença”, visa contribuir para o seu Desenvolvimento Local, através da promoção da economia, valores e cultura locais e da participação em eventos comunitários, envolvendo atores e parceiros locais;

f) O projeto de gestão, que propõe uma gestão rigorosa e eficiente a todos os níveis das organizações da Economia Solidária, que garanta a sua viabilidade e sustentabilidade, que promova a inovação e a avaliação;

g) O projeto de conhecimento, que faz das “experiências de Economia Solidária uma aprendizagem permanente, que valoriza o que se faz (as práticas), numa perspectiva indutiva, sem descurar a reflexão teórica, permitindo um processo dinâmico de Investigação- Acção e convertendo a Economia Solidária num conceito em permanente construção e revisão”;

h) O projeto político, “em dois sentidos: interno, na medida em que as suas organizações se regem pelo princípio da gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto nos processos de decisão, que são de natureza colectiva e solidária; — externo, uma vez que estas organizações assumem, com as suas actividades, uma posição de co-responsabilização na regulação (política) dos problemas (...), em parceria com o Estado (Estado-parceiro e não Estado-tutela, o que é uma mudança

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

profunda) e com outros protagonistas, como as empresas (implicando uma concepção e práticas diferentes do que pode ser a Responsabilidade Social das Empresas)”.

Com a apresentação dos projetos da Economia Solidária da Macaronésia conclui-se o capítulo relativo à Economia Solidária, no qual se relevou o seu contributo para a democratização da economia que, baseada na reciprocidade, é alternativa ao modelo económico dominante.

No próximo capítulo completa-se o quadro teórico da presente dissertação abordando-se o tema da Agricultura Urbana.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPÍTULO III. A AGRICULTURA URBANA

"Our struggle for global sustainability will be won or lost in cities"

Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações²¹

A par da Economia Solidária, abordada no capítulo anterior, a Agricultura Urbana é o outro tema central na presente dissertação e constitui o objeto da investigação que nos propomos desenvolver. Será dado particular relevo à evolução histórica do conceito, aos contextos em que se manifesta, à sua multifuncionalidade e à diversidade de iniciativas, formais e informais, que o caracterizam.

3.1. Conceito

Alguns autores consideram a Agricultura Urbana como integrando o conceito de agricultura social, na medida em que partilham “princípios, metas e objectivos comuns” (Mendes-Moreira e Miguéns, 2011 e Wiskerke, 2011, citados em Mourão e Brito, 2013: 5).

De facto, a Agricultura Urbana permite o desenvolvimento de atividades que são do domínio da agricultura social, nomeadamente terapêuticas, educativas e de socialização. Contudo, as preocupações da Agricultura Urbana extravasam as da agricultura social. A sua multifuncionalidade representa um importante contributo para a sustentabilidade social, económica e ambiental das cidades e para a resiliência, soberania e democracia alimentares.

Assim, no âmbito do presente trabalho, considera-se a Agricultura Urbana como um conceito autónomo, bem documentado através de vasta bibliografia, debatido em conferências, estudado e investigado em universidades nos diversos continentes e que é preocupação central de muitas instituições e organizações governamentais e não-governamentais, de âmbito nacional e internacional.

A produção e distribuição de alimentos através do aproveitamento de recursos locais, nomeadamente o solo e a água disponíveis, são expressões centrais nas diferentes definições de Agricultura Urbana. Contudo, identificam-se na literatura uma grande diversidade de conceitos que, dependendo dos autores e dos contextos, acrescentam outras áreas de intervenção e contributos, de cariz social, ambiental e económico, a esta atividade.

Alguns dos maiores desafios que atualmente se colocam à Agricultura Urbana relacionam-se com a escassez de recursos, nomeadamente água e solo, com as alterações climáticas e com questões de saúde pública. Contributos para mitigar ou combater esses problemas são igualmente identificados, nalgumas perspetivas, como ‘áreas de intervenção da Agricultura Urbana’.

Os primeiros conceitos que se apresentam, de Mougeot e de Zeeuw, relevam a função económica da atividade, aproximando-a do que se verifica em explorações agrícolas convencionais.

Para Mougeot (2000) a “Agricultura Urbana localiza-se dentro (intraurbano) ou na orla (periurbano) de uma vila, cidade ou metrópole, e produz, processa e distribui uma diversidade de

²¹ FAO (2016a)

alimentos e produtos não alimentares, (re-) usa principalmente recursos materiais e humanos, produtos e serviços encontrados dentro e nos arredores dessa área, e em troca fornece recursos materiais e humanos, produtos e serviços em larga escala a essa área urbana”.

Mougeot (2000) refere que as definições mais comuns de Agricultura Urbana se baseiam nas seguintes dimensões (Fig. 3.1): tipos de atividades económicas (produção, processamento e transação); categorias de produtos (de origem vegetal ou animal); localização (intraurbana ou periurbana); tipos de áreas onde é praticada (públicas ou privadas, residenciais ou institucionais, modalidade de posse ou de usufruto); destino dos produtos (autoconsumo, troca ou venda); escala de produção (individual/familiar, pequenas/médias empresas).

Zeeuw (2004) define Agricultura Urbana como a “produção agrícola (plantas ou criação de animais) em áreas urbanas e periurbanas, para alimentação e outros usos, o respetivo transporte, processamento e marketing dos produtos agrícolas e dos serviços não-agrícolas fornecidos pelos agricultores urbanos (armazenamento de água, agroturismo, espaços verdes e gestão paisagística, entre outros)”.

Segundo Zeeuw (2004), a Agricultura Urbana apresenta uma “larga variedade de sistemas de exploração agrícola (...) dependentes dos seguintes fatores”, semelhantes às dimensões propostas por Mougeot: tipos de atividades económicas; tipo

de localização e de direito de propriedade; tipo de produtos; escala de produção e tecnologia usada; destino dos produtos/grau de orientação para o mercado; tipo de pessoas envolvidas.

Verifica-se que, relativamente à proposta de Mougeot, é acrescentado o fator “tipo de pessoas envolvidas” que, segundo Zeeuw, são agricultores urbanos que têm origem social diversa:

Nos estratos mais pobres da população (pensionistas, desempregados, mulheres responsáveis pela economia doméstica) mas onde também se encontram grupos com rendimentos médios (p.e. funcionários públicos, professores e trabalhadores qualificados), que estão envolvidos na agricultura como uma segunda atividade, bem como agricultores profissionais a tempo inteiro e pessoas mais ricas que veem na agricultura urbana um bom investimento para o seu capital. (Zeeuw, 2004)

Zeeuw (2004) acrescenta, com base na investigação, “imigrantes recém-chegados (...) e pessoas que residem há vários anos nas cidades (...), que não têm um passado ligado à agricultura e que escolhem esta atividade para aumentar os seus rendimentos. Destaca ainda as mulheres como um grupo importante, nomeadamente as que têm responsabilidades na economia doméstica, conciliando a atividade agrícola com outras atividades domésticas.



Figura 3.1. Dimensões da Agricultura Urbana.
Fonte: Baseado em Mougeot, 2000.

Numa perspetiva de desenvolvimento comunitário, a Agricultura Urbana contribui para a dinamização dos espaços urbanos, para uma visão alternativa à gestão do território, para ativar iniciativas de desenvolvimento comunitário e contribuir para o *empowerment* enquanto “processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder (...) que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania” (Carla Pinto, 1998, citada por Carmo, 1999: 160).

Alguns autores privilegiam aspetos económicos, sociais ambientais e de saúde pública, referindo a Agricultura Urbana como:

Uma indústria que produz, processa e vende alimentos, combustível, e outros outputs, como resposta às procuras básicas diárias dos consumidores que residem em locais intraurbanos ou periurbanos. Tipicamente, a Agricultura Urbana implica produtos variados, assim como a (re)utilização de recursos naturais e de resíduos urbanos, contribuindo para a segurança alimentar, saúde da população, vida animal, ambiente, e formação de uma comunidade coesa. (Smit *et al* citados por Gonçalves, 2014: 3)

Considerando uma abordagem institucional, refere-se a perspetiva da FAO (2007) que subdivide a Agricultura Urbana em intraurbana, que tem lugar no interior das cidades, de menor escala e mais orientada para a autossustentência, e a periurbana que se localiza na sua periferia. No caso do presente trabalho, privilegiamos a vertente intraurbana por se tratar do objeto da investigação.

A maior parte das cidades e vilas têm disponíveis áreas de terreno que são ou podem ser utilizados para a Agricultura Urbana, incluindo áreas não adequadas para a construção (ao longo de ribeiras, próximos de aeroportos, etc.), terrenos públicos ou privados que não estão a ser usados (terrenos à espera de construção) que podem ter um uso temporário, terrenos comunitários e áreas residenciais. Vários tipos de Agricultura Urbana podem ser observados: hortas comunitárias (formais e informais), hortas domésticas, hortas institucionais (geridas por escolas, hospitais, prisões, fábricas), viveiros, hortas nas coberturas de edifícios, culturas em caves e armazéns (p.e. cogumelos e minhocas). FAO (2007)

Por último, apresentamos o conceito de Agricultura Urbana segundo a RUAF^{22 23}, o qual valoriza aspetos como a economia e o ecossistema urbano. As preocupações sociais não surgem de forma explícita no conceito mas, nas suas abordagens e trabalhos no campo da Agricultura Urbana, a RUAF considera os impactos sociais e benefícios dessa atividade, nomeadamente: alívio da pobreza, inclusão social, desenvolvimento comunitário, terapêuticos, recreativos e educativos.

²² RUAF (s.a.)

²³ A RUAF (Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security) é uma rede global com organizações (membros) em África, Ásia, Médio Oriente, América Latina e Europa que, em conjunto, constituem um centro de competência na área da Agricultura (Intra- e Peri-) Urbana e das Estratégias Alimentares das Regiões Urbanas.

Assim:

A Agricultura Urbana pode ser definida, simplificada, como a produção de plantas e a criação de animais, dentro e em redor das cidades. O aspeto mais surpreendente da agricultura urbana e que a distingue da agricultura rural, é que ela está integrada no sistema económico e ecológico urbano: a agricultura urbana está incrustada no ecossistema urbano e interage com ele. Tais interligações incluem: a utilização dos residentes urbanos como trabalhadores; o uso de recursos urbanos característicos (como resíduos orgânicos para composto e águas residuais urbanas para irrigação); ligações diretas com os consumidores urbanos; impactos diretos na ecologia urbana (positivos e negativos); fazer parte do sistema alimentar urbano; competir por terrenos com outras funções urbanas; ser influenciado por políticas urbanas e planos; etc. A Agricultura Urbana não é uma relíquia do passado que se vai desvanecendo (a Agricultura Urbana desenvolve-se com o crescimento da cidade) nem foi trazida para a cidade por imigrantes rurais que vão perdendo os seus hábitos rurais com o passar do tempo. É parte integrante do sistema urbano. (RUAF, s.a.)

3.2. Perspetiva histórica

A literatura evidencia que a Agricultura Urbana não é um fenómeno recente. Muitos países, nos diferentes continentes, têm uma longa prática desta atividade, através de uma grande diversidade de iniciativas. Essa diversidade resulta de diferentes tradições que, segundo Smit *et al* (2001:1) “estão profundamente enraizadas em conceitos locais de cidade e comunidade, e em práticas sociais e culturais locais”.

Smit *et al* (2001: 2-4) identifica os seguintes oito fatores que moldaram os sistemas agrícolas urbanos, contribuindo para a sua diversidade:

- Continuidade das práticas históricas. As práticas atuais têm raízes que remontam a experiências com décadas ou séculos, como o modelo de hortas urbanas na Europa que surgiram na segunda metade do século XIX ou manchas verdes de vegetais em cidades coloniais africanas segundo práticas comunitárias seculares;
- Natureza das plantas e domesticação dos animais e sua relação com as pessoas. Em Agricultura Urbana, as espécies vegetais e os animais são um pouco diferentes das que encontramos em agricultura rural porque, entre outros motivos, precisam de se adaptar a uma ambiente urbano mais hostil ou porque a escassez e o custo da terra em meio urbano leva os agricultores urbanos a produzirem produtos de maior valor;
- Conceção e gestão dos ambientes naturais e dos modificados pelo homem. Algumas sociedades tecnologicamente mais evoluídas moldaram os espaços urbanos de modo a acomodar a agricultura como uma atividade urbana;
- Revolução agrícola industrial. Nalgumas partes do mundo, no século XIX, com a mecanização da agricultura, a agricultura urbana respondeu a esta tendência concentrando-se em nichos de mercado, no comércio de permuta e na comercialização dos produtos, na reutilização de resíduos e na organização comunitária e doméstica para promover a segurança alimentar;
- Revolução da informação global. A revolução da informação possibilitou a difusão do conhecimento sobre produção de alimentos em áreas urbanas e de novas formas de *marketing*;

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

- Rápida urbanização após a II Guerra Mundial. A urbanização avançou mais rapidamente que a população e a escassez de terra gerou meios mais intensivos de produção, como coelheiras em varandas e estufas em centrais elétricas;
- Padrões de povoamento resultantes da urbanização contemporânea. O desenvolvimento de megacidades tem deixado espaços livres de construção, nos seus limites e nos seus interstícios, que podem ser cultivados;
- Grande expansão de segmentos de população urbana com baixos rendimentos. A pobreza é um fenómeno em crescimento nas áreas urbanas. A principal preocupação dos pobres é a segurança alimentar e a sua falta de recursos leva-os a reinventar a agricultura.

Segundo Smit *et al* (2001: 4) “os três primeiros fatores fornecem as raízes históricas da agricultura urbana, e ajudam a explicar quer situações de continuidade nalgumas ocasiões, quer mudanças de práticas noutras. Os últimos cinco fatores representam desenvolvimentos contemporâneos – a rápida urbanização leva a que o número de residentes urbanos, particularmente os pobres, procurem caminhos de autossustentação, expandindo significativamente a escala da agricultura urbana”.

Vejamos como a Agricultura Urbana evoluiu nos diferentes continentes em função de práticas sociais e culturais e de necessidades económicas e alimentares que se manifestaram em contextos históricos mais significativos e que, segundo diversos relatos, já era praticada em cidades da antiguidade. Segundo Green (2012) esta atividade remonta a 3,500 AC, onde era praticada na Mesopotâmia.

3.2.1. Europa

Smit *et al* (2001: 18) situa o início da Agricultura Urbana na Europa no século VIII, quando Carlos Magno, I Imperador do Sacro Império Romano “emitiu um edital que especificava as culturas que deveriam crescer dentro dos limites das vilas e cidades”.

Kropotkin (1901), um anarquista russo defensor da autossuficiência das comunidades, citado por Smit *et al* (2001: 18), referia, que “nos tempos medievais e mais recentemente no século XVIII metade da área dentro dos limites estava provavelmente cultivada”.

É nos séculos XVIII e XIX que as hortas urbanas emergem na Europa, sendo a Alemanha, como refere Gonçalves (2014: 7), “identificada como o país pioneiro da Agricultura Urbana na Europa, estando a origem das Hortas Urbanas associada ao nome de Daniel Gottlieb Moritz Schreber (1808-1861), um chefe de clínica ortopédica alternativa, localizada na cidade de Leipzig”.

Estas hortas estavam integradas num parque infantil destinado a crianças debilitadas e tinham uma função educativa. Contudo, refere Gonçalves (2014: 7), que “dado o desaparego das crianças por este tipo de atividade, acabaram por ser os pais a usufruir da mesma, alargando os canteiros em lotes de dimensões físicas um pouco maiores, (...)” destinados às famílias, e designados por “Familienbeeten” (Jardins familiares) e mais tarde conhecidos como “Schrebergärten” (Jardins de Schreber) (Fig. 3.2.).

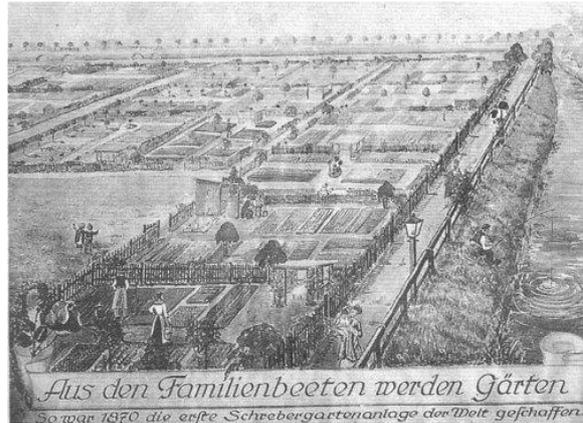


Figura 3.2. Jardim familiar (Familienbeeten).
Fonte :Schrebervereine und Schrebergärten (Jardins de Schreber) (2005)

Segundo Smit *et al* (2001: 18), Schreber, concebeu estas hortas “como resposta às condições de vida e nutricionais dos trabalhadores pobres”, nomeadamente em cidades mais industrializadas e com mais problemas socioeconómicos, como Berlim onde eram, e ainda são, conhecidas por “Laubenkolonien” (Colónias de casas de verão). Segundo Turowski (2002), esta versão berlinense das hortas urbanas eram “uma expressão da pobreza e miséria das pessoas envolvidas”.

No Reino Unido, a Agricultura Urbana teve um grande desenvolvimento no século XIX, como resposta à crise social e económica que afetou as classes sociais mais pobres, resultante da Revolução Industrial a qual, como se referiu no capítulo anterior, contribuiu igualmente para a emergência da Economia Social.

Com a industrialização e o rápido crescimento das cidades, a Agricultura Urbana era vista como um meio para melhorar as condições de vida dos mais pobres.

“Londres nos anos 80 do século XIX foi a primeira “cidade industrial global”, em parte identificada pelos seus enormes bairros de lata. Os parques públicos foram desde cedo um “instrumento de reforma social”, um esforço para trazer os espaços verdes às classes pobres mas a agricultura urbana desde cedo se tornou noutra ferramenta para melhorar as condições das massas de trabalhadores urbanos” (Green, 2012).

Ainda no Reino Unido, em 1898 Sir Ebenezer Howard (1850-1928), “influenciado pelas ideias utópicas de Peter Kropotkin, criou o conceito de Cidade Jardim” (Green, 2012) dando origem ao movimento das Cidades Jardim que visava criar cidades autónomas, envolvidas por corredores verdes, onde coexistam, de forma equilibrada, áreas residenciais, industriais e agrícolas.

Um dos melhores exemplos de produtividade em Agricultura Urbana no século XIX é o sistema “Marais” de Paris, um sistema de cultivo que permitia obter colheitas anuais superiores a 100.000 toneladas de vegetais.

Este sistema de cultivo era sustentado pelo uso de aproximadamente um milhão de toneladas de estrume produzidos em cada ano pelos cavalos (...) do sistema de transportes de Paris. Um excedente de solo foi produzido para expandir a área de produção em 6% ao ano. Em termos de energia, de massa e

monetários, os *inputs* e os *outputs* do agroecossistema urbano de Paris excedem a maior parte dos exemplos atuais de produção agrícola industrializada.

(...) O sistema de cultivo de Marais baseava-se na utilização de mão-de-obra intensiva (...). O casal de agricultores deixava a fazenda a meio da noite para estar em Halles (mercado principal) às 4 horas da manhã. A mulher geralmente vendia os produtos enquanto o homem recolhia os resíduos da rua e dos matadouros e voltava à fazenda.

(...) Três fatores levaram ao seu rápido declínio no início do século XX – a substituição dos cavalos pelos carros, a competição por terrenos no interior da cidade, e a competição de áreas fora da cidade, com clima mais favorável, facilitada pelas melhorias nos sistemas de transporte. (Smit *et al*, 2001: 8)

O declínio da agricultura urbana na Europa, no início do século XX, foi interrompido pelas duas guerras mundiais, período durante o qual as hortas urbanas foram muito importantes para a resiliência alimentar das cidades dos países em conflito como Londres, uma das cidades onde as hortas urbanas mais cresceram durante a guerra (Fig. 3.3.).

Segundo Smit *et al* (2001: 18), “durante as duas guerras mundiais metade da nutrição (para além dos cereais) das cidades, em ambos os lados do conflito, era produzida no interior e nos limites das cidades”.

Depois da II Guerra Mundial o declínio da Agricultura Urbana acentuou-se, voltando a recuperar a sua importância a partir dos anos 70 do século XX. Essa expansão foi particularmente significativa na Europa de Leste, principalmente durante o período de transição para uma economia de mercado, com o agravamento das condições económicas nesses países (Smit *et al*, 2001: 18).

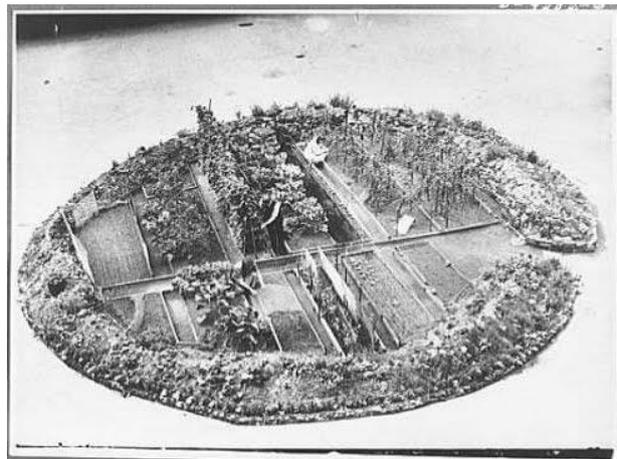


Figura 3.3. Horta construída na cratera de uma bomba. Londres, anos 40 do século XX.

Fonte: The Urban Picturesque (2010)

Vários são os países europeus com fortes tradições na Agricultura Urbana, destacando-se a Alemanha, o Reino Unido, a França, a Áustria, a Noruega, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a Itália, entre outros, onde as hortas urbanas desde sempre tiveram uma função económica, de sobrevivência, nomeadamente nos períodos de guerra e de acentuada pobreza, e funções terapêuticas e de lazer em períodos de menor tensão. Na atualidade têm vindo a assumir um papel de relevo no planeamento urbano e na resiliência alimentar das cidades, como adiante se verá.

Por último, importa fazer uma breve referência ao caso de Portugal, país com fortes tradições rurais mas que não tem tradições de Agricultura Urbana comparáveis ao que se observa nos países europeus anteriormente referidos.

O Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, um dos maiores defensores da Agricultura Urbana, associa a sua debilidade no contexto português a fatores de ordem sociológica: “as pessoas que estão instaladas na cidade nunca iriam aceitar essa mudança para o ambiente rural” porque “em

Lisboa, as pessoas estão convencidas que a paisagem urbana tem de ser constituída por prédios, e que o resto simboliza um atraso” (Telles, 2011).

Contudo, Ribeiro Telles recorda que, em 1987, só em Lisboa existiam 3000 famílias que dependiam exclusivamente das suas hortas para não passarem fome²⁴. Segundo Gonçalves (2014: 43), referindo dados da Câmara Municipal de Lisboa, o ano de 1987, foi aquele em que as hortas urbanas atingiram a sua área máxima, decaindo de forma continuada durante os anos 90 do século XX e da primeira década do século XXI, devido ao forte crescimento da construção.

Nos últimos anos a Agricultura Urbana adquiriu importância no âmbito das políticas públicas que conduziram à sua institucionalização e ao reconhecimento do seu contributo para a sustentabilidade das cidades e que levou ao desenvolvimento de muitas hortas urbanas, com especial relevo para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, onde tradicionalmente o desenvolvimento dessas hortas estava associado a práticas informais, não planeadas.

3.2.2. América

No continente americano a origem da agricultura urbana remonta provavelmente ao século XIV, à civilização Asteca, no México, que, segundo Cartwright (2014), conseguia fornecer, “através de uma combinação de vantagens climáticas, de diversos métodos de irrigação artificial, e de uma vasta experiência em agricultura, uma surpreendente variedade de produtos agrícolas que lhes deu uma das mais variadas cozinhas do mundo antigo”.

Esse sistema foi encontrado pelos exploradores espanhóis em Tenochtitlan, atual Cidade do México, que, segundo Smit *et al* (2001, 28), ficaram surpreendidos “por encontrarem uma cidade maior do que qualquer outra na Europa, substancialmente sustentada pelo sistema de agricultura urbana Chinampas”, o qual se baseava num sistema artificial de alagamento de terrenos utilizados para cultivo, cobrindo várias áreas da bacia dos lagos de Chalco e de Xochimilco.

Nos Estados Unidos, os primeiros emigrantes europeus levaram consigo o conhecimento e experiência em agricultura urbana, adquiridas nas suas comunidades. “Este sistema foi aperfeiçoado em centenas de comunidades ideais ou planeadas desde o Maine ao Iowa (p.e. New Harmony, em Indiana e Salem, na Carolina do Norte) como os colonatos de brancos que se moviam para oeste” (Smit *et al* 2001, 21).

Com a crise económica de 1882, desenvolveram-se hortas comunitárias nas maiores cidades. Em Detroit, fortemente atingida pela depressão económica, a taxa de desemprego atingiu os 35%. O município distribuiu 430 hectares de terrenos baldios e aráveis por famílias carenciadas, o que resultou na produção de toneladas de legumes.

“Em 1900, a agricultura urbana nos Estados Unidos e Canadá era uma expressão da emigração europeia. (...). Algumas cidades, incluindo Filadélfia, tinham leis que concediam, aos agricultores urbanos, taxas especiais mais vantajosas relativamente a outros negócios (Smit *et al*, 2001: 22).

²⁴ MUDEAA - Manifesto Urbano de Alimentação Alternativa (2012)

Durante a I Guerra Mundial (1914-1918), ao significativo aumento de preços dos bens alimentares juntou-se a sua escassez o que levou o Governo Americano a promover a construção de Hortas Urbanas fundando, em 1917 a 'National War Garden Comission' (Gonçalves, 2014: 9).

Em 1918 foi elaborado o programa 'United States School Garden Army,' que visava incorporar a educação agrícola e a produção de alimentos nos currículos da escola pública (McKelvey, s.a.). "Graças a estas iniciativas, o número de Hortas Urbanas nos Estados Unidos da América passou de 3.000.000 para 5.285.000, no espaço de um ano" (Kearney, 2009, citado em Gonçalves, 2014: 9).

Com o fim da guerra a Agricultura Urbana sofreu algum declínio até à Grande Depressão, em 1929. Contudo, em 1934 já era praticada por mais de 23 milhões de agregados familiares, atingindo uma produção de 36 milhões de dólares (McKelvey, s.a.).

Na II Guerra Mundial, a 'War Food Administration' criou o 'National Victory Garden Program' (Fig. 3.4.), o qual definiu um conjunto de cinco objetivos principais²⁵:

- Reduzir a procura de vegetais, garantindo uma maior disponibilidade para as Forças Armadas;
- Reduzir a procura de materiais estratégicos utilizados no processamento e embalagem dos alimentos;
- Aliviar a sobrecarga no transporte de munições de guerra libertando as transportadoras de produtos agrícolas;
- Manter a vitalidade e moral dos Americanos na frente interna, através da produção de vegetais nutritivos ao ar livre;
- Conservar frutos e vegetais para uso futuro em situações de escassez.

Nos anos 50 do século XX, a Agricultura Urbana entrou em recessão nos Estados Unidos e só nos anos 70 começou a ressurgir, em parte como resultado de preocupações sobre a qualidade da alimentação, o que levou ao aumento da procura de alimentos produzidos localmente (Smit *et al*, 2001: 22).

Na década de 70 do século XX "cresceu um novo interesse pela horticultura comunitária como uma expressão do ativismo urbano e de uma nova ética ambiental" (Lawson, 2009: 13).

Nos anos 90 o Canadá começou a ter um papel de relevo na dinamização da agricultura urbana, destacando-se dois factos:

Vancouver acolhe o mais importante *site* na *internet* relacionado com o tema (www.cityfarmer.org²⁶), e o

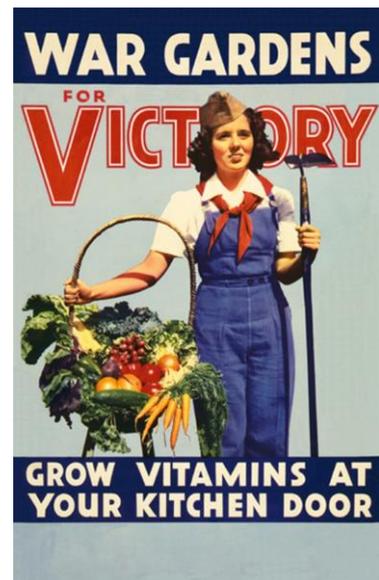


Figura 3.4. Cartaz do programa 'Victory Garden'.
Fonte: Ultra Swank(2013)

²⁵ Sprouts in the sidewalk (s.a.)

²⁶ City Farmer News (2016)

International Development Research Centre (IDRC), pertencente ao governo, tem actualmente o mais importante programa de financiamento global, Cities Feeding People (Smit *et al*, 2001: 22 - 23).

Na América Latina, a Agricultura Urbana começou a ter algum desenvolvimento nos períodos pós-independências no século XIX e ganhou maior expressão após a II Guerra Mundial. Associadas a estes fatores estão transformações demográficas e socioeconómicas relacionadas com a distribuição da população, nomeadamente a de menores recursos.

“Até à primeira metade do século XX, as zonas rurais da América Latina e do Caribe (ALC) concentravam os maiores níveis de pobreza. Entretanto, com o passar dos anos, os pobres migraram para as cidades buscando mais renda e melhor qualidade de vida” (Santandreu *et al*, s.a.).

Com o crescimento das cidades, a Agricultura Urbana foi ganhando expressão nos bairros mais pobres e “durante as décadas de 1970 e 1980, a Agricultura Urbana na América Latina recebeu apoio, como programa de apoio social, de alguns governos, igrejas e instituições de caridade” (Smit *et al* 2001: 25).

Smit *et al* (2001: 25) referem várias etapas do desenvolvimento da Agricultura Urbana, o qual, como referido, esteve sempre associado a programas de apoio. São exemplos: a criação de hortas escolares no Panamá apoiadas pela UNICEF; o apoio tecnológico dos Estados Unidos a projetos de Agricultura Urbana em Bogotá, na Colômbia e em Valparaíso-Santiago, no Chile; a introdução de tecnologia asiática e europeia, nos anos 80 do século XX, especialmente em projetos de aquicultura; o desenvolvimento de programas de Agricultura Urbana na Argentina, Brasil e México.

Gonçalves (2014: 13) refere que em Cuba, de 1992 a 2000, “verificou-se um aumento da produção urbana de alimentos na ordem dos 300%. Em igual período de tempo, constatou-se que as crianças passaram a consumir quatro vezes mais vegetais, comparando com os dez anos antecedentes”.

“Em Abril de 1995, 50 especialistas em agricultura urbana e gestores de projetos reuniram-se em La Paz, na Bolívia, e formaram a “Rede Latino-Americana de Investigação em Agricultura Urbana (AGUILA) ” para promover esta atividade” (Smit *et al*, 2001: 25).

3.2.3. África

O relato sobre a prática da Agricultura Urbana na Mesopotâmia, anteriormente referido, é revelador da existência de práticas ancestrais desta atividade no continente africano, mais concretamente no médio oriente, em regiões onde floresceram no passado grandes civilizações, aproveitando as águas de rios como o Nilo, o Tigre ou o Eufrates.

Smit *et al* (2001: 12) considera que o Norte de África, incluindo o Médio Oriente, está entre as regiões do globo “onde a agricultura urbana tem sido menos reconhecida, apesar de nos últimos anos esta falta de visibilidade estar finalmente a recuar”, dando exemplos de projetos de poupança de água em Israel, de programas de investigação, multidisciplinares, em Beirute e de censos em Amã sobre agricultura urbana que tiveram lugar nos últimos anos do século XX.

Ainda assim, fatores climáticos, políticos, sociais e religiosos, têm condicionado bastante o desenvolvimento da Agricultura Urbana nesta parte do continente africano, dadas as limitações que cada um deles impõe, seja a aridez dos solos, a escassez de água ou restrições à produção de determinados alimentos, nomeadamente de origem animal.

Na África subsariana a agricultura urbana apresenta, segundo Smit *et al* (2001: 15), uma “contradição – tem uma relativamente longa tradição e é amplamente praticada, apesar de na maior parte dos países sempre ter sido desvalorizada pelas autoridades públicas”.

Contudo, com as crises económicas, a escassez de alimentos e a rápida urbanização na sequência das independências, passou a haver uma nova abordagem da Agricultura Urbana no continente africano.

Na Zâmbia, “a política oficial, até final da década de 70 do século XX, era completamente antagónica para com a agricultura urbana (...)”. Contudo, no final da década “o agravamento das condições económicas e do abastecimento de alimentos forçou uma mudança das políticas” (Smit *et al*, 2001: 16).

Durante os anos 80 do século XX várias inovações em Agricultura Urbana tiveram lugar em África. Emigrantes libaneses levaram para o Senegal sistemas intensivos de produção de vegetais, emigrantes vietnamitas levaram vegetais asiáticos para a Costa do Marfim e tecnologia sul-africana na área da avicultura foi transferida para a Zâmbia (Smit *et al*, 2001: 16).

Vários países, como a Tanzânia, Zâmbia e Moçambique, adotaram políticas que favoreciam a agricultura urbana. No Maputo, a agricultura surgiu na zona periurbana

como uma atividade derivada de aspetos históricos, culturais, políticos e socioeconómicos. Nos primeiros anos do período pós-independência, momento em que redefine-se o que é o espaço urbano e cria-se os rótulos desta abordagem, a produção agrícola periurbana é incentivada como um modelo de subsistência e pela formação de associações de produtores agrícolas (Sousa, 2014: 101).

Estas associações surgem, nesse período, como um agrupamento de pessoas que partilham um determinado território para a atividade agrícola. Os seus objetivos estão centrados na resolução de questões internas aos associados bem como outros fatores ligados à atividade, como o acesso a materiais primários de produção, a comercialização quando espectável etc. Os associados possuíam total liberdade na decisão do plantio e de como plantar, bem como na finalidade da produção (Chicamisse, 2005; Siteo, 2010, citados em Sousa, 2014:101).

“Com algumas exceções, a Agricultura Urbana em África é hoje menos eficiente e produtiva do que na Ásia e Europa. Em geral, ela enquadra-se numa categoria informal quase-legal” (Smit *et al*, 2001: 17).

3.2.4. Ásia e Oceânia

Os países asiáticos, onde as cidades têm tradicionalmente grandes crescimentos populacionais, têm uma longa tradição em Agricultura Urbana e desde sempre reconheceram os benefícios da reciclagem de resíduos para fins agrícolas (Smit *et al*, 2001: 9).

Para garantir a autossuficiência das suas cidades em produtos hortícolas, antes do desenvolvimento das redes de transportes e de armazenamento, os países asiáticos estimularam a prática da Agricultura Urbana.

No século XIX na China, milhares de grandes e médias cidades superaram-se na prática da agricultura urbana, uma atividade maioritariamente praticada por mulheres e que foi responsável pela prevenção da fome nos meios urbanos desde a II Guerra Mundial.

Nos anos 60 do século XX, a China reformulou os seus regulamentos relativos ao uso da terra e desenvolveu uma política e uma estratégia urbana específicas que incluía a autonomia em vegetais e proteínas para as suas cidades em crescimento (Smit *et al*, 2001: 9).

Smit *et al* (2001: 9) refere algumas iniciativas em diferentes países e diferentes épocas, de grande importância para a afirmação da agricultura urbana no continente asiático, que a seguir se sintetizam:

- Nos anos 80 do século XX o projeto MERECE (Managing Energy and Resources Efficient Cities), apoiou um programa de agricultura urbana em Tacloban, nas Filipinas, que se tornou um modelo;

- No início do século XX, em Karachi, no Paquistão, foi implementado um sistema avançado de agricultura urbana, através do qual hortas intensivas eram irrigadas a partir de um rio subterrâneo, entre outras inovações;

- Colombo e outras cidades no Sri Lanka promoveram o uso de lixo urbano e de terrenos livres para a produção de vegetais nutritivos em pequena escala;

- A Indonésia, em particular Java, com uma longa tradição em agricultura urbana desenvolveu, alguns séculos atrás, sistemas de cultivo 'aqua-terra' em zonas húmidas;

- O Japão, que tem pouca terra cultivável, implementou um sistema de impostos e de uso da terra que favoreceu a agricultura urbana. Nos anos 60 do século XX implementou o CSA (Consumer-supported Agriculture), um sistema ao qual pertencem milhões de Japoneses, os quais pagam aos produtores no início de cada estação, assegurando alimentos frescos aquando da colheita.

A Austrália e a Nova Zelândia, historicamente conhecidas pelos amplos espaços e baixa densidade populacional expandiram rapidamente a Agricultura Urbana.

Na Austrália, onde o nível de participação pública nas atividades de agricultura urbana e jardinagem é tradicionalmente elevado, a Agricultura Urbana foi introduzida por horticultores chineses e as suas práticas foram importantes para proteger as primeiras povoações australianas do risco de escorbuto associado à dieta típica colonial, baseada na carne bovina e no chá²⁷.

²⁷Urban Agriculture Australia (2012a)

3.3. Multifuncionalidade da Agricultura Urbana

Referiu-se no início do capítulo que a multifuncionalidade da Agricultura Urbana representa um importante contributo para a sustentabilidade social, económica e ambiental das cidades e para a resiliência, soberania e democracia alimentares. A Agricultura Urbana possibilita ainda o desenvolvimento de atividades que são do domínio da agricultura social, nomeadamente terapêuticas, educativas e de socialização.

Uma breve análise da evolução histórica da Agricultura Urbana põe em evidência que a principal função desta atividade quase sempre correspondeu à produção de alimentos, para venda ou autoconsumo, particularmente nos períodos de maior escassez, relacionados com períodos de depressão económica ou de guerra.

Atualmente, com uma população mundial mais urbana do que rural e com as crescentes preocupações relacionadas com a segurança e resiliência alimentares, a produção de alimentos tem adquirido um especial significado à escala global.

A Agricultura Urbana oferece uma alternativa ao uso da terra para a integração de múltiplas funções em áreas densamente povoadas. Nestas regiões²⁸, a agricultura urbana oferece uma nova fronteira para os especialistas em uso do solo e para os paisagistas, envolvendo-os no desenvolvimento e na transformação das cidades para apoiar as terras comunitárias, hortas urbanas, hortas em terraços, jardins comestíveis, florestas urbanas e outros recursos produtivos do ambiente urbano. Apesar do crescente interesse em agricultura urbana, os urbanistas e paisagistas estão frequentemente mal preparados para integrar a lógica dos sistemas alimentares nos planos futuros para as cidades. O desafio (e a oportunidade) é conceber espaços urbanos agrícolas multifuncionais, compatíveis com as necessidades específicas e preferências dos residentes locais, enquanto também protegem o ambiente (Lovell, 2010: 2499).

Zeew e Drechsel (2015: vii-viii) acrescentam outros caminhos para a Agricultura Urbana, não apenas enquanto recurso estratégico para “minorar os efeitos da pobreza, promover a inclusão social e melhorar a segurança alimentar e a nutrição da população urbana pobre”, e que ainda pode proporcionar “oportunidades recreativas para os cidadãos urbanos”. Assim, e segundo as tendências mais recentes:

- Os governos locais começaram a apoiar a agricultura urbana pelos serviços ecológicos que presta (p.e. redução do aquecimento urbano, gestão das águas pluviais, gestão da biodiversidade) e o seu papel na gestão de catástrofes e na adaptação da cidade às alterações climáticas.
- Outras cidades procuram estabelecer circuitos alimentares curtos e promover o consumo de comida produzida nas regiões urbanas de modo a reforçar a resiliência do sistema alimentar urbano e estimular a economia local.
- Verifica-se igualmente uma maior consciencialização para um fortalecimento da relação água-energia-alimentos e de processos em circuito fechado (economia circular, eco saneamento) através da

²⁸ Referência aos EUA.

recuperação e reutilização de recursos, transformando, por exemplo, resíduos orgânicos e águas residuais, excesso de energia, calor ou CO₂ da indústria, em recursos com valor para a produção alimentar urbana.

- Um alargamento do foco da investigação e do planeamento de uma agricultura urbana para um sistema alimentar urbano (cidade-região/região urbana), incluindo a produção alimentar (intra- e peri-) urbana, bem como o processamento da produção local, o seu marketing/distribuição, a gestão do desperdício alimentar (incluindo a recuperação e reutilização de recursos), e os serviços de abastecimento e suporte.
- Como consequência, um rápido crescimento de um conjunto de evidências e de conhecimento baseado na experiência (Zeew e Drechsel, 2015: viii).

Contribuir para a resiliência dos sistemas alimentares urbanos é uma das principais funções da Agricultura Urbana. Tal implica, segundo Wiskerke (2015: 15-21):

- “Adotar uma perspetiva de região urbana” (cidade-região), por ser aquela que, por uma questão de escala, permite implementar soluções abrangentes e integradas;
- “Ligar fluxos”, de modo a que recursos desperdiçados possam ser recuperados para os fluxos que criam valor;
- “Criar sinergias”, através do desenvolvimento de uma agricultura urbana e periurbana multifuncional que sirva vários propósitos em simultâneo;
- “Planear sistemas urbanos alimentares resilientes”, introduzindo a alimentação na agenda das políticas e do planeamento urbano e que tornem a “produção de alimentos um meio adequado para a integração das dimensões económica, social e ambiental da sustentabilidade, bem como a abordagem de questões como a justiça e a saúde”.

Numa dupla perspetiva de sustentabilidade ambiental e de saúde pública, a Agricultura Urbana pode igualmente desempenhar um importante papel na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, nomeadamente a produção biológica (agricultura biológica), as quais excluem a quase totalidade de produtos químicos de síntese e têm no solo, enquanto sistema vivo, o seu elemento fulcral.

Este modo de produção é, segundo Ferreira *et al* (2002: 14), “um modo de produção agrícola que procura ser ecológico tanto quanto possível, baseado no funcionamento do ecossistema agrário e utilizando práticas agrícolas que fomentam o equilíbrio desse ecossistema e a manutenção e melhoria da fertilidade do solo”. Tratando-se de uma prática agrícola holística, pelos equilíbrios que procura estabelecer entre o solo, as plantas, os animais e o homem, representa um valioso contributo para a melhoria da qualidade de vida em áreas urbanas.

Mourão e Brito (2013: 5), referem outras funcionalidades da Agricultura Urbana, nomeadamente das hortas urbanas, as quais “podem ter um papel importante para o bem-estar dos cidadãos; para a melhoria da alimentação e da saúde das populações; para a sensibilização ambiental (ex: reutilização e reciclagem de resíduos urbanos orgânicos); e para a conservação de recursos naturais e de ecossistemas no meio urbano”.

Podem ter fins pedagógicos, culturais e, simultaneamente, fins sociais, facilitando trabalho e rendimento para grupos sociais mais desfavorecidos, diminuindo a pobreza e fomentando o empreendimento, nomeadamente junto de idosos, pessoas desempregadas ou sem-abrigo (Mourão e Brito, 2013: 5).

No meio urbano existem ainda outros locais como escolas, instituições públicas e de solidariedade social (IPSS) e instituições de saúde, onde a implementação de hortas, jardins ou outros espaços como varandas, pátios, janelas, etc., podem ter funções fundamentais, nomeadamente pedagógicas, de educação ambiental, de formação, ocupacionais e terapêuticas, contribuindo para a melhoria da saúde física, mental e emocional dos utilizadores (Mourão e Brito, 2013: 6).

Concluimos com uma proposta de Lovell (2010: 2503) relativamente a um conjunto de estratégias de planeamento para suporte das várias funções que são oferecidas pelas atividades de agricultura urbana e que, resumidamente, se sistematizam no quadro 3.1.

Quadro 3.1. Planeamento urbano para apoiar as diferentes funções da agricultura urbana

Fonte: Adaptado de Lovell, 2010: 2503).

Função	Descrição e Justificação	Estratégias de Planeamento
Produção	Produção de frutas, vegetais, plantas, plantas aromáticas e medicinais, carne, leite, ovos, queijo e outros produtos.	Disponibilizar terrenos adequados, acessíveis e seguros, com boa exposição solar e uma fonte de irrigação.
Conservação de Energia	Produção local de alimentos visando reduzir os consumos de energia associados a processos como o transporte e embalagem.	Desenvolver sistemas de transporte e redes de distribuição para o fornecimento eficiente de alimentos aos consumidores.
Gestão de Resíduos	Compostagem dos resíduos orgânicos para utilização como fertilizante na produção de vegetais.	Identificar sistemas para recolher, desviar e transportar resíduos orgânicos dos aterros sanitários para a agricultura urbana.
Biodiversidade	Produção de grande diversidade de espécies, de plantas autóctones e de sementes.	Converter áreas de baixa densidade em jardins e hortas comunitárias.
Controlo Microclimático	Alterações microclimáticas positivas resultantes do controlo da humidade, da proteção contra o vento e do sombreamento.	Permitir a plantação de vegetais comestíveis em áreas construídas para combater o efeito “ilha de calor” e outras condições climáticas desfavoráveis.
Espaços Verdes Urbanos	Contribuição dos jardins comunitários/quintais para aumentar os espaços verdes urbanos, melhorando o bem-estar e aspetos estéticos.	Apoiar os esforços para converter terrenos livres e abandonados em espaços verdes produtivos para uso dos residentes.
Revitalização Económica	Criação de novos empregos para os residentes locais e maior vitalidade resultante do incremento económico da comunidade.	Criar redes de ligação entre trabalhadores, agricultores/horticultores e mercados para ajudar a manter e a criar novas iniciativas/empreendimentos.
Socialização Comunitária	Contribuição da horticultura e jardinagem urbanas, enquanto atividade social, para que os membros da comunidade possam partilhar comida, conhecimento e trabalho.	Juntamente com os espaços verdes comunitários, integrar outras atividades e funcionalidades para encorajar a socialização.
Saúde Humana	Além dos benefícios no acesso a espaços verdes a agricultura urbana oferece comida saudável e promove a atividade física.	Explorar oportunidades para desenvolver programas comunitários em torno da horticultura/jardinagem que promovam um estilo de vida saudável.
Património Cultural	Possibilidade de acesso a alimentos étnicos raros que não estão disponíveis no mercado.	Integrar hortas comunitárias em áreas onde residam emigrantes, ligando-as a aspetos culturais.
Educação	Aprendizagem, por crianças e adultos, sobre alimentação, nutrição, culinária, ambiente, economia e culturas, através da agricultura urbana.	Oferecer programas de atividades agrícolas urbanas, particularmente durante o verão.

3.4. Panorama da Agricultura Urbana: âmbito internacional e nacional

Segundo dados da ONU, de 2014, citados em Wiskerke (2015: 1), em meados de 2009 a população mundial, que rondava os 6.800 milhões de habitantes, “tornou-se mais urbana do que rural” e por volta de 2050 “quando a população mundial, como previsto, chegue aos 9.500 milhões de habitantes, aproximadamente 66% da população mundial estará a viver em áreas urbanas”.

Existem ainda diferenças significativas entre os continentes quanto ao padrão de distribuição da população entre o meio rural e o urbano. Atualmente, a África e a Ásia ainda têm uma população predominantemente rural, contrariamente ao que acontece nos restantes continentes. Contudo, em

2050 todos os continentes terão uma população maioritariamente urbana²⁹. “Alimentar estas pessoas tornar-se-á mais desafiante sem soluções inovadoras para a produção e distribuição de alimentos em ambientes urbanos”.³⁰

A Agricultura Urbana representa parte significativa da resposta a esse desafio, dado o contributo decisivo que pode dar para a sustentabilidade e resiliência das cidades. Segundo a FAO³¹:

- a) A agricultura urbana é praticada por 800 milhões de pessoas em todo o mundo;
- b) As hortas urbanas podem ser até 15 vezes mais produtivas do que as explorações agrícolas;
- c) Uma área com um 1 m² pode fornecer 20kg de alimentos por ano;
- d) A horticultura pode gerar um emprego por cada 100 m² de área produtiva.

A seguir apresentaremos uma breve panorâmica da Agricultura Urbana no contexto internacional, através da qual pretendemos mostrar a diversidade de abordagens, de políticas e de programas nos diferentes continentes, com particular destaque para o continente europeu.

3.4.1. Âmbito internacional

Na Europa a diversidade de iniciativas é muito vasta, tendo a Agricultura Urbana uma dimensão e reconhecimento social nos países do Norte que é superior ao que se verifica nos países do Sul, predominando uma visão multifuncional, com preocupações não apenas de produzir para consumir mas também sociais, de lazer, pedagógicas, ambientais e terapêuticas, entre outras.

A Alemanha é um dos países onde a agricultura urbana sempre teve uma grande expressão. Segundo Smit *et al* (2001:21), “existem 80 mil horticultores comunitários, em terrenos municipais, em Berlim, com uma lista de espera de 16 000 pessoas”.

“Estas Hortas pertencem, na sua maioria, a Instituições, e são geridas por Cooperativas ou Associações de bairro, responsáveis pela manutenção das vedações, dos caminhos e dos abrigos, e responsáveis pelo controlo dos sistemas de rega (Folgosa, 2007, citado em Gonçalves, 2014: 14). As iniciativas mais comuns são os jardins comunitários, os centros educativos e as hortas urbanas.

Uma das cidades alemãs onde a agricultura urbana tem conhecido grande desenvolvimento e popularidade é Andernach³², uma ‘Edible City’ (Cidade Comestível), onde as práticas de agricultura urbana foram incorporadas no sistema urbano da cidade. As autoridades locais, através de uma abordagem “top-down”, introduziram um vasto programa de agricultura urbana, através do cultivo das parcelas de terreno que envolvem as muralhas históricas, e nas quais crescem uma grande diversidade de produtos hortícolas que podem ser colhidos ao longo do ano.

Andernach possui uma das maiores áreas de permacultura urbana da Alemanha na qual são produzidas uma grande diversidade de culturas que fornecem a região e a cidade com alimentos frescos a preços reduzidos.

²⁹ United Nations - Population Facts (2014)

³⁰ Foodtank (2013)

³¹ FAO (2016b)

³²Germany Sustainable Communities (s.a.)

Esta iniciativa visa desenvolver e capacitar a cidade no sentido de fomentar a coesão da comunidade, educar os seus residentes e as crianças, produzir alimentos e garantir trabalho a pessoas desempregadas e serve igualmente para se aprender mais sobre as complexidades da agricultura urbana e para implementar essas estratégias noutros contextos. A administração municipal pretende que no futuro sejam os cidadãos a garantirem a manutenção das hortas.

No Reino Unido, onde também a Agricultura Urbana sempre teve uma expressão muito forte, destacamos os exemplos de Londres e de Edimburgo. Em Londres, em 2006, a 'Greater London Authority Food Team' desenvolveu uma estratégia alimentar para a cidade, visando tornar o sistema alimentar da cidade mais saudável, sustentável e economicamente viável. "Inicialmente, a 'Food Strategy' focou-se na aquisição de refeições para as escolas e no aumento dos espaços verdes para a produção de alimentos". Posteriormente, a 'Capital Growth Initiative' "lançou e criou 2012 espaços de hortas urbanas antes dos Jogos Olímpicos de 2012 e continua a apoiar a comunidade produtora de alimentos em Londres" (Baker e Zeeuw, 2015: 38-39).

Na Escócia, em 2011, o 'City Council' de Edimburgo definiu o âmbito do projeto 'Sustainable Edinburgh 2020'³³, um conjunto de preocupações relacionadas com o acesso à terra, com uma alimentação saudável, o desperdício alimentar e a pobreza, tendo implementado um projeto de agricultura urbana, visando uma nova aproximação à questão alimentar, o qual permite à comunidade ter acesso a escolhas mais saudáveis e saborosas e que, simultaneamente, proporciona benefícios sociais, económicos e ambientais.

O 'Edible Edinburgh Sustainable Food City Plan' aposta na mudança cultural e no trabalho conjunto dos indivíduos, das famílias, dos grupos, das organizações e das empresas, no sentido de garantir sistemas alimentares mais sustentáveis e envolve representantes de entidades públicas, privadas e da economia social (município, hospitais, universidades, associações comunitárias, associações de produtores e de consumidores, associações ambientalistas, entre outros) que constituem o 'Edible Edinburgh Steering Group'.

O plano inclui um conjunto de ações que visam garantir: o crescimento do projeto, através da crescente disponibilidade de terra; a expansão e a proteção do papel dos 'grupos alimentares'; o combate ao desperdício alimentar; a procura de alternativas aos bancos alimentares; a procura de caminhos para a capacitação e o emprego no sector agrícola e alimentar; a implementação de metodologia de avaliação dos resultados atingidos.



Figura 3.5. Cartaz da iniciativa 'Edible Edinburgh'.
Fonte: Edible Edinburgh (2016a)

³³ Edible Edinburgh (2016a)

A Dinamarca, com um número de hortas urbanas superior a 62.000 é, segundo Folgosa (2007), citado em Gonçalves (2014: 14) o país europeu que “apresenta o maior número de Hortas Urbanas *per capita*, uma tradição que já remonta ao século XVIII”.

O projecto “DYRK Nørrebro”³⁴, em Copenhaga, é uma iniciativa de agricultura urbana que trabalha no sentido de expandir a cultura de vegetais em Nørrebro, Copenhaga, promovendo os circuitos alimentares curtos, e de criar novas comunidades urbanas multiétnicas, fortalecendo o espírito comunitário.

Na Holanda, as políticas e os programas municipais vão no sentido de reforçar o papel da Agricultura Urbana na melhoria das condições de saúde das populações e no desenvolvimento económico sustentável.

“A cidade de Roterdão adotou em 2012 o documento de estratégia política “Food and the City” como parte da sua “Agenda for Sustainable Rotterdam” (2011)”, cujo principal foco assenta em três áreas principais: melhorar a saúde dos cidadãos; reforçar o desenvolvimento económico sustentável; melhorar a qualidade dos espaços públicos (Baker e Zeeuw, 2015: 35-36).

Segundo Gonçalves (2014: 15), a cidade de Amesterdão “alberga cerca de 6 000 Hortas Urbanas em aproximadamente 300 hectares de terreno. A maioria destas hortas, com dimensões entre os 50 e os 300 metros quadrados, foi construída para fins recreativos e de lazer.

Ainda na Holanda, em Wageningen “é feita uma associação entre produtores e consumidores, cuja escolha das culturas é feita por ambos. Neste regime, cabe aos agricultores o cultivo em quantidade suficiente dos produtos, enquanto os consumidores realizam a sua própria colheita. Graças a estas iniciativas, e a todas as outras existentes na Holanda, estima-se que 33% da produção vegetal deste país tem origem nas grandes cidades (De Lange, 2011, citado em Gonçalves, 2014: 14).

Em França a diversidade de iniciativas de Agricultura Urbana é muito vasta. Como exemplos temos as hortas urbanas “nos ‘Jardins de la Crapaudine’, na cidade de Nantes, ao longo de uma área de cinco hectares. Estas hortas foram entregues pela autarquia a moradores de fracas possibilidades económicas, com o intuito de auxiliar o rendimento familiar, incentivar práticas agrícolas sustentáveis e criar e estreitar laços de vizinhança” (Folgosa, 2007, citado em Gonçalves 2014:15).

Em Paris, a “Ferme de Paris”³⁵, no bosque de Vincennes, é uma exploração municipal de 5 hectares onde existem hortas, pomares, jardins de plantas medicinais, criação de animais, e onde os residentes podem fazer trabalho voluntário. É igualmente um lugar de demonstração e de experimentação em eco pastorícia, permacultura e agricultura urbana, segundo o modo de produção biológico.

Espanha é outro dos países onde a Agricultura Urbana tem vindo a adquirir grande expressão. Folgosa (2007), citado por Gonçalves (2014: 16,) refere o exemplo de Barcelona “onde as Hortas Urbanas são disponibilizadas pelas Autarquias e entregues aos hortelãos mediante um contrato de arrendamento e/ou cedência gratuita por um período de cinco anos. Estes contratos estipulam não só a obrigatoriedade do cultivo, mas também a adoção de modo de produção biológica e ainda a

³⁴ Ecosistema Urbano (2011) confirmar que é com dois s

³⁵ Mairie de Paris (s.a.)

manutenção dos acessos a terrenos de cultivo e da área envolvente. Estas hortas encontram-se abertas a escolas e ao público em geral”.

Em Madrid, onde a rede de hortas urbanas é vasta, a Horta do Retiro³⁶ é um bom exemplo da multifuncionalidade da Agricultura Urbana. A Horta do Retiro engloba a “horta cidadã”, a “horta familiar”, a “horta escolar”, a ‘horta do *Instituto de Adicciones*’, a “horta-laboratório” e a horta *Somos naturaleza-haciendo huerta*.

Em Itália, Milão é uma das cidades onde a Agricultura Urbana tem maior expressão. A sul de Milão, encontra-se o ‘Parco Agricolo Sud Milano’ (PASM) o qual ocupa uma área de 46 000 hectares, envolvendo 61 municípios, incluindo o de Milão³⁷. O Parque integra e concilia preocupações de proteção ambiental com a defesa da atividade económica, gerada pela atividade agrícola, e tem em conta preocupações sociais e culturais³⁸.

Na Federação Russa, os serviços estatísticos apontam quatro categorias de lotes: jardins para cultivos de vegetais e plantas ornamentais; *dachas*, jardins para cultivo de vegetais e lotes para construção de casas unifamiliares, que no total correspondem a mais de 24 milhões de lotes, cobrindo mais do que 2,3 milhões de hectares, o que, se considerarmos um rácio de 2,7 pessoas por lar (Censos 2001), estes lotes envolvem, direta ou indiretamente, cerca de 64,8 milhões cidadãos russos que vivem nas cidades (Boukharaeva e Marloie, 2015: 21-22).

No continente americano, a realidade é bem diferente entre países como o Canadá e os Estados Unidos e os países da América Latina. Se nos primeiros predomina uma abordagem multifuncional da Agricultura Urbana, semelhante à que se verifica na Europa, já na América Latina as iniciativas de Agricultura Urbana estão predominantemente voltadas para as questões da alimentação e do autoconsumo, como instrumentos de combate à pobreza.

No Canadá, em Toronto, o ‘Toronto Food Policy Council’ tem desenvolvido um conjunto de políticas e programas em várias áreas, incluindo as hortas comunitárias, face às preocupações do município relacionadas nomeadamente com a institucionalização dos programas de emergência alimentar (bancos alimentares) (Baker e Zeeuw, 2015: 28).

Em Vancouver, a perspetiva é de que as hortas comunitárias não servem apenas para produzir alimentos. Na cidade existem mais de 75 hortas comunitárias localizadas nos parques, nos pátios das escolas, em propriedades privadas e até nos terrenos do “City Hall”³⁹.

Os Estados Unidos são igualmente um país com fortes tradições na Agricultura Urbana. Em “Nova Iorque existem mais de 1000 jardins comunitários em espaços públicos” e em Boston, “a ‘Boston Natural Areas Network’ é responsável por mais de 150 Hortas Comunitárias, que juntam mais de 10.000 pessoas (Duchemin *et al*, 2009: 43).

Detroit é das cidades norte americanas com mais tradições na agricultura urbana. Desde 2003 o “The Greening of Detroit’s”, o departamento de agricultura urbana, já criou mais de 1500 hortas. A sua missão é “apoiar os habitantes de Detroit a desenvolver uma relação saudável com a alimentação

³⁶ Red de Huertos Urbanos Comunitarios de Madrid (2011)

³⁷ FoodMetres (2012)

³⁸ Parco Agricolo Sud Milano (s.a.)

³⁹ City of Vancouver (2016)

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

através da autossuficiência na produção de alimentos e de uma maior consciencialização sobre horticultura, nutrição e sistemas alimentares locais”. Os seus valores são “a gestão do ambiente, a liderança na comunidade e a educação”.⁴⁰

Estima-se que “230 milhões de habitantes na América Latina praticam a agricultura, sobretudo horticultura, para fornecer alimentos a suas famílias ou obter renda com a venda dos produtos” (FAO, 2012: 4).

Em Cuba, onde a Agricultura Urbana é produzida intensivamente desde 1990, “o setor responde por 60% da produção hortícola e o consumo *per capita* de frutas e hortaliças dos cubanos excede o mínimo recomendado pela FAO/OMS” (FAO, 2012: 6).

Em Quito, no Equador, foi implementado o Projeto de Agricultura Urbana Participativa (AGRUPAR)⁴¹, o qual visa melhorar o emprego, o rendimento e a segurança alimentar de populações vulneráveis nas áreas urbanas e periurbanas de Quito. O programa foi lançado em 2002 e conta atualmente com 12.250 agricultores urbanos e periurbanos e 380 organizações comunitárias, apoiadas pelos governos local e nacional, ONG, universidades e sector privado. (Baker e Zeew, 2015: 44).

No Brasil, em Belo Horizonte, foi criada, em 1993, a Secretaria Municipal de Abastecimento com o objetivo de garantir a segurança alimentar de todos os cidadãos, através de um conjunto de medidas como a criação de incentivos para a produção local de alimentos em pequena escala.

Segundo dados do ‘World Future Council’ (2013), citados em Baker e Zeeuw (2015: 30-31), este programa já atingiu os seguintes resultados:

- A redução da mortalidade infantil em 60%, nos primeiros 12 anos;
- A redução da desnutrição infantil, em idades inferiores a 5 anos, em 75%;
- Um aumento do consumo de frutas e vegetais em 25%.

À semelhança da América Latina, também em África, onde, segundo a FAO (2012:14), 130 milhões de pessoas praticam a Agricultura Urbana, esta atividade destina-se a satisfazer necessidades alimentares básicas das populações, cada vez mais concentradas em torno das cidades para onde migram, fugindo aos conflitos, às secas e à fome. O panorama da Agricultura Urbana no continente africano é muito diverso, nomeadamente se considerarmos o Norte de África e o Médio Oriente por um lado e a África Subsariana por outro.

À medida que a urbanização se acelera na África Subsaariana, muitos países estão procurando desenvolver sua própria horticultura comercial para assegurar a segurança alimentar urbana. Muitas vezes o primeiro passo consiste em legalizar e proteger pequenas hortas que surgiram sem planejamento ou licença. Na República Democrática do Congo, por exemplo, a FAO prestou assessoria sobre medidas para regularizar títulos de 1.600 ha de hortas cuidadas por cerca de 20.000 produtores em cinco cidades” (FAO, 2012: 6).

No Maputo, em Moçambique, a União Geral de Cooperativas do Maputo (UGC), desenvolve atividades no âmbito da agricultura periurbana, envolvendo agricultores membros, o município do

⁴⁰ The Greening of Detroit (s.a.)

⁴¹ CONQUITO (s.a.)

Maputo e ONG, entre outros. Funciona segundo um modelo de gestão participada entre os membros associados e visa promover o desenvolvimento socioeconómico da localidade, a qualidade de vida, a segurança alimentar e a igualdade entre géneros (Sousa, 2014: 272). Cerca de 200 cooperativas e associações de produtores de Maputo são filiadas na UGC que se transformou numa das maiores organizações agrícolas de Moçambique, uma das 10 maiores empresas e um dos exemplos mais bem-sucedidos de organização de mulheres na África (FAO, 2013)⁴².

Na Faixa de Gaza, as condições socioeconómicas resultantes das restrições às importações e exportações, os elevados níveis de desemprego e de pobreza e o isolamento do território, contribuíram para o reconhecimento da necessidade de promoção da Agricultura Urbana, que corresponde a 90% de toda a agricultura neste território, visando melhorar a segurança alimentar e as condições de nutrição (Adam-Bradford e Veenhuizen, 2015: 400).

Na Ásia, a elevada densidade populacional das cidades e as grandes áreas de pobreza que se desenvolveram nas suas periferias contribui para que a questão do acesso aos alimentos seja um dos problemas centrais nessas cidades.

As iniciativas de agricultura urbana são inúmeras e a sua prática caracteriza-se por ser muito diversa, consoante o nível de desenvolvimento dos países. Em cidades como Manila, Banguecoque e Jacarta, as pessoas cultivam vegetais em qualquer terreno que encontrem, numa perspetiva de sobrevivência diária. Por outro lado, em Tóquio, predomina a agricultura vertical, intensiva e tecnologicamente evoluída, produzindo a uma escala comercial. Já em Singapura, é vista como uma questão de segurança nacional alimentar.⁴³

Como exemplo da dimensão da Agricultura Urbana no continente asiático referimos o caso de Seul, na Coreia do Sul que, em 2012, tinha 440.000 agricultores urbanos e uma área de cultivo de 84.2 hectares.⁴⁴

Por último, uma referência à Oceânia, onde a Austrália é o país que mais tem contribuído para o desenvolvimento da Agricultura Urbana. “Segundo o Australian Bureau of Statistics, cerca de 2,5 milhões dos agregados familiares australianos (aproximadamente 35%) produzem alguma da sua própria fruta e vegetais. Estima-se que esta produção seja aproximadamente de 110.000 toneladas de fruta e 153.000 toneladas de vegetais” (Brisbin, 2002: 3).

Em Camberra, o “Canberra City Farm”, uma organização sem fins lucrativos, tem por objetivo o “desenvolvimento de plataformas onde, de forma criativa, se partilha conhecimento e experiências de vida em harmonia com um ambiente local viável e saudável”⁴⁵. Os seus membros encontram-se mensalmente para discutir projetos e eventos futuro, para partilhar conhecimento e experiências, bem como trabalho e alimentos.

⁴² FAO (2013)

⁴³ Asia Weekly Cover Story (2016)

⁴⁴ Idem

⁴⁵Urban Agriculture Australia (2012b)

3.4.2. Âmbito nacional

Em Portugal, à semelhança do que se verifica noutros países, a Agricultura Urbana tem vindo a ganhar cada vez maior expressão, um pouco por todo o território, tendo maior relevância nos distritos do Porto e de Lisboa e no município do Funchal.

O modelo dominante é o das hortas urbanas vocacionadas para a produção de hortícolas destinadas a autoconsumo. Contudo, é possível identificar diversas iniciativas onde a multifuncionalidade da Agricultura Urbana está bem patente, nomeadamente através do desenvolvimento de atividades terapêuticas e educativas.

Para além de uma panorâmica muito geral da Agricultura Urbana em Portugal, faremos referência a algumas iniciativas que mais evidenciem a multifuncionalidade desta atividade, aspeto que é especialmente valorizado na nossa abordagem.

Segundo Gonçalves (2014: 28), existem em Portugal “107 “territórios” ocupados por Hortas Urbanas” sendo que as iniciativas municipais “na maioria das experiências é fulcral, atuando”, as Câmaras, “não só como agentes fomentadores da atividade da Agricultura Urbana, mas também incentivando a participação de indivíduos e de outras formas de sociedade organizada”.

Com base no levantamento feito por Gonçalves (2014: 29-38) é possível apresentar alguns dados que refletem a dimensão da Agricultura Urbana em Portugal⁴⁶. Assim:

- O distrito do Porto tem o maior número de Hortas Urbanas em Portugal, num total de 29, sendo especialmente relevante o Projeto “Horta à Porta” da LIPOR;
- No Município do Funchal existem 22 hortas urbanas, todas elas apoiadas pela Câmara Municipal do Funchal, no âmbito do Projeto “Hortas Urbanas Municipais”;
- No distrito de Lisboa existem 15 hortas urbanas, sendo especialmente relevantes as Hortas Comunitárias de Cascais e os Parques Hortícolas desenvolvidos pela Câmara Municipal de Lisboa;
- Os distritos de Faro e Bragança têm cada um seis hortas, Santarém tem cinco e Aveiro tem quatro;
- Os restantes distritos têm três ou menos hortas cada;
- Existem quatro tipos de hortas urbanas – sociais, recreativas, pedagógicas e empresariais;
- As hortas sociais representam a tipologia predominante.

Na região do Porto, um dos projetos de maior dimensão é o “Horta à Porta” – Hortas biológicas da região do Porto, um projeto desenvolvido pela LIPOR, Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto.

“Esta iniciativa passa pela criação de espaços verdes dinâmicos e úteis, promovendo a biodiversidade e boas práticas agrícolas, através da



Figura 3.6. Projeto “Horta à Porta”. LIPOR
Fonte: Norte (2009)

⁴⁶ Informação referente a 2014.

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

compostagem caseira e agricultura biológica, mas também pela promoção do contacto com a natureza, qualidade de vida, subsistência e responsabilidade social”⁴⁷.

Na prática, este projeto pretende disponibilizar talhões a particulares interessados em praticar a agricultura biológica e a compostagem. O projeto conta com 46 hortas ativas, com uma área mínima por talhão de 25 m², distribuídas por 8 concelhos

Em Lisboa, os Parques Hortícolas Municipais, da Câmara Municipal de Lisboa⁴⁸, que no próximo capítulo serão desenvolvidos com maior detalhe, são constituídos por mais de 400 lotes distribuídos por 12 parques.

Na cidade existem ainda hortas informais e associativas. Uma das hortas associativas é a horta da Associação dos Albergues Noturnos de Lisboa que fica situada na freguesia das Mercês e foi criada em 2010, em parceria com a SIC Esperança, num terreno de 500 m². Para além dos efeitos positivos na dieta alimentar dos 55 utentes, estas hortas são criadoras de “novas relações entre o espaço e a comunidade envolvente” (Barros, 2013: 94-95).

As 22 hortas urbanas do município do Funchal são hortas sociais, compostas por 646 talhões de cultivo em mais de 33 000 metros quadrados e visam melhorar a qualidade e a diversidade alimentar dos seus habitantes.

Por último, os Distritos de Bragança e Faro, os quais têm apenas hortas sociais. O Distrito de Faro tem 107 talhões e no Distrito de Bragança existem mais de 230 talhões de cultivo distribuídos por uma área superior a 10 hectares (Gonçalves, 2014: 35-36).

Com a abordagem do tema “A Agricultura Urbana”, julgamos ter ficado clara a importância e as possibilidades desta atividade, em diferentes contextos históricos e geográficos, e a sua crescente afirmação enquanto recurso multifuncional que procura responder a diversos problemas, atuais e futuros, de cidades em rápido crescimento.

Concluído o quadro teórico da dissertação, iniciaremos, com o próximo capítulo, o trabalho metodológico e empírico que nos permitirá responder à questão de partida: Que práticas de Economia Solidária estão presentes nas iniciativas de Agricultura Urbana do concelho de Lisboa?

⁴⁷ LIPOR (2016)

⁴⁸ Câmara Municipal de Lisboa (2016e)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPÍTULO IV. METODOLOGIA

Lembramos que para a concretização da investigação foram propostos os seguintes objetivos:

Objetivo geral/principal: Identificar as práticas de Economia Solidária (perspetiva da Macaronésia) que estão presentes em iniciativas de Agricultura Urbana do concelho de Lisboa.

Objetivos específicos:

- Selecionar iniciativas de agricultura urbana, de natureza formal e informal, associativa e municipal, do concelho de Lisboa.

- Identificar, através de metodologia quantitativa e qualitativa, o modelo de funcionamento e as práticas seguidas em cada um dos estudos de caso selecionados;

- Identificar, com base nos projetos da Economia Solidária da Macaronésia, as práticas que estão presentes nas iniciativas em estudo.

4.1. Estudo de caso

Segundo Lima e Pacheco (2006: 21), existe uma “diversidade terminológica no campo da investigação que o investigador deve clarificar”. De facto, essa diversidade verifica-se quando se consulta a diferente bibliografia disponível, nomeadamente quanto à metodologia, às técnicas e aos instrumentos, os quais devem ser adequadamente selecionados, tendo em vista a resposta à questão de partida e o cumprimento dos objetivos que nos propomos atingir.

Dado que estamos a estudar um fenómeno no seu contexto real, a nossa estratégia de investigação baseia-se no estudo de caso.

Apesar de alguma diferenciação, por vezes conceptual, conforme o enquadramento epistemológico dos autores, existe contudo, na bibliografia, um conjunto de características que ajudam a dar forma à metodologia dos estudos de caso, como a natureza da investigação em estudo de caso, o seu carácter holístico, o contexto e sua relação com o estudo, a possibilidade de poder fazer generalizações, a importância de uma teoria prévia e o seu carácter interpretativo constante (Meirinhos e Osório, 2010: 52).

Quanto à possibilidade de generalizações, as quais não consideramos nos nossos estudos de caso, Stake (2007: 23-24) afirma que “o estudo de caso parece ser uma base pouco sólida para a generalização”, dado que “o verdadeiro objectivo do estudo de caso é a particularização, não a generalização”.

Contudo, Stake (2007: 23) admite que “as generalizações sobre um caso ou alguns casos numa situação particular podem não ser consideradas generalizações e poderão necessitar de um rótulo – micro-generalizações – mas são generalizações que ocorrem regularmente durante todo o estudo de caso”.

Muitos autores consideram que a natureza da investigação em estudos de caso dá mais relevo às metodologias qualitativas, contudo, segundo Latorre *et al* (citados por Meirinhos e Osório, 2010: 52) o facto de o “estudo de caso ser visto com mais ênfase nas metodologias qualitativas, isso não significa, que não possam contemplar perspectivas mais quantitativas”. Stake (igualmente citado por Meirinhos e

Osório, 2010: 52), refere que “a distinção de métodos qualitativos e quantitativos é uma questão de ênfase, já que a realidade é uma mistura de ambos”.

Assim, nos nossos estudos de caso utilizámos métodos qualitativos que nos permitem uma maior abertura nas respostas e a sua análise interpretativa, e métodos quantitativos, resultantes da recolha de factos e do estudo da relação entre eles, o que implica a realização de medições que conduzam a conclusões quantificadas.

Esta combinação de métodos qualitativos com métodos quantitativos, designada por triangulação metodológica, torna o plano de investigação mais sólido, conforme referido em Carmo e Ferreira (1998: 183 e 184).

4.2. Critérios de seleção e de avaliação dos estudos de caso

Considerando a diversidade de iniciativas existentes no concelho de Lisboa e os objetivos que pretendemos atingir, considerámos três critérios principais que nos garantam que as iniciativas a selecionar sejam suficientemente representativas das diferentes realidades da agricultura urbana em Lisboa. Assim, foram considerados os seguintes critérios na seleção dos casos:

- a) a natureza da iniciativa;
- b) o tipo da iniciativa;
- c) a localização geográfica da iniciativa.

No quadro 4.1. estão descritos os critérios de seleção dos estudos de caso, anteriormente referidos.

No critério “natureza da iniciativa” considerámos iniciativas de natureza formal e informal. As de natureza formal podem ser municipais, se a gestão da iniciativa é da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, ou associativas, caso a gestão seja da responsabilidade de uma associação. As informais são iniciativas que se caracterizam por um certo grau de espontaneidade, em terrenos expectantes, e onde os cidadãos, individualmente ou em grupo, iniciam e mantêm hortas que, normalmente, se destinam à produção de alimentos para autoconsumo. Considerámos ainda como informais as iniciativas mantidas por cidadãos que partilham objetivos e valores comuns e que se organizam, informalmente, para gerir um espaço comum, segundo princípios de organização democrática ou sociocrática⁴⁹.

A aplicação deste critério visa cumprir o objetivo específico: selecionar iniciativas de agricultura urbana, de natureza formal e informal, associativa e municipal, do concelho de Lisboa.

O critério ‘tipo da iniciativa’ considerou dois tipos de hortas: as hortas em que os espaços de cultivo são constituídos por talhões, atribuídos individualmente, e as hortas em que a área de cultivo é comum, sendo esta partilhada pelos diferentes horticultores.

⁴⁹ A Sociocracia é um sistema de gestão no qual as decisões são tomadas considerando-se a opinião dos indivíduos. O termo foi cunhado por Augusto Comte na primeira metade do século XIX (Oxigénio, s.a.)

Segundo o critério 'localização geográfica da iniciativa' considerámos as iniciativas segundo a sua localização, mais periférica ou mais central, dentro nos limites geográficos do concelho de Lisboa e segundo as freguesias onde se localizam.

Quadro 4.1. Critérios de seleção dos estudos de caso

Natureza da iniciativa	Tipo da iniciativa	Localização geográfica da iniciativa
Horta formal - municipal Horta formal - associativa Horta informal	Horta em talhões individuais Horta partilhada	Distância ao centro/periferia Freguesia

Os critérios para a avaliação dos estudos de caso consideram princípios gerais da Economia Solidária, como a democracia, a solidariedade e a reciprocidade, bem como um conjunto de dimensões presentes nos projetos da Economia Solidária da Macaronésia (social; económico; cultural; ambiental; territorial; de conhecimento interativo; de gestão inovadora e político).

Os critérios de avaliação dos estudos de caso, as dimensões de análise e os indicadores constam do Anexo A.

4.3. Técnicas de recolha de informação

A seleção das técnicas de recolha de informação mais adequadas é fundamental para o cumprimento do objetivo específico do trabalho. Assim, utilizámos:

- a) o inquérito por questionário, dirigido a um conjunto de inquiridos escolhidos aleatoriamente entre os horticultores de cada uma das iniciativas;
- b) a entrevista semi-diretiva, dirigida a atores institucionais, responsáveis por cada uma das iniciativas, e a especialistas nas áreas da agricultura, ambiente, urbanismo e economia solidária;
- c) a observação participante.

Por limitações de tempo e de dimensão da dissertação, para a elaboração dos guiões dos inquéritos e das entrevistas foi selecionada, a partir do conteúdo do Anexo A, uma amostra de indicadores e dimensões de análise que julgamos ser realista, considerando os objetivos a atingir e o nosso conhecimento prévio da realidade das hortas urbanas no contexto nacional, e representativa dos projetos da Economia Solidária da Macaronésia.

4.3.1. Inquérito por questionário

“A recolha de informações segundo a técnica da observação extensiva assenta normalmente num questionário, que é apresentado a todos os componentes da amostra selecionada (...)” (Fernandes, 1995: 172).

A amostra foi selecionada através do método de amostragem casual, ou método probabilístico, sendo as pessoas (casos) que constituem a amostra, escolhidas ao acaso.

O guião do questionário, em Anexo B, foi construído a partir dos critérios, dimensões e indicadores constantes do Anexo A e engloba um conjunto de questões agrupadas em 4 secções:

- a) “Caracterização socioeconómica” dos utentes, constituída por 11 questões, maioritariamente fechadas;
- b) “Questões relacionadas com a atividade de agricultor urbano”, constituída por 5 questões, maioritariamente fechadas;
- c) “Questões relacionadas com os princípios e as práticas seguidas nas hortas onde pratica agricultura urbana”, constituídas por:
 - 26 afirmações relativamente às quais os utentes optam entre ‘sim’, ‘não’, ‘desconheço’;
 - 9 afirmações relativamente às quais é solicitado o grau de concordância dos utentes, numa escala de Likert com 5 níveis de resposta (de ‘discordo totalmente’ a ‘concordo totalmente’);
- d) “Questões relacionadas com as suas crenças e valores relativamente à agricultura urbana”, constituídas por:
 - 8 afirmações relativamente às quais é solicitado o grau de concordância dos utentes, numa escala de Likert com 5 níveis de resposta (de ‘discordo totalmente’ a ‘concordo totalmente’);
 - uma questão aberta através da qual é dada ao utente a possibilidade de acrescentar informação adicional.

4.3.2. Entrevistas semi-diretivas

A entrevista tem uma grande vantagem que é “a sua adaptabilidade”. Através de uma entrevista podem-se “explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos, coisa que o inquirido nunca poderá fazer” (Bell, 1993: 118).

Dado já existir algum conhecimento do fenómeno a estudar, optou-se por realizar entrevistas semi-diretivas, dirigidas quer a atores institucionais quer a especialistas, as quais permitem uma maior abertura nas respostas a questões previamente delineadas e consideradas pertinentes para a investigação.

O guião da entrevista a atores institucionais (ver Anexo C) é constituído por 26 questões, sendo a estrutura composta da seguinte forma:

- a) 3 questões relacionadas com o panorama da agricultura urbana no concelho de Lisboa;
- b) 18 questões relativas à iniciativa pela qual o(a) entrevistado(a) é responsável;
- c) 5 questões a partir das quais se pretende obter a opinião do(a) entrevistado(a) sobre os problemas atuais e as perspetivas futuras da agricultura urbana em Lisboa.

O guião da entrevista a especialistas (ver Anexo D) é constituído por 12 questões, as quais foram construídas com a preocupação de obter informação, em quantidade e qualidade, de atores com experiências e conhecimentos aprofundados em áreas relevantes para a investigação como agricultura, agricultura urbana, urbanismo, produção biológica, ambiente e economia solidária.

4.3.3. Observação participante

A observação participante “é praticada por aqueles que procuram viver no todo ou em parte a experiência dos grupos que estudam, de forma a chegar a uma visão interna da vida do grupo” implicando, “pois, que o observador se misture, mais ou menos, na vida do grupo, que se insira nas suas actividades” (Fernandes, 1995:177).

Através da observação participante, participámos em atividades quotidianas, juntamente com os horticultores, observámos e registámos alguns acontecimentos. Por motivos de racionalização do tempo disponível, a observação participante decorreu durante os períodos de realização dos inquéritos aos utentes.

4.4. Análise da informação

A informação recolhida através dos inquéritos, entrevistas e observação participante foi registada e analisada. Como refere Bell (1993: 160):

“uma centena de pedaços soltos de informação interessante não terá qualquer significado para um investigador ou para um leitor se não tiverem sido organizados por categorias. O trabalho do investigador consiste em procurar continuamente semelhanças e diferenças, agrupamentos, modelos e aspectos significativos”.

A análise quantitativa, feita através do uso de estatística descritiva, e a análise de conteúdo da informação obtida a partir das entrevistas e da observação participante, foi feita a partir da consideração das dimensões e indicadores referidos no Anexo A, visando atingir os objetivos específicos: “Confrontar as práticas seguidas em cada iniciativa, com os projetos da Economia Solidária da Macaronésia” e “Identificar os projetos da Economia Solidária da Macaronésia que estão presentes em cada iniciativa”, o que nos permitiu responder à questão de partida: “Que práticas de Economia Solidária estão presentes nas iniciativas de Agricultura Urbana do concelho de Lisboa?”.

No tratamento da informação utilizámos técnicas simples, de estatística descritiva, dado que não pretendemos fazer generalizações a partir dos dados obtidos. O tratamento estatístico e gráfico da informação foi feito com recurso a folha de cálculo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPÍTULO V. INICIATIVAS DE AGRICULTURA URBANA NO CONCELHO DE LISBOA

No presente capítulo vamos apresentar a diversidade de iniciativas de agricultura urbana no concelho de Lisboa e identificar as que foram escolhidas para estudos de caso no âmbito do presente trabalho.

5.1. Perspetiva histórica

Lisboa “fica situada no Sudoeste da Europa, banhada pelo estuário do Tejo, à latitude de 38°42' N e longitude de 09°10' W. Está situada numa zona de transição entre o oceano Atlântico e o Mediterrâneo e entre África e a Eurásia, o que lhe confere características únicas, contendo uma biodiversidade acima da média de outras cidades europeia” (Santos, 2015: 19).

Lisboa “nasceu de uma “citânia” localizada a norte do atual castelo de S. Jorge. Este seria um dos muitos núcleos humanos desenvolvidos no período pré-histórico. Através da acção povoadora dos romanos (195 a.C.), e inerente desenvolvimento socioeconómico, em breve lhe seria atribuída a classificação de “município”, usufruindo do seu equipamento urbano: monumentos, teatros, termas”⁵⁰.

“Olisipo (começou assim por se designar a cidade) caracterizava-se pela existência de um núcleo de população fixa defendida pela soldadesca. Nos seus arrabaldes foi-se agregando um bom número de famílias cultivadoras da terra que, em troca de pão, fruta, vinho, legumes e gado, recebiam proteção e defesa”⁵¹. A agricultura tem, assim, desde cedo, uma relevante função económica para a cidade.

Dentro da cidade, as hortas foram os primeiros espaços verdes, os quais começaram por surgir no centro histórico, nos núcleos mais antigos: Alfama, Graça e Castelo. Devido à morfologia do terreno, as hortas eram dispostas em socalcos, viradas a sul, sueste e sudoeste, serviam como “sala de visitas” da casa, ofereciam frescura no Verão e protegiam dos ventos no Inverno. Além de espaços de produção de alimentos, tinham grande importância para a vida social e sanidade dos bairros históricos. São exemplos, os Jardins da Lapa, Santa Catarina, as Encostas do Torel, S. José e S. Pedro de Alcântara (adaptado de Sánchez e Santos, 2010: 5).

A quase totalidade do espaço que atualmente constitui o tecido urbano de Lisboa, teve no passado uma grande tradição hortícola, a qual estará associada à expressão ‘alfacinhas’ para designar os habitantes de Lisboa.

“Com o abandono das práticas agrícolas nas quintas e campos, as hortas proliferaram entre os anos 30 a 60 do século passado, principalmente a partir dos anos 70 com a expansão dos bairros de génese ilegal, onde a horta era essencial para a sobrevivência de muitas famílias” (Santos, 2015: 45). O quadro 5.1. mostra a evolução da área de hortas urbanas em Lisboa (m²), entre 1947 e 2008.

⁵⁰ Câmara Municipal de Lisboa (2016d)

⁵¹ Idem

Quadro 5.1. Evolução da área de hortas urbanas em Lisboa (m²).

Fonte: Santos (2015: 46)

	1947	1967	1987	1995	2001	2006	2008
Hortas	380 818	1286 734	3 011 326	1 118 130	964 185	792 304	722 280
Hortas prisionais		15 033	7 210				
Hortas privadas	1406 634	1102 806	21519	36 849	36 849	34 913	32 851
Hortas abandonadas				13 939	13 939	13 939	81 003
Hortas privadas abandonadas		66 803					
Hortas em bairros de lata			6 654	6 654	6 654		
Ex-hortas com edificações provisórias			53 449	53 449	53 449	53 449	53 449
Viveiros			352 729	286 166	286 166	286 166	286 166
Agricultura				549 594	542 829	542 829	539 829
Agricultura remanescente	5544 422	3863 737	1028 338				
Agricultura (pomar)			1261				
Agricultura / olival			15 636	15 636	15 636	15 636	15 636
Olival			161 425	163 753	158 503	135 829	141 080
Montado de sobreiro			2 430	2 430	2 430	2 430	2 430

Conforme referido em Santos (2015: 46), “em 2008 as funções de produção encontravam-se associadas a apenas 129,4 ha (cerca de 1,6 % da área do Município de Lisboa) onde se incluem 75,5 ha de hortas urbanas e 53,9 ha de agricultura indiferenciada.

5.2. Mapeamento de iniciativas

As iniciativas de Agricultura Urbana em Lisboa enquadram-se em dois contextos distintos: um formal e outro informal. O primeiro abrange as hortas institucionalizadas, sejam elas municipais ou associativas, e o segundo as hortas não planeadas, em terrenos abandonados ou expectantes.

As iniciativas formais são, na sua grande maioria, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e com os seguintes contornos:

São jardins ou parques urbanos com todas as valências próprias destes espaços (áreas de relvado, parque infantil, quiosque, equipamentos de fitness, pistas cicláveis, entre outros) e onde se limitam áreas, também, para a prática da agricultura⁵².

Quanto à sua classificação, as hortas municipais podem ser, como referido em Santos (2015: 45), “hortas sociais, hortas de recreio, hortas de recreio coletivas e hortas pedagógicas”.

Em Lisboa as mais frequentes são as hortas sociais, de uso individual ou familiar, cujo principal objetivo é complementar as necessidades alimentares de pessoas e/ou famílias de poucos recursos, ou contribuir para o respetivo rendimento através da eventual venda de produtos. As hortas de recreio e as de recreio coletivas são menos frequentes e as que se prendem com fins de educação ambiental e de ensino das ciências da natureza são relativamente frequentes em especial junto a escolas (Santos, 2015: 45).

No mapa da figura 5.1. está assinalada a localização dos parques hortícolas da CML.

⁵² Câmara Municipal de Lisboa (2016e)

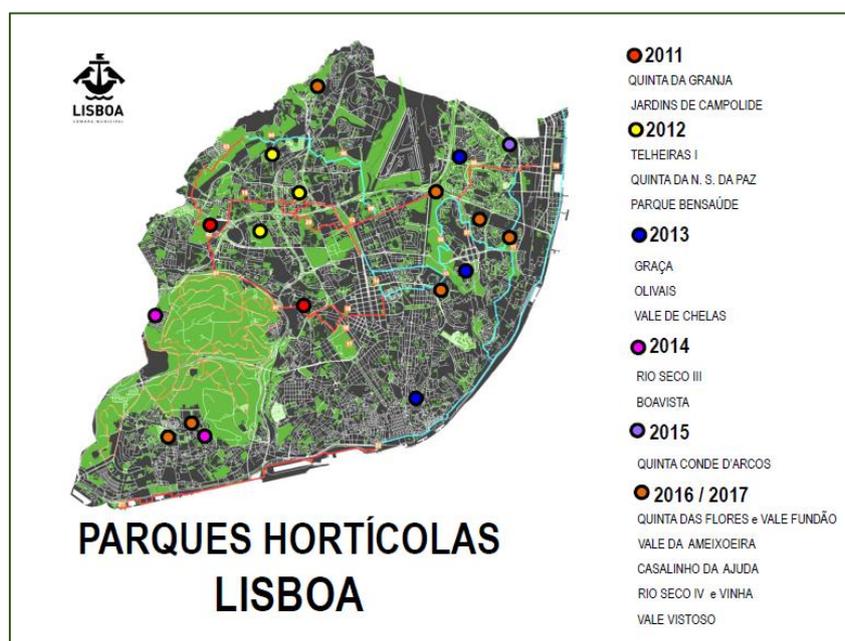


Figura 5.1. Parques Hortícolas de Lisboa.
 Fonte: Folgosa, (2016a)

No quadro 5.2. estão identificados e caracterizados os parques hortícolas municipais existentes e no quadro 5.3. os parques que estão em fase de obra e que a CML prevê inaugurar em 2016 e 2017.

Quadro 5.2. Parques hortícolas municipais na cidade de Lisboa.

Fonte: Folgosa (2016a)⁵³

Parques Hortícolas existentes					
Designação do Parque (ano de abertura)	Freguesia	Tipologia	Área (m ²)	Nº de Talhões	Nº de candidaturas (ano do concurso)
Quinta da Granja (2011)	Benfica	Hortas Sociais	8230	55	326 + 19 inválidas (2011)
Jardins de Campolide (2011)	Campolide	Hortas de Recreio	443	22	169 + 5 inválidas (2011)
Telheiras (2012)	Lumiar	Hortas de Recreio	1840	21 (1 talhão atribuído a associação)	225 + 4 inválidas (2012)
Quinta da N. S. da Paz (2013)	Lumiar	Hortas de Recreio	900	9	104 + 1 inválida (2012)
Parque Bensaúde (2013)	São Domingos de Benfica	Hortas de Recreio	1950	21 (1 talhão atribuído a associação)	110 + 1 inválida (2013)
Olivaes (2013)	Olivaes	Hortas de Recreio	2905	31	192 + 3 inválidas (2013)

⁵³ Rita Folgosa. Coordenadora do Grupo de Trabalho para a Promoção da Agricultura Urbana na Cidade de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa).

Parques Hortícolas existentes					
Designação do Parque (ano de abertura)	Freguesia	Tipologia	Área (m ²)	Nº de Talhões	Nº de candidaturas (ano do concurso)
Vale de Chelas (2013)	Marvila	Hortas Sociais	32550	217 (1 talhão atribuído a associação e 2 a Entidades)	170 + 3 inválidas (2013)
Graça (2014)	São Vicente	Hortas Sociais	428,5	6 (1 talhão atribuído a associação e 1 a Entidade)	Os talhões foram atribuídos a antigos hortelãos mais 1 a associação e outro a Entidade
Boavista-Eco Hortas (2014)	Benfica	Hortas Sociais	1350	15 (todos atribuídos a associação local)	Os talhões foram todos atribuídos a associação
Rio Seco III (2014)	Ajuda	Hortas de Recreio	710	5 (todos atribuídos a associações e coletividades locais)	Os talhões foram todos atribuídos a associações e coletividades locais
Quinta Conde D'Arcos (2016)	Olivais	Hortas Sociais	4440	44 (1 talhão atribuído a associação e outro a Entidade)	129 + 1 inválida (2015)

Relativamente a iniciativas futuras, a CML tem, em fase de obra, os parques hortícolas constantes do quadro 5.3.

Quadro 5.3. Parques hortícolas municipais na cidade de Lisboa, em obra.

Fonte: Folgosa, (2016a)

Parques Hortícolas em obra (abertura prevista para 2016/2017)		
Designação do Parque	Freguesia	Tipologia
Rio Seco IV	Ajuda	Hortas Sociais
Quinta das Flores ^(*)	Marvila	Hortas Sociais
Casalinho da Ajuda	Ajuda	Hortas Sociais (hortas a atribuir a uma associação local)
Vale da Ameixoeira	Santa Clara	Hortas Sociais
Vale Fundão	Marvila	Hortas Sociais
Parque da Vinha	Marvila	Hortas Sociais

^(*) Fase de candidaturas iniciada em 2015 (22 candidaturas até ao momento).

No âmbito da CML existem, ainda, algumas hortas dispersas, em terrenos do domínio privado municipal, como as hortas sociais do Baluarte de Santa Apolónia⁵⁴.

As hortas associativas identificadas são em número reduzido. Nesta categoria, a iniciativa de maior dimensão é da responsabilidade da Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (AVAAL) e localiza-se no Parque Agrícola da Alta de Lisboa (PAAL), na Freguesia de Santa Clara. Existem ainda talhões, nalguns parques agrícolas municipais, que estão atribuídos a associações, como referido no quadro 5.2.

⁵⁴ Câmara Municipal de Lisboa (2014)

As iniciativas informais localizam-se predominantemente na periferia da cidade, em zonas mais desfavorecidas, em particular na zona oriental de Lisboa onde estão identificados, entre outros, núcleos no Bairro do Oriente, freguesia dos Olivais e na zona de Chelas, freguesia de Marvila. No centro da cidade identificámos a horta do Clube Nacional de Natação, na freguesia da Estrela, e a Horta do Baldio, na freguesia do Areeiro.

5.3. Identificação dos estudos de caso

No capítulo anterior definimos os seguintes critérios para a seleção dos estudos de caso:

- a) a natureza da iniciativa;
- b) o tipo da iniciativa;
- c) a localização geográfica da iniciativa.

A partir destes critérios, descritos no quadro 4.1., procedemos à seleção das iniciativas de agricultura urbana no concelho de Lisboa que a seguir se apresentam e cuja caracterização é feita no capítulo seguinte.

As iniciativas foram selecionadas aleatoriamente e cumprem os critérios anteriormente definidos.

Assim, foram selecionados o Parque Hortícola do Vale de Chelas, o Parque Agrícola da Alta de Lisboa e a Horta do Baldio (Fig. 5.2.).

O Parque Hortícola do Vale de Chelas é uma iniciativa formal, municipal, situada na freguesia de Marvila, na parte oriental da cidade, com talhões atribuídos individualmente a cada horticultor.

O Parque Agrícola da Alta de Lisboa é uma iniciativa formal, associativa, da responsabilidade da Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa, situada na freguesia de Santa Clara, na parte norte da cidade, com talhões atribuídos individualmente a cada horticultor.

A Horta do Baldio é uma iniciativa informal, partilhada por um grupo de cidadãos que se organiza segundo princípios da sociocracia, situada na freguesia do Areeiro, numa parte mais central da cidade.

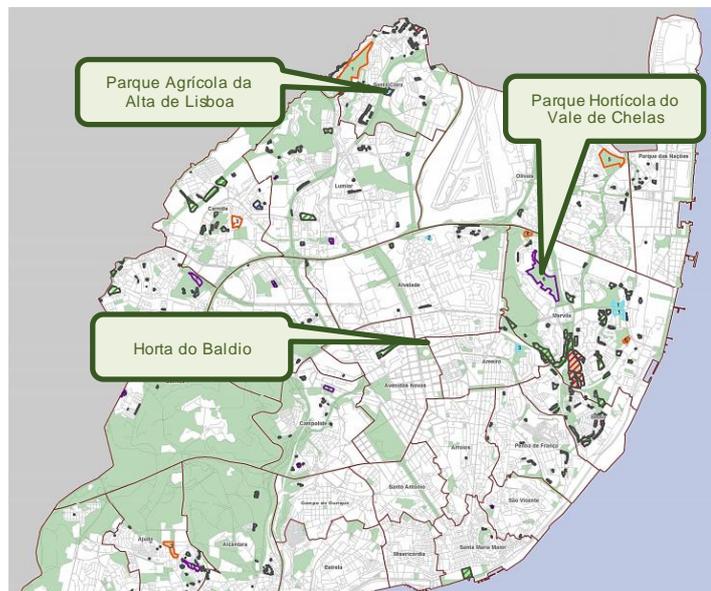


Figura 5.2. Localização dos estudos de caso.

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa (2016e)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPÍTULO VI. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo iremos proceder à análise e discussão dos resultados obtidos no trabalho de campo que decorreu entre os dias 7 de Abril e 2 de Junho de 2016 e que apresentamos no Anexo E. Os pedidos de autorização para a realização do trabalho de campo em cada uma das iniciativas foram efetuados em 23 de Março de 2016, à AVAAL e à Horta do Baldio, e em 5 de Abril de 2016 à Câmara Municipal de Lisboa. Os pedidos de autorização e as respetivas autorizações constam do Anexo F.

Foram realizadas 3 entrevistas a atores responsáveis, ou com funções de coordenação, em cada uma das iniciativas, 4 atores especialistas e 42 horticultores. Destes, 14 praticam horticultura no Parque Hortícola do Vale de Chelas, 15 no Parque Agrícola da Alta de Lisboa e 13 na Horta do Baldio.

Alguns dos horticultores da Horta do Baldio praticam ou praticaram horticultura urbana noutras hortas de Lisboa, nomeadamente na Horta do Mundo, na Horta do Clube Nacional de Natação e na Horta da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Por limitações de tempo a observação participante decorreu durante os períodos de realização dos inquéritos, tendo permitido, a partir da troca de opiniões e da partilha de experiências e conhecimentos, obter alguma informação adicional que consideramos ser importante para complementar os resultados obtidos a partir das entrevistas e dos inquéritos.

6.1. Caracterização das hortas em estudo

6.1.1. Caracterização socioeconómica, demográfica e geográfica das freguesias

A freguesia de Marvila, onde fica situado o Parque Hortícola do Vale de Chelas, “desenvolveu-se em torno do Convento de Chelas” e fica situada na zona oriental da cidade de Lisboa. Até ao século XIX era uma zona de quintas caracterizadas pela fertilidade das terras banhadas pelo rio Tejo, o “que se traduziu num crescimento significativo da população”⁵⁵.

Marvila é constituída por 10 bairros e fica situada na Zona Oriental de Lisboa, tem as suas fronteiras a Norte, com a freguesia dos Olivais e Parque das Nações, a Este com o rio Tejo (Mar da Palha), a Sul com as freguesias do Areeiro e Beato e a Oeste com a Freguesia de Alvalade. É atravessada por dois vales, o Vale Fundão e o Vale de Chelas”⁵⁶.

A freguesia de Santa Clara, onde se localiza o Parque Hortícola da Alta de Lisboa, “situa-se na antiga zona ‘saloia’ que abastecia a cidade, com suas quintas e campos de cultivo, assim permanecendo até às primeiras décadas do século XX”⁵⁷.

⁵⁵ Junta de Freguesia de Marvila (2016)

⁵⁶ Idem

⁵⁷ Câmara Municipal de Lisboa (2016b)

A freguesia de Santa Clara, que substituiu as anteriores Charneca e Ameixoeira, situa-se na parte norte de Lisboa e é “uma freguesia dinâmica onde crescem, entre 2001 e 2011, alojamentos (25%), famílias (23%) e indivíduos (8%)”⁵⁸.

A freguesia do Areeiro, onde fica localizada a Horta do Baldio, tem o nome associado à “extração de areia na antiga Quinta da Montanha, destinada à construção dos prédios nesta zona”. Trata-se de uma freguesia que substituiu “o território das anteriores Alto Pina e São João de Deus”. Nas variáveis alojamentos, famílias e indivíduos o “Areeiro representa quase o dobro da densidade registada na Cidade”. A edificação deste território “desenrolou-se (...) com particular incidência no intervalo 1946 e 1970 (45%). Edificado de pendor residencial, tem também cariz misto”⁵⁹.

O quadro 6.1. estabelece uma comparação entre as três freguesias relativamente a alguns indicadores socioeconómicos, demográficos e geográficos. Da sua análise destacam-se os seguintes aspetos:

a) Marvila é a freguesia com maior dimensão, mais população, mais alojamentos e a que tem, a par de Santa Clara, o maior número de famílias com desempregados. Ao nível do ensino é a que apresenta a maior percentagem da população com o 1º ciclo do ensino básico e a menor com o ensino superior;

b) Santa Clara é a freguesia com o menor número de alojamentos, a mais jovem e com o maior número de famílias com desempregados, a par de Marvila. Ao nível do ensino é a que tem a maior percentagem da população sem escolaridade;

- O Areeiro é a freguesia de menor dimensão, com menos população, mas com a maior densidade populacional, a mais envelhecida, com menor número de famílias com filhos e com desempregados no agregado. Ao nível da escolarização é a que tem a menor percentagem da população sem escolaridade e a maior percentagem com o ensino secundário e com o ensino superior.

Quadro 6.1. Caracterização das freguesias.

Variáveis socioeconómicas, demográficas e geográficas	Freguesia de Marvila ⁶⁰	Freguesia de Santa Clara ⁶¹	Freguesia do Areeiro ⁶²
Área	623 ha	335,6 ha	174,3 ha
Áreas freguesia/cidade	7%	4%	2%
População (Censos 2011)	37.794	22.480	20.131
Número de alojamentos	16.528	10.948	12.558
Índice de envelhecimento (Lisboa: 182,8%)	135%	77,8%	208,1%

⁵⁸ Câmara Municipal de Lisboa (2016b)

⁵⁹ Câmara Municipal de Lisboa (2016c)

⁶⁰ Câmara Municipal de Lisboa (2016a)

⁶¹ Câmara Municipal de Lisboa (2016b)

⁶² Câmara Municipal de Lisboa (2016c)

Variáveis socioeconómicas, demográficas e geográficas	Freguesia de Marvila ⁶⁰	Freguesia de Santa Clara ⁶¹	Freguesia do Areeiro ⁶²
Famílias com filhos no agregado	75%	76%	67%
Famílias com desempregados no agregado	18%	18%	9%
População sem escolaridade	20%	23%	12%
População com o 1º ciclo do ensino básico	30%	23%	14%
População com o ensino secundário	11%	11%	17%
População com o ensino superior	8%	15%	36%

6.1.2. Caracterização das hortas

As propriedades da zona de Marvila, cuja posse era detida pelo clero e pela nobreza passaram, com a ascensão da burguesia, “a ser propriedade de comerciantes e industriais”. “Os campos abertos, onde se cultivavam grande parte dos produtos alimentares que abasteciam a região de Lisboa, deram lugar às fábricas e à construção de bairros habitacionais para as famílias operárias” (França citado em Ramos, 2011: 44).

Ao longo dos anos a paisagem alterou-se e “daquela época em que o Beato era ‘campestre’ restam hoje apenas as pequenas hortas, de ocupação espontânea, do Vale de Chelas” (Ramos, 2011: 44).

Do ponto de vista urbanístico as transformações do Vale de Chelas foram sempre lentas,

dado os terrenos nesta área terem sido expropriados – processo que decorreu ao longo de 40 anos, até 1970 - e anexados de forma a formarem uma bolsa de terrenos na posse do município, para que fosse possível levar a cabo as operações urbanísticas para eles formuladas. Os atrasos verificados levaram a que muitas dessas operações não fossem sequer iniciadas e o sistema de vales manteve a sua vocação de canais de drenagem atmosférica e hídrica, de enfiamentos e sistemas de vistas, virtualmente intacto até hoje. (Ramos, 2011:67)

O Parque Hortícola do Vale de Chelas (PHVC)⁶³ (figuras 6.1 e 6.2) integra o Parque Urbano de Chelas e entrou em funcionamento em 2013. Fica localizado no lado norte do vale e integra os terrenos expectantes que eram cultivados de forma ilegal. Após a requalificação, as pessoas que cultivavam esses terrenos tiveram prioridade no acesso aos talhões do novo parque. Dos 120 horticultores ilegais, 93 aceitaram integrar a nova estrutura que ocupa uma área de 32.550 m² (0,5% da área da freguesia),

⁶³ Coordenadas: 38°45'15.6"N 9°07'22.2"W

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

dividida em 217 talhões para outros tantos hortelãos (0,6% da população da freguesia) e que se organiza segundo o regulamento em Anexo G.

Dos critérios para atribuição dos talhões destacamos a ordem de inscrição e a proximidade da área de residência relativamente ao Parque Hortícola. O custo anual é de 1,60€ por m², sujeito a um desconto de 80%, não podendo o valor a pagar ser inferior a 58,60€. A este valor acrescem 20€ para participação no pagamento de despesas relacionados com o funcionamento e manutenção das partes comuns.

Os direitos dos hortelãos incluem a utilização de abrigos, de utilização coletiva, para arrumo de materiais relacionados com o cultivo, o acesso a água para rega, formação e acompanhamento técnico, visando a práticas de cultivo segundo o modo de produção biológico.



Figura 6.1. Plano geral do Parque Hortícola do Vale de Chelas.

Fonte: Matose Batista (2013)



Figura 6.2. Hortas do Parque Hortícola do Vale de Chelas.

Fonte: Próprio

O Parque Agrícola da Alta de Lisboa (PAAL) distingue-se da iniciativa de Chelas, fundamentalmente por se tratar de uma iniciativa de cariz associativo.

A Alta de Lisboa integra o território da freguesia de Santa Clara, numa zona onde se desenvolveu uma nova área urbana, com aproximadamente 300 hectares, que “se implanta a Norte da Segunda Circular e a Poente do Aeroporto da Portela. A Alta de Lisboa localiza-se ainda no prolongamento das grandes avenidas da cidade, logo a Norte do Campo Grande no seguimento da Avenida da República”⁶⁴.



Figura 6.3. Plano geral do Parque Agrícola da Alta de Lisboa.

Fonte: Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (s.a.)

⁶⁴ Alta de Lisboa (2014)

“O Parque Agrícola da Alta de Lisboa (PAAL)⁶⁵, inaugurado em 2015, é o primeiro Parque Agrícola de base comunitária, num processo liderado pela Associação de Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (AVAAL), um exemplo de envolvimento entre cidadãos e autarquias na definição de um novo modelo de gestão e participação no uso da estrutura ecológica”⁶⁶.

A AVAAL é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), constituída por cerca de 400 associados e foi fundada em 2009, a partir da “vontade de um grupo de cidadãos em criar um espaço dedicado à agricultura urbana que promovesse a aproximação e coesão da população local”. Tem por missão “a ‘ecologia cívica’, definida como o desenvolvimento social através da valorização ambiental em comunidades locais”⁶⁷.

Para promover a participação dos seus associados a AVAAL promove, para além das assembleias gerais estatutárias, reuniões alargadas com os associados onde se discutem assuntos de interesse para a Associação, e reuniões de horticultores do PAAL onde se discutem assuntos relativos à gestão do parque agrícola. Nestas reuniões o nível de participação dos associados oscila entre os 60 a 70 nas assembleias gerais, menos de 10 nas reuniões alargadas e cerca de 90 associados nas reuniões de horticultores, o que revela a importância que é dada aos assuntos relacionados com o parque hortícola.

A 1ª fase do PAAL, inaugurado em Abril de 2015, tem cerca de 20.000 m² (cerca de 0,5% da área da freguesia) e 103 hortalões instalados (cerca de 0,5% da população da freguesia), estando prevista uma 2ª fase que “constituirá um espaço complementar à produção hortícola, sendo mais virada para a constituição de vinha, pomares, prados e matas, num todo de grande valor ecológico e social”⁶⁸.

Os critérios para a atribuição de talhões incluem a obrigatoriedade do horticultor ser associado da AVAAL, a proximidade da área de residência relativamente ao Parque Hortícola e a ordem de inscrição. O custo anual é de 1€ por m², valor que inclui a utilização de abrigos partilhados para arrumo de materiais relacionados com o cultivo, e o acesso a água para rega.

A Horta do Baldio (HB)⁶⁹ tem características muito distintas das iniciativas de Chelas e da Alta de Lisboa. Situada na freguesia do Areeiro, teve a sua génese no projeto “Uma horta em cada esquina”, um projeto artístico iniciado em 2013, para celebrar os 20 anos da Culturgest, e que visava promover a arte e a cultura através da agricultura sustentável.



Figura 6.4. Hortas do Parque Agrícola da Alta de Lisboa (pormenor das hortas acessíveis).

(Fonte: Próprio)

⁶⁵ Coordenadas: 38°47'01.8"N 9°09'09.7"W

⁶⁶ Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (s.a.b)

⁶⁷ Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (s.a.c)

⁶⁸ Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (s.a.b)

⁶⁹ Coordenadas: 38°44'39.7"N 9°08'39.4"W

A iniciativa incluiu diversas atividades como a realização de *performances* artísticas nas hortas, conferências, *workshops* e visitas às hortas localizadas na Culturgest, no jardim da Biblioteca Municipal no Palácio Galveias e num terreno expectante, privado, próximo da Estação de Entrecampos e da Praça de Touros do Campo Pequeno.

A esta última horta, iniciada pelos hortelãos da Horta da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), foi dado o nome de ‘Horta do Baldio’ e é a única que se mantém ativa.

“Esta horta comunitária urbana assenta (...) nos pilares da permacultura e conta com uma comunidade de pessoas de todas as idades interessadas em praticar agricultura urbana dentro da cidade de Lisboa” (fig. 6.5.). A HB produz vegetais, ervas aromáticas e frutos e ‘fabrica’ solo fértil, visando “uma comunidade de pessoas mais saudável e resiliente em pleno centro de Lisboa”.⁷⁰

A horta está integrada num terreno expectante (fig. 6.6.), com uma área aproximada de 6000 m² (medição efetuada no Google Maps), e que pertence a uma entidade privada com a qual foi estabelecido um contrato de comodato⁷¹. A área de terreno efetivamente ocupada pela horta, zona de compostagem, arrumos, espaços de reuniões e convívio e acessos estima-se em cerca de 1000 m².



Figura 6.5. Pormenor da Horta do Baldio.

Fonte: Próprio

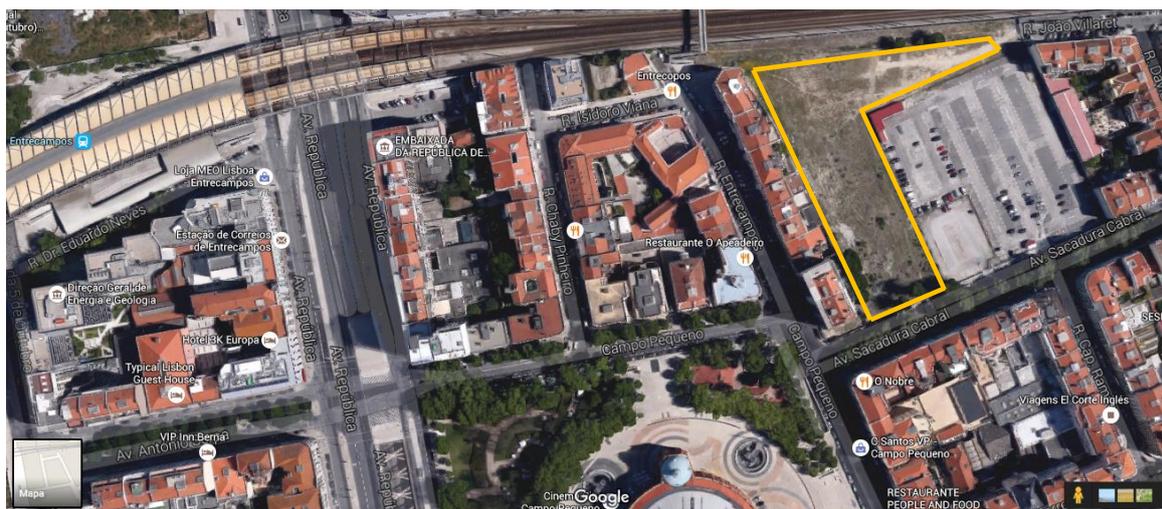


Figura 6.6. Mapa de localização da Horta do Baldio.

Fonte: <https://www.google.pt/maps/@38.7440288,-9.1457238,298m/data=!3m1!1e3>

⁷⁰ Horta FCUL (2015)

⁷¹ Contrato de utilização do espaço a título gratuito

Trata-se de uma iniciativa informal, não estando estabelecida qualquer estrutura organizativa ou hierárquica para gestão do espaço ou das atividades. Contudo, existe um grupo de pessoas, designadas por 'guardiões', que reúnem periodicamente e que têm algumas responsabilidades acrescidas ao nível da gestão e da planificação. Nos processos de decisão procuram seguir princípios sociocráticos, que não estando ainda totalmente implementados, estão a ser continuamente trabalhados.

A horta está disposta em forma circular, em camas elevadas, enriquecidas com matéria orgânica resultante da decomposição de resíduos vegetais. O acesso à horta é livre e as pessoas podem plantar e colher, com uma certa liberdade, desde que sejam respeitados os princípios da permacultura.

Desde o início do projeto o número de horticultores tem variado significativamente. Atualmente estimam-se em cerca de 20 as pessoas que, de alguma forma, participam nos trabalhos hortícolas. Não há lugar ao pagamento de qualquer quotização mas são aceites donativos e realizados cursos e *workshops*, a preços baixos, que contribuem para a gestão da iniciativa.

Em 2015, no âmbito da iniciativa "Todos queremos um bairro melhor", da Comunidade EDP e Visão, a HB ganhou um prémio no valor de 5000€ com o projeto "Horta do Baldio – uma horta comunitária feita e gerida pelas gentes para as gentes (Avenidas Novas) - Melhoria de uma horta comunitária/jardim biológico já existente - criação de uma cozinha comunitária ao ar livre, compra de materiais para agricultura e landscaping"⁷².

6.1.3. Caracterização dos horticultores inquiridos

A caracterização dos horticultores das iniciativas em estudo foi feita com base na análise das respostas aos questionários, nos campos relativos à caracterização socioeconómica e à atividade de horticultor, e cujos dados constam do Anexo H.

Como referimos anteriormente, responderam ao questionário 14 horticultores do PHVC, 15 do PAAL e 13 da HB, verificando-se que, no seu conjunto, o PHVC e o PAAL apresentam resultados bastante homogéneos e que a HB mostra resultados significativamente diferentes dos obtidos nos dois parques.

Na primeira parte, relativa à caracterização socioeconómica dos horticultores, destacam-se os seguintes resultados, nas diferentes variáveis analisadas:

a) No PHVC e no PAAL 93% dos horticultores inquiridos são do género masculino enquanto na HB predomina o género feminino com 62%;

b) No PHVC e no PAAL predominam horticultores na faixa etária dos 50-64 anos, com 71% e 60% respetivamente, e na HB a faixa etária dominante é a dos 20-34 anos;

c) No PHVC e no PAAL predominam os horticultores com habilitações literárias ao nível do 1º ciclo do ensino básico, com respetivamente 64% e 53% dos inquiridos, contrastando com a HB onde predominam os horticultores licenciados, com 62% dos inquiridos a revelarem possuir este nível de ensino;

⁷² EDP (2015)

d) Os horticultores do PHVC e do PAAL revelam ser maioritariamente aposentados, com 79% e 67% respetivamente, enquanto os horticultores da HB revelam ser maioritariamente estudantes, muito pela presença de estudantes da FCUL, com 62% dos inquiridos a indicar esta opção;

e) 86% dos inquiridos do PHVC e 87% do PAAL responderam ser casados ou viver em união de facto, enquanto na HB o estado civil 'solteiro' foi o mais referido com 62% das respostas, o que já seria expectável dado tratar-se de uma população mais jovem;

f) As dimensões médias dos agregados familiares são semelhantes entre o PHVC, com 2,9 pessoas por agregado (0,7 pessoas sem rendimento), e o PAAL com 2,8 pessoas (1 pessoa sem rendimento), enquanto na HB se registaram 4 pessoas por agregado familiar (1,2 pessoas sem rendimento);

g) Os rendimentos dos horticultores do PHVC são os mais baixos, com 71% dos inquiridos a revelar que o rendimento mensal líquido *per capita* é inferior a 500€, não se registando nenhuma resposta relativa a rendimentos acima dos 1500€. No PAAL os rendimentos são superiores, com 43% dos inquiridos a revelar que o rendimento *per capita* se situa entre os 500€ e os 999€ e 29% a revelar um rendimento inferior a 500€. Na HB a situação muda significativamente, tendo 62% dos inquiridos revelado que nos seus agregados o rendimento *per capita* é igual ou superior a 1500€ enquanto 23% referem o escalão mais baixo (inferior a 500€);

h) A nacionalidade dos inquiridos é maioritariamente portuguesa (93% no PHVC, 100% no PAAL e 85% na HB);

i) As áreas de residência dos utentes apresentam igualmente um padrão de resposta que permite considerar o conjunto PHVC e PAAL, com resultados muito próximos (respetivamente 93% e 87% dos inquiridos declarou residir na freguesia onde se localizam as hortas) enquanto na HB 77% declarou residir em freguesias, e até concelhos, diferentes daquele onde se localiza a iniciativa. Estas diferenças serão seguramente explicadas pelas exigências regulamentares dos dois parques, enquanto a ausência de regulamento e a liberdade de acesso, de cultivo e de colheita na HB permite que pessoas de outras freguesias e concelhos possam participar nas suas atividades.

j) A distância da residência às hortas e o modo como os horticultores se deslocam estão relacionados com as áreas de residência declaradas pelos inquiridos. A maioria dos inquiridos no PHVC e no PAAL reside a menos de 2 Km das hortas (86% e 67% respetivamente) e desloca-se a pé (79% e 60%), já os da HB residem maioritariamente a mais de 5 Km (62%) e referem uma maior diversidade de meios como a bicicleta e transportes públicos (31% cada), o carro e a mota (23% no total).

A segunda parte integra um conjunto de questões relacionadas com a atividade dos inquiridos, enquanto agricultores urbanos, destacando-se os seguintes resultados:

a) A maioria dos horticultores do PHVC e do PAAL revelam ter experiência anterior em agricultura (71% e 73% respetivamente), o que está em linha com o facto de se tratar de uma população de uma faixa etária mais elevada, com diversas experiências em agricultura, quer urbana, dado que muitos dos inquiridos nestes parques já praticavam a atividade em hortas informais e ilegais, quer em espaços rurais, antes de terem migrado para a cidade. Na HB a percentagem dos que têm experiência anterior em agricultura é inferior (54%) por se tratar de uma população mais jovem e que já nasceu em meios urbanos, logo sem um passado rural;

b) Quanto à forma como adquiriram os seus conhecimentos, os horticultores das três iniciativas referiram, com valores muito próximos, a experiência prática como o principal meio de transmissão do conhecimento. Contudo, se considerarmos outras formas de aquisição de conhecimento, verificamos que apenas os horticultores do PAAL e da HB referem a aprendizagem com familiares, amigos e outros agricultores e a consulta de livros e de *sites* na *net*. Quando consideramos a frequência de cursos, os horticultores da HB destacam-se significativamente dos restantes horticultores. Estes resultados parecem estar relacionados quer com a situação socioeconómica mais favorável dos horticultores da HB, nomeadamente 'idade', 'rendimentos' e 'habilitações literárias', quer com a sua diversidade de interesses e motivações, como veremos adiante;

c) O tempo dedicado à prática da horticultura volta a colocar no mesmo grupo os horticultores do PHVC e do PAAL, com a maioria dos inquiridos a revelar que dedica 6 a 7 dias por semana (79% e 67% respetivamente). Na HB a maioria dos inquiridos (77%) dedica 1 a 2 dias, o que pode estar relacionado com o facto de a maior parte destes horticultores desenvolverem uma atividade profissional e/ou escolar e residir a uma maior distância das hortas, contrariamente aos horticultores dos parques, que são reformados e residem na sua proximidade;

d) Considerando a prática da agricultura urbana por outros elementos do agregado familiar do horticultor, verificamos que a maioria (79% no PHVC, 87% no PAAL e 85% na HB) não é acompanhado por outros familiares nessa prática. Esta é a variável onde se verifica uma maior homogeneidade de resultados entre as três iniciativas;

e) Quanto às motivações para a prática da agricultura urbana, os horticultores do PHVC referem 4 motivos principais, destacando-se a produção e consumo de alimentos saudáveis (14 citações), a ocupação dos tempos livres (11 citações) e os motivos de saúde e terapêuticos (3 citações). Os horticultores do PAAL referem 7 motivos principais, destacando-se a produção e consumo de alimentos saudáveis (12 citações), a ocupação dos tempos livres (8 citações) e o gosto pela horticultura (5 citações). Os horticultores da HB referem 9 motivos principais, mas nos três mais relevantes não consideram nenhum dos referidos pelos horticultores dos parques. A partilha de conhecimentos e saberes (8 citações), natureza, ambiente, ecologia e permacultura (7 citações) e sociabilização (5 citações) são os motivos mais referidos por aqueles horticultores, a que não será indiferente o facto de estarmos perante um conjunto de horticultores mais jovem e com um nível superior de habilitações literárias.

Da análise dos resultados apresentados verifica-se claramente que as condições socioeconómicas e as motivações dos horticultores do PHVC e do PAAL se aproximam na grande maioria das variáveis e diferem significativamente dos resultados obtidos para a HB.

Comparando os resultados obtidos com as condições socioeconómicas verificadas nas freguesias onde as hortas se localizam, a variável 'habilitações literárias' é a que apresenta uma melhor relação entre os resultados dos inquiridos e os dados das freguesias: o PHVC e a freguesia de Marvila apresentam os níveis mais baixos de escolaridade, o PAAL e a freguesia de Santa Clara apresentam baixos níveis de escolaridade, mas ligeiramente superiores ao conjunto PHVC/Marvila. A HB e a freguesia do Areeiro apresentam os mais altos níveis de escolaridade, com predominância para o nível

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

'ensino superior'. Contudo, neste último caso não é legítimo estabelecer-se qualquer relação, na medida em que a maioria dos horticultores da HB (77%) não reside na freguesia do Areeiro.

No quadro 6.2 destacamos as respostas dos horticultores de cada uma das iniciativas, que obtiveram a maior frequência num conjunto selecionado de variáveis. As células sombreadas representam as respostas que obtiveram maior frequência e que são comuns a pelo menos duas das iniciativas, sendo particularmente relevantes nos casos do PHVC e do PAAL.

Quadro 6.2. Caracterização dos horticultores (baseada nas respostas mais frequentes).

	Parque Hortícola do Vale de Chelas	Parque Agrícola da Alta de Lisboa	Horta do Baldio
Género	Masculino	Masculino	Feminino
Idade	De 50 a 64 anos	De 50 a 64 anos	De 20 a 34 anos
Habilitações literárias	1º Ciclo do Ensino Básico	1º Ciclo do Ensino Básico	Licenciatura
Atividade profissional	Reformado	Reformado	Estudante
Estado civil	Casado/União de facto	Casado/União de facto	Solteiro
Rendimento mensal líquido per capita	Inferior a 500 €	De 500€ a 999€	Superior a 1500€
Residência	Na freguesia das hortas (Marvila)	Na freguesia das hortas (Santa Clara)	Noutras freguesias/concelhos
Transporte casa/horta	A pé	A pé	Bicicleta e transportes públicos
Experiência/conhecimentos anteriores em agricultura	Experiência prática	Experiência prática	Experiência prática
Idas semanais à horta	De 6 a 7 dias	De 6 a 7 dias	De 1 a 2 dias
Motivações para a prática de agricultura urbana	Produção e consumo de alimentos saudáveis	Produção e consumo de alimentos saudáveis	Partilha conhecimento, saberes
	Ocupação dos tempos livres, lazer	Ocupação dos tempos livres, lazer	Natureza, ambiente, ecologia, permacultura
	Motivos de saúde, terapêuticos	Gosto pela horticultura, trabalho com a terra	Sociabilização, novas amizades

6.2. A Agricultura Urbana e as hortas urbanas de Lisboa: opiniões, valores e crenças

As opiniões, valores e crenças dos diferentes atores foram captadas a partir da análise de conteúdo das entrevistas a atores especialistas (guião em Anexo D), a atores com responsabilidades (institucionais) em cada uma das iniciativas (guião em Anexo C) e da avaliação quantitativa aos resultados obtidos a partir dos inquéritos aos horticultores utentes de cada uma das iniciativas (guião em anexo B).

Ainda que a avaliação das opiniões dos diversos atores não contribua diretamente para responder à questão de partida, consideramos importante captar essas opiniões, dada a participação ativa desses atores no fenómeno 'agricultura urbana'. Confrontá-los com a presença de princípios e práticas da Economia Solidária na Agricultura Urbana pode-nos ajudar a compreender em que medida estão as suas crenças e valores alinhados com esses princípios e práticas.

Na reprodução do conteúdo das entrevistas, ainda que sintético, procurámos reproduzir o mais fielmente possível as opiniões, valores e crenças dos entrevistados, especialistas e responsáveis institucionais. Acreditamos que eventuais diferenças não afetam as ideias expostas pelos atores no momento da entrevista. A seleção do conteúdo mais significativo é da nossa responsabilidade.

6.2.1. De atores especialistas

Aos atores especialistas foi colocado um conjunto de questões relativas a algumas das dimensões de análise, que constam do Anexo A, e que considerámos mais relevantes face aos seus conhecimentos e experiências. A análise de conteúdo das entrevistas realizadas a estes atores e uma síntese comparativa das opiniões por eles expressas constam do Anexo I.

Quando solicitados a emitir a sua opinião sobre 'agricultura urbana', os diferentes atores revelam uma grande diversidade de pontos de vista.

Delgado (2016) valoriza a agricultura urbana como espaço de inovação e destaca a falta de massa crítica para uma abordagem mais complexa do conceito; Amaro (2016) destaca o facto de se tratar de uma atividade que revela uma visão substantiva da economia, integrada e enraizada na sociedade, e onde se observam lógicas e princípios da Economia Solidária; Ferreira (2016) valoriza aspetos como a origem, o valor e a qualidade dos alimentos, associada a uma visão multifuncional da atividade, e a uma melhoria da estrutura verde da cidade; Mourão (2016) releva a sua multifuncionalidade numa perspetiva económica, social, ambiental e territorial.

Sobre a 'opção entre espaços comuns ou talhões individuais, em termos de vantagens sociais, económicas e ambientais', Delgado (2016) e Mourão (2016) referem a opção pelos talhões individuais, mas por motivos diferentes. Delgado (2016) considera que é a melhor opção dada a falta de associativismo em Portugal enquanto Mourão (2016) considera ser a melhor opção face aos objetivos a atingir. Amaro (2016) e Ferreira (2016) têm posições semelhantes, embora com abordagens diferentes. Amaro (2016) privilegia o modelo coletivo, não fechando a porta aos talhões individuais em coexistência com aquele e Ferreira (2016) valoriza os espaços individuais de cariz comunitário.

Quanto à 'prioridade às pessoas em risco de pobreza e de exclusão social no acesso às hortas urbanas', Delgado (2016) considera que o critério proximidade é relevante, mas deve ser facilitado o acesso a pessoas em risco de pobreza ou exclusão; Amaro (2016) destaca a necessidade de um *cocktail* de critérios, sociais, económicos, ambientais, associativos mas em que o critério precedência é fundamental; Ferreira (2016), por seu lado, destaca a necessidade de se dar prioridade a pessoas em situação de pobreza ou exclusão, escolas, instituições e projetos comunitários; Mourão (2016) destaca o acesso às hortas para o público em geral mas com estabelecimento de prioridades em cidades ou bairros com problemas socioeconómicos.

Quando questionados sobre a 'conciliação dos interesses particulares dos horticultores com os interesses da comunidade', Delgado (2016) divide os interesses da comunidade em ambientais e sociais, referindo que a conciliação dos interesses particulares com os ambientais ocorre através das práticas enquanto a conciliação com os interesses sociais, ocorre através de projetos com a comunidade; Amaro (2016) valoriza o interesse coletivo sem esquecer que os interesses individuais estão sempre presentes. Ferreira (2016) e Mourão (2016) têm posições próximas, Ferreira (2016) diz

que deve ficar claro, desde início, que o espaço não é individual mas sim comunitário, de partilha, e Mourão (2016) refere que os interesses da comunidade não são percebidos pelo agricultor urbano sem que haja um trabalho de motivação para essa realidade.

Sobre os ‘aspetos mais valorizados na agricultura urbana, enquanto atividade multifuncional’, todos os atores valorizam a multifuncionalidade, ainda que com aproximações diferentes. Delgado (2016) refere que a produção está a ser excessivamente valorizada relativamente às outras funções; Amaro (2016) destaca que a existência de uma lógica multifuncional é fundamental, à qual associa dinâmicas coletivas, associativas; Ferreira (2016) refere a importância da multifuncionalidade, ainda que a primeira função seja a da produção de alimentos saudáveis e o contributo para a resiliência alimentar; Mourão (2016) destaca a importância da multifuncionalidade e acrescenta o contributo para a resiliência alimentar e a criação de circuitos alimentares curtos.

A ‘valorização do trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias’ é valorizado por todos os atores. Delgado (2016) destaca a importância de se criar uma rede nacional; Amaro (2016) faz a distinção entre trabalho em rede e trabalho em parceria, destaca a importância de ambas, e valoriza o envolvimento de universidades, autarquias e outras entidades públicas; Ferreira (2016) refere que o trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias dão uma nova dimensão à Agricultura Urbana; Mourão (2016) diz que valoriza esses aspetos e que nos seus projetos tenta sempre estabelecer parcerias.

Sobre o ‘papel dos atores da AU junto dos poderes públicos’, Delgado (2016) refere a ausência de estratégias e que a Agricultura Urbana não é vista como estratégia política de intervenção no espaço público; Amaro (2016) refere que a relação com os poderes públicos deve ser trabalhada e desenvolvida em vários aspetos e a necessidade de pressão por parte das associações e dos cidadãos; Ferreira (2016) afirma que se deve demonstrar, junto dos poderes públicos, a importância de se melhorar o acesso à terra, a partilha de recursos e a criação de valor para a comunidade; Mourão (2016) destaca o reduzido papel dos atores da AU junto dos poderes públicos, referindo, no entanto, que este está em crescimento.

Sobre o ‘contributo das políticas públicas e dos planos urbanísticos para a promoção da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento comunitário’, Delgado (2016) diz que falta vontade, consciência política e projetos emblemáticos que sirvam como réplicas; Amaro (2016) destaca a importância de contemplar a AU nos planos urbanos e nos seus vários instrumentos (PDM, PDU), devendo o planeamento ser flexível e participativo; Ferreira (2016) dá um exemplo concreto, referindo que as hortas devem estar integradas em jardins como espaços de lazer, contemplação e fruição; Mourão (2016) destaca a importância das políticas públicas para o desenvolvimento das cidades no futuro que se pretendem ‘mais verdes’ e que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Todos os atores veem ‘vantagens na exploração das iniciativas de AU por instituições locais, de Economia Social, segundo os princípios de gestão democrática’. Delgado (2016) refere que fortalece as iniciativas e dinamiza a capacitação; Amaro (2016) refere a necessidade da AU contemplar formas organizativas sociais e solidárias; Ferreira (2016) diz que as hortas têm de sair das instituições públicas

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

e ser espaços de afirmação da democracia participativa; Mourão (2016) vê igualmente vantagens nesse tipo de exploração.

Os 'princípios e práticas propostas pela Economia Solidária em iniciativas de agricultura urbana' são vistos como muito importantes para Delgado (2016), se as respostas partirem das associações e das redes; para Amaro (2016) esses princípios dão consistência económica às relações com o mercado e a comunidade e uma feição democrática mais explícita e mais organizada das iniciativas; Ferreira (2016) considera que contribuem para a tomada de consciência do espaço e do seu valor e que a troca e a reciprocidade são fundamentais.

Em síntese, podemos concluir que nas opiniões atrás expressas é evidente um conjunto de valores apresentados pelos diferentes atores que são consentâneos com princípios e práticas de Economia Solidária.

A Agricultura Urbana enquanto atividade produtiva, e que consubstancia uma visão substantiva da economia, enraizada na comunidade, as relações de reciprocidade que se estabelecem, a produção de alimentos saudáveis, a resiliência alimentar e o seu papel no combate à pobreza, enquadram-se em lógicas e princípios presentes no Projeto Económico.

A afirmação do interesse coletivo a partir dos valores individuais, a necessidade de se conciliar o direito de todos poderem ter acesso às hortas, com a prioridade a dar a pessoas em situação de carência socioeconómica, o desenvolvimento de atividades educativas, terapêuticas, culturais e de socialização, estão presentes nos Projetos Social e Cultural.

Os contributos para a sustentabilidade ambiental, a integração de hortas e jardins em espaços comuns, a necessidade de se tornarem as cidades 'mais verdes', a participação dos cidadãos no planeamento urbano e na integração da AU nesses planos, a partilha de recursos e a criação de valor para a comunidade enquadram-se nos Projetos Ambiental e Territorial.

O trabalho em rede, as parcerias, com universidades e outras instituições, e a investigação contribuem para uma nova dimensão da AU e relevam aspetos fundamentais do Projeto de Conhecimento.

Por último, destacamos as vantagens que os atores atribuem à participação de instituições locais de economia social e solidária na gestão das iniciativas de agricultura urbana. A dinamização da capacitação, a contribuição para que as hortas sejam espaços de afirmação da democracia representativa, o reforço organizacional e uma feição democrática mais explícita e mais organizada das iniciativas são alguns dos aspetos referidos e que estão presentes nos Projetos de Gestão e Político.

6.2.2. Dos responsáveis pelas iniciativas em estudo

O guião da entrevista aos atores responsáveis pelas iniciativas contempla apenas quatro questões a partir das quais se recolhe a sua opinião sobre os princípios e as práticas da economia solidária em iniciativas de agricultura urbana. Através da análise de conteúdo das respostas a essas questões procurámos identificar esses princípios e práticas (vd. Anexo J).

Da análise ao conteúdo da entrevista (questões 22 a 26), o enquadramento institucional de cada um dos atores parece ser relevante para um maior ou menor distanciamento aos princípios e práticas de economia solidária. Para Folgosa (2016), responsável por iniciativas da CML, a abordagem

vai no sentido de explicitar o trabalho que é preciso realizar para dinamizar as hortas urbanas. Destaca a necessidade de mais parques e do seu financiamento e aponta como meta a atingir um parque hortícola por freguesia. Contudo, vê vantagens na exploração das iniciativas de agricultura urbana por instituições locais de Economia Social.

Roque (2016), dirigente da AVAAL, uma associação de Economia Social, explicita valores ambientais tais como a poluição; sociais, como a capacitação, a educação e a sensibilização de crianças; territoriais quando projeta o crescimento, no futuro, da agricultura nos espaços urbanos. Quanto ao papel das instituições locais de Economia Social vê vantagens e defende a passagem de algumas das responsabilidades das juntas de freguesia para as associações.

Teixeira (2016), da Horta do Baldio, explicita igualmente valores ambientais como a água, uma agricultura que ajude a limpar a cidade e o progresso sem crescimento; sociais, quando considera aspetos como a educação e uma sociedade mais consciente; económicos, ao referir a 'partilha justa' e a agricultura enquanto garante de alimento para a cidade; territoriais, ao referir a necessidade de evitar que as câmaras municipais se apropriem dos terrenos baldios.

6.2.3. Dos horticultores das iniciativas em estudo

Do inquérito ministrado aos horticultores consta um conjunto de oito afirmações, relativamente às quais foi solicitada a sua opinião. Essas afirmações consideram algumas dimensões do Projeto Social, Projeto Territorial, Projeto de Conhecimento e Projeto Político da Economia Solidária.

A partir da análise dos dados constantes do Anexo K (página K-2) verifica-se uma concordância ('concordo' e 'concordo totalmente'), quase geral, com as afirmações apresentadas, excetuando-se a forte discordância dos horticultores do PHVC (100%) e do PAAL (80%) quanto à maior vantagem, social, económica e ambiental, dos espaços comuns, partilhados, relativamente aos talhões individuais.

Algumas características socioeconómicas referidas em 6.1.3., como a idade, o nível de literacia, uma quase total disponibilidade para o trabalho na horta e algumas das motivações apresentadas, podem explicar esta preferência por espaços que são 'só seus'. Igualmente significativo poderá ser o facto de ser este o modelo seguido nos dois parques. No caso de uma parte significativa dos horticultores do PHVC terem um passado de horticultura informal em hortas de génese ilegal, poderá também ser relevante para uma visão mais individualista da atividade.

No lado oposto estão 77% dos horticultores da HB que referem serem mais vantajosos os espaços comuns, partilhados, o que corresponde ao modelo de horta que cultivam. As principais motivações apresentadas, e referidas em 6.1.3., como a partilha de conhecimento, a permacultura e a sociabilização, estão alinhados com a sua opção por espaços partilhados.

Relativamente a uma visão mais multifuncional da agricultura urbana, que não valorize apenas a produção de alimentos, os horticultores do PHVC estão mais divididos com apenas 43% a manifestarem concordância e 36% neutralidade. Lembramos que estes horticultores foram os que com maior frequência referiram a 'produção de alimentos saudáveis' como principal motivação para a sua atividade (Anexo H, página H-2).

A tomada de decisões em conjunto, segundo o princípio da gestão democrática, merece a discordância de 64% dos horticultores do PHVC. No campo oposto estão os do PAAL, com 100%,

apesar de, como veremos, não estarem totalmente satisfeitos com o modelo associativo da sua iniciativa. Quanto à HB, 'apenas' 76% revela apetência por um modelo democrático, o que se explica pelo facto de o modelo que pretendem implementar ser o sociocrático, o qual consideram superior ao democrático em termos de tomada de decisão.

Quanto às restantes afirmações, os horticultores da HB são os que exprimem maiores níveis de concordância, seguidos dos horticultores do PAAL, exceto quando se afirma que no acesso às hortas deve ser dada prioridade a pessoas em situação de pobreza ou em risco de exclusão social. Neste caso, os horticultores do PHVC revelam maior concordância, que eventualmente se pode relacionar com o facto de estes horticultores, e a zona onde o parque se insere, apresentarem condições socioeconómicas mais desfavoráveis. Para os horticultores da HB esta questão não parece ser muito relevante dado, que não existe qualquer restrição no acesso às hortas.

Resumindo, verifica-se que os horticultores da HB são os que manifestam maior concordância com as afirmações apresentadas, o que pode significar uma maior predisposição para aceitar os projetos de Economia Solidária. Seguem-se os do PAAL, onde já existe um projeto associativo, e os do PHVC.

O quadro 6.3. apresenta uma síntese comparativa das opiniões, valores e crenças dos horticultores das iniciativas em estudo, obtidas a partir da análise dos inquéritos ministrados a estes atores (Anexo K).

Quadro 6.3. Síntese das respostas dos horticultores para avaliação das suas crenças e valores sobre Agricultura Urbana.

Crenças e valores dos horticultores	Discordância		Neutralidade		Concordância	
Os espaços comuns partilhados têm mais vantagens do que a divisão em talhões individuais.	PHVC	100%			HB	77%
	PAAL	80%				
Deve ser dada prioridade às pessoas em risco de pobreza e/ou de exclusão social.					PHVC	58%
					HB	57%
					PAAL	53%
O horticultor deve conciliar os seus interesses particulares com os da comunidade.					HB	88%
					PHVC	85%
					PAAL	80%
A agricultura urbana deve ter uma abordagem multifuncional.					HB	100%
					PAAL	80%
			PHVC	36%	PHVC	43%
					HB	100%
As iniciativas de agricultura urbana devem estabelecer parcerias e trabalhar em rede.					PAAL	87%
					PHVC	57%
					HB	100%
As iniciativas devem cooperar com os poderes públicos					PAAL	93%
					PHVC	86%
					HB	100%
As políticas e os planos urbanísticos devem contribuir para aumentar os espaços verdes e os espaços produtivos.					PAAL	100%
					PHVC	86%
					HB	100%
Todas as decisões devem ser tomadas em conjunto, segundo o princípio de gestão democrática.	PHVC	64%			PAAL	100%
					HB	76%

6.3. Análise e discussão dos resultados

Conhecidos os atores, os seus contextos sociais e económicos, e as suas opiniões, valores e crenças relativamente à agricultura urbana, vamos analisar e discutir os resultados do trabalho de campo, relativamente aos princípios e práticas, seguidos nas iniciativas em estudo, e, a partir desses resultados, responder à questão de partida: Que práticas de Economia Solidária estão presentes nas iniciativas de Agricultura Urbana do concelho de Lisboa?

Para tal, vamos procurar atingir os seguintes objetivos específicos propostos:

- Identificar, através de metodologia quantitativa e qualitativa, o modelo de funcionamento e as práticas seguidas em cada um dos estudos de caso selecionados;

- Identificar, com base nos projetos da Economia Solidária da Macaronésia, as práticas que estão presentes nas iniciativas em estudo.

A identificação das práticas será feita através da análise das respostas dos horticultores às afirmações sobre princípios e práticas presentes nas iniciativas, relativas às diferentes dimensões de análise, constantes do inquérito (Anexo L).

O conteúdo das respostas às questões 5 a 21 do guião da entrevista a atores responsáveis institucionais (Anexo J), os elementos recolhidos através da observação-participante e a informação adicional prestada pelos horticultores (Anexo L, página L-4) serão considerados sempre que se torne necessário garantir o contraditório ou esclarecer qualquer aspeto que resulte da análise dos dados e precise ser clarificado.

A dimensão de análise 'território' será avaliada apenas a partir da análise de conteúdo das entrevistas aos atores responsáveis pelas iniciativas.

6.3.1. Análise das dimensões

6.3.1.1. Dimensão 'produção e distribuição'

Nesta dimensão foram avaliadas práticas como: o autoconsumo; a venda; a troca, numa base de reciprocidade; a distribuição a pessoas carenciadas, a produção de outros produtos; a existência de tecnologia, visando melhorar a produção; as condições adequadas de produção, quanto a solo, água e clima.

Nos inquéritos aos horticultores obtiveram-se os seguintes resultados:

a) Nas três iniciativas, 100% dos horticultores afirmam que os produtos se destinam ao autoconsumo;

b) A maior parte afirma não haver venda de produtos, contudo, 38% dos inquiridos na HB afirma que a venda de produtos acontece. Em relação à HB poderão estar a ser consideradas as ações de formação e a venda de produtos baseados na "economia da dádiva" (o comprador paga o valor que considera justo), que ocorre na FCUL;

c) A maioria dos horticultores do PHVC (93%) e da HB (85%) afirmam haver trocas numa base de reciprocidade. No PAAL apenas 40% confirmam haver trocas de produtos;

d) A maior parte dos horticultores afirma não haver distribuição da produção pelas pessoas mais carenciadas;

e) Apenas os horticultores da HB (92%), consideram existir produção de outros produtos ou prestação de serviços. Esta situação verifica-se, dado que são desenvolvidas ações de formação e realizados *workshops*;

f) Quanto à utilização de algum tipo de tecnologia, são igualmente os horticultores da HB (92%) os únicos a considerar, maioritariamente, a sua presença. No caso da HB existe um sistema de irrigação gota-a-gota. No PAAL existe uma estufa, mas que está subaproveitada;

g) Só os horticultores do PAAL (53%) e da HB (61%) concordam, maioritariamente, com a existência de condições adequadas de solo, água e clima para uma boa produção.

Sobre esta dimensão, a avaliação dos responsáveis pelas iniciativas coincide, na generalidade, com a dos horticultores. Teixeira (2016) da HB afirma que cada um é livre de colher o que necessita, com responsabilidade. Roque (2016), da AVAAL, admite que alguns horticultores vendam parte da produção, confirma que a estufa está subaproveitada e que são desenvolvidas outras atividades para além da produção (apenas 27% dos horticultores optam pelo 'sim').

6.3.1.2. Dimensões 'rendimento', 'sustentabilidade' e 'financiamento'

Para avaliarmos estas dimensões questionámos sobre reinvestimento de rendimentos (excedentes), ampliação das hortas e novos projetos e mecanismos de financiamento.

Os resultados dos inquéritos mostram que:

a) A maioria dos horticultores da HB (92%) afirmam haver reinvestimento de excedentes gerados pela formação e outros proveitos (ex.: prémio EDP). Os restantes não reconhecem a existência de rendimentos;

b) Os horticultores da HB (85%) são os únicos que, maioritariamente, consideram existir condições de ampliação das atuais horta, garantindo-se a sustentabilidade da iniciativa. A maioria dos horticultores do PAAL (53%) afirmaram que desconheciam qualquer perspetiva de ampliação das hortas;

c) Todos concordam, maioritariamente, que a modalidade de posse ou usufruto da terra garante a sustentabilidade do projeto;

d) Os horticultores do PHVC (100%) e PAAL (100%) afirmam não existirem mecanismos de financiamento. Na HB 36% afirmam existir mecanismos de financiamento, não sendo este aspeto muito consensual (estarão a ser considerados receitas e prémios obtidos).

Sobre estas dimensões verifica-se uma grande concordância entre os horticultores e os responsáveis institucionais. Quanto à sustentabilidade, Roque (2016) afirma que a sustentabilidade está garantida mas que os valores pagos pelos horticultores é baixo e que a sua revisão necessita ser discutida.

6.3.1.3. Dimensões ‘coesão social’ e ‘socialização’

A coesão social e a socialização são duas dimensões do Projeto Social, que são avaliadas através de um conjunto de questões sobre acessibilidade a pessoas com deficiência; risco de pobreza; relações interpessoais; acesso da comunidade às hortas. A análise dos dados obtidos permite-nos constatar que:

a) Apenas os horticultores do PAAL (100%) e da HB (56%) consideram, maioritariamente, existirem condições de acesso às hortas a pessoas com deficiência. De facto, as hortas do PAAL são as únicas que têm uma área de hortas acessíveis, constituídas por vários canteiros elevados;

b) A existência de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social não é, de acordo com a opinião dos horticultores, uma realidade, pelo menos evidente, nas diferentes iniciativas. Ainda assim, são os horticultores do PAAL que revelam maior concordância (34%) quanto à existência de horticultores nestas condições. O estudo sobre as condições socioeconómicas não foi suficientemente aprofundado para se avaliar o nível de escassez de recursos das pessoas, de modo a avaliar eventuais situações de pobreza ou situações de exclusão social. Contudo, durante os inquéritos, alguns utentes do PAAL e, principalmente do PHVC, revelaram estar no desemprego ou a auferir o RSI, admitindo viver com muito baixos rendimentos;

c) Os horticultores do PHVC (93%) e da HB (93%) são os que manifestam maior concordância com o facto de as hortas contribuírem para reforçar a coesão social e as relações interpessoais. Lembramos que os horticultores da HB foram os únicos que referiram, entre as principais motivações para a prática da horticultura, aspetos como a partilha de conhecimento e a socialização. Os horticultores do PAAL apresentam menos respostas concordantes (73%). Referimos que, na informação adicional prestada pelos utentes (Anexo L, página L-4), os horticultores do PAAL são os únicos que referem aspetos negativos como a ‘dificuldade de entendimento entre horticultores’, a ‘pouca educação dos horticultores’ e a ‘pouca partilha de conhecimentos’, não sendo, contudo, possível estabelecer aqui qualquer relação;

d) O acesso às hortas por parte das pessoas da comunidade, a que não estejam atribuídos talhões, verifica-se para 92% dos horticultores da HB que manifestam concordância. Opinião diametralmente oposta têm 93% dos horticultores do PHVC e 66% do PAAL.

Sobre estas dimensões as informações obtidas junto dos responsáveis institucionais são, na generalidade, coincidentes com as obtidas junto dos utentes. Contudo, registou-se alguma informação adicional: Teixeira (2016), da HB, refere que as hortas estão abertas a todos mas o acesso não é o mais adequado para deficientes, uma afirmação que diverge da obtida junto dos horticultores que são mais otimistas; Roque (2016), da AVAAL, afirmou que no domínio da socialização já se realizaram alguns eventos, incluindo uma visita a algumas hortas de Lisboa.

6.3.1.4. Dimensões ‘educação e capacitação’ e ‘saúde e alimentação’

A educação e capacitação e a saúde e alimentação são as restantes dimensões do Projeto Social que vamos analisar. Nestas dimensões considerámos apenas a capacitação de pessoas em

situação de pobreza, exclusão social ou deficiência e a importância da iniciativa para a melhoria das condições de saúde, incluindo a produção em modo biológico. Obtivemos os seguintes resultados:

a) A capacitação de pessoas em situação de pobreza, exclusão social ou deficiência, por parte das iniciativas, não é, na opinião maioritária dos horticultores, uma realidade. Os horticultores do PHVC (93%) e do PAAL (80%) são os que mais discordam;

b) A importância da iniciativa para a melhoria das condições de saúde através da produção de alimentos saudáveis merece a concordância maioritária de todos os horticultores. Os do PHVC, com 93% a manifestarem concordância, são os que mais afirmam essa importância.

c) A produção em modo biológico é reconhecida pela grande maioria dos horticultores, 100% no PHVC, 80% no PAAL e 92% na HB. Alguns horticultores do PHVC e do PAAL afirmaram que alguns dos utentes não cumprem rigorosamente este método de produção, aplicando alguns produtos não permitidos em produção biológica, mas reconhecem que são situações muito limitadas. Na HB alguns horticultores referem que produzem segundo os princípios da permacultura, que são mais exigentes que os da agricultura biológica.

Relativamente a estas dimensões os responsáveis institucionais acrescentam alguma informação. Roque (2016), da AVAAL, afirma que vai havendo alguma capacitação mas que o processo é lento e, quanto à qualidade dos alimentos produzidos, Folgosa (2016), da CML, afirma que a prevenção é feita através da formação e fiscalização.

6.3.1.5. Dimensões ‘poluição’, ‘energia’, ‘água’ e ‘resíduos’

Estas dimensões integram o Projeto Ambiental e, para a sua análise, considerámos a existência de mecanismos de controlo da poluição, contaminação dos solos e segurança alimentar; a produção de energias renováveis; a gestão racional da água; a compostagem de resíduos orgânicos. Obtivemos os seguintes resultados:

a) O controlo da poluição, da contaminação dos solos e da segurança dos alimentos produzidos são procedimentos inexistentes para 57% dos horticultores do PHVC e 47% do PAAL, embora o número de horticultores que responde ‘desconheço’ seja de 36% e 33% respetivamente. Na HB, 69% afirma que esses mecanismos, ou parte deles, existem;

b) A produção de energias renováveis apenas é confirmada pelos horticultores do PAAL (100%). Nas outras iniciativas, 100% dos horticultores afirmam que esta prática não se verifica. De facto, no espaço do PAAL, os postes de iluminação das áreas exteriores dispõem de painéis solares para produção de energia elétrica;

c) A maior parte dos horticultores do PHVC (64%) e do PAAL (53%) afirma que a água não é bem gerida nos seus parques. No caso da HB, esse valor cai para 46%, com 15% dos horticultores a afirmarem que ‘desconhecem’ o assunto. Durante os períodos de permanência nos parques, verificámos que a gestão da água é um aspeto particularmente sensível e potencialmente gerador de atritos. Observámos diversas situações de desperdício de água no PHVC e no PAAL, em diferentes momentos e talhões, resultantes de ruturas em tubos e de práticas de rega desadequadas;

d) A maioria dos horticultores das três iniciativas (100% no PHVC, 80% no PAAL e 92% na HB) afirma que ‘é feita a compostagem dos resíduos orgânicos produzidos nas hortas e/ou na comunidade’.

No caso do PAAL, 20% dos horticultores respondem ‘não’, por considerarem que a compostagem é feita incorretamente. Na nossa observação verificámos que nos compostores partilhados são acrescentados resíduos inorgânicos, como plásticos e pedras, além de que os resíduos são apenas acrescentados à pilha, não sendo sujeitos a qualquer procedimento posterior que facilite o processo de compostagem. Verificámos ainda que alguns horticultores fazem a sua própria compostagem, nos seus talhões.

Relativamente a estas práticas, a avaliação dos responsáveis é, na generalidade, concordante com a dos horticultores, com exceção da gestão da água no caso do PHVC, relativamente à qual Folgosa (2016), da CML, afirma que existe poupança de água e à compostagem no PAAL, sobre a qual Roque (2016), da AVAAL, confirma que a compostagem, apesar de no início ter sido feita corretamente, atualmente é mal feita.

6.3.1.6. Dimensões ‘sustentabilidade’ e ‘educação ambiental’

A sustentabilidade e a educação ambiental são as restantes dimensões do Projeto Ambiental que vamos analisar. Nestas dimensões os horticultores foram questionados sobre a existência, ou não, de um banco para armazenamento e troca de sementes e sobre a realização de ações de divulgação ambiental e de atividades que promovam a sustentabilidade ambiental, tendo-se obtido os seguintes resultados:

a) Sobre a existência de um banco de sementes, apenas os horticultores da HB (92%) afirmam, maioritariamente, existir um banco de sementes. Ainda que se trate de um pequeno banco de sementes, revela preocupação com o desenvolvimento desta prática;

b) Quanto à realização de ações de divulgação ambiental e de atividades de promoção da sustentabilidade ambiental, também os horticultores da HB (100%) são os únicos que, maioritariamente, afirmam tratar-se de uma prática desenvolvida na sua horta. Os horticultores do PAAL dividem-se muito na resposta a esta questão, com 47% a responderem ‘sim’, 33% ‘não’ e 20% ‘desconheço’.

Sobre a educação e promoção ambiental Roque (2016), da AVAAL, afirma que são realizadas atividades com escolas.

6.3.1.7. Dimensões ‘planeamento’, ‘avaliação’, ‘marketing’ e ‘gestão’

Estas são dimensões do Projeto de Gestão e que optámos por analisar em conjunto. Os horticultores foram confrontados com questões sobre a existência de um plano anual de atividades, sobre a avaliação periódica de resultados, sobre a divulgação da iniciativa junto da comunidade e sobre boas práticas de gestão. Uma questão genérica sobre implementação de boas práticas de gestão, englobando os aspetos anteriormente referidos, foi colocada aos responsáveis institucionais.

Foram obtidos os seguintes resultados:

a) Sobre a existência de planos de atividades, apenas os horticultores da HB afirmaram, maioritariamente (92%), que na sua horta esses planos são feitos;

b) O mesmo resultado foi obtido relativamente à avaliação periódica de resultados;

c) Sobre a divulgação da iniciativa na comunidade, todos os horticultores da HB afirmaram que existiam planos de divulgação junto da comunidade e todos os horticultores da PHVC afirmaram que esses planos não existiam. Os horticultores do PAAL voltaram a dividir-se, na resposta a esta questão, com 47% a responderem 'sim', 33% 'não' e 20% 'desconheço'.

d) Sobre se estão a ser adotadas boas práticas de gestão, 43% dos inquiridos do PHVC manifestam discordância e 21% concordância; no PAAL obtêm-se resultados aproximados, com 47% de respostas concordantes e 34% discordantes; na HB 85% são concordantes e apenas 15% discordantes.

Sobre a dimensão 'gestão', obtivemos respostas de dois responsáveis institucionais. Contrariamente à visão dos horticultores, Roque (2016), da AVAAL, referiu que existe a preocupação de gerir bem e que as exigências são maiores porque a AVAAL apresentou a candidatura ao estatuto de utilidade pública. Teixeira (2016), da HB, referiu que a implementação de boas práticas de gestão é um processo em construção e que está a ser avaliada a metodologia mais adequada às características da iniciativa.

6.3.1.8. Dimensões 'transferência de conhecimento', 'inovação' e 'investigação'

Estas três dimensões estão incluídas no Projeto de Conhecimento e foram avaliadas a partir de quatro afirmações sobre partilha de conhecimento entre utentes, partilha de conhecimento com outras iniciativas ou instituições, discussão sobre introdução de técnicas inovadoras e colaboração em trabalhos de investigação. Foram obtidos os seguintes resultados:

a) A maioria dos horticultores, em cada iniciativa, afirma haver partilha de conhecimento entre os horticultores. A HB registou 100% de respostas positivas;

b) A maioria dos horticultores do PHVC (100%) e do PAAL (80%) afirmam não haver partilha de conhecimento com outras iniciativas ou com instituições públicas e privadas. Na HB a totalidade dos inquiridos afirma haver essa partilha o que, nesta iniciativa está por um lado associado à sua génese e por outro à relação com a FCUL;

c) Relativamente à discussão de técnicas inovadoras entre os horticultores, os resultados são semelhantes aos da alínea anterior para o PHVC e para o PAAL. Na HB, 92% dos inquiridos afirma que as discussões sobre inovação têm lugar no seio do grupo;

d) Quanto à colaboração na realização de trabalhos de investigação, a maioria dos utentes do PHVC (93%) e do PAAL (67%) afirmam não haver colaboração. Em sentido contrário manifestaram-se os horticultores da HB, com 62% a afirmar que essa colaboração existe, uma vez mais fruto da aproximação à FCUL.

Sobre estas dimensões de análise, nomeadamente quanto à partilha de conhecimento com outras iniciativas ou instituições, os responsáveis institucionais do PHVC e do PAAL, têm uma visão diferente.

Folgosa (2016), da CML, afirma que existe alguma partilha, no âmbito nacional e da EU. Roque (2016), da AVAAL, diz que há algum trabalho já desenvolvido com a SCML, a Fundação Calouste Gulbenkian, a EDP e as juntas de freguesia de Santa Clara e Lumiar. Afirma ainda que há um pedido de apoio por parte de umas hortas de Campolide e que a AVAAL é 'estudo de caso' de boas práticas

em horticultura comunitária, num estudo da Universidade Nova de Lisboa. Por último, Teixeira (2016), da HB, afirma que existe partilha de conhecimento com a FCUL, nomeadamente no âmbito de trabalhos académicos.

6.3.1.9. Dimensão ‘cultura e património’

Trata-se da única dimensão que considerámos no Projeto Cultural e em relação à qual se solicitava aos horticultores que indicassem em que medida concordavam com uma afirmação sobre utilização de práticas em risco de extinção e/ou produção de alimentos étnicos ou regionais. Obtiveram-se as seguintes respostas: A maioria dos inquiridos do PHVC (93%) e do PAAL (66%) concordam em que esta prática existe nos seus parques, nomeadamente a produção de alimentos étnicos e regionais por horticultores oriundos de África. Na HB essa prática não é maioritariamente reconhecida pelos horticultores (46% dos inquiridos concordam que a prática existe).

Da nossa observação verificámos que na HB existem alguns produtos que podemos considerar como étnicos, ainda que não sejam cultivados por horticultores oriundos de outros países, o que não parece ser valorizado pela maioria dos horticultores. Todos os responsáveis institucionais referem a presença dessas práticas.

6.3.1.10. Dimensões ‘associativismo’ e ‘políticas públicas’

Estas dimensões enquadram-se no Projeto Político e para avaliar a sua presença foi solicitado aos horticultores que indicassem em que medida concordavam com duas afirmações, uma relacionada com a existência de um processo democrático para as tomadas de decisão e outra que visa avaliar a existência de ações coletivas no sentido da cooperação e influência junto dos poderes públicos, em temas relacionados com a agricultura urbana. Obtiveram-se as seguintes respostas:

a) Para a totalidade dos horticultores do PHVC não existe qualquer processo de tomada de decisão democrático, dado que o parque é gerido pela CML.

Quanto às respostas dos horticultores do PAAL, consideramos o resultado surpreendente, dado que a maioria (60%) refere que as decisões não são tomadas segundo princípios de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto, como é suposto que aconteça numa iniciativa de natureza associativa.

Durante o trabalho de campo tomámos conhecimento que, em Abril, ocorreu uma reunião para discussão dos problemas relacionados com a água. Na sequência dessa reunião foi afixado na entrada do parque um aviso, da Comissão de Gestão do parque, a solicitar aos horticultores que votassem a favor ou contra a utilização de mangueiras porque, como é referido no aviso, “sendo o PAAL gerido por TODOS os seus hortelões, toda e qualquer alteração deve ser aprovada pela maioria...”. Nesta situação, estamos perante um exemplo de auscultação dos associados que são chamados a votar sobre o assunto da água. Relativamente a outras decisões, não temos elementos que nos permitam concluir que em todas é seguido o princípio ‘uma pessoa, um voto’.

Ao ministrar o inquérito, tentámos perceber o porquê da opção pelo ‘não’. Um número significativo de horticultores manifestou descontentamento com muitas das decisões tomadas quer pela

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

Direção da AVAAL, quer pela Comissão de Gestão do parque, utilizando expressões como ‘eles fazem o que querem’. Relevamos igualmente o facto de, na informação adicional prestada, os horticultores do PAAL terem sido os que, de forma espontânea, referiram mais aspetos negativos, alguns relacionados com a Direção da AVAAL (Anexo L, página L-4).

Segundo Roque (2016), da AVAAL, os assuntos que dizem respeito a todos são discutidos em reuniões onde as decisões tomadas por maioria e o nível de participação nessas reuniões de horticultores é muito elevado.

Por último, referimos a HB onde 69% dos inquiridos afirmam que é seguido o princípio de gestão democrática. Admitimos que este valor não terá sido superior, dada a preferência destes horticultores pela sociocracia no processo de tomada de decisões e resolução de problemas;

b) Quanto à participação dos utentes em ações de cooperação ou de influência dos poderes públicos em temas relacionados com a agricultura urbana, apenas os inquiridos da HB consideram, maioritariamente (85%), que essas ações têm lugar. Os horticultores do PAAL dividem-se entre o ‘sim’ (33%), o ‘não’ (40%) e o ‘desconheço’ (27%).

6.3.1.11. Dimensão ‘território’

Esta dimensão será avaliada apenas com base na análise de conteúdo das entrevistas aos atores responsáveis pelas iniciativas. Questionados sobre a cooperação com as instituições públicas no sentido de converterem terrenos livres e abandonados em espaços produtivos, apenas Roque (2016), da AVAAL, referiu que essa cooperação existiu com a CML na fase inicial do PAAL e que atualmente existe um pedido das juntas de freguesia de Santa Clara e do Lumiar para a expansão das hortas.

6.3.2. Análise comparativa das iniciativas em estudo

Apresentados os resultados dos inquéritos aos horticultores, vamos fazer, com base nesses resultados, uma análise comparativa das iniciativas em estudo, identificando, em cada uma delas, as práticas que estão presentes, relacionando-as com os projetos da Economia Solidária da Macaronésia.

Para uma maior facilidade de análise, os dados serão apresentados através de um quadro comparativo (quadro 6.4.), sendo apenas consideradas as práticas que obtiveram uma resposta positiva (‘sim’) ou concordante (‘concordo totalmente’ + ‘concordo’), igual ou superior a 25% dos horticultores que participaram no questionário, em cada iniciativa, e de acordo com os seguintes critérios:

- 75% a 100% - Prática muito relevante
- 50% a 74% - Prática relevante
- 25% a 49% - Prática pouco relevante
- < 25% - Prática irrelevante (não mencionada no quadro)

O Projeto Territorial não consta do quadro, dado que nenhum dos indicadores das suas dimensões de análise foi considerado no guião do inquérito aos utentes. Contudo, como referimos anteriormente, no guião da entrevista aos responsáveis pelas iniciativas, foi considerada a dimensão ‘território’.

De acordo com a análise de conteúdo das entrevistas, Roque (2016), da AVAAL, considera, como já referimos, existir a possibilidade de cooperação com instituições públicas, visando converter terrenos livres e abandonados em espaços produtivos. Segundo o responsável, existe um pedido das juntas de freguesia de Santa Clara e do Lumiar para a expansão das hortas.

Da análise dos 35 itens, que designamos por 'práticas', verificamos que, com maior ou menor relevância, todas elas estão presentes, de acordo com os inquiridos, em pelo menos uma das iniciativas, existindo apenas 5 que estão presentes em todas elas: 'produção para autoconsumo', 'compostagem dos resíduos' e 'modo de produção biológico', com presença muito relevante; a 'prática da horticultura por pessoas em situação de pobreza ou risco de exclusão social' e a 'gestão racional da água', com presença pouco relevante.

No PHVC foram identificadas apenas 11 práticas, sendo 8 muito relevantes, uma relevante e duas pouco relevantes. No âmbito do Projeto de Conhecimento é identificada apenas uma prática relevante, relativa à partilha de conhecimentos entre utentes, e os projetos de Gestão e Político estão ausentes da iniciativa. Podemos considerar estes resultados 'normais', considerando a natureza da iniciativa, formal, da responsabilidade da CML, na qual os horticultores, enquanto 'arrendatários' dos seus espaços, produzem produtos hortícolas para autoconsumo, em modo de produção biológico.

Entre eles partilham alguns conhecimentos e produtos, numa base de reciprocidade, e consideram que a iniciativa contribui para a coesão social, para as relações interpessoais e para a melhoria das condições de saúde da comunidade.

As hortas são apenas espaços de produção, importantes para horticultores com baixos rendimentos que dedicam à sua atividade entre 6 a 7 dias por semana. Os espaços divididos em talhões e a ausência de processos de decisão, baseados em princípios democráticos, são características da iniciativa e correspondem às preferências dos inquiridos (quadro 6.3.).

No PAAL foram identificadas 22 práticas, sendo 6 muito relevantes, 5 relevantes e 11 pouco relevantes. Tratando-se de uma iniciativa formal, de natureza associativa, no espectro da Economia Social, os resultados obtidos merecem alguma reflexão.

De facto, seria de esperar que práticas associativas, de democracia participativa, de solidariedade e de reciprocidade tivessem maior relevância, de modo a serem mais percebidas por horticultores que, simultaneamente, são associados da AVAAL. Contudo, são resultados que parecem estar em linha com o que alguns estudos apontam relativamente ao fraco "posicionamento de Portugal em termos de capital social e de associativismo" (Almeida, 2011: 89-94).

Práticas como a tomada de decisões segundo princípios democráticos ou a troca de produtos numa lógica de reciprocidade foram considerados, pelos inquiridos, como pouco relevantes. Práticas de solidariedade, mais caritativas, como a distribuição de alimentos por pessoas mais carenciadas, ou mais focadas na capacitação, como a colaboração na formação de pessoas em situação de pobreza, exclusão ou com deficiência, foram consideradas, respetivamente, pouco relevantes e inexistentes.

Já a acessibilidade das hortas a pessoas com deficiência mereceu o reconhecimento de todos os inquiridos. Esta prática, a par da produção de energias renováveis, são as que mais distinguem o PAAL das restantes iniciativas.

À semelhança do PHVC, as hortas do PAAL são espaços de produção, importantes para horticultores com baixos rendimentos, ainda que superiores aos do PHVC, que dedicam à sua atividade entre 6 a 7 dias por semana e que têm como principal motivação a produção de alimentos saudáveis. Ainda assim, 27% dos inquiridos considera que se produzem outros produtos ou se prestam outros serviços, como ações de promoção e divulgação ambiental. Igualmente à semelhança do PHVC, no âmbito do Projeto de Conhecimento é identificada apenas uma prática relevante, relativa à partilha de conhecimentos entre utentes.

Quando lhes foi perguntado se pretendiam acrescentar mais alguma informação, os horticultores do PAAL foram os que referiram, de forma espontânea, mais aspetos negativos (Anexo L, página L-4), que associamos a alguma insatisfação observada durante o trabalho de campo. Pareceu-nos existir algum nível de conflitualidade, entre parte dos horticultores e os órgãos de gestão que, associada a eventuais dificuldades de comunicação, podem provocar algum enviesamento na forma como algumas práticas, nomeadamente a participação democrática nas decisões, são entendidas pelos utentes.

A HB é, claramente, uma iniciativa distinta das restantes, a começar pela caracterização socioeconómica dos seus horticultores: maiores habilitações literárias, maior rendimento, menor idade, maior diversidade geográfica, diferentes motivações (partilha de conhecimento, ecologia, permacultura, socialização).

A sua origem, ligada a um projeto artístico, o seu informalismo, a sua localização mais central na cidade, a sua pequena dimensão, a produção segundo princípios da permacultura, são outros aspetos que distinguem a HB do PHVC e do PAAL.

Na HB foram identificadas 34 práticas, sendo 21 muito relevantes, 6 relevantes e 7 pouco relevantes. Apenas a produção de energias renováveis foi considerada como prática inexistente.

Para os inquiridos, cuja amostra ronda os 70% do universo de horticultores, cerca de 80% das práticas referidas no questionário são relevantes ou muito relevantes e cobrem todos os projetos da Economia Solidária da Macaronésia.

A reciprocidade é muito relevante, enquanto as práticas mais relacionadas com a solidariedade variam entre o pouco relevante e o relevante. A tomada de decisões segundo o princípio de gestão democrática é considerada pouco relevante porque, como já referimos, são seguidos princípios da sociocracia que, segundo os inquiridos, tornam o processo de tomada de decisão mais participativo e aceite por todos, apesar de mais lento.

Admitimos que, o facto de muitos dos inquiridos da HB serem, ou terem sido, horticultores em hortas de características semelhantes, como a Horta do Mundo, a Horta do Clube Nacional de Natação e a Horta da FCUL, possa ter de algum modo influenciado algumas das respostas dadas no inquérito.

A HB, além de promover um estilo de vida em harmonia com a natureza e com preocupações ecológicas, é dinamizada por horticultores que manifestam um conjunto de preocupações que vão muito além da produção de alimentos. Trata-se de uma iniciativa caracterizada por algum experimentalismo, pela procura de novas abordagens do ponto de vista social, económico e ambiental, pela discussão, pela procura de soluções através de consensos e pela partilha de saberes.

Quadro 6.4. Análise comparativa das iniciativas em estudo.

Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Práticas	Prática muito relevante (>=75%)			Prática relevante (50% a 74%)			Prática pouco relevante (25% a 49%)		
		PHVC	PAAL	HB	PHVC	PAAL	HB	PHVC	PAAL	HB
Projeto económico	Os produtos destinam-se ao autoconsumo	100%	100%	100%						
	Os produtos são vendidos dentro da comunidade									38%
	Os produtos são trocados numa base de reciprocidade	93%		85%						40%
	Os produtos são distribuídos aos mais carenciados									40%
	São produzidos outros produtos ou prestados serviços			92%						27%
	Existe tecnologia disponível para melhoria da produção			92%						
	Os rendimentos são reinvestidos nas hortas e/ou na comunidade.			92%						
	Existem perspetivas de ampliação das atuais hortas e/ou de desenvolvimento de novos projetos.			85%						27%
	Existem mecanismos de financiamento disponíveis.									46%
	As condições climáticas, o solo e a disponibilidade de água são adequadas para uma boa produção.					53%	61%		29%	
	A modalidade de posse ou usufruto da terra garante a sustentabilidade do projeto.	78%	87%				62%			
	Projeto social	As hortas são acessíveis a pessoas com deficiência.		100%						
Existem horticultores em situação de pobreza ou em risco de exclusão social.								29%	34%	31%
A iniciativa contribui para a coesão social e para as relações interpessoais.		93%		93%		73%				
A iniciativa colabora na formação de pessoas em situação de pobreza, exclusão social ou com deficiência.										31%
As pessoas da comunidade têm acesso às hortas e participam em atividades conjuntas com os horticultores.				92%						
A iniciativa contribui para a melhoria das condições de saúde da comunidade.		93%		77%		66%				
Projeto cultural	São utilizadas práticas e técnicas em risco de extinção e/ou são produzidos alimentos regionais e étnicos.	93%				66%				46%
	Existem controlo da poluição, da contaminação dos solos e da segurança dos alimentos produzidos.						69%			
Projeto ambiental	São produzidas energias renováveis.		100%							
	É feita uma gestão racional da água e a recolha de águas pluviais							36%	47%	38%
	É feita a compostagem dos resíduos orgânicos produzidos nas hortas e/ou na comunidade.	100%	80%	92%						
	O modo de produção é biológico.	100%	93%	92%						
Projeto de gestão	Existem um banco para armazenamento e troca de sementes.			92%						
	São feitas ações de divulgação/promoção ambiental.			100%						47%
	São elaborados planos para a produção e realização de atividades.			92%						
	São avaliados periodicamente os resultados atingidos e propostas melhorias.			92%						
	Existem programas de divulgação da iniciativa junto da comunidade.			100%						47%
	São seguidas boas práticas de gestão, a nível individual e coletivo.			85%						34%
Projeto de conhecimento	Existe partilha de conhecimento entre os utentes.			100%	64%	73%				
	Existe partilha de conhecimento com outras iniciativas ou outras instituições públicas e privadas.			100%						
	A introdução de procedimentos e técnicas inovadoras são discutidos entre todos.			92%						
	Os utentes colaboram na realização de trabalhos de investigação relacionados com a agricultura urbana.						62%			
Projeto político	As decisões são tomadas segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto.						69%			33%
	São desenvolvidas ações com vista a cooperar ou influenciar os poderes públicos em temas relacionados com a agricultura urbana.			85%						33%

6.3.3. A resposta à questão de partida: Identificação de práticas de Economia Solidária presentes nas iniciativas de agricultura urbana do concelho de Lisboa

Que práticas de Economia Solidária estão presentes nas iniciativas de Agricultura Urbana do concelho de Lisboa? A resposta a esta questão passa por identificar os projetos da Economia Solidária da Macaronésia que estão presentes no conjunto das iniciativas estudadas, nos quais se integram as diferentes práticas avaliadas no trabalho de campo. Essas práticas são apresentadas, no quadro 6.5., por grau de relevância, de acordo com os critérios referidos em 6.3.2., considerando a média dos valores obtidos nas três iniciativas.

Quadro 6.5. *Projetos e práticas de Economia Solidária, identificados nas iniciativas de agricultura urbana do concelho de Lisboa, por grau de relevância.*

Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Prática muito relevante (>=75%)	Prática relevante (50% a 74%)	Prática pouco relevante (25% a 49%)
Projeto económico	Os produtos destinam-se ao autoconsumo A modalidade de posse ou usufruto da terra garante a sustentabilidade do projeto.	Os produtos são trocados numa base de reciprocidade	Os produtos são distribuídos aos mais carenciados São produzidos outros produtos ou prestados serviços Existe tecnologia disponível para melhoria da produção Os rendimentos são reinvestidos nas hortas e/ou na comunidade. Existem perspetivas de ampliação das atuais hortas e/ou de desenvolvimento de novos projetos. As condições climáticas, o solo e a disponibilidade de água são adequadas para uma boa produção.
Projeto social	A iniciativa contribui para a coesão social e para as relações interpessoais. A iniciativa contribui para a melhoria das condições de saúde da comunidade.	As hortas são acessíveis a pessoas com deficiência.	Existem horticultores em situação de pobreza ou em risco de exclusão social. As pessoas da comunidade têm acesso às hortas e participam em atividades conjuntas com os horticultores.
Projeto cultural		São utilizadas práticas e técnicas em risco de extinção e/ou são produzidos alimentos regionais e étnicos.	
Projeto ambiental	É feita a compostagem dos resíduos orgânicos produzidos nas hortas e/ou na comunidade. O modo de produção é biológico.		São produzidas energias renováveis. É feita uma gestão racional da água e a recolha de águas pluviais Existe um banco para armazenamento e troca de sementes. São feitas ações de divulgação/promoção ambiental.
Projeto territorial			A iniciativa coopera com entidades públicas e/ou privadas na conversão de terrenos livres e abandonados em espaços verdes produtivos (a).
Projeto de gestão			São elaborados planos para a produção e realização de atividades. São avaliados periodicamente os resultados atingidos e propostas melhorias. Existem programas de divulgação da iniciativa junto da comunidade. São seguidas boas práticas de gestão, a nível individual e coletivo.
Projeto de conhecimento	Existe partilha de conhecimento entre os utentes.		Existe partilha de conhecimento com outras iniciativas ou outras instituições públicas e privadas. A introdução de procedimentos e técnicas inovadoras são discutidos entre todos.
Projeto político		As decisões são tomadas segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto (b).	São desenvolvidas ações com vista a cooperar ou influenciar os poderes públicos em temas relacionados com a agricultura urbana.

(a) Prática identificada na entrevista a Roque (2016).

(b) Prática relevante considerando a sociocracia, praticada na HB, como processo de tomada de decisão em que todos participam.

Da análise do quadro 6.5, verifica-se que, com maior ou menor relevância, encontrámos nas hortas urbanas de Lisboa práticas de Economia Solidária representativas dos oito projetos da Economia Solidária da Macaronésia. Das 31 práticas identificadas, consideramos 7 como muito relevantes, 4 como relevantes e 20 como pouco relevantes, destacando-se como mais explícitos os Projetos Económico, Social e Ambiental.

6.4. Contributos para uma Agricultura Urbana Solidária

A Agricultura Urbana oferece-nos, segundo Amaro (2016), uma “visão substantiva da economia, integrada e enraizada na sociedade e na natureza e nas suas relações e vivências”. Tal integração adquire, na nossa perspetiva, maior dimensão se as hortas urbanas forem espaços multifuncionais, de solidariedade, de reciprocidade e de democracia, e que privilegiem uma visão mais comunitária no acesso à terra.

A figura 6.7. representa um hipotético modelo de funcionamento de uma iniciativa que designamos de Agricultura Urbana Solidária, o qual não se esgota nos parceiros, práticas e relações nele identificadas. A sua leitura deve ser complementada com o conteúdo do quadro 3.1. e dos Anexos A e M.

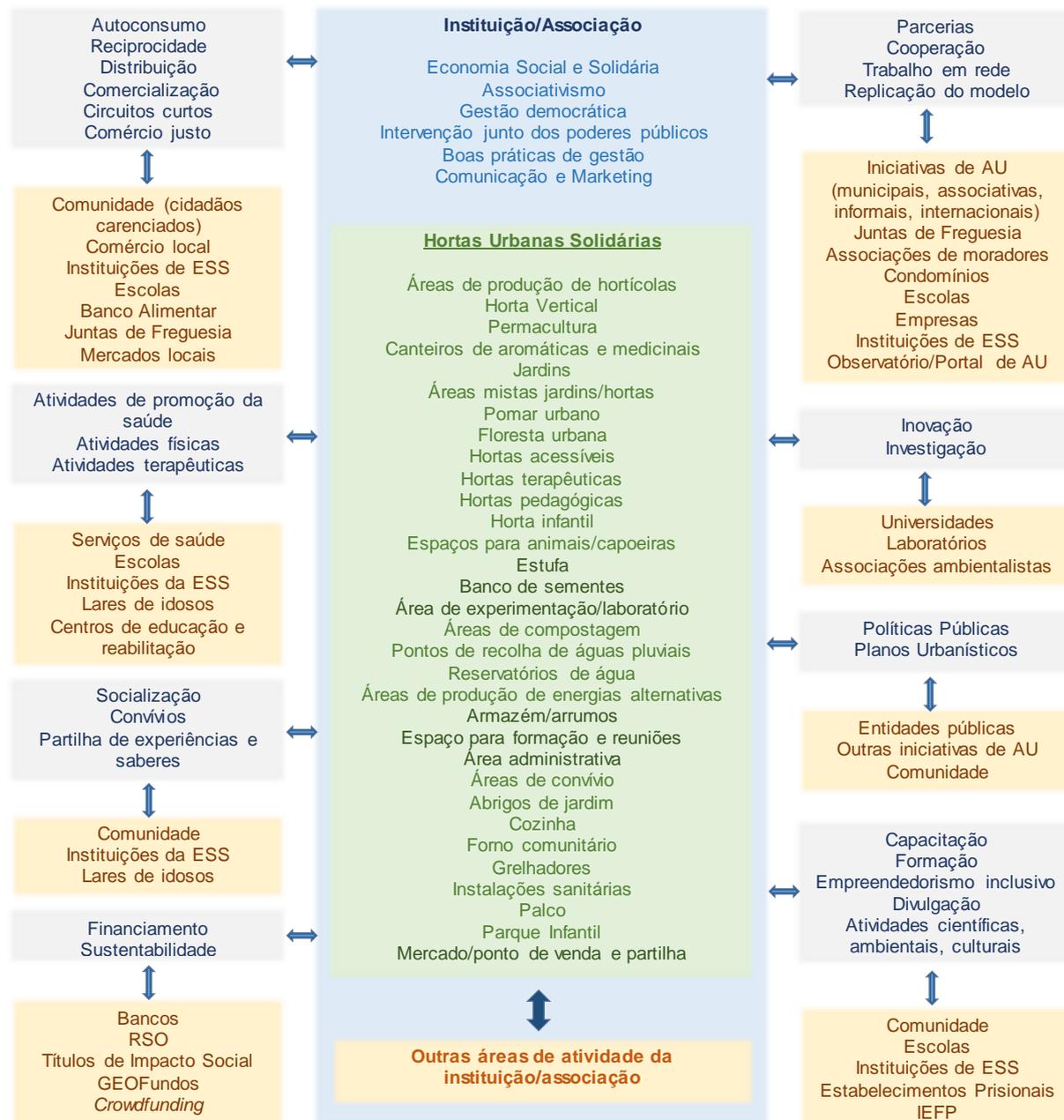


Fig. 6.7. – Modelo de iniciativa de Agricultura Urbana Solidária

CAPÍTULO VII. CONCLUSÃO

7.1. Síntese do estudo

Que práticas de Economia Solidária estão presentes nas iniciativas de Agricultura Urbana do concelho de Lisboa?

Dissertando numa área temática onde se cruzam os conceitos de Economia Solidária e de Agricultura Urbana, procurámos responder a esta questão através da realização de um trabalho empírico que envolveu o estudo de três casos com características distintas no concelho de Lisboa: o Parque Hortícola do Vale de Chelas, enquanto iniciativa formal da responsabilidade da CML; o Parque Agrícola da Alta de Lisboa, como iniciativa formal de natureza associativa; e a Horta do Baldio, de natureza informal.

Começámos por abordar o conceito de Economia Solidária, o qual herda da Economia Social um conjunto de preocupações sociais e económicas e integra uma dimensão económica e uma dimensão política baseadas, respetivamente, em relações de reciprocidade e no princípio da gestão democrática. De entre as várias formulações do conceito destacámos a da Macaronésia, a qual se caracteriza pela diversidade de projetos que propõe: social; económico; cultural; ambiental; territorial; conhecimento interativo; gestão inovadora; político.

Quanto à Agricultura Urbana começámos por apresentar a sua perspetiva histórica, nos diferentes contextos geográficos, destacámos o seu contributo para a coesão social, para o desenvolvimento económico e para a sustentabilidade ambiental das cidades e apresentámos o panorama nacional e internacional desta atividade, que nos permitiu observar uma grande diversidade de iniciativas.

Na realização do estudo adotámos uma abordagem metodológica de natureza quantitativa e qualitativa que envolveu a utilização de técnicas de inquirição, como inquéritos ministrados aos utentes das iniciativas, entrevistas semi-directivas a atores especialistas e atores com responsabilidades nas iniciativas e a observação-participante.

A resposta à questão de partida baseou-se na identificação de um conjunto de práticas, agrupadas em várias dimensões de análise, que considerámos representativas dos oito projetos da Economia Solidária da Macaronésia: económico, social, cultural, ambiental, territorial, de conhecimento interativo, de gestão inovadora, político.

Considerando a presença dessas práticas, e o seu grau de relevância, identificámos 31 das 35 práticas estudadas. Contudo, considerando o seu grau de relevância, apenas identificámos 7 práticas como sendo muito relevantes, com destaque para a produção para autoconsumo, a produção em modo biológico, os contributos para a coesão social e para a saúde e a partilha de conhecimento entre os utentes. Como relevantes identificámos 4 práticas, com destaque para a promoção de relações de reciprocidade e a tomada democrática de decisões. As restantes 20 práticas foram consideradas pouco relevantes. Dos projetos da Economia Social da Macaronésia destacam-se, como mais explícitos, os Projetos Económico, Social e Ambiental.

7.2. Lições aprendidas

A primeira lição aprendida relaciona-se com a convicção que temos quanto à relevância do tema da dissertação e à oportunidade que o trabalho empírico nos deu para melhor conhecermos a realidade da Agricultura Urbana.

Ficámos igualmente cientes da extensão inicial do trabalho empírico, refletida no elevado número de dimensões e indicadores que constam do anexo A, o que nos levou a selecionar apenas parte desses indicadores para a construção dos guiões dos inquéritos e das entrevistas.

Outra lição aprendida relaciona-se com a atividade da Agricultura Urbana no concelho de Lisboa que, à semelhança do que acontece um pouco por todo o país, tem vindo a crescer significativamente, fundamentalmente por iniciativa da CML, e a afirmar-se como uma atividade que se vai consolidando e ganhando visibilidade, quer no seio das comunidades, quer junto dos poderes públicos.

Contudo, quando observamos outras realidades e práticas, no contexto nacional e, principalmente, internacional, verificamos que é possível uma maior ambição. De facto, o trabalho empírico realizado revelou-nos, no contexto estudado, uma Agricultura Urbana muito limitada à produção de alimentos, em modo biológico, com a presença de algumas preocupações sociais e ambientais.

Relativamente aos horticultores, constatámos a existência de uma população heterogénea, com predomínio de baixas habilitações literárias, baixos rendimentos, com idade superior a 50 anos, e que tem como principal motivação a produção de alimentos saudáveis para autoconsumo, em talhões individuais. Em menor número está um conjunto de horticultores mais instruído, com maiores rendimentos, mais jovem e cuja principal motivação é a partilha de conhecimento e de saberes, através de práticas horticolas com preocupações ecológicas, em espaços comunitários.

Tomando como referência as iniciativas estudadas, consideramos que à Agricultura Urbana em Lisboa falta: a) uma abordagem mais multifuncional; b) inovação, investigação, partilha de conhecimento e trabalho em rede, os quais, segundo Ferreira (2016), dariam uma nova dimensão às hortas urbanas; c) uma maior ligação à comunidade, cujos interesses, segundo Mourão (2016), “só são percebidos pelo agricultor urbano, se houver um trabalho de motivação para essa realidade”; d) intervenção associativa e gestão participativa e e) uma estratégia que a permita ver como uma nova abordagem o que, segundo Delgado (2016), não acontece porque a Agricultura Urbana não é vista como estratégia política de intervenção no espaço público.

7.3. Limitações do estudo

A principal limitação do estudo foi o fator tempo que, por ser limitado, condicionou a escolha dos instrumentos metodológicos a adotar. O primeiro condicionalismo resultou, desde logo, da necessidade de desenvolvermos a investigação com base em estudos de caso, o que limita a generalização dos resultados obtidos.

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

Por outro lado, as limitações impostas à extensão da dissertação, associadas ao fator tempo, obrigaram a reduzir o número de indicadores a avaliar e de utentes a inquirir, com eventual prejuízo para as conclusões do estudo.

Uma outra limitação teve a ver com o desenvolvimento e a aplicação do conceito de Economia Solidária da Macaronésia que, sendo relativamente recente, dispõe de reduzida bibliografia e está pouco investigado, apesar de já existirem algumas iniciativas no terreno, inspiradas nos seus projetos.

7.4. Desenvolvimentos futuros

Como desenvolvimentos futuros consideramos importante: a) aprofundar o trabalho já desenvolvido, incluindo outras iniciativas como estudos de caso; b) estabelecer uma metodologia de avaliação do impacto económico, social e ambiental das iniciativas de agricultura urbana; c) desenvolver modelos/projetos de Agricultura Urbana, baseados nos princípios e nas práticas da Economia Solidária, e que integrem os contributos de iniciativas de agricultura urbana já existentes, no contexto nacional e internacional; d) propor medidas de políticas públicas que contribuam para a promoção e afirmação da Agricultura Urbana.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BIBLIOGRAFIA

- Adam-Bradford, Andrew e René van Veenhuizen (2015), *Role of urban agriculture in disasters*, in *Cities and Agriculture. Developing resilient urban food systems*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Aleixo, Anabela Silva M. D. (2014), *Da Economia Social para a Economia Solidária*, Dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Almeida, Jorge (2011), *O essencial sobre o Capital Social*, Lisboa, INMC.
- Alta de Lisboa (2014), Disponível em <http://sgal.altadelisboa.com/30anos/>. Acedido a 26MAI16.
- Amaro, Rogério Roque (2009), "A Economia Solidária da Macaronésia - Um Novo Conceito", *Revista de Economia Solidária*, (1), pp. 11-29.
- Amaro, Rogério Roque (2016), *Entrevista de 12MAI16*.
- Asia Weekly Cover Story (2016), Disponível em: <http://asiaweekly.com/growing-trend/>. Acedido a 25FEV16.
- Assembleia da República (s.a.), *Constituição da República Portuguesa*. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Documents/Revisao2005/155a00.pdf>. Acedido a 10JAN16.
- Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (s.a.a), *Parque Agrícola da Alta de Lisboa*. Disponível em: <https://avaal.org/2011/01/12/ja-era-tempo-de-darmos-esta-noticia-o-paal-parque-agricola-da-altade-lisboa-foi-aprovado-pela-verexao-da-camara-municipal-de-lisboa/>. Acedido a 26MAI16.
- Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (s.a.b), *PAAL - História*. Disponível em: <https://avaal.org/paal/historia/>. Acedido a 26MAI16.
- Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (s.a.c), *História*. Disponível em: <https://avaal.org/historia/>. Acedido a 26MAI16.
- Association Charles Gide (s.a.), Disponível em: <http://www.charlesgide.fr/presentation>. Acedido a 10JAN16.
- Baker, Lauren e Henk de Zeeuw (2015), *Urban Food Policies and Programmes*, in *Cities and Agriculture. Developing resilient urban food systems*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Barros, José D'Assunção (2011), Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier, *Mediações, Londrina*, (16), 1, pp. 239-255. Disponível em: 10.5433/2176-6665.2011v16n1p239. Acedido a 07JAN16.
- Barros, Rodrigo (2013), *A horta da Associação dos Albergues Noturnos de Lisboa/Reconhecimento*, in *Horticultura Social e Terapêutica*, Porto, Publindústria.
- Bell, Judith (1993), *Como realizar um projecto de investigação*, Lisboa, Gradiva.
- Boukharaeva, Louiza e Marcel Marloie (2015), *Family Urban Agriculture in Russia. Lessons and Prospects*, (s.l.), Springer.
- Caeiro, Joaquim Croca (2005), "Economia Social: conceitos, fundamentação teórica e principais desafios", *Intervenção Social*, (31), pp. 65-84.
- Câmara Municipal de Lisboa (2014), *Ambiente, Penha de França. Concurso Hortas Sociais Santa Apolónia - Até 15 de janeiro*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/concurso-hortas-sociais-santa-apolonia-ate-15-de-janeiro>. Acedido a 05MAI16.

- Câmara Municipal de Lisboa (2016a), *Freguesia de Marvila*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/juntas-de-freguesia/freguesia-de-marvila>. Acedido a 22MAI16.
- Câmara Municipal de Lisboa (2016b), *Freguesia de Santa Clara*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/juntas-de-freguesia/freguesia-de-santa-clara>. Acedido a 24MAI16.
- Câmara Municipal de Lisboa (2016c), *Freguesia do Areeiro*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/juntas-de-freguesia/freguesia-do-areeiro>. Acedido a 24MAI16.
- Câmara Municipal de Lisboa (2016d), *História*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/historia>. Acedido a 01MAI16.
- Câmara Municipal de Lisboa (2016e), *Parques Hortícolas Municipais*. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/parques-horticolos-municipais>. Acedido a 05MAI16.
- Carmo, Hermano (1999), *Desenvolvimento Comunitário*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carmo, Hermano e Manuela M. Ferreira (1998), *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carta Encíclica “Rerum Novarum” (1891), *Sobre a Condição dos Operários*. Disponível em http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acedido a 10JAN16.
- Cartwright, Mark (2014), “Aztec Food & Agriculture”, *Ancient History Encyclopedia*. Disponível em: <http://www.ancient.eu/article/723/>. Acedido a 14FEV16.
- Cattani, David António, Jean-Louis Laville, Luis Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.
- City Farmer News (2016), *New Stories From 'Urban Agriculture Notes'*. Disponível em: <http://www.cityfarmer.info/>. Acedido a 15FEV16.
- City of Vancouver (2016), Community Gardens. Disponível em: <http://vancouver.ca/people-programs/community-gardens.aspx>. Acedido a 24FEV16.
- CONQUITO (s.a.), *Agricultura Urbana Participativa (AGRUPAR)*. Disponível em: <http://www.conquito.org.ec/agricultura-urbana-participativa/>. Acedido a 24FEV16.
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2013a), *Lei de Bases da Economia Social*. Disponível em: http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/Lei_de_Bases_da_Economia_Social.pdf. Acedido a 10JAN16.
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2013b), *Textos de Economia Social*. Disponível em: http://www.cases.pt/0_content/actividades/doutrina/Textos_de_economia_social.pdf. Acedido a 10JAN16.
- Defourny, Jacques (2009), “Economia Social”, in *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.
- Defourny, Jacques e Jean-Louis Laville (2007), “Pour une économie sociale revisitée”, *La revue nouvelle*, (1-2), pp.78-83. Disponível em: <http://www.revuenouvelle.be/IMG/pdf/078-083defourny.pdf>. Acedido a 11JAN16.
- Delgado, Cecília (2016), *Entrevista de 07ABR16*.
- Diário da República Eletrónico (2014), *Estatuto das IPSS*. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/58900566>. Acedido a 11JAN16.

- Duchemin, E., F. Wegmuller e A. Legault (2008), "Urban Agriculture: multi-dimensional tools for social development in poor neighbourhoods", *Field Actions Science Reports (on-line)*, Volume I, pp. 43-52. Disponível em: factsreports.revues.org/113. Acedido a 25ABR16.
- Ecosistema Urbano (2011), DYRK Nørrebro | an urban agricultural initiative in Copenhagen, Denmark. Disponível em: <http://ecosistemaurbano.org/english/dyrk-n%C3%B8rrebro-an-urban-agricultural-initiative-in-copenhagen-denmark/>. Acedido a 22FEV16.
- Edible Edinburgh (2016a), *Our Plan*. Disponível em: <http://www.edible-edinburgh.org/our-plan/>. Acedido a 23FEV16.
- Edible Edinburgh (2016b), *Support the Edible Edinburgh Vision*. Disponível em: <http://www.edible-edinburgh.org/>. Acedido a 22FEV16.
- EDP (2015), *Bairros portugueses recebem 35 mil euros para dinamizar as comunidades locais*. Disponível em: <http://www.edp.pt/pt/media/noticias/2015/Pages/Bairrosportuguesesrecebem35mileurosparadinamizarascomunidadeslocais.aspx>. Acedido a 27MAI16.
- FAO (2007), *Agricultural Management, Marketink and Finance Occasional Paper. "Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture"*. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1471e/a1471e00.pdf>. Acedido a 10FEV16.
- FAO (2012), *Criar cidades mais verdes*. Documento online. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/015/i1610p/i1610p00.pdf>. Acedido a 25ABR16.
- FAO (2013), *Cidades Mais Verdes na África. Primeiro relatório sobre agricultura urbana e periurbana*. <http://www.fao.org/docrep/017/i3002p/i3002p.pdf>. Acedido a 24FEV16.
- FAO (2016a), *Food for the Cities Program*. Disponível em: <http://www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme/en/>. Acedido a 09FEV16.
- FAO (2016b), *Urban Agriculture*. Disponível em: <http://www.fao.org/urban-agriculture/en/>. Acedido em 22FEV16.
- Fernandes, António José (1995), *Métodos e regras para elaboração de trabalhos académicos e científicos*, Porto, Porto Editora.
- Ferreira, Jaime (2016), *Entrevista de 18MAI16*.
- Ferreira, Jorge Conceição, António Strecht, José Raúl Ribeiro, Ana Soeiro e Guilhermina Cotrim (2002), *Manual de Agricultura Biológica. Fertilização e protecção das plantas para uma agricultura sustentável*, Lisboa, AGROBIO.
- Ferreiro, Maria de Fátima (2014), *Apontamentos para a Unidade Curricular de Economia Solidária e Teoria Económica* [Aulas do Mestrado em Economia Social e Solidária] ISCTE-IUL.
- Flagship Visions and Modern Myths (s.a.), *Utopias. The Phalanstery - Charles Fourier*. Disponível em: http://81.47.175.201/flagship_visions/index.php/utopia/337-the-phalanstery-charles-fourier. Acedido a 07JAN16.
- Folgosa, Rita (2016a), *Identificação e caracterização dos parques hortícolas municipais de Lisboa*, Email de 28ABR16.
- Folgosa, Rita (2016b), *Entrevista de 15ABR16*.
- FoodMetres (2012), Disponível em: <http://www.foodmetres.eu/case-studies/milan-metropolitan-region/>. Acedido a 25ABR16.

- Foodtank (2013), *Five Examples of Successful Urban Agriculture Done Differently Around the World*. Disponível em: <http://foodtank.com/news/2013/10/five-different-examples-of-urban-agriculture-from-around-the-world>. Acedido em 22FEV16.
- França Filho, Genauto Carvalho de (2007), “Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação”, *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, VII (1), pp. 155 – 174.
- Franco, Raquel Campos (coord.) (2015), *Diagnóstico das ONG em Portugal. Estudo sobre Organizações Não Governamentais realizado pela Universidade Católica Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Germany Sustainable Communities (s.a.). Disponível em: <https://germanysustainablecommunities.wordpress.com/urban-agriculture/>. Acedido em 22FEV16.
- Giddens, Anthony (2008), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, Rita Gonçalves Galvão (2014), *Hortas Urbanas. Estudo do Caso de Lisboa*, Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Agronómica, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.
- Google Maps (s.a.), *Localização da Horta do Baldio*. Disponível em: <https://www.google.pt/maps/@38.7439413,-9.145804,299m/data=!3m1!1e3>. Acedido a 27MAI16.
- Green, Jared (2012), “Urban Agriculture Isn’t New”, *The Dirt. Uniting the Built & Natural Environments*, American Society of Landscape Architects. Disponível em: <http://dirt.asla.org/2012/05/09/urban-agriculture-isnt-new/>. Acedido a 13FEV16.
- Guerra, Pablo (2003), *Economía de la solidaridad: Construcción de un camino a veinte años de las primeras elaboraciones*, comunicação apresentada nas III Jornadas en Historia Económica, Julho de 2003, Montevideo. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_auteur-214_es.html. Acedido a 11JAN16.
- Henriques, José Manuel (2010), *Crise, Economia Social e Solidária e «Integração Económica» na Acção Contra a Pobreza*, Bloco Temático, (s.l.).
- Hespanha, Pedro e Rui Namorado (2009), “Os desafios da Economia Solidária”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (84), pp. 3-5.
- Horta FCUL (2015), *Horta do Baldio*. Disponível em <http://hortafcul.wix.com/home#!horta-do-baldio/c1e2a>. Acedido a 26MAI16.
- Instituto Nacional de Estatística (2010), *Conta Satélite da Economia Social*. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=157543613&PUBLICACOESmodo=2. Acedido a 10JAN16.
- Jardim Botânico da Madeira Engº Rui Vieira (s.a.), *A Macaronésia*. Disponível em: http://www.sra.pt/Jarbot/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=106&lang=en. Acedido a 17JAN16.
- Junta de Freguesia de Marvila (2016), *Toponímia*. Disponível em: <http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/toponimia>. Acedido a 22MAI16.
- Laville, Jean-Louis (2006), *Du tiers secteur à l'économie sociale et solidaire. Débat théorique et réalité européenne*, Vèmes Rencontres du Réseau Inter-Universitaire de l'Economie Sociale et Solidaire, Grenoble. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3219_fr.html. Acedido a 11JAN16.

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

Laville, Jean-Louis (2008), "Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia", *Revista Katálisis*, (Online), 11 (1) pp. 20-42.

Laville, Jean-Louis (2009), "Solidariedade", in *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.

Laville, Jean-Louis e Inácio Gaiger (2009), "Economia Solidária", in *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina.

Laville, Jean-Louis (2011), "L'économie sociale et solidaire : contre le productivisme ?", *Projet n° 324 - 325*, pp. 98-103.

Disponível em: <http://www.jeanlouislaville.fr/leconomie-sociale-et-solidaire-contre-le-productivisme/>.
Acedido a 10JAN16.

Laville, Jean-Louis (2014), "Mudança social e teoria da economia solidária. Uma perspectiva maussiana", *Sociologias*, (26), pp. 60-73.

Disponível em: <http://www.jeanlouislaville.fr/pt-pt/mudanca-social-e-teoria-da-economia-solidaria-uma-perspectiva-maussiana/>. Acedido a 15JAN16.

Lawson, Laura (2009), *A Brief History of Urban Garden Programs in the United States*, Rutgers, The State University of New Jersey.

Disponível em:

http://www.ats-engineers.com/Garden_Documents/Community_Garden_History.pdf.

Acedido a 23ABR16.

Lima, Jorge Ávila de e José Augusto Pacheco (orgs.) (2006), *Fazer Investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses*, Porto, Porto Editora.

LIPOR (2016), *Projeto Horta à Porta*. Disponível em: <http://www.lipor.pt/pt/educacao-ambiental/horta-da-formiga/agricultura-biologica/horta-a-porta/>. Acedido a 26FEV16.

Lovell, Sarah Taylor (2010), "Multifunctional Urban Agriculture for Sustainable Land Use Planning in the United States", *Sustainability*, (2), pp. 2499 – 2522.

Disponível em: <http://www.mdpi.com/2071-1050/2/8/2499>. Acedido a 19FEV16.

Luiz, Juliana e Leonardo Veronez (2012), *Os Espaços das Agriculturas Urbanas na Grande Lisboa: Trajetórias Transversais à Cidade*, comunicação apresentada no VII Congresso Português de Sociologia Junho de 2012, Universidade do Porto.

MACMAR (s.a.), *Conhecimento, promoção e valorização para a utilização sustentada de áreas marinhas protegidas da Macaronésia*.

Disponível em: <http://www.horta.uac.pt/projectos/macmar/ogamp/marmac.html>. Acedido a 17JAN16.

Mairie de Paris (s.a.), *Ferme de Paris*. Disponível em: <http://equipement.paris.fr/ferme-de-paris-6597>. Acedido em 22FEV16.

Matos, Rute Sousa e Desidério Sales Batista (2013), *Urban Agriculture: The Allotment Gardens as Structures of Urban Sustainability*. Disponível em: <http://www.intechopen.com/books/advances-in-landscape-architecture/urban-agriculture-the-allotment-gardens-as-structures-of-urban-sustainability>. Acedido a 25MAI16.

McKelvey, B. (s.a.), "Community Gardening Toolkit: A resource for planning, enhancing and sustaining your Community Gardening Project, University of Missouri.

Disponível em: <http://extension.missouri.edu/p/MP906>. Acedido a 14FEV16.

Meirinhos, Manuel e António Osório (2010), “O estudo de caso como estratégia de investigação em educação”, *EDUSER: revista de educação*, Vol 2(2), 2010, Inovação, Investigação em Educação, Instituto Politécnico de Bragança/Escola Superior de Educação.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10198/3961>. Acedido a 29ABR16.

Miller, Ethan (2010), *Solidarity Economy: Key Concepts and Issues*, Amherst MA (USA), Center for Popular Economics.

Disponível em:

http://www.communityeconomies.org/site/assets/media/Ethan_Miller/Miller_Solidarity_Economy_Key_Issues_2010.pdf. Acedido a 10JAN16.

Mougeot, Luc J.A.(2000), “Urban Agriculture: Concept and Definition”, *Urban Agriculture Magazine*, 1 (1).

Disponível em: <http://www.ruaf.org/urban-agriculture-concept-and-definition>. Acedido a 10FEV16.

Mourão, Isabel de Maria e Luís Miguel Brito (2013), *Horticultura Social e Terapêutica*, Porto, Publindústria.

Mourão, Isabel de Maria (2016), *Entrevista de 30MAI16*.

MUDEAA - Manifesto Urbano de Alimentação Alternativa (2012), *Os olhos também comem*. Disponível em: <https://mudeaa.wordpress.com/>. Acedido a 16FEV16.

Namorado, Rui (coord.) (2015), *Economia Social em Acção*, Coimbra, Almedina.

Norte, Helena (2009), Hortas urbanas ajudam a enfrentar tempos de crise, *Jornal de Notícias*.

Disponível em: http://www.jn.pt/paginainicial/nacional/interior.aspx?content_id=1380339 . Acedido a 26FEV16

Odile, Castel (2006), *La réciprocité : principe de comportement économique en conflit/coopération avec le profit et la redistribution*, comunicação apresentada na 5ème Conférence Internationale PEKEA. Une économie au service de la société, realizada em Dezembro de 2006, Dakar.

Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-1952_fr.html. Acedido a 11JAN16.

Oxigénio (s.a.), *Sociocracia*. Disponível em: <https://projeto-oxigenio.pt/sociocracia/>. Acedido a 28ABR16.

Parco Agricolo Sud Milano (s.a.).

Disponível em: <http://parcosud.cittametropolitana.mi.it/parcosud/en/Parco/>. Acedido a 25ABR16.

Parente, Cristina e Carlota Quintão (2014), *Uma Abordagem Eclética ao Empreendedorismo Social*, em Cristina Parente (Edição), *Empreendedorismo Social em Portugal*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12398.pdf>. Acedido a 12JAN16.

Polanyi, Karl (1944; 2012), *A Grande Transformação – As Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo*, Lisboa, Edições 70.

Ramos, Ana Rita Alves (2011), *A integração de espaços de cultivo agrícolas em contextos urbanos. Proposta para a requalificação urbana do Vale de Chelas (Lisboa)*, Dissertação para a obtenção do grau de mestre em arquitetura, Lisboa, Instituto Superior Técnico.

Red de Huertos Urbanos Comunitarios de Madrid (2011), *Huerto del Retiro. Ayuntamiento de Madrid*.

Disponível em: <https://redhuertosurbanosmadrid.wordpress.com/huerto-del-retiro-ayuntamiento-de-madrid/>. Acedido a 23FEV16.

Robert Owen Museum (2008). Disponível em: <http://robert-owen-museum.org.uk/home>. Acedido a 08JAN16.

- Rochdale Pioneers Museum (2016), *The Rochdale Pioneers*. Disponível em: <http://www.rochdalepioneersmuseum.coop/about-us/about-the-pioneers/>. Acedido a 07JAN16.
- Roque, Lourenço (2016), *Entrevista de 02JUN16*.
- RUAF (s.a.) - Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security (s.a.). Disponível em: <http://www.ruaf.org/>. Acedido a 11FEV16
- Sánchez, Angeles Cámara (s.a.), *El Sistema Económico de León Walras*, Madrid, Universidad Rey Juan Carlos.
Disponível em: <http://www.uv.es/asepuma/VIII/m05/m5-01.pdf>. Acedido a 10JAN16.
- Sánchez, José e Sílvia Santos (2010), *Plano Verde de Lisboa*.
Disponível em: http://issuu.com/silvia.santos/docs/lisbon_green_plan. Acedido em 02MAI16.
- Santandreu, Alain, Alberto Gómez Perazzoli e Marielle Dubbeling (s.a.), *Biodiversidade, Pobreza e Agricultura Urbana na América Latina*.
Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU06/AU6biodiversidade.html>. Acedido a 15FEV16
- Santos, Maria (coord.) (2015), *Biodiversidade na Cidade de Lisboa: uma estratégia para 2020*. Documento Técnico, Câmara Municipal de Lisboa.
Disponível em:
http://www.lisboaenova.org/images/stories/Biodiversidade/Biodiversidade_3Ed_Net.pdf
Acedido a 02MAI16.
- Schrebervereine und Schrebergärten (Jardins de Schreber) (2005), Disponível em:
http://www.bunkahle.com/Aktuelles/Gesundheit/Schreberverein_Schrebergaerten.html. Acedido a 13FEV16.
- Silva, Luísa Ferreira da (2008), *Modernidade e Desigualdades Sociais*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Singer, Paul (2001), “Economia Solidária: Possibilidades e Desafios”, *Propostas*, (88/89), pp. 44 -58.
- Smit, J., Nasr, J. e Ratta, A. (2001). *Urban agriculture yesterday and today*. In *Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities*, USA, The Urban Agriculture Network, Inc.
Disponível em: <http://jacsmi.com/book/Chap02.pdf>. Acedido a 11FEV16.
- Sousa, Leonardo Veronez de (2014), *Experiências de agricultura (peri) urbana coletiva: outras experiências económicas?*, Tese de Doutoramento em “Democracia no Século XXI”, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Sprouts in the sidewalk (s.a.), *World War II: Victory gardens the second time around*. Disponível em: <https://sidewalksprouts.wordpress.com/history/wwii/>. Acedido a 14FEV16.
- Stake, Robert E. (2007), *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Teixeira, Júlio (2016), *Entrevista de 24ABR16*.
- Telles, Gonçalo Ribeiro (2011), *Hortas urbanas: uma forma sustentada de viver na cidade*, Entrevista ao jornal Notícias do Nordeste em 10JUN11.
Disponível em: <http://www.noticiasdonordeste.pt/2011/06/hortas-urbanas-uma-forma-sustentada-de.html>. Acedido a 16FEV16.
- The Greening of Detroit (s.a.), Disponível em: <http://www.greeningofdetroit.com/>. Acedido a 24FEV16.
- The Urban Picturesque (2010), *Garden built out of a bomb crater, London, 1940's*. Disponível em: http://fantasticjournal.blogspot.pt/2010/09/urban-picturesque_21.html. Acedido a 14FEV16.
- Turowski, J. (2002), “The Schreber Garden”, *Horticulture Spring*, (6).

- Disponível em: <http://cabinetmagazine.org/issues/6/turowski.php>. Acedido a 13FEV16.
- Ultra Swank (2013), *The Edible Victory – Victory Gardens of the 1940s*. Disponível em: <http://www.ultraswank.net/kitsch/the-edible-victory-victory-gardens-of-the-1940s/>. Acedido a 14FEV16.
- United Nations - Population Facts (2014), *Our Urbanizing World*, (3). Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/popfacts/PopFacts_2014-3.pdf Acedido a 21FEV16.
- Urban Agriculture Australia (2012a), *What is Urban Agriculture?* Disponível em: <http://www.urbanagriculture.org.au/information/urban-agriculture/what-is-urban-agriculture/>. Acedido a 15FEV16.
- Urban Agriculture Australia (2012b), *About Canberra City Farm*. Disponível em: <http://www.urbanagriculture.org.au/canberra-city-farm/about/>. Acedido a 25FEV16.
- Urban Agriculture Australia (2012c), *Canberra City Farm. Turner Garden*. Disponível em: <http://www.urbanagriculture.org.au/turner-garden/>. Acedido a 18JUN16.
- Where Architecture is Fun (2015), *Visions of Utopia. New Harmony by Robert Owen, 1825*. Disponível em: <http://wherearchitectureisfun.tumblr.com/post/121612099263/visions-of-utopia-new-harmony-by-robert-owen>. Acedido a 08JAN16.
- Wiskerke, Johannes S. C. (2015), *Urban Food Systems*, in *Cities and Agriculture. Developing resilient urban food systems*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Zeeuw, Henk de e Pay Drechsel (Ed) (2015), *Cities and Agriculture. Developing resilient urban food systems*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Zeeuw, Henk de (2004), *The development of Urban Agriculture; some lessons learnt, Key note paper for the International Conference "Urban Agriculture, Agro-tourism and City Region Development"*, Beijing.
- Disponível em: <http://www.bibalex.org/Search4Dev/document/436491>. Acedido a 10FEV16.

ANEXO A - Critérios de avaliação dos estudos de caso, dimensões de análise e indicadores

Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Dimensões	Indicadores
1. Económico	1.1. Produção e distribuição	1.1.1. Existência de práticas mercantis [considerar: circuitos curtos de distribuição dos produtos visando reduzir os consumos de energia associados a processos como o transporte e embalagem (p.e. no local de produção, em mercados locais, porta a porta, em cabazes); circuitos longos de distribuição dos produtos (p.e. intermediários, venda noutros locais)]
		1.1.2. Verificação do princípio da reciprocidade na produção e troca dos produtos (p.e. aspetos como vizinhança, comunidade, entreajuda)
		1.1.3. Verificação do princípio da redistribuição (p.e. papel do Estado na produção e na sua repartição)
		1.1.4. Verificação do princípio da domesticidade na produção e troca dos produtos (p.e. nível de autoconsumo, trocas diretas)
		1.1.5. Identificação da produção e transformação realizada nas iniciativas
		1.1.6. Identificação da tecnologia agrícola e processos de cultivo (p.e. sistemas de irrigação, maquinaria, ferramentas, automatização, estufas, cultura hidropónica, permacultura, agricultura vertical)
		1.1.7. Identificação de condições edafoclimáticas adequadas para melhor produção (p.e. gestão adequada do espaço em função das características do solo, das condições microclimáticas, da exposição solar e da disponibilidade de água - produção diferenciada num espaço comum em detrimento da produção em parcelas individuais)
	1.2. Comércio e ética	1.2.1. Integração em redes de comércio justo
		1.2.3. Utilização de moedas alternativas na compra e venda de produtos e serviços
	1.3. Rendimento	1.3.1. Geração de rendimentos/excedentes (sim ou não)
		1.3.2. Aplicação dos rendimentos/excedentes (p.e. no projeto, na comunidade, repartição entre os utentes)
	1.4. Propriedade	1.4.1. Identificação da natureza da propriedade (pública ou privada, residencial ou institucional, terreno abandonado)
		1.4.2. Identificação da modalidade de posse ou de usufruto (p.e. proprietário, locatário, cedência temporária, comodato, ocupação)
		1.4.3. Competição com outras atividades (p.e. construção)
	1.5. Trabalho	1.5.1. Identificação da natureza do trabalho (p.e. remunerado, não remunerado, voluntário)
1.5.2. Identificação da atividade profissional dos horticultores/utentes (p.e. desempregados, pensionistas, empregados no setor privado, empregados no setor público, estudantes)		

Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Dimensões	Indicadores
		1.5.3. Identificação do local de residência dos utentes (p.e. na comunidade, fora da comunidade)
	1.6. Sustentabilidade	1.6.1. Identificação da existência de perspetivas e projetos para criação de novas iniciativas
		1.6.2. Identificação do impacto que a modalidade de posse ou usufruto da terra pode ter na sustentabilidade da iniciativa
	1.7. Financiamento	1.7.1. Identificação de formas de financiamento (p.e. público, autofinanciamento, microcrédito, <i>crowdfunding</i> , RSO, mobilização de recursos não monetários)
2. Social	2.1. Coesão social	2.1.1. Identificação de situações de emprego/ocupação de pessoas em risco de exclusão social
		2.1.2. Identificação de situações de emprego/ocupação de pessoas com deficiência
		2.1.3. Identificação de ações de combate à exclusão social, por iniciativa própria ou em parceria com entidades públicas ou privadas (p.e. satisfação de necessidades básicas não expressas no mercado, por falta de poder de compra; distribuição de alimentos, direta ou através de parcerias com entidades públicas ou privadas, como bancos alimentares, instituições, comércio local)
		2.1.4. Identificação de meios de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência (p.e. caminhos de circulação, organização do espaço, distribuição dos equipamentos de apoio à horta garantem uma 'horta acessível')
		2.1.5. Identificação de condições que favoreçam o acesso privilegiado à terra a iniciativas de natureza comunitária (p.e. grupos de cidadãos desfavorecidos, instituições sociais e solidárias)
		2.1.6. Contribuição da iniciativa para a coesão social (p.e. sentimento de pertença a um espaço comum, grau de consenso entre os membros da comunidade, interação social no seio do grupo)
	2.2. Igualdade	2.2.1. Promoção da igualdade de oportunidades (género, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade, orientação sexual, condição socioeconómica)
	2.3. Educação e capacitação	2.3.1. Formação e capacitação de pessoas com carências socioeconómicas visando potenciar a criação de autoemprego ou de microiniciativas empresariais (empreendedorismo inclusivo)
		2.3.2. Formação e capacitação de pessoas com deficiência
		2.3.3. Formação e capacitação de pessoas em risco ou em situação de exclusão social (p.e. pobreza, toxicodependência, ex-reclusos)
		2.3.4. Formação em áreas como a agricultura, alimentação, nutrição, culinária, ambiente, economia
		2.3.5. Desenvolvimento de programas de atividades agrícolas urbanas, particularmente durante o verão
		2.3.6. Estabelecimento de protocolos com estabelecimentos de ensino
	2.4. Socialização	2.4.1. Identificação de condições de acesso da comunidade aos espaços da iniciativa

Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Dimensões	Indicadores	
		2.4.2. Relação entre os utentes e a comunidade (p. e. convívios, atividades recreativas, encontros, exposições, venda no local, partilha de alimentos, conhecimento e trabalho)	
		2.4.3. Relações interpessoais e de cooperação (p.e. organização do espaço, caminhos comuns de circulação, distribuição dos equipamentos de apoio, convívios, atividades recreativas, encontros, partilha de alimentos, conhecimento e trabalho)	
	2.5. Saúde e alimentação		2.5.1. Promoção da segurança alimentar
			2.5.2. Desenvolvimento de atividades terapêuticas
			2.5.3. Desenvolvimento de atividade física 2.5.4. Desenvolvimento de programas comunitários em torno da horticultura/jardinagem que promovam um estilo de vida saudável
3. Cultural	3.1. Cultura e património	3.1.1. Promoção da cultura, património, valores e identidades locais, sobretudo as que se encontram em risco ou em situação de marginalização ou de desaparecimento	
		3.1.2. Produção e divulgação de alimentos regionais e étnicos e sua relação com aspetos culturais (p.e. produzidos por emigrantes)	
4. Ambiental	4.1. Poluição	4.1.1. Existência de mecanismos de controlo da poluição, de contaminação dos solos e de segurança alimentar	
	4.2. Energia	4.2.1. Existência de dispositivos para produção de energias renováveis	
	4.3. Água	4.3.1. Gestão racional da água (p.e. recolha e armazenagem de águas pluviais)	
	4.4. Resíduos	4.4.1. Existência de procedimentos e práticas relativas à separação dos resíduos produzidos na exploração (para reciclagem ou reutilização)	
		4.4.2. Produção de composto a partir dos resíduos orgânicos produzidos na exploração (para adubação local e eventual venda)	
		4.4.3. Recolha e compostagem de resíduos orgânicos produzidos na comunidade (p.e. supermercados, restaurantes, jardins)	
		4.4.4. Parcerias com entidades públicas e privadas e com outras explorações para a recolha, desvio e transporte de resíduos orgânicos dos aterros sanitários para a agricultura urbana	
	4.5. Educação ambiental	4.5.1. Divulgação e formação nas áreas da proteção ambiental, ecologia, alterações climáticas, produção biológica	
	4.6. Sustentabilidade ambiental	4.6.1. Existência de práticas de gestão ambiental que promovam a sustentabilidade nas comunidades locais	
		4.6.2. Adoção de novos comportamentos de consumo e de relação com a natureza	
4.6.3. Incorporação de preocupações ecológicas na atividade da exploração			

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Dimensões	Indicadores
		4.6.4. Dinamização de atividades que promovam a sustentabilidade ambiental (ex. turismo ecológico, sensibilização da comunidade)
5. Territorial	5.1. Território	5.1.1. Conversão de terrenos livres e abandonados em espaços verdes produtivos
		5.1.2. Colaboração com as entidades públicas na definição de políticas e planos urbanísticos
	5.2. Comunidade	5.2.1. Desenvolvimento de relações com a comunidade onde se localiza a exploração (p.e. contratação local de colaboradores, de serviços, venda na comunidade preferencialmente pessoas da comunidade, participação em eventos comunitários) e com outras comunidades (p.e. intercâmbio com outras iniciativas, dentro e fora de Lisboa)
		5.2.2. Desenvolvimento comunitário (p.e. promoção da economia, valores e cultura locais)
6. de Gestão	6.1. Gestão	6.1.1. Implementação de boas práticas de gestão da iniciativa (rigor, eficiência, inovação)
	6.2. Planeamento	6.2.1. Elaboração de planeamento estratégico
	6.3. Avaliação	6.3.1. Avaliação dos resultados atingidos
	6.4. Marketing	6.3.2. Identificação de necessidades e oportunidades de melhoria
7. de Conhecimento	7.1. Inovação	6.4.1. Implementação de planos e ações de marketing
		7.1.1. Estabelecimento de Programas de cooperação mútua com instituições de ensino e de investigação, relativos a inovação e a projetos de investigação-ação
	7.2. Transferência de conhecimento	7.1.2. Estimular a inovação
		7.2.1. Transferência e partilha de conhecimento, desenvolvimento de parcerias e trabalho em rede, entre as partes interessadas
7.3. Investigação	7.2.2. Realização de seminários e conferências	
8. Político	8.1. Associativismo	7.3.1. Estabelecimento de protocolos com instituições de ensino e de investigação
	8.2. Cooperação	8.1.1. Tomada de decisão segundo o princípio da gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto (natureza coletiva e solidária da instituição promotora da iniciativa)
	8.3. Políticas públicas	8.2.1. Corresponsabilização na regulação política dos problemas sociais, ambientais, económicos, culturais, territoriais e científicos da comunidade, em parceria com o Estado, com as empresas e com outras instituições da Economia Social e da Economia Solidária
		8.3.1. Colaboração com o Estado na definição de políticas públicas relativas ao acesso à terra, à democracia alimentar e ao direito a uma alimentação segura e saudável

ANEXO B - Inquérito aos utentes de hortas urbanas no concelho de Lisboa

Inquérito aos utentes de hortas urbanas no concelho de Lisboa

O presente inquérito constitui parte do trabalho de campo que estamos a realizar no âmbito da dissertação de mestrado⁷³ com o título: **Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.**

Ao responder a este inquérito está a dar um contributo muito importante para o nosso trabalho.

Inquérito nº	Horta	Data
		/ /

I. Caracterização Socioeconómica.

1. Género. M___ F___

2. Idade. <20___ 20-34___ 35-49___ 50-64___ >65___

3. Habilitações literárias.

Sem escolaridade	___	Ensino Secundário	___
Ensino Básico (1º Ciclo)	___	Ensino Superior (Licenciatura)	___
Ensino Básico (2º Ciclo)	___	Ensino Superior (Mestrado)	___
Ensino Básico (3º Ciclo)	___	Ensino Superior (Doutoramento)	___
Outra(s). Qual(ais)?	_____		

4. Situação profissional.

A exercer profissão. Qual? _____	Reformado(a)	___
Desempregado(a)	Estudante	___

5. Estado civil. Solteiro(a) ___ Casado(a)/União de facto ___ Divorciado(a) ___ Viúvo(a) ___

6. Agregado familiar.

Número de elementos (incluindo o próprio) ___ Número de elementos sem rendimento ___

7. Rendimento mensal líquido do agregado familiar (per capita).

Inferior a 500€ ___ 500€ a 999€ ___ 1000€ a 1499€ ___ 1500€ a 2000€ ___ Superior a 2000€ ___

⁷³ Mestrado em Economia Social e Solidária. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

8. Nacionalidade. Portuguesa ___ Outra. Qual? _____

9. Residência. Na freguesia onde se localiza a horta ___
Noutra freguesia/concelho. Qual? _____

10. Distância a que reside da horta. Inferior a 2 km ___ Entre 2 e 5 km ___ Superior a 5 km ___

11. Modo como se desloca habitualmente entre a sua residência e a horta.

A pé ___ De bicicleta ___ De carro ___ De transportes públicos ___
Por outro meio. Qual? _____

II. Questões relacionadas com a atividade de agricultor urbano.

12. Tem experiência anterior em agricultura? Sim ___ Não ___

13. Como adquiriu os seus conhecimentos em agricultura?

Experiência prática _____
Aprendizagem com familiares, amigos ou outros agricultores _____
Cursos de curta duração (ex.: cursos da CML, AGROBIO) _____
Formação profissional _____
Formação académica superior _____
Outra. Qual? _____

14. Quantos dias por semana dedica, em média, à prática de agricultura urbana?

1 a 2 ___ 3 a 5 ___ 6 a 7 ___

15. Existem outros elementos do seu agregado familiar a praticar agricultura urbana?

Sim ___ Não ___ Se respondeu "Sim", indique quantos ___ e qual(ais) o(s) grau(s) de parentesco _____

16. Qual(ais) o(s) principal(ais) motivo(s) para a prática da agricultura urbana?

Motivo principal _____
Outros motivos _____

III. Questões relacionadas com os princípios e as práticas seguidas nas hortas onde pratica agricultura urbana.

17. Relativamente a cada uma das afirmações, assinale a opção que considere mais adequada

	Sim	Não	Desconheço
Os produtos hortícolas destinam-se ao autoconsumo por parte dos horticultores e dos seus agregados familiares			
Os produtos hortícolas são vendidos em mercados locais, porta a porta ou em cabazes, dentro da comunidade.			
Os produtos hortícolas são trocados entre os horticultores numa base de reciprocidade (entrepajuda, dar e receber).			
Os produtos hortícolas são distribuídos às pessoas mais carenciadas da comunidade.			
São produzidos outros produtos (ex.: pão, compotas) ou prestados outros serviços (ex: reciclagem de materiais, atividades educativas).			
Existe tecnologia (ex.: sistemas de irrigação, estufas, máquinas) que contribui para melhorar a produção.			
Os rendimentos eventualmente gerados são reinvestidos nas hortas e/ou na comunidade.			
Existem perspetivas de ampliação das atuais hortas e/ou de desenvolvimento de novos projetos.			
Existem mecanismos de financiamento disponíveis.			
As hortas são acessíveis a pessoas com deficiência.			
Existe controlo da poluição, da contaminação dos solos e da segurança dos alimentos produzidos.			
São produzidas energias renováveis (ex. solar, eólica).			
É feita uma gestão racional da água (ex. recolha e armazenamento de águas pluviais).			
É feita a compostagem dos resíduos orgânicos produzidos nas hortas e/ou na comunidade.			
O modo de produção é biológico (agricultura biológica).			
Existe um banco para armazenamento e troca de sementes.			
São feitas ações de divulgação ambiental e/ou realizadas atividades que promovam a sustentabilidade ambiental.			
São elaborados planos para a produção e realização de atividades (ex: planos anuais).			
São avaliados periodicamente os resultados atingidos e propostas melhorias.			
Existem programas de divulgação da iniciativa junto da comunidade.			
Existe partilha de conhecimento entre os utentes.			
Existe partilha de conhecimento com outras iniciativas, em Lisboa ou noutras localidades, com estabelecimentos de ensino ou outras instituições públicas e privadas.			
A introdução de procedimentos e técnicas inovadoras são analisados e discutidos entre todos os intervenientes na iniciativa.			
Os utentes colaboram ou já colaboraram na realização de trabalhos de investigação relacionados com a agricultura urbana.			
As decisões são tomadas segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto.			
São desenvolvidas ações, em que todo(a)s podem participar, com vista a cooperar ou influenciar os poderes públicos em temas relacionados com a agricultura urbana, nomeadamente o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos.			

18. Indique em que medida concorda ou discorda de cada uma das seguintes afirmações.

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
A horta dispõe de condições climáticas, solo e disponibilidade de água adequadas para uma boa produção.					
A modalidade de posse ou usufruto da terra garante a sustentabilidade do projeto.					
Existem pessoas em situação de pobreza ou em risco de exclusão social que, de alguma forma, participam na iniciativa.					
A iniciativa contribui para a coesão social e para as relações interpessoais.					
A iniciativa colabora na formação de pessoas em situação de pobreza, exclusão social ou com deficiência, capacitando-as para a prática da agricultura urbana.					
As pessoas da comunidade têm acesso às hortas e participam em atividades conjuntas com os horticultores.					
A iniciativa contribui para a melhoria das condições de saúde da comunidade, através da produção de alimentos saudáveis.					
São utilizadas práticas e técnicas em risco de extinção e/ou são produzidos alimentos regionais e étnicos (ex.: produzidos por emigrantes).					
São seguidas boas práticas de gestão, a nível individual e coletivo, que assegurem a sustentabilidade da iniciativa.					

IV. Questões relacionadas com as suas crenças e valores relativamente à agricultura urbana.

19. Indique em que medida concorda ou discorda de cada uma das seguintes afirmações.

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
Nas hortas urbanas, os espaços comuns, partilhados por todos os utentes, têm mais vantagens sociais, económicas e ambientais do que a divisão em talhões individuais.					
Todos os cidadãos podem candidatar-se à exploração de hortas urbanas mas deve ser dada prioridade às pessoas em risco de pobreza e/ou de exclusão social.					
O agricultor urbano, enquanto ator privilegiado no acesso à terra, um bem escasso em meios urbanos, deve considerar na sua atividade, não apenas os seus interesses particulares mas também os interesses sociais, económicos e ambientais da comunidade.					

	Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
A agricultura urbana deve ter uma abordagem multifuncional, produzindo alimentos saudáveis e seguros, acessíveis a todos, e desenvolvendo outras atividades que contribuam para a resiliência alimentar das cidades, para a sua coesão social e económica e para a sua sustentabilidade ambiental.					
As iniciativas de agricultura urbana devem contribuir para o desenvolvimento comunitário estabelecendo parcerias e trabalho em rede com os diferentes atores locais e com outras iniciativas.					
As iniciativas de agricultura urbana devem desempenhar um papel ativo na cooperação com os poderes públicos em temas relacionados com o planeamento urbano, o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos.					
As políticas e os planos urbanísticos devem promover a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento comunitário, aumentando os espaços verdes através da conversão de terrenos livres e abandonados em espaços produtivos.					
Todas as decisões relativas à gestão das hortas (ex.: organização do espaço, produção, distribuição, atividades) devem ser tomadas em conjunto, segundo o princípio de gestão democrática em que cada pessoa conta um voto.					

20. Caso pretenda acrescentar informação adicional, utilize o espaço seguinte.

O inquérito está concluído.

Agradecemos a sua disponibilidade em colaborar connosco.

Caso pretenda receber os resultados do estudo, indique-nos o seu *email* ou outro endereço que considere mais adequado. _____

ANEXO C - Entrevista a responsáveis institucionais por iniciativas de agricultura urbana no concelho de Lisboa

Entrevista a responsáveis institucionais por iniciativas de agricultura urbana no concelho de Lisboa

A presente entrevista constitui parte do trabalho de campo que estamos a realizar no âmbito da dissertação de mestrado⁷⁴ com o título: **Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.**

Ao responder a esta entrevista está a dar um contributo muito importante para o nosso trabalho.

Entrevista nº	Horta	Data
		/ /

Nome do(a) entrevistado(a) _____
Qualificações _____
Função que desempenha _____

Antes de lhe colocarmos um conjunto de questões relativamente à iniciativa pela qual é responsável, gostaríamos que falasse um pouco sobre o panorama da agricultura urbana no concelho de Lisboa, nomeadamente:

1. Sabe quantas hortas urbanas existem no concelho de Lisboa?
2. Em seu entender, quais as principais funções das hortas urbanas de Lisboa?
3. Qual o perfil dos utilizadores das hortas urbanas?

Relativamente à iniciativa pela qual é responsável:

4. Quando teve lugar e de quem foi a iniciativa?
5. Qual é o destino dado à produção obtida? São promovidos os circuitos curtos de distribuição, o acesso a alimentos por parte de pessoas carenciadas e a resiliência alimentar da comunidade?
6. São produzidos outros produtos ou prestados outros serviços, como reciclagem de materiais, atividades educativas, terapêuticas, culturais ou turísticas?
7. É obtido algum rendimento (monetário) da atividade? Em caso afirmativo, sabe se esse rendimento é reinvestido na exploração?
8. As condições do local, quanto às características edafoclimáticas (solo e clima) e à disponibilidade de água, bem como a tecnologia existente, como estufas ou sistemas de irrigação, são adequadas para produzir em quantidade e qualidade?
9. A iniciativa tem condições de sustentabilidade, considerando aspetos como a modalidade de posse ou usufruto da terra, o desenvolvimento de novos projetos e o seu financiamento?
10. As hortas estão abertas à participação de pessoas com deficiência, em situação de exclusão social ou de pobreza? Existe alguma prioridade de acesso à terra por parte destes cidadãos?

⁷⁴ Mestrado em Economia Social e Solidária. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

11. A localização e o desenho da horta privilegiam espaços comuns de cultivo, garantem uma acessibilidade fácil a todas as pessoas e promovem as relações interpessoais dentro do espaço?
12. Existem programas para a capacitação dessas pessoas enquanto agricultores urbanos, capazes de gerar o seu próprio rendimento, de melhorar a sua autoestima e a integração na comunidade?
13. Os cidadãos que não tenham acesso à terra têm acesso às hortas? Isto é, as hortas estão abertas à comunidade, enquanto espaço de produção de alimentos saudáveis e seguros, de partilha de experiências e de interação social, contribuindo para a saúde dos cidadãos e para a coesão social?
14. A iniciativa, através dos seus utentes, participa em eventos comunitários e na dinamização de projetos comunitários, em cooperação com outros atores e parceiros locais?
15. São utilizadas, ou pelo menos estimuladas, práticas e técnicas de cultivo em risco de extinção e/ou são produzidos alimentos regionais e étnicos, por exemplo, produzidos por emigrantes?
16. Estão definidas medidas e são praticadas ações que contribuam para a sustentabilidade ambiental, como produção de energias renováveis, a gestão racional da água, nomeadamente das águas pluviais, a compostagem dos resíduos orgânicos produzidos na horta e/ou comunidade e a divulgação e realização de atividades que promovam a proteção do ambiente?
17. Estão definidas medidas e são praticadas ações que garantam a qualidade e segurança alimentares, como a produção em modo biológico, a existência de um banco de sementes, bem como medidas de controlo e prevenção da poluição e contaminação dos solos, entre outras?
18. Estão implementadas boas práticas de gestão, incluindo a elaboração de planos, a avaliação de resultados, a elaboração de propostas de melhoria e a divulgação junto da comunidade?
19. A partilha de conhecimento, o trabalho em rede, a investigação e a inovação são estimuladas e praticadas?
20. As decisões relativas à gestão das hortas, como a organização do espaço, a produção, a distribuição e a realização de atividades, são tomadas segundo o princípio da gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto?
21. A iniciativa influencia, e/ou coopera com as instituições públicas em temas como o planeamento urbano, a conversão de terrenos livres e abandonados em espaços produtivos, o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos?

Antes de concluirmos, gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre os problemas atuais e as perspetivas futuras da agricultura urbana em Lisboa.

22. Em sua opinião quais são os principais problemas com que se confrontam as hortas urbanas na atualidade?
23. Que tipo de medidas considera na superação desses problemas? Em que medida podem os princípios e práticas da Economia Solidária dar um contributo?
24. Vê vantagens na exploração das iniciativas de agricultura urbana por instituições locais, de Economia Social, segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto?
25. Como perspetiva a agricultura urbana do futuro?
26. Antes de concluirmos a entrevista, pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?

A entrevista está concluída.

Agradecemos a sua disponibilidade em colaborar connosco.

Os resultados do estudo ser-lhe-ão enviados após defesa e avaliação da dissertação de mestrado.

ANEXO D - Entrevista a especialistas

Entrevista a especialistas

A presente entrevista constitui parte do trabalho de campo que estamos a realizar no âmbito da dissertação de mestrado⁷⁵ com o título: **Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.**

Ao responder a esta entrevista está a dar um contributo muito importante para o nosso trabalho.

Entrevista nº		Data	/	/
----------------------	--	-------------	---	---

Nome do(a) entrevistado(a) _____

Qualificações _____

Função que desempenha _____

1. Qual a sua opinião sobre a agricultura urbana?
2. Quais são os casos de hortas urbanas que conhece? Pode falar um pouco dessas iniciativas, referindo aspetos históricos, funções e características dos utilizadores?
3. Considera que em projetos de hortas urbanas os espaços comuns, partilhados por todos os utentes, têm mais vantagens sociais, económicas e ambientais do que a divisão em talhões individuais?
4. Considera que todos os cidadãos devem ter a possibilidade de concorrer à exploração das hortas urbanas, devendo, no entanto, ser dada prioridade às pessoas em risco de pobreza e de exclusão social?
5. Em que medida deve o agricultor urbano considerar na sua atividade não apenas os seus interesses particulares mas também os interesses sociais, económicos e ambientais da comunidade?
6. Que aspetos mais valoriza na agricultura urbana, enquanto atividade multifuncional? [considerar a promoção de circuitos alimentares curtos; a produção de alimentos saudáveis e seguros, acessíveis a todos; contributos para a resiliência alimentar das comunidades; desenvolvimento de outras atividades, nomeadamente educativas, culturais, terapêuticas, que contribuam para a coesão social e para a sustentabilidade económica e ambiental.]
7. Em que medida valoriza o trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias, em áreas como a investigação e a inovação, com os diferentes atores locais e com outras iniciativas de agricultura urbana? [considerar os seus contributos para o desenvolvimento comunitário, a coesão social e a sustentabilidade económica e ambiental.]
8. Como avalia o papel que as iniciativas de agricultura urbana e que os seus atores têm junto dos poderes públicos em temas relacionados com o planeamento urbano, o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos?
9. Como podem as políticas públicas e os planos urbanísticos contribuir para a promoção da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento comunitário? [considerar o aumento dos espaços verdes através da conversão de terrenos livres e abandonados em espaços produtivos.]

⁷⁵ Mestrado em Economia Social e Solidária. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

10. Relativamente à gestão das iniciativas de agricultura urbana, vê vantagens na exploração dessas iniciativas por instituições locais, de Economia Social, garantindo a tomada conjunta de decisões, segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto? [considerar, para além da gestão da própria instituição, aspetos relacionados com as hortas como organização do espaço, produção, distribuição, realização de atividades.]

11. Conhece o conceito de Economia Solidária? Considera que os princípios e as práticas propostos pela Economia Solidária, aplicados a iniciativas de agricultura urbana, podem contribuir para uma maior relevância destas, na promoção da coesão social e da sustentabilidade económica e ambiental das cidades? [considerar aspetos como participação democrática, solidariedade, hibridação económica baseada na reciprocidade, mercado e redistribuição por contratualização com o Estado.]

12. Pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?

A entrevista está concluída.

Agradecemos a sua disponibilidade em colaborar connosco.

Os resultados do estudo ser-lhe-ão enviados após defesa e avaliação da dissertação de mestrado.

ANEXO E – Realização do trabalho de campo

Trabalho de campo				
Data	Local	Técnica de recolha de informação	Número de entrevistados / inquiridos	Ator/Função
07ABR16	Laboratório Nacional de Engenharia Civil - Lisboa	Entrevista	1	Ator Especialista Cecília Delgado Arquiteta, Investigadora de Pós-Doutoramento em acolhimento no LNEC (Políticas Públicas de Ordenamento Territorial, Agricultura Urbana e Periurbana e Inclusão Social).
15ABR16	Câmara Municipal de Lisboa	Entrevista	1	Ator Responsável Rita Folgosa Especialista em Geografia e Ordenamento do Território, Coordenadora do Grupo de Trabalho para a Promoção da Agricultura Urbana na Cidade de Lisboa (CML)
21ABR16	Parque Agrícola da Alta de Lisboa	Inquérito Observação participante	3	Horticultores
24ABR16	Horta do Baldio	Inquérito Observação participante	4	Horticultores
		Entrevista	1	Ator Responsável Júlio Teixeira Estudante de Biologia na FCUL, <i>designer</i> , formador e guardião da Horta do Baldio.
27ABR16	Horta do Baldio	Inquérito Observação participante	5	Horticultores
	Parque Agrícola da Alta de Lisboa	Inquérito Observação participante	5	Horticultores
03MAI16	Parque Hortícola do Vale de Chelas	Inquérito Observação participante	7	Horticultores
04MAI16	Parque Agrícola da Alta de Lisboa	Inquérito Observação participante	3	Horticultores
12MAI16	ISCTE-IUL	Entrevista	1	Ator especialista Rogério Roque Amaro Economista, Professor no ISCTE-IUL, Especialista em Economia Social e Solidária
15MAI16	Horta do Baldio	Inquérito Observação participante	4	Horticultores
18MAI16	AGROBIO	Entrevista	1	Ator especialista Jaime Ferreira Engenheiro Agrónomo, Presidente da Direção da AGROBIO

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

Trabalho de campo				
Data	Local	Técnica de recolha de informação	Número de entrevistados / inquiridos	Ator/Função
25MAI16	Parque Agrícola da Alta de Lisboa	Inquérito Observação participante	4	Horticultores
27MAI16	Parque Hortícola do Vale de Chelas	Inquérito Observação participante	7	Horticultores
30MAI16	Escola Superior Agrária de Ponte de Lima	Entrevista (enviada por mail)	1	Ator especialista Isabel de Maria Mourão Doutoramento em Ciências Agrárias Professora Coordenadora da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima / Instituto Politécnico de Viana do Castelo
02JUN16	Parque Agrícola da Alta de Lisboa	Entrevista	1	Ator responsável Lourenço Roque Licenciado em Direito, Mestrando em Gestão Presidente da Direção da AVAAL

ANEXO F – Autorizações para a realização dos trabalhos de campo

Parque Hortícola do Vale de Chelas

Dissertação de Mestrado Caixa de entrada x

Carlos Paizinho <carlospaizinho@gmail.com> 5/04 ☆

para rita.folgosa ▾

Exma. Sra.
Dra. Rita Folgosa

Sou aluno do Mestrado em Economia Social e Solidária, no ISCTE, e estou a desenvolver a dissertação intitulada "Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa".

Com o trabalho pretendo identificar que práticas de Economia Solidária estão presentes em iniciativas de Agricultura Urbana. Vou considerar 3 estudos de caso: a) uma iniciativa formal da responsabilidade da CMLisboa (Vale de Chelas?); b) uma iniciativa formal de cariz associativo (AVAAL - Alta de Lisboa); c) uma iniciativa informal.

Assim, agradeço que me informasse sobre a viabilidade de poder contar com a sua colaboração, para uma entrevista, e autorização para acesso a uma das hortas da CML para realização de alguns inquéritos aos utentes, os quais deverão estar concluídos até final de Abril.

Agradeço a atenção que possa dispensar a este meu pedido e fico a aguardar resposta, disponibilizando-me para qualquer esclarecimento que entenda necessário.

Com os melhores cumprimentos

Carlos Paizinho

Rita Folgosa (GVJSF) 7/04 ☆

para mim ▾

Boa tarde.

Conforme a nossa conversa telefónica, de há pouco, junto envio a Declaração solicitada.

A nossa reunião fica, então, marcada para a próxima 6ª feira, dia 15 de Abril, às 11h, no Edifício da CML – Paços do Concelho, sito na Praça do Município.

Melhores cumprimentos e até breve!
Rita Folgosa
Câmara Municipal de Lisboa
Grupo de Trabalho para a Promoção da Agricultura Urbana na Cidade de Lisboa



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Lisboa, 11 de Abril de 2016

DECLARAÇÃO

Exmos. Senhores

Hortelãos do Parque Hortícola do Vale de Chelas,

Para os devidos efeitos se declara que a Câmara Municipal de Lisboa tem conhecimento (e apoia) que Carlos Paizinho, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), se encontra a desenvolver um estudo sobre Hortas Urbanas.

Para o efeito, torna-se, essencial, para o seu trabalho a realização de entrevistas / inquéritos aos hortelãos deste Parque Municipal sobre esta temática.

Neste sentido, agradecemos a disponibilidade e atenção que possam prestar a este assunto.

Com os melhores cumprimentos,

Rita Folgosa

Grupo de Trabalho para a Promoção da Agricultura Urbana na Cidade de Lisboa

Parque Agrícola da Alta de Lisboa

Dissertação de mestrado Caixa de entrada x

 **Carlos Paizinho** <carlospaizinho@gmail.com> 23/03 ☆  

para AVAAL ▾

Boa noite Helena Vieira,

Vou iniciar o trabalho de campo da minha dissertação, que lhe referi o ano passado, e gostaria de saber se aceitam que eu considere a vossa iniciativa de horticultura urbana, como um dos estudos de caso do meu trabalho, e se posso contar com a vossa colaboração. Caso aceitem, gostaria de contar convosco para uma entrevista e com a colaboração dos utentes na resposta a um questionário, que deverão estar concluídos até final de Abril.

A dissertação tem por título: "Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa". Agradeço desde já a sua atenção e aguardo a sua resposta. Muito obrigado.

Melhores cumprimentos

...

Carlos Paizinho

 **AVAAL Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa** <avaal.geral@gmail.com> 5/04 ☆  

para mim ▾

Boa Tarde Carlos,

Pela direção da AVAAL não haverá qualquer problema terá é de nos informar quando serão essas entrevistas e que informação é necessária para sabermos de que forma poderemos contribuir.

Melhores Cumprimentos,

Helena Figueiredo Vieira

.....

 **Carlos Paizinho** <carlospaizinho@gmail.com> 5/04 ☆  

para AVAAL ▾

Boa tarde Helena Vieira,

Agradeço o seu mail e a disponibilidade da AVAAL em colaborar novamente comigo. De momento, gostaria de realizar uma entrevista a um responsável da AVAAL, preferencialmente o seu presidente, e passar inquéritos individuais aos utentes das hortas.

Assim, agradecia que, da vossa parte, me indicassem a data e hora para a entrevista e qual a melhor oportunidade para iniciar os inquéritos. Talvez seja importante colocarem-me em contacto com um ou dois utentes e, a partir daí, eu estabelecia outros contactos. O ideal era ter esta parte do trabalho concluída até final de Abril. Fica ao vosso critério.

Quanto a outra informação que possa ser necessária, eu já tenho alguns dados que a Helena me disponibilizou o ano passado para a conferência. Contudo, à medida que for desenvolvendo o trabalho de caracterização das hortas e da comunidade é provável que precise de outros elementos. Neste caso, se concordarem, podem-me enviar por mail ou eu passo na sede da AVAAL. O meu objectivo é causar o menor transtorno possível.

Agradeço uma vez mais a colaboração da Helena e da AVAAL e fico a aguardar notícias vossas quanto ao início do trabalho de campo.

Com os melhores cumprimentos

...

Carlos Paizinho

Horta do Baldio

 **Carlos Paizinho** <carlospaizinho@gmail.com> 23/03 ☆  

para hortafcul ▾

Boa noite,

Sou aluno do Mestrado em Economia Social e Solidária, no ISCTE, e estou a desenvolver a dissertação intitulada : "Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa".
Estou a considerar a Horta do Baldio como um dos estudos de caso do meu trabalho. Assim, agradecia que me informassem sobre a viabilidade de poder contar com a vossa colaboração nesta tarefa.
Agradeço a atenção que possam dar a este meu pedido e fico a aguardar a vossa resposta.
Muito obrigado.

Cumprimentos

...

Carlos Paizinho

Dissertação de mestrado.  Caixa de entrada x   

 **Julio Teixeira** 31/03 ☆  

para mim ▾

Boa noite Sr. Carlos!

Sou Júlio Teixeira por parte da hortafcul e horta baldio.
Desculpe a demora, em responder, como meio de contacto entre hortafcul/ hortabaldio e consigo.
Penso que ja contactou a horta do baldio. Pelo que marcou para este sabado a tarde? Certo?
É uma dúvida que me ficou.
Caso nao for, tenho o prazer de o acompanhar e ajuda lo a cumprir o seu objetivo.

Mais uma vez desculpe o atraso.

Júlio Teixeira
Hortafcul

 **Carlos Paizinho** <carlospaizinho@gmail.com> 31/03 ☆  

para Julio ▾

Caro Júlio Teixeira

Agradeço o seu mail e a disponibilidade em colaborar na concretização do meu trabalho.
Apenas contactei com o Pedro Moreira e não ficou nada marcado para Sábado.
No Sábado não tenho possibilidade mas se fosse possível para a semana seria ótimo.
Agradeço que me diga qual a melhor altura para podermos falar.
Muito obrigado pela colaboração.

Cumprimentos

...

 **Julio Teixeira** 4/04 ☆  

para mim ▾

Bom dia!

Penso que procura o maior número de testemunhos possíveis?
Aconcelho em acompanhar - nos, na 4ª feira ou Domingo, às 15h, são os dias de trabalho da Horta do Baldio.
Idealmente, para mim, seria genial no Domingo! Não há aulas.
Iniciei o projecto da Horta do Baldio, se tiver dúvidas sobre o processo de criação do projecto estou aberto a responder! No entanto, penso que iria gostar do testemunho dos hortelões!

Cumprimentos
Júlio Teixeira

...

ANEXO G – Normas de Acesso e Utilização das Hortas Urbanas de Lisboa

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PARQUE HORTÍCOLA

– Normas de Acesso e Utilização das Hortas Urbanas

I - Conceitos:

Para efeito da aplicação e interpretação das presentes regras, deve entender-se por:

a) Agricultura Urbana – Actividade, praticada em meio urbano, destinada ao cultivo de plantas hortícolas, aromáticas, medicinais e ornamentais.

b) Agricultura Biológica - Modo de produção agrícola sem recurso a fertilizantes e/ou pesticidas químicos de síntese, que tem como principais objectivos a protecção da biodiversidade e dos ecossistemas, a melhoria da qualidade dos solos, e o cultivo de produtos que garantam a protecção da saúde dos consumidores e a sua soberania alimentar.

c) Horta Urbana – Talhão de cultivo, em meio urbano, sujeito a técnicas de produção não mecanizadas e destinado à produção agrícola, ao recreio, ao lazer e /ou à aprendizagem das práticas inerentes à agricultura biológica (doravante também designada simplesmente por “Horta” ou “Hortas”.)

d) Hortas Sociais – Horta urbana de uso individual ou familiar, com a área mínima de 80 m2 e cuja finalidade é a satisfação de parte das necessidades alimentares do respectivo utilizador, servindo, desta forma, de complemento ao seu rendimento familiar.

e) Parque Hortícola – Conjunto de hortas urbanas integradas numa unidade homogénea e delimitada. Pode ser constituído por Hortas Sociais e/ou Hortas de Recreio.

f) Utilizador – Pessoa que cultiva e mantém cultivada a horta urbana que lhe foi atribuída, seguindo os princípios das boas práticas agrícolas e as regras estabelecidas no presente documento e na Declaração de Precariedade, a subscrever nos termos do ponto III.VII.

g) Gestor – Entidade responsável pela gestão do Parque Hortícola, a quem cabe, nomeadamente, a selecção dos Utilizadores, a atribuição das hortas urbanas, a gestão das actividades desenvolvidas no Parque Hortícola, bem como a fiscalização do cumprimento das regras aplicáveis e a aplicação e execução das consequências previstas para os casos de incumprimento das mesmas.

O Gestor do Parque Hortícola será a Câmara Municipal de Lisboa (CML), através do Pelouro da Estrutura Verde / Energia – DMEVAE/DEV (cfr. arts. 46º e 47º do Regulamento do Património).

II – Características do Parque Hortícola (doravante também designado simplesmente por “Parque Hortícola”):

II.I – O Parque Hortícola localiza-se, situado na freguesia, em Lisboa.

II.II – O Parque Hortícola em causa é composto exclusivamente por **Hortas**

III – Processo de Candidatura e Atribuição das Hortas que integram o Parque Hortícola:

III.I – A CML procederá à abertura de um processo de candidaturas para a atribuição das Hortas

que integram o Parque Hortícola, que publicitará, dando conhecimento das características do Parque Hortícola e das Hortas que o compõem, bem como das regras aplicáveis à sua utilização e à respectiva candidatura.

III.II – Poderá candidatar-se a Utilizador qualquer pessoa individual, mediante o preenchimento da respectiva ficha de candidatura e da entrega dos documentos comprovativos dos elementos identificativos e do preenchimento dos requisitos estabelecidos para o efeito, bem como de outros solicitados pela CML.

III.III – Não poderá candidatar-se a Utilizador quem já seja titular de qualquer talhão de cultivo na área territorial do município de Lisboa, seja em terreno de natureza municipal ou privada.

Este impedimento estende-se ao candidato que integre agregado familiar em que algum membro seja titular de qualquer talhão de cultivo, considerado este através do critério da residência comum. O candidato deverá emitir declaração escrita, sob compromisso de honra, em como não se encontra em qualquer das situações anteriores.

III.IV – A selecção dos candidatos será realizada atendendo ao critério da proximidade da área de residência relativamente ao Parque Hortícola e, em caso de empate e de candidaturas em número superior ao de Hortas disponíveis, à ordem de inscrição.

III.V – A atribuição das Hortas tem como limite uma Horta por cada agregado familiar, considerado este através do critério da residência comum.

III.VI – Concluído o processo de candidatura e atribuição das Hortas, os candidatos seleccionados deverão obrigatoriamente subscrever a respectiva Declaração de Precariedade, apenas deste modo e com o pagamento do preço devido, assumindo a qualidade de Utilizador.

III.VII - O início da actividade deve ter lugar num prazo máximo de 20 dias após a conclusão do processo de atribuição.

IV – Direitos do Utilizador:

Constituem direitos do Utilizador:

- a)** Aceder a uma tomada de água, colectiva, instalada pela CML, a utilizar nos termos estabelecidos na al. h) do ponto V;
- b)** Utilizar o abrigo, de uso colectivo, instalado pela CML, exclusivamente para aprovisionamento de alfaías e materiais de apoio ao cultivo, nos termos estabelecidos na al. j) do ponto V;
- c)** Ter acesso a informação e acompanhamento técnico disponibilizado pela CML, no sentido da promoção da agricultura biológica e das boas práticas de cultivo;
- d)** Ter acesso e informação relativamente à utilização de um compostor, quando disponibilizado pela CML, caso em que é obrigatória a sua utilização no encaminhamento dos resíduos vegetais produzidos.

V - Deveres do Utilizador:

Constituem deveres do Utilizador:

- a)** Cultivar a horta que lhe foi atribuída, com plantas hortícolas, aromáticas, medicinais e ornamentais;
- b)** Iniciar o cultivo da horta que lhe foi atribuída, no prazo máximo de 20 dias após a conclusão do processo de atribuição.
- c)** Cultivar, obrigatoriamente e de forma ininterrupta, a Horta que lhe foi atribuída.

Constituem motivos válidos para justificação da interrupção do cultivo, a situação de doença, devidamente comprovada pelo Utilizador junto da CML, no prazo de 5 dias úteis após a cessação da situação de doença, também devidamente comprovada;

- d)** Frequentar todas as acções de formação consideradas obrigatórias pela CML;
- e)** Efectuar o pagamento atempado das contrapartidas anuais inerentes à utilização da Horta que lhe foi atribuída;
- f)** Garantir a limpeza, segurança, salubridade e bom uso da Horta, bem como dos acessos e áreas e/ou equipamentos comuns do Parque Hortícola e respeitar as regras de uma sã convivência social;
- g)** Não descaracterizar a Horta sob qualquer forma nem praticar no interior do Parque quaisquer actividades que possam danificar o espaço;
- h)** Fazer um uso prudente e racional da água, usando a técnica de rega mais adequada a cada Horta e cultura, evitando desperdícios ou perdas por distração ou mau planeamento da operação, não sendo permitida, em qualquer situação a construção ou utilização de sistemas de rega automática;
- i)** Assegurar, no caso de existirem, a manutenção das sebes de bordadura plantadas pela CML junto às vedações que delimitam as hortas, sob pena de reposição das mesmas a expensas suas ou, na falta de cumprimento desta, de pagamento das despesas resultantes da sua realização pela CML e do direito deste de dar por finda a ocupação, em caso de incumprimento reiterado;
- j)** Fazer um uso prudente e manter em boas condições o abrigo instalado pela CML, que será partilhado por grupos de Utilizadores (em número a definir pela CML), e a utilizar de forma equitativa e exclusivamente para os fins previstos no presente documento;
- k)** Utilizar os resíduos vegetais produzidos na Horta como fertilizante do solo, depois de devidamente compostados;
- l)** Colocar os resíduos sólidos produzidos na Horta, nos contentores à disposição para o efeito ou, caso estes não existam, assegurar o seu encaminhamento para local adequado fora da área do Parque Hortícola;
- m)** Respeitar o parcelamento definido pela CML;
- n)** Garantir que as suas culturas não interferem com as parcelas vizinhas e com os caminhos;
- o)** Garantir o cumprimento das boas práticas agrícolas de acordo com as regras da arte;
- p)** Respeitar as directrizes definidas pelos técnicos de apoio da CML, relativamente aos materiais a utilizar nas hortas, tais como estacaria, alfaias, espantalhos e compostores;
- q)** Avisar de imediato a CML de qualquer irregularidade detectada no Parque Hortícola;
- r)** Não levantar qualquer dificuldade ou obstáculo à execução do dever/direito de fiscalização da CML relativamente ao Parque Hortícola nem à Horta que lhe foi atribuída.

VI - Proibições:

Em qualquer local do Parque Hortícola é expressamente proibido ao Utilizador:

- a)** Efectuar qualquer tipo de instalação ou construção, incluindo vedações, sem prévia e expressa autorização da CML, bem como ocupar a parcela, total ou parcialmente, com abrigos móveis, estufas, “roulottes” ou atrelados. Excluem-se da presente proibição a instalação de estacaria necessária ao cultivo, a construir exclusivamente com recurso a canas;

- b)** Construir quaisquer instalações para animais domésticos, nomeadamente canis, galinheiros, coelheiras, ou outros, bem como manter ou consentir a permanência na parcela de quaisquer animais, seja a que título for;
- c)** Utilizar herbicidas, pesticidas e adubos químicos de síntese, uma vez que os mesmos são susceptíveis de provocar danos, quer a nível ambiental e da saúde pública, quer da qualidade dos alimentos produzidos;
- d)** Plantar árvores de fruto ou outras;
- e)** Cultivar plantas consideradas infestantes ou das quais se possam extrair substâncias consideradas como psicotrópicas nos termos da lei em vigor;
- f)** Utilizar variedades geneticamente modificadas (OGM), vulgo transgénicas;
- g)** Fazer charcos ou lagos para retenção de água;
- h)** Introduzir e/ou manter e/ou guardar no interior do Parque Hortícola quaisquer objectos de utilização não agrícola;
- i)** Utilizar qualquer tipo de alfaia motorizada na actividade a desenvolver na Horta (motocultivadores, moto-enchadas, pequenos tractores, etc.);
- j)** Circular no interior do Parque Hortícola com qualquer veículo motorizado;
- k)** Praticar, no interior do parque Hortícola, qualquer actividade que produza fogo e/ou que ponha em causa a segurança de pessoas ou bens;
- l)** Ceder, sob qualquer forma ou título, a Horta que lhe foi atribuída;
- m)** Praticar quaisquer actos contrários à lei e à Ordem Pública.

VI – Contrapartidas anuais:

VI.I - A atribuição da Horta constitui o Utilizador no dever de efectuar o pagamento do respectivo preço anual, nos termos fixados na Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais e sujeito às alterações ou actualizações de que esta seja objecto, de € por m² sobre o qual recai um desconto de %, não podendo, todavia, o valor apurado ser inferior a €

VI.II - Ao preço referido no número anterior acresce o pagamento do montante estimado de € (.....), a título de comparticipação pelos custos suportados pela CML com o funcionamento e manutenção das partes comuns do Parque Hortícola.

VI.III - O pagamento do montante total apurado nos termos dos números anteriores será efectuado pelo Utilizador num só acto, a realizar no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de notificação da atribuição da Horta.

VI.IV - O montante fixado no ponto VI.II será objecto de acerto no final de cada ano de ocupação, em função dos custos efectivamente suportados pela CML a título de funcionamento e manutenção das partes comuns do Parque Hortícola. A diferença de valor apurada a título de acerto será comunicada pela CML ao Utilizador, devendo o respectivo pagamento ser efectuado no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação para o efeito.

VII – Fiscalização e consequências do incumprimento:

VII.I – A Fiscalização do cumprimento das regras aplicáveis ao acesso e utilização das Hortas Urbanas, bem como a execução das consequências previstas para o seu incumprimento, cabem à CML.

VII.II - O incumprimento, pelo Utilizador, de qualquer das regras estabelecidas no presente documento, bem como na Declaração Anexa ou a prestação de quaisquer falsas informações/declarações no âmbito do processo de candidatura, confere à CML o direito a dar por finda a ocupação, sem direito a qualquer indemnização, a executar coercivamente nos termos do art. 21º do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de Agosto e de acordo com o regime estabelecido nos arts. 149º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

VII.III – No caso previsto no número anterior, o Utilizador deverá deixar o terreno e o abrigo disponibilizado pela CML (na parte cuja utilização lhe foi cedida), livres e desocupados, no prazo de 30 dias úteis, a contar da notificação para o efeito. O Utilizador fica obrigado a entregar a parcela e o abrigo disponibilizado pela CML (na parte cuja utilização lhe foi cedida), nas condições em que a mesma lhe foi entregue, sob pena de a CML lhe imputar as despesas resultantes da reconstituição da parcela à situação inicial.

VII.IV – Se não sair no prazo referido no número anterior, a CML poderá proceder a essa desocupação, não se responsabilizando por qualquer dano que possa causar aos bens que lá se encontrem. Neste caso não assiste ao Utilizador direito a qualquer indemnização ou compensação por eventuais danos ou descaminho de bens, mas fica obrigado a indemnizar a CML pelas despesas provocadas.

VII.V – Em caso de despejo administrativo, o Utilizador fica obrigado ao pagamento das contrapartidas anuais devidas pela ocupação e proporcionalmente calculadas, até à data de desocupação efectiva do local.

VII.VI - Quer a prestação de falsas declarações no processo de candidatura, quer o incumprimento de qualquer das regras estabelecidas no presente documento ou na Declaração de Precariedade, constitui ainda impedimento para o Utilizador e para qualquer membro do seu agregado familiar (considerado este através do critério da residência comum), de apresentar nova candidatura à atribuição de Hortas Urbanas em qualquer Parque Hortícola criado em terreno do domínio municipal da CML, pelo período mínimo de 3 anos, a contar de notificação da CML para o efeito.

VIII – Transmissão:

VIII.I - Nas situações de falecimento do titular da Horta Urbana, assiste a um dos membros do respectivo agregado familiar, considerado este através do critério da residência comum, o direito de solicitar à CML que seja transmitida a seu favor a cedência anterior, nos mesmos termos e condições, assumindo os respectivos direitos e deveres.

VIII.II - Fora das situações previstas no número anterior, em caso algum a CML autoriza a cedência a terceiros, por qualquer forma ou título, da Horta atribuída.

IX - Regras, dúvidas e lacunas:

IX.I – A assunção e manutenção da qualidade de Utilizador e, por conseguinte, a atribuição e manutenção da Horta Urbana, implicam a aceitação das regras definidas no presente documento, bem como as constantes da Declaração de Precariedade.

IX.II – Quaisquer dúvidas e/ou lacunas suscitadas com a interpretação e/ou aplicação do presente documento ou da Declaração de Precariedade serão resolvidas por decisão da CML.

ANEXO H – Caracterização dos horticultores

		Nº utentes				% utentes		
		PHVC	PAAL	HB	Total	PHVC	PAAL	HB
Total de Inquéritos		14	15	13	42			
I. Caracterização socioeconómica								
1. Género.	M	13	14	5	32	93%	93%	38%
	F	1	1	8	10	7%	7%	62%
2. Idade.	<20	0	0	1	1	0%	0%	8%
	20-34	0	0	7	7	0%	0%	54%
	35-49	0	2	4	6	0%	13%	31%
	50-64	10	9	1	20	71%	60%	8%
	>65	4	4	0	8	29%	27%	0%
3. Habilitações literárias.	Sem escolaridade	1	0	0	1	7%	0%	0%
	Ensino Básico (1º Ciclo)	9	8	0	17	64%	53%	0%
	Ensino Básico (2º Ciclo)	3	1	0	4	21%	7%	0%
	Ensino Básico (3º Ciclo)	1	2	0	3	7%	13%	0%
	Ensino Secundário	0	0	2	2	0%	0%	15%
	Ensino Superior (Licenciatura)	0	4	8	12	0%	27%	62%
	Ensino Superior (Mestrado)	0	0	3	3	0%	0%	23%
	Ensino Superior (Doutoramento)	0	0	0	0	0%	0%	0%
	Outra(s). Qual(ais)?	0	0	0	0	0%	0%	0%
4. Situação profissional.	A exercer profissão. Qual?	1	4	3	8	7%	27%	23%
	Mecânico	1						
	Economista		1					
	Gestor		1					
	Técnico de pneus		1					
	Fotógrafo		1					
	Independente (precária)			1				
	Tradutora			1				
	Técnico de informática			1				
	Ass. Sala, Prof. de Música, Freelancer (acumulação c/ estudante)			3				
	Desempregado(a)	2	1	2	5	14%	7%	15%
	Reformado(a)	11	10	0	21	79%	67%	0%
	Estudante	0	0	8	8	0%	0%	62%
	5. Estado civil.	Solteiro(a)	1	1	8	10	7%	7%
Casado(a)/União de facto		12	13	5	30	86%	87%	38%
Divorciado		0	1	0	1	0%	7%	0%
Viúvo		1	0	0	1	7%	0%	0%
6. Agregado familiar.	Número médio de elementos (incluindo o próprio)	2,9	2,8	4				
	Número médio de elementos sem rendimento	0,7	1	1,2				
7. Rendimento mensal líquido do agregado familiar (per capita).	Inferior a 500€	10	4	3	17	71%	29%	23%
	500€ a 999€	3	6	1	10	21%	43%	8%
	1000€ a 1499€	1	2	0	3	7%	14%	0%
	1500€ a 2000€	0	1	4	5	0%	7%	31%
	Superior a 2000€	0	1	4	5	0%	7%	31%
8. Nacionalidade.	Portuguesa	13	15	11	39	93%	100%	85%
	Outra. Qual?	1	0	2	3	7%	0%	15%
	Caboverdiana	1						
	Alemã			1				
	Espanhola			1				
	Dupla nacionalidade (Portuguesa/Holandesa)			1				
9. Residência.	Na freguesia onde se localiza a horta	13	13	3	29	93%	87%	23%
	Noutra freguesia/concelho. Qual?	1	2	10	13	7%	13%	77%
	Arroios	1	0	2				
	Lumiar	0	1	1				
	Camarate	0	1	0				
	Sintra	0	0	1				
	Mafra	0	0	1				
	Portela de Sacavém	0	0	1				
	Vila Franca de Xira	0	0	1				
	Penha de França	0	0	1				
	S. José	0	0	1				
10. Distância a que reside da horta.	Olaías	0	0	1				
	Inferior a 2 km	12	10	1	23	86%	67%	8%
	Entre 2 e 5 km	1	5	4	10	7%	33%	31%
	Superior a 5 km	1	0	8	9	7%	0%	62%
11. Modo como se desloca habitualmente entre a sua residência e a horta.	A pé	11	9	1	21	79%	60%	8%
	De bicicleta	0	0	4	4	0%	0%	31%
	De carro	1	5	2	8	7%	33%	15%
	De transportes públicos	2	1	4	7	14%	7%	31%
	Por outro meio. Qual? - Mota	0	0	1	1	0%	0%	8%

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

		Nº utentes				% utentes		
		PHVC	PAAL	HB	Total	PHVC	PAAL	HB
Total de Inquiridos		14	15	13	42			
II. Questões relacionadas com a atividade de agricultor urbano								
12. Tem experiência anterior em agricultura?	Sim	10	11	7	28	71%	73%	54%
	Não	4	4	6	14	29%	27%	46%
13. Como adquiriu os seus conhecimentos em agricultura?	Experiência prática	14	11	12	37			
	Aprendizagem com familiares, amigos ou outros agricultores	0	6	7	13			
	Cursos de curta duração (ex.: cursos da CML, AGROBIO)	2	1	6	9			
	Formação profissional	0	0	0	0			
	Formação académica superior	0	0	1	1			
	Outra. Qual?	0	1	2	3			
14. Quantos dias por semana dedica, em média, à prática de agricultura urbana?	Livros, internet	0	1	2	3			
	1 a 2	1	0	10	11	7%	0%	77%
	3 a 5	2	5	2	9	14%	33%	15%
	6 a 7	11	10	1	22	79%	67%	8%
	Sim	3	2	2	7	21%	13%	15%
15. Existem outros elementos do seu agregado familiar a praticar agricultura urbana?	Não	11	13	11	35	79%	87%	85%
	Se "Sim", indique quantos e qual(ais) o(s) grau(s) de parentesco							
	Cônjuge	2	0	2				
	Companheira	1	0	0				
	Filhos	0	2	2				
16. Qual(ais) o(s) principal(ais) motivo(s) para a prática da agricultura urbana?	Ocupação dos tempos livres, lazer	11	8	3	22			
	Produção e consumo de alimentos saudáveis	14	12	1	27			
	Obtenção de rendimento, economia	2	1	0	3			
	Motivos de saúde, terapêuticos	3	3	2	8			
	Diversidade de alimentos produzidos	0	1	0	1			
	Pertença à comunidade/grupo com interesses semelhantes	0	1	1	2			
	Gosto pela horticultura, trabalho com a terra	0	5	3	8			
	Partilha conhecimento, saberes	0	0	8	8			
	Sociabilização, novas amizades	0	0	5	5			
	Conceber, praticar, experimentar	0	0	2	2			
Natureza, ambiente, ecologia, permacultura	0	0	7	7				

ANEXO I – Análises de conteúdo e síntese comparativa das respostas às entrevistas realizadas a atores especialistas

Entrevista a Cecília Delgado¹	
¹ Arquiteta, Investigadora de Pós-Doutoramento em acolhimento no LNEC (Políticas Públicas de Ordenamento Territorial, Agricultura Urbana e Periurbana e Inclusão Social).	
1. Qual a sua opinião sobre a agricultura urbana?	<ul style="list-style-type: none"> - Trata-se de um conceito pouco esclarecido - Conceito difuso - Confusão com o conceito de agricultura rural - A agricultura urbana é um espaço de inovação, diferente da rural - Falta massa crítica em Portugal para uma abordagem mais complexa - Espaços para cultivar e comercializar
2. Quais são os casos de hortas urbanas que conhece? Pode falar um pouco dessas iniciativas, referindo aspetos históricos, funções e características dos utilizadores?	<ul style="list-style-type: none"> - Horta do Baldio (começou como projeto de intervenção artística e pedagógica - Iniciativa que sai da norma - Difícil conceptualização
3. Considerando dois modelos de hortas urbanas, um que privilegia os espaços comuns, partilhados por todos os utentes, e outro baseado na divisão e atribuição de talhões individuais, qual deles lhe parece apresentar mais vantagens sociais, económicas e ambientais?	<ul style="list-style-type: none"> - As hortas individuais funcionam melhor que as comunitárias devido à falta de associativismo em Portugal
4. Considera que no acesso às hortas urbanas deve ser dada prioridade às pessoas em risco de pobreza e de exclusão social? Que outros critérios devem ser considerados como prioritários? [considerar a existência de diferentes tipologias de horta para satisfação dos diferentes públicos]	<ul style="list-style-type: none"> - O critério da proximidade é relevante - O acesso prioritário a excluídos pode dar visão miserabilista - Pode facilitar-se o acesso a pessoas em risco de pobreza e de exclusão mas devem ser sempre consideradas políticas de miscigenação de utilizadores
5. Em que medida deve o agricultor urbano considerar na sua atividade não apenas os seus interesses particulares mas também os interesses sociais, económicos e ambientais da comunidade?	<ul style="list-style-type: none"> - Ambientais, através das práticas - Sociais, através de projetos com prisões, Banco Alimentar e outros
6. Que aspetos mais valoriza na agricultura urbana, enquanto atividade multifuncional? [considerar a promoção de circuitos alimentares curtos; a produção de alimentos saudáveis e seguros, acessíveis a todos; contributos para a resiliência alimentar das comunidades; desenvolvimento de outras atividades, nomeadamente educativas, culturais, terapêuticas, que contribuam para a coesão social e para a sustentabilidade económica e ambiental.]	<ul style="list-style-type: none"> - A produção está a ser excessivamente valorizada - Todas as funções devem ser valorizadas - A agricultura urbana não envolve só agricultores mas também biólogos, informáticos, etc.
7. Em que medida valoriza o trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias, em áreas como a investigação e a inovação, com os diferentes atores locais e com outras iniciativas de agricultura urbana? [considerar os seus contributos para o desenvolvimento comunitário, a coesão social e a sustentabilidade económica e ambiental.]	<ul style="list-style-type: none"> - Devem ser dinamizados ao máximo - Criação de rede a nível nacional
8. Como avalia o papel que as iniciativas de agricultura urbana e que os seus atores têm junto dos	<ul style="list-style-type: none"> - Não existe - Não há estratégia que permita ver a agricultura urbana como nova abordagem - A agricultura urbana é associada a iniciativas autárquicas de uso do espaço público

Entrevista a Cecília Delgado¹	
	¹ Arquitecta, Investigadora de Pós-Doutoramento em acolhimento no LNEC (Políticas Públicas de Ordenamento Territorial, Agricultura Urbana e Periurbana e Inclusão Social).
poderes públicos em temas relacionados com o planeamento urbano, o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos?	- Não é vista como estratégia política de intervenção no espaço público
9. Como podem as políticas públicas e os planos urbanísticos contribuir para a promoção da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento comunitário? [considerar o aumento dos espaços verdes através da conversão de terrenos livres e abandonados em espaços produtivos.]	<ul style="list-style-type: none"> - Associamos 'terreno' a posse (é a imagem que temos) - Falta vontade e consciência política - Faltam projetos emblemáticos que sirvam como réplicas - Agricultura urbana ainda é associada a 'coitadinhos'
10. Relativamente à gestão das iniciativas de agricultura urbana, vê vantagens na exploração dessas iniciativas por instituições locais, de Economia Social, garantindo a tomada conjunta de decisões, segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto? [considerar, para além da gestão da própria instituição, aspetos relacionados com as hortas como organização do espaço, produção, distribuição, realização de atividades.]	<ul style="list-style-type: none"> - Sim - Fortalece as iniciativas e permite estabelecer redes e capacidade de diálogo com os políticos - Dinamiza a capacitação
11. Conhece o conceito de Economia Solidária? Considera que os princípios e as práticas propostos pela Economia Solidária, aplicados a iniciativas de agricultura urbana, podem contribuir para uma maior relevância destas, na promoção da coesão social e da sustentabilidade económica e ambiental das cidades? [considerar aspetos como participação democrática, solidariedade, hibridação económica baseada na reciprocidade, mercado e redistribuição por contratualização com o Estado.]	- Sim, se a resposta partir das associações e redes e não da iniciativa individual
12. Pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?	- Nada a referir

Entrevista a Rogério Roque Amaro¹	
¹ Economista, professor no ISCTE-IUL, especialista em Economia Social e Solidária	
1. Qual a sua opinião sobre a agricultura urbana?	<ul style="list-style-type: none"> - Variedade de funções - Agriculturas urbanas - Motivações diversas: <ul style="list-style-type: none"> - Satisfação de necessidades individuais - Resposta a necessidades económicas - Complemento de rendimentos - Razões culturais (identidade e relação com a agricultura) - Experimentação de novas formas e ação coletiva - Lazer - Ecologia - Contexto de ocorrência <ul style="list-style-type: none"> - Informal (em zonas expectantes) - Formal (enquadradas por entidades/instituições) - Situações ilegais - Situações coletivas (associativas) - Informais comunitárias (entreprajuda, solidariedade, partilha de água, ajuda em tarefas, troca de produtos, venda conjunta) - Visão substantiva da economia (integrada e enraizada na sociedade e na natureza e nas suas relações e vivências) <ul style="list-style-type: none"> - Economia solidária - Participação democrática - Lógicas e princípios da economia solidária
2. Quais são os casos de hortas urbanas que conhece? Pode falar um pouco dessas iniciativas, referindo aspetos históricos, funções e características dos utilizadores?	<ul style="list-style-type: none"> - Em Lisboa: <ul style="list-style-type: none"> - AVAAL, Bairro Padre Cruz, Horta da Graça, Vale de Chelas, Centro de Desenvolvimento Comunitário da SCM Lisboa do Bairro dos Loios - Fora de Lisboa: <ul style="list-style-type: none"> - Bairro da Adroana em Cascais - Quinta da Fonte/Quinta do Mocho em Loures (espaços informais de economia solidária)
3. Considerando dois modelos de hortas urbanas, um que privilegia os espaços comuns, partilhados por todos os utentes, e outro baseado na divisão e atribuição de talhões individuais, qual deles lhe parece apresentar mais vantagens sociais, económicas e ambientais?	<ul style="list-style-type: none"> - O modelo coletivo, com expressão comunitária coletiva, enquanto espaços de convivialidade e interculturalidade <ul style="list-style-type: none"> - Mais preocupações ambientais - Troca de saberes - Cruzamento de saberes tradicionais com modernidade - Criação de escala na produção e comercialização - Não se deve fechar a porta aos modelos individuais e à coexistência com os coletivos
4. Considera que no acesso às hortas urbanas deve ser dada prioridade às pessoas em risco de pobreza e de exclusão social? Que outros critérios devem ser considerados como prioritários? [considerar a existência de diferentes tipologias de horta para satisfação dos diferentes públicos]	<ul style="list-style-type: none"> - Considerar um <i>cocktail</i> de critérios <ul style="list-style-type: none"> - Precedência é fundamental - Em espaços novos deve ser considerada alguma priorização: <ul style="list-style-type: none"> - Empreendedorismo inclusivo - Beneficiários do RSI - Pensionistas com reformas baixas - Valorização de experiências associativas - Valorização do critério ambiental - Critério da necessidade (hortas acessíveis)
5. Em que medida deve o agricultor urbano considerar na sua atividade não apenas os seus interesses particulares mas também os interesses sociais, económicos e ambientais da comunidade?	<ul style="list-style-type: none"> - Existem sempre interesses individuais - Considerar sempre os interesses coletivos (do grupo e da comunidade)
6. Que aspetos mais valoriza na agricultura urbana, enquanto atividade multifuncional? [considerar a promoção de circuitos alimentares curtos; a produção de alimentos saudáveis e seguros, acessíveis a todos; contributos para a resiliência alimentar das comunidades; desenvolvimento de outras atividades, nomeadamente educativas, culturais, terapêuticas, que contribuam para a coesão social e para a sustentabilidade económica e ambiental.]	<ul style="list-style-type: none"> - A lógica multifuncional é fundamental <ul style="list-style-type: none"> - Produção agrícola (própria da economia substantiva) - Soluções inovadoras, circuitos curtos, princípio da domesticidade, resiliência - Espaços de convívio, de sociabilização, terapêuticos, pedagógicos - Promoção do diálogo intercultural - Dinâmicas coletivas/associativas - Democracia direta
7. Em que medida valoriza o trabalho em rede e o	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho em rede (ex.: Rede Colaborativa do Mondego) - Articulação entre si para a produção

Entrevista a Rogério Roque Amaro¹	
¹ Economista, professor no ISCTE-IUL, especialista em Economia Social e Solidária	
estabelecimento de parcerias, em áreas como a investigação e a inovação, com os diferentes atores locais e com outras iniciativas de agricultura urbana? [considerar os seus contributos para o desenvolvimento comunitário, a coesão social e a sustentabilidade económica e ambiental.]	<ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento de vários produtores - Produtos conjuntos, de sítios diferentes (ex.: produto que contenha sal + ervas aromáticas + queijo + colaboração de <i>designer</i> para a embalagem) - Trabalho em parceria (trabalho em conjunto de entidades diferentes num mesmo território) - Conjugação de áreas de atuação que se complementam e reforçam (ex.. hortas nas escolas com envolvimento dos centros de saúde - Envolvimento de autarquias, serviços públicos, universidades
8. Como avalia o papel que as iniciativas de agricultura urbana e que os seus atores têm junto dos poderes públicos em temas relacionados com o planeamento urbano, o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos?	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia que envolva, por exemplo, o município para apoio e enquadramento - Relação com os poderes públicos deve ser trabalhada e desenvolvida em vários aspetos: <ul style="list-style-type: none"> - Enquadramento legal - Aspetos técnicos - Organização económica - Comercialização - Financiamento - É importante a pressão por parte das associações e dos cidadãos
9. Como podem as políticas públicas e os planos urbanísticos contribuir para a promoção da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento comunitário? [considerar o aumento dos espaços verdes através da conversão de terrenos livres e abandonados em espaços produtivos.]	<ul style="list-style-type: none"> - É importante contemplar a AU nos planos urbanos e nos seus vários instrumentos (PDM, PDU) - Definir formas de apoio - Não estar tudo pré-determinado - Planos devem definir orientações gerais - Planeamento deve ser flexível e participativo
10. Relativamente à gestão das iniciativas de agricultura urbana, vê vantagens na exploração dessas iniciativas por instituições locais, de Economia Social, garantindo a tomada conjunta de decisões, segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto? [considerar, para além da gestão da própria instituição, aspetos relacionados com as hortas como organização do espaço, produção, distribuição, realização de atividades.]	<ul style="list-style-type: none"> - Sim - Incluir e contemplar formas organizativas do tipo social/solidário
11. Conhece o conceito de Economia Solidária? Considera que os princípios e as práticas propostos pela Economia Solidária, aplicados a iniciativas de agricultura urbana, podem contribuir para uma maior relevância destas, na promoção da coesão social e da sustentabilidade económica e ambiental das cidades? [considerar aspetos como participação democrática, solidariedade, hibridação económica baseada na reciprocidade, mercado e redistribuição por contratualização com o Estado.]	<ul style="list-style-type: none"> - Sim - Contribuem para: <ul style="list-style-type: none"> - Dar consistência económica às relações com o mercado e comunidade - O reforço organizacional - Uma feição democrática mais explícita e mais organizada das iniciativas
12. Pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?	<ul style="list-style-type: none"> - Algumas sugestões de consulta: <ul style="list-style-type: none"> - Rede Portuguesa de Economia Solidária (RedPES) - Cooperativa Integral Minga – Montemor-o-Novo - Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo (ver projeto 'Refeição Km 0', uma refeição por mês, em restaurantes aderentes, com produtos locais) - Projeto 'Da Nossa Terra' - Penafiel

Entrevista a Jaime Ferreira¹	
¹ Engenheiro Agrónomo, Presidente da Direção da AGROBIO	
1. Qual a sua opinião sobre a agricultura urbana?	<ul style="list-style-type: none"> - Dirigida para a população urbana - Perceção sobre a origem e o valor dos alimentos - Aspectos formativos valorizados com a prática (conhecimento dos alimentos) - Necessidade de alimentos em qualidade - Aspectos terapêuticos - Fomenta o acesso aos espaços verdes, naturais, e à biodiversidade - Aspectos recreativos associados à produção de alimentos - Melhora a estrutura verde da cidade (água, biodiversidade) - Espaços da comunidade, do bairro, do prédio - Espaços de coesão
2. Quais são os casos de hortas urbanas que conhece? Pode falar um pouco dessas iniciativas, referindo aspetos históricos, funções e características dos utilizadores?	<ul style="list-style-type: none"> - AVAAL, enquanto projeto mais estruturado - Hortas de Telheiras - Referir como fundamental o envolvimento inicial das pessoas nessas iniciativas
3. Considerando dois modelos de hortas urbanas, um que privilegia os espaços comuns, partilhados por todos os utentes, e outro baseado na divisão e atribuição de talhões individuais, qual deles lhe parece apresentar mais vantagens sociais, económicas e ambientais?	<ul style="list-style-type: none"> - Devem ser espaços para a individualidade com cariz comunitário
4. Considera que no acesso às hortas urbanas deve ser dada prioridade às pessoas em risco de pobreza e de exclusão social? Que outros critérios devem ser considerados como prioritários? [considerar a existência de diferentes tipologias de horta para satisfação dos diferentes públicos]	<ul style="list-style-type: none"> - Prioridade a pessoas em situação de pobreza, com problemas de saúde, a projetos comunitários, a escolas, a instituições
5. Em que medida deve o agricultor urbano considerar na sua atividade não apenas os seus interesses particulares mas também os interesses sociais, económicos e ambientais da comunidade?	<ul style="list-style-type: none"> - Terreno é da cidade - Estabelecer conjunto de orientações que definam a importância do espaço - Apresentar, de início, às pessoas, um conjunto de princípios que torne claro que o espaço não é seu mas sim comunitário, de partilha
6. Que aspetos mais valoriza na agricultura urbana, enquanto atividade multifuncional? [considerar a promoção de circuitos alimentares curtos; a produção de alimentos saudáveis e seguros, acessíveis a todos; contributos para a resiliência alimentar das comunidades; desenvolvimento de outras atividades, nomeadamente educativas, culturais, terapêuticas, que contribuam para a coesão social e para a sustentabilidade económica e ambiental.]	<ul style="list-style-type: none"> - Primeira função: produção de alimentos saudáveis e resiliência alimentar - Devem sempre consideradas outras funções (terapêuticas, educativas)
7. Em que medida valoriza o trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias, em áreas como a investigação e a inovação, com os diferentes atores locais e com outras iniciativas de agricultura urbana? [considerar os seus contributos para o desenvolvimento comunitário, a coesão social e a sustentabilidade económica e ambiental.]	<ul style="list-style-type: none"> - Uma nova dimensão para as hortas é atingida com o trabalho em rede, o desenvolvimento, a partilha, a investigação
8. Como avalia o papel que as iniciativas de agricultura urbana e que os seus atores têm junto dos poderes públicos em temas relacionados com o planeamento	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar a importância de se melhorar o acesso à terra, a partilha de recursos e a criação de valor para a comunidade

Entrevista a Jaime Ferreira¹	
¹ Engenheiro Agrónomo, Presidente da Direção da AGROBIO	
urbano, o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos?	
9. Como podem as políticas públicas e os planos urbanísticos contribuir para a promoção da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento comunitário? [considerar o aumento dos espaços verdes através da conversão de terrenos livres e abandonados em espaços produtivos.]	<ul style="list-style-type: none"> - Não faz sentido separar a horta do jardim - Hortas devem estar integradas em jardins como espaços de lazer, contemplação e fruição - Reorganizar as hortas e fundir os espaços
10. Relativamente à gestão das iniciativas de agricultura urbana, vê vantagens na exploração dessas iniciativas por instituições locais, de Economia Social, garantindo a tomada conjunta de decisões, segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto? [considerar, para além da gestão da própria instituição, aspetos relacionados com as hortas como organização do espaço, produção, distribuição, realização de atividades.]	<ul style="list-style-type: none"> - Hortas devem ser espaços de afirmação da democracia participativa - Têm que sair das instituições públicas
11. Conhece o conceito de Economia Solidária? Considera que os princípios e as práticas propostos pela Economia Solidária, aplicados a iniciativas de agricultura urbana, podem contribuir para uma maior relevância destas, na promoção da coesão social e da sustentabilidade económica e ambiental das cidades? [considerar aspetos como participação democrática, solidariedade, hibridação económica baseada na reciprocidade, mercado e redistribuição por contratualização com o Estado.]	<ul style="list-style-type: none"> - São princípios importantes - Contribuem para a tomada de consciência do espaço e do seu valor - A troca e a reciprocidade são fundamentais - As juntas de freguesia devem ser envolvidas
12. Pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?	<ul style="list-style-type: none"> - Potencial da cidade de Lisboa para acolher muito mais hortas - Envolver mais as organizações - Ligar hortas aos jardins - Produzir alimentos a par com a fruição e o recreio - Um exemplo interessante: Hortas do Museu do Traje

Entrevista a Isabel de Maria Mourão ¹	
¹ Doutorada em Ciências Agrárias Professora Coordenadora da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima / Instituto Politécnico de Viana do Castelo	
1. Qual a sua opinião sobre a agricultura urbana?	- A AU, principalmente na forma de hortas urbanas podem ser consideradas como hortas sociais ou hortas de recreio, de uso individual, familiar ou comunitário e podem ter um papel importante para o bem-estar dos cidadãos; para a melhoria da alimentação e da saúde das populações; para a sensibilização ambiental (ex. reutilização e reciclagem de resíduos urbanos orgânicos); e para a conservação de recursos naturais e de ecossistemas no meio urbano. Podem ter fins pedagógicos, culturais e, simultaneamente, fins sociais, facultando trabalho e rendimento para grupos sociais mais desfavorecidos, diminuindo a pobreza e fomentando o empreendimento, nomeadamente junto de idosos, pessoas desempregadas ou sem-abrigo.
2. Quais são os casos de hortas urbanas que conhece? Pode falar um pouco dessas iniciativas, referindo aspetos históricos, funções e características dos utilizadores?	- Conheço várias hortas urbanas em Ponte de Lima, Porto, Braga, etc, mas destaco as hortas urbanas biológicas do Parque da Devesa de V. N. de Famalicão, que acompanhei recentemente através do trabalho desenvolvido por uma aluna do Mestrado em Agricultura Biológica – Marisa Moreira. As hortas urbanas do Parque da Devesa de V. N. de Famalicão, são um espaço integrado na área verde, mas de acesso reservado aos utilizadores. Um dos requisitos de atribuição dos talhões, para além da residência no concelho, foi a formação certificada em agricultura biológica de pelo menos 15 horas. Neste contexto, a participação foi de 247 formandos em 2013. No estudo realizado participaram 65 dos 133 utilizadores das hortas do Parque da Devesa que cultivam um talhão familiar, em 2014. Considerando esta amostra, 90,8% habitavam nas freguesias urbanas do concelho e 9,26 em freguesias fora do perímetro urbano, sendo 56,9% do sexo masculino, 30,8% na faixa etária 56-65 anos de idade, 23,1% de 36-45 anos, 16,9% de 46-55 anos, 15,4% com mais de 65 anos e 13,8% de 25-35 anos. Os utilizadores eram maioritariamente casados (72%), sendo o nível de escolaridade mais representativo entre o 12º ano ou formação superior (56,9%) e 45% tinham uma atividade profissional ativa.
3. Considerando dois modelos de hortas urbanas, um que privilegia os espaços comuns, partilhados por todos os utentes, e outro baseado na divisão e atribuição de talhões individuais, qual deles lhe parece apresentar mais vantagens sociais, económicas e ambientais?	- Penso que os talhões individuais de natureza familiar se adequam melhor aos objetivos.
4. Considera que no acesso às hortas urbanas deve ser dada prioridade às pessoas em risco de pobreza e de exclusão social? Que outros critérios devem ser considerados como prioritários? [considerar a existência de diferentes tipologias de horta para satisfação dos diferentes públicos]	- Depende da situação. O acesso às hortas para o público em geral, deveria ser uma possibilidade das cidades. Em cidades/bairros com problemas sociais/económicos, será pertinente dar prioridade a pessoas em risco de pobreza, ou de exclusão. a) Um exemplo de exclusão consta no trabalho em anexo: Magalhães, A.P., Mourão, I., Rodrigues, P., Brito, L.M., Moura, L. 2014. Horticultura biológica num centro de acolhimento temporário de pessoas sem-abrigo como estratégia de sustentabilidade na inserção social. Comunicação oral no V Congresso Internacional de Agroecologia e Agricultura Ecológica, 26-28 de Junho de 2014. Universidade de Vigo, Espanha. b) Um exemplo de pobreza consta no trabalho em anexo: Silva, M.L., Mourão, I., Jorge, L., Rodrigues, P., Rodrigues, J.R., Brito, L.M. 2015. Garden of Knowledge' - Strategic Project to Support Low Income Families, Braga, Pt. International Conference on Agriculture in an Urbanizing Society, Lazio Expo 2015, AgUrbRome, 14-17 September 2015. Rome, Italy. (http://www.agricultureinurbanizingsociety.com/) Este trabalho ganhou o 2º lugar no concurso AICARE - Italian Agency for Responsible and Ethical Countryside and Agriculture, para 'Revolutionary solutions for local food systems'.
5. Em que medida deve o agricultor urbano considerar na sua atividade não apenas os seus interesses particulares mas também os interesses sociais, económicos e ambientais da comunidade?	- Os interesses da comunidade só são percebidos pelo agricultor urbano, se houver um trabalho de motivação para essa realidade. Depende da dinâmica da gestão das hortas, caso exista.
6. Que aspetos mais valoriza na agricultura urbana, enquanto atividade multifuncional? [considerar a promoção de circuitos alimentares curtos; a produção de alimentos saudáveis]	- Valorizo: - A socialização, amizade e partilha que se estabelece entre os utentes destas hortas. - A produção de alimentos saudáveis e seguros, se forem produzidos em modo de produção biológico;

Entrevista a Isabel de Maria Mourão ¹	
¹ Doutorada em Ciências Agrárias Professora Coordenadora da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima / Instituto Politécnico de Viana do Castelo	
e seguros, acessíveis a todos; contributos para a resiliência alimentar das comunidades; desenvolvimento de outras atividades, nomeadamente educativas, culturais, terapêuticas, que contribuam para a coesão social e para a sustentabilidade económica e ambiental.]	- o desenvolvimento de outras atividades, nomeadamente educativas, culturais, terapêuticas, que contribuam para a coesão social e para a sustentabilidade económica e ambiental; - promoção de circuitos alimentares curtos; - contributos para a resiliência alimentar das comunidades.
7. Em que medida valoriza o trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias, em áreas como a investigação e a inovação, com os diferentes atores locais e com outras iniciativas de agricultura urbana? [considerar os seus contributos para o desenvolvimento comunitário, a coesão social e a sustentabilidade económica e ambiental.]	- Valorizo e procuro estabelecer essas parcerias com, por exemplo, CM, CVP.
8. Como avalia o papel que as iniciativas de agricultura urbana e que os seus atores têm junto dos poderes públicos em temas relacionados com o planeamento urbano, o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos?	- Este papel é reduzido mas está em crescimento.
9. Como podem as políticas públicas e os planos urbanísticos contribuir para a promoção da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento comunitário? [considerar o aumento dos espaços verdes através da conversão de terrenos livres e abandonados em espaços produtivos.]	- Este contributo pode ser muito grande e importante para o desenvolvimento das cidades no futuro que se pretendem “mais verdes” e que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
10. Relativamente à gestão das iniciativas de agricultura urbana, vê vantagens na exploração dessas iniciativas por instituições locais, de Economia Social, garantindo a tomada conjunta de decisões, segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto? [considerar, para além da gestão da própria instituição, aspetos relacionados com as hortas como organização do espaço, produção, distribuição, realização de atividades.]	- Sim, vejo vantagens na gestão destas iniciativas por instituições locais, de Economia Social.
11. Conhece o conceito de Economia Solidária? Considera que os princípios e as práticas propostos pela Economia Solidária, aplicados a iniciativas de agricultura urbana, podem contribuir para uma maior relevância destas, na promoção da coesão social e da sustentabilidade económica e ambiental das cidades? [considerar aspetos como participação democrática, solidariedade, hibridação económica baseada na	- Conheço o conceito de Economia Solidária, mas não o suficiente para contribuir nas questões aqui colocadas.

Entrevista a Isabel de Maria Mourão ¹	
	¹Doutorada em Ciências Agrárias Professora Coordenadora da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima / Instituto Politécnico de Viana do Castelo
reciprocidade, mercado e redistribuição por contratualização com o Estado.]	
12. Pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?	

Síntese comparativa das entrevistas a atores especialistas				
	Cecília Delgado (Políticas Públicas de Ordenamento Territorial, Agricultura Urbana e Periurbana e Inclusão Social)	Roque Amaro (Economia, Economia Social e Solidária, Associativismo)	Jaime Ferreira (Agronomia, Agricultura Biológica, Agricultura Social, Ambiente, Associativismo)	Isabel de Maria Mourão (Ciências Agrárias, Agricultura Urbana, Agricultura Biológica, Horticultura Social e Terapêutica)
Opinião sobre a agricultura urbana.	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito pouco esclarecido e difuso - Espaço de inovação, diferente da rural - Falta massa crítica para abordagem mais complexa 	<ul style="list-style-type: none"> - Variedade de funções - Experimentação de novas formas e ação coletiva - Visão substantiva da economia (integrada e enraizada na sociedade e na natureza e nas suas relações e vivências) - Lógicas e princípios da Economia Solidária 	<ul style="list-style-type: none"> - Perceção sobre a origem e o valor dos alimentos - Aspectos formativos - Necessidade de alimentos em qualidade - Aspectos terapêuticos - Acesso aos espaços verdes - Aspectos recreativos associados à produção de alimentos - Melhora a estrutura verde da cidade - Espaços da comunidade e de coesão 	<ul style="list-style-type: none"> - Papel importante para o bem-estar dos cidadãos, diminuição da pobreza e exclusão social, melhoria da alimentação e da saúde das populações; sensibilização ambiental, conservação de recursos naturais e de ecossistemas no meio urbano.
Opção entre espaços comuns ou talhões individuais, em termos de vantagens sociais, económicas e ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> - As hortas individuais funcionam melhor devido à falta de associativismo em Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> - O modelo coletivo, com expressão comunitária coletiva, enquanto espaços de convivialidade e interculturalidade - Não se deve fechar a porta aos modelos individuais e à coexistência com os coletivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Espaços para a individualidade com cariz comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> - Talhões individuais de natureza familiar adequam-se melhor aos objetivos.
Prioridade às pessoas em risco de pobreza e de exclusão social no acesso às hortas urbanas.	<ul style="list-style-type: none"> - O critério da proximidade é relevante - Facilitar o acesso a pessoas em risco de pobreza e de exclusão mas em miscigenação com outros utilizadores 	<ul style="list-style-type: none"> - Considerar um <i>cocktail</i> de critérios - Precedência é fundamental - Em espaços novos deve ser considerada alguma priorização: <ul style="list-style-type: none"> - Baixos rendimentos - Valorização de experiências associativas - Valorização do critério ambiental - Hortas acessíveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Prioridade a pessoas em situação de pobreza, com problemas de saúde, a projetos comunitários, a escolas, a instituições 	<ul style="list-style-type: none"> - O acesso às hortas para o público em geral, deveria ser uma possibilidade das cidades - Em cidades/bairros com problemas sociais/económicos, será pertinente dar prioridade a pessoas em risco de pobreza, ou de exclusão.
Conciliação dos interesses particulares dos horticultores com os interesses da comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Interesses ambientais, através das práticas - Interesses sociais, através de projetos com a comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Existem sempre interesses individuais - Considerar sempre os interesses coletivos (do grupo e da comunidade) 	<ul style="list-style-type: none"> - Terreno é da cidade - Definir importância do espaço - Tornar claro que o espaço não é individual mas sim comunitário, de partilha 	<ul style="list-style-type: none"> - Os interesses da comunidade só são percebidos pelo agricultor urbano, se houver um trabalho de motivação para essa realidade. Depende da dinâmica da gestão das hortas, caso exista.

Síntese comparativa das entrevistas a atores especialistas				
	Cecília Delgado (Políticas Públicas de Ordenamento Territorial, Agricultura Urbana e Periurbana e Inclusão Social)	Roque Amaro (Economia, Economia Social e Solidária, Associativismo)	Jaime Ferreira (Agronomia, Agricultura Biológica, Agricultura Social, Ambiente, Associativismo)	Isabel de Maria Mourão (Ciências Agrárias, Agricultura Urbana, Agricultura Biológica, Horticultura Social e Terapêutica)
Aspetos mais valorizados na agricultura urbana, enquanto atividade multifuncional.	<ul style="list-style-type: none"> - A produção está a ser excessivamente valorizada - Todas as funções devem ser valorizadas 	<ul style="list-style-type: none"> - A lógica multifuncional é fundamental - Produção agrícola (própria da economia substantiva) - Espaços de convívio, terapêuticos, pedagógicos <ul style="list-style-type: none"> - Promoção do diálogo intercultural - Dinâmicas coletivas/associativas 	<ul style="list-style-type: none"> - Primeira função: produção de alimentos saudáveis e resiliência alimentar - Devem ser sempre consideradas outras funções (terapêuticas, educativas) 	<ul style="list-style-type: none"> - Socialização, amizade e partilha - Alimentos saudáveis e seguros - Atividades educativas, culturais, terapêuticas, que contribuam para a coesão social e para a sustentabilidade económica e ambiental - Circuitos alimentares curtos - Resiliência alimentar das comunidades
Valorização do trabalho em rede e o estabelecimento de parcerias.	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamizar ao máximo - Criação de rede a nível nacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho em rede (articulação entre vários produtores para a produção) - Trabalho em parceria (trabalho em conjunto de entidades diferentes num mesmo território) - Envolvimento de autarquias, serviços públicos, universidades 	<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho em rede, o desenvolvimento, a partilha, a investigação dão nova dimensão à AU 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizo e procuro estabelecer essas parcerias
Papel dos atores da AU junto dos poderes públicos.	<ul style="list-style-type: none"> - Não existe - Não há estratégia para nova abordagem da agricultura urbana - A agricultura urbana é associada a iniciativas autárquicas de uso do espaço público - Não é vista como estratégia política de intervenção no espaço público 	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia que envolva, por exemplo, o município para apoio e enquadramento - Relação com os poderes públicos deve ser trabalhada e desenvolvida em vários aspetos - Pressão por parte das associações e dos cidadãos 	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar a importância de se melhorar o acesso à terra, a partilha de recursos e a criação de valor para a comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Este papel é reduzido mas está em crescimento.
Contributo das políticas públicas e dos planos urbanísticos para a promoção da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento comunitário.	<ul style="list-style-type: none"> - Associamos 'terreno' a posse - Falta vontade e consciência política - Faltam projetos emblemáticos que sirvam como réplicas 	<ul style="list-style-type: none"> - É importante contemplar a AU nos planos urbanos e nos seus vários instrumentos (PDM, PDU) - Planeamento deve ser flexível e participativo 	<ul style="list-style-type: none"> - Hortas devem estar integradas em jardins como espaços de lazer, contemplação e fruição 	<ul style="list-style-type: none"> - Muito grande e importante para o desenvolvimento das cidades no futuro que se pretendem "mais verdes" e que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
Vantagens na exploração das iniciativas de AU por instituições locais, de Economia Social, segundo os	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalece as iniciativas e permite estabelecer redes e capacidade de 	<ul style="list-style-type: none"> - Incluir e contemplar formas organizativas do tipo social/solidário 	<ul style="list-style-type: none"> - Hortas devem ser espaços de afirmação da democracia participativa 	<ul style="list-style-type: none"> - Sim, vejo vantagens na gestão destas iniciativas por instituições locais, de Economia Social.

Síntese comparativa das entrevistas a atores especialistas				
	Cecília Delgado (Políticas Públicas de Ordenamento Territorial, Agricultura Urbana e Periurbana e Inclusão Social)	Roque Amaro (Economia, Economia Social e Solidária, Associativismo)	Jaime Ferreira (Agronomia, Agricultura Biológica, Agricultura Social, Ambiente, Associativismo)	Isabel de Maria Mourão (Ciências Agrárias, Agricultura Urbana, Agricultura Biológica, Horticultura Social e Terapêutica)
princípios de gestão democrática.	diálogo com os políticos - Dinamiza a capacitação		- Têm que sair das instituições públicas	
Princípios e práticas propostas pela Economia Solidária em iniciativas de agricultura urbana.	- Sim, se a resposta partir das associações e redes e não da iniciativa individual	- Contribuem para: - Dar consistência económica às relações com o mercado e comunidade - O reforço organizacional - Uma feição democrática mais explícita e mais organizada das iniciativas	- Contribuem para a tomada de consciência do espaço e do seu valor - A troca e a reciprocidade são fundamentais - As juntas de freguesia devem ser envolvidas	- Conheço o conceito de Economia Solidária, mas não o suficiente para contribuir nas questões aqui colocadas.

ANEXO J – Análises de conteúdo e síntese comparativa das respostas às entrevistas realizadas a atores responsáveis pelas iniciativas

		Entrevista a Rita Folgosa¹	
		¹ Especialista em Geografia e Ordenamento do Território Coordenadora do Grupo de Trabalho para a Promoção da Agricultura Urbana na Cidade de Lisboa (CML)	
		Panorama da agricultura urbana no concelho de Lisboa	
		1. Sabe quantas hortas urbanas existem no concelho de Lisboa?	- Onze parques da CML - Hortas do património: Hortas dispersas em espaços cedidos/alugados
		2. Em seu entender, quais as principais funções das hortas urbanas de Lisboa?	- Ambientais, sociais e económicas
		3. Qual o perfil dos utilizadores das hortas urbanas?	- Dos 18 aos 92 anos - Muito diverso (estudantes, desempregados, reformados, profissões diversas)
		Relativamente à iniciativa pela qual é responsável	
		4. Quando teve lugar e de quem foi a iniciativa?	- Parque Hortícola do Vale de Chelas - Abertura em 2013 - Ainda não inaugurado - Processo demorado - Período de transição para requalificação das hortas informais/ilegais - Ações de formação durante esse período (incluindo pessoas oriundas das hortas informais) - Prioridade a essas pessoas na atribuição de talhões (120 iniciais, ficaram 93) - 217 talhões totalmente ocupados - 3 talhões atribuídos a instituições/entidades (Escola Damião de Góis, Colégio Valsassina e Clube de Futsal)
Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Dimensões	5. Qual é o destino dado à produção obtida? São promovidos os circuitos curtos de distribuição, o acesso a alimentos por parte de pessoas carenciadas e a resiliência alimentar da comunidade?	- Produção assegurada por pessoas da zona do parque - Autoconsumo
		6. São produzidos outros produtos ou prestados outros serviços, como reciclagem de materiais, atividades educativas, terapêuticas, culturais ou turísticas?	- Não
	Rendimento	7. É obtido algum rendimento (monetário) da atividade? Em caso afirmativo, sabe se esse rendimento é reinvestido na exploração?	- Não - Horticultores com mais tempo cultivam outros lotes a troco de produtos ou dinheiro
	Produção e distribuição	8. As condições do local, quanto às características edafoclimáticas (solo e clima) e à disponibilidade de água, bem como a tecnologia existente, como estufas ou sistemas de irrigação, são adequadas para produzir em quantidade e qualidade?	- Boas condições edafoclimáticas - Não são permitidas estufas, sistemas de irrigação e alfaia motorizadas
	Sustentabilidade	9. A iniciativa tem condições de sustentabilidade, considerando aspetos como a modalidade de posse ou usufruto da terra, o desenvolvimento de novos projetos e o seu financiamento?	- Sim
Projeto social	Coesão social	10. As hortas estão abertas à participação de pessoas com deficiência, em situação de	- Não

			Entrevista a Rita Folgosa¹
		exclusão social ou de pobreza? Existe alguma prioridade de acesso à terra por parte destes cidadãos?	
		11. A localização e o desenho da horta privilegiam espaços comuns de cultivo, garantem uma acessibilidade fácil a todas as pessoas e promovem as relações interpessoais dentro do espaço?	- As relações resultam da necessidade de partilha de espaços e equipamentos - Transmissão de conhecimentos entre horticultores
	Educação e capacitação	12. Existem programas para a capacitação dessas pessoas enquanto agricultores urbanos, capazes de gerar o seu próprio rendimento, de melhorar a sua autoestima e a integração na comunidade?	- Não
	Socialização	13. Os cidadãos que não tenham acesso à terra têm acesso às hortas? Isto é, as hortas estão abertas à comunidade, enquanto espaço de produção de alimentos saudáveis e seguros, de partilha de experiências e de interação social, contribuindo para a saúde dos cidadãos e para a coesão social?	- Não - Apenas podem visitar
		14. A iniciativa, através dos seus utentes, participa em eventos comunitários e na dinamização de projetos comunitários, em cooperação com outros atores e parceiros locais?	- Não (sim, em Telheiras)
Projeto cultural	Cultura e património	15. São utilizadas, ou pelo menos estimuladas, práticas e técnicas de cultivo em risco de extinção e/ou são produzidos alimentos regionais e étnicos, por exemplo, produzidos por emigrantes?	- Sim
Projeto ambiental	Sustentabilidade ambiental	16. Estão definidas medidas e são praticadas ações que contribuam para a sustentabilidade ambiental, como produção de energias renováveis, a gestão racional da água, nomeadamente das águas pluviais, a compostagem dos resíduos orgânicos produzidos na horta e/ou comunidade e a divulgação e realização de atividades que promovam a proteção do ambiente?	- Produção biológica - Poupança de água - Compostagem - Biodiversidade
Projeto social	Saúde e alimentação	17. Estão definidas medidas e são praticadas ações que garantam a qualidade e segurança alimentares, como a produção em modo biológico, a existência de um banco de sementes, bem como medidas de controlo e prevenção da poluição e contaminação dos solos, entre outras?	- Formação e fiscalização
Projeto de gestão	Gestão	18. Estão implementadas boas práticas de gestão, incluindo a elaboração de planos, a avaliação de resultados, a	- Não aplicável

		Entrevista a Rita Folgosa¹	
		elaboração de propostas de melhoria e a divulgação junto da comunidade?	
Projeto de conhecimento	Inovação, transferência de conhecimento, investigação	19. A partilha de conhecimento, o trabalho em rede, a investigação e a inovação são estimuladas e praticadas?	- Sim, pontualmente - Âmbito nacional e UE
Projeto político	Associativismo	20. As decisões relativas à gestão das hortas, como a organização do espaço, a produção, a distribuição e a realização de atividades, são tomadas segundo o princípio da gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto?	- Não
Projetos territorial e político	Território e políticas públicas	21. A iniciativa influencia, e/ou coopera com as instituições públicas em temas como o planeamento urbano, a conversão de terrenos livres e abandonados em espaços produtivos, o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos?	- Não
		Opinião sobre os problemas atuais e as perspetivas futuras da agricultura urbana em Lisboa.	
		22. Em sua opinião quais são os principais problemas com que se confrontam as hortas urbanas na atualidade?	- Aumento da procura - Necessidade de mais parques - Financiamento
		23. Que tipo de medidas considera na superação desses problemas? Em que medida podem os princípios e práticas da Economia Solidária dar um contributo?	- Construção de mais parques - Intenção política de construir mais 4 parques até 2017
		24. Vê vantagens na exploração das iniciativas de agricultura urbana por instituições locais, de Economia Social, segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto?	- Sim
		25. Como perspetiva a agricultura urbana do futuro?	- Um parque hortícola por freguesia
		26. Antes de concluirmos a entrevista, pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?	- Nada a referir

		Entrevista a Lourenço Roque¹	
		¹ Licenciado em Direito Mestrando em Gestão Presidente da Direção da AVAAL	
		Panorama da agricultura urbana no concelho de Lisboa	
		1. Sabe quantas hortas urbanas existem no concelho de Lisboa?	- Identifica 7 hortas
		2. Em seu entender, quais as principais funções das hortas urbanas de Lisboa?	- Funções terapêuticas, muitas vezes associadas a situações de aposentação e de desemprego - Subsistência
		3. Qual o perfil dos utilizadores das hortas urbanas?	- Grande diversidade de perfis - Pessoas com conhecimentos adquiridos na agricultura informal - Pessoas sem conhecimentos de agricultura mas que são mais letradas
		Relativamente à iniciativa pela qual é responsável	
Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Dimensões	4. Quando teve lugar e de quem foi a iniciativa?	- Iniciou-se com um projeto do Arq. Paisagista Jorge Cancela e posterior envolvimento do K' Cidade e de pessoas interessadas Projeto foi entregue na CML e, após alguma rejeição inicial, acabou por avançar - O PAAL foi inaugurado, passados 7 anos, em Maio de 2015
		5. Qual é o destino dado à produção obtida? São promovidos os circuitos curtos de distribuição, o acesso a alimentos por parte de pessoas carenciadas e a resiliência alimentar da comunidade?	- O primeiro objetivo é o autossustento - Há horticultores que vendem - Há um projeto para criar mercado no PAAL
Projeto económico	Produção e distribuição	6. São produzidos outros produtos ou prestados outros serviços, como reciclagem de materiais, atividades educativas, terapêuticas, culturais ou turísticas?	- Cursos de agricultura, formação sobre rega, etc. dirigidos prioritariamente a associados mas abertos a outros interessados - Trabalho voluntário por parte de associados para limpeza e manutenção dos espaços comuns - Atividades com escolas
	Rendimento	7. É obtido algum rendimento (monetário) da atividade? Em caso afirmativo, sabe se esse rendimento é reinvestido na exploração?	- Ainda não - Está projetado mercado em que parte do rendimento é para a AVAAL - Venda de fruta de árvores do parque, quando disponível
	Produção e distribuição	8. As condições do local, quanto às características edafoclimáticas (solo e clima) e à disponibilidade de água, bem como a tecnologia existente, como estufas ou sistemas de irrigação, são adequadas para produzir em quantidade e qualidade?	- As condições climáticas são boas - O solo é pobre, com pedras e restos de entulho - Existem problemas relacionados com a água que é escassa no Verão e, por vezes, falta nos depósitos - Existe uma pequena estufa que está muito subaproveitada
	Sustentabilidade	9. A iniciativa tem condições de sustentabilidade, considerando aspetos como a modalidade de posse ou usufruto da terra, o desenvolvimento de novos projetos e o seu financiamento?	- As hortas são sustentáveis - Os valores pagos pelos horticultores são baixos e devem ser revistos - A AVAAL tem vários projetos que garantem a sua sustentabilidade
Projeto social	Coesão social	10. As hortas estão abertas à participação de pessoas com deficiência, em situação de exclusão social ou de pobreza? Existe alguma prioridade de acesso à terra por parte destes cidadãos?	- Sim, em relação aos deficientes - Existem canteiros elevados para serem cultivados por deficientes - Não há critérios de prioridade para situações de exclusão e pobreza - Lista de espera de 50 associados
		11. A localização e o desenho da horta privilegiam espaços comuns de cultivo, garantem uma acessibilidade fácil a todas as	- A localização do parque é boa (na freguesia de S. Clara mas junto à do Lumiar) - Dentro do parque as pessoas tendem a isolar-se - Os caminhos facilitam a circulação

			Entrevista a Lourenço Roque¹
		<p>12. Existem programas para a capacitação dessas pessoas enquanto agricultores urbanos, capazes de gerar o seu próprio rendimento, de melhorar a sua autoestima e a integração na comunidade?</p>	<p>¹ Licenciado em Direito Mestrando em Gestão Presidente da Direção da AVAAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estão pensados espaços comuns para festas/convívio - Vai havendo alguma capacitação mas processo é lento - Há várias iniciativas da AVAAL a decorrer como a “Avós e Netos” e “Hortas nas Escolas” que envolvem horticultores voluntários
	Educação e capacitação	<p>13. Os cidadãos que não tenham acesso à terra têm acesso às hortas? Isto é, as hortas estão abertas à comunidade, enquanto espaço de produção de alimentos saudáveis e seguros, de partilha de experiências e de interação social, contribuindo para a saúde dos cidadãos e para a coesão social?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Abertas apenas para visitas
	Socialização	<p>14. A iniciativa, através dos seus utentes, participa em eventos comunitários e na dinamização de projetos comunitários, em cooperação com outros atores e parceiros locais?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sim, no “Urban Market”, onde a AVAAL vende produtos - Ideia é envolver horticultores - Foi organizado passeio às hortas de Lisboa
Projeto cultural	Cultura e património	<p>15. São utilizadas, ou pelo menos estimuladas, práticas e técnicas de cultivo em risco de extinção e/ou são produzidos alimentos regionais e étnicos, por exemplo, produzidos por emigrantes?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sim, por iniciativa das pessoas (ex.: milho, quiabos)
Projeto ambiental	Sustentabilidade ambiental	<p>16. Estão definidas medidas e são praticadas ações que contribuam para a sustentabilidade ambiental, como produção de energias renováveis, a gestão racional da água, nomeadamente das águas pluviais, a compostagem dos resíduos orgânicos produzidos na horta e/ou comunidade e a divulgação e realização de atividades que promovam a proteção do ambiente?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existem painéis solares nos candeeiros exteriores - A gestão da água tem provocado alguns atritos - A compostagem começou por se fazer corretamente mas atualmente é mal feita, com plásticos e pedras misturados com os resíduos vegetais - A gestão e manutenção do espaço precisa da iniciativa dos hortelãos, como voluntários, aproveitando a experiência e o trabalho de alguns profissionais -
Projeto social	Saúde e alimentação	<p>17. Estão definidas medidas e são praticadas ações que garantam a qualidade e segurança alimentares, como a produção em modo biológico, a existência de um banco de sementes, bem como medidas de controlo e prevenção da poluição e contaminação dos solos, entre outras?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A produção é biológica - Já foram feitas análises ao solo e à água - O controlo é para continuar
Projeto de gestão	Gestão	<p>18. Estão implementadas boas práticas de gestão, incluindo a elaboração de planos, a avaliação de resultados, a elaboração de propostas de melhoria e a divulgação junto da comunidade?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sim e existe a preocupação em gerir bem - Há mais exigência pelo facto da AVAAL ser associado da Associação Portuguesa do Ambiente e ter apresentado candidatura ao estatuto de utilidade pública - A associação presta contas através das assembleias
Projeto de conhecimento	Inovação, transferência de conhecimento, investigação	<p>19. A partilha de conhecimento, o trabalho em rede, a investigação e a inovação são estimuladas e praticadas?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Há trabalho com instituições da área e de fora como a SCML, Gulbenkian, EDP, Juntas de Freguesia e estava previsto um projeto com o IEFP que não se concretizou - Há um pedido de apoio de umas hortas em Campolide - A AVAAL é estudo de caso em boas práticas em horticultura comunitária num estudo da Universidade Nova de Lisboa
Projeto político	Associativismo	<p>20. As decisões relativas à gestão das hortas, como a organização do espaço, a produção, a distribuição</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Os assuntos que dizem respeito a todos e aos espaços comuns são discutidos em reuniões e as decisões tomadas por maioria (ex. reunião)

		Entrevista a Lourenço Roque¹	
		e a realização de atividades, são tomadas segundo o princípio da gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto?	<p>realizada em Abril para falar sobre a utilização da água)</p> <ul style="list-style-type: none"> - O nível de participação depende dos assuntos - As reuniões com os horticultores chegam a ter cerca de 90 participantes - As reuniões alargadas da AVAAL são pouco participadas, não ultrapassando 6 a 7 pessoas - Nas assembleias gerais da AVAAL estão presentes 60 a 70 associados (a última foi para apresentação do relatório e contas de 2015)
Projetos territorial político e	Território políticas públicas e	21. A iniciativa influencia, e/ou coopera com as instituições públicas em temas como o planeamento urbano, a conversão de terrenos livres e abandonados em espaços produtivos, o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos?	<ul style="list-style-type: none"> - Sim, com as juntas de freguesia de S. Clara e Lumiar (existe um pedido para a expansão das hortas) - Com a CML foi mais no início
		Opinião sobre os problemas atuais e as perspetivas futuras da agricultura urbana em Lisboa.	
		22. Em sua opinião quais são os principais problemas com que se confrontam as hortas urbanas na atualidade?	<ul style="list-style-type: none"> - Questão da poluição (os estudos existentes são contraditórios) - A existência de hortas ilegais prejudica a visão que se tem das hortas urbanas
		23. Que tipo de medidas considera na superação desses problemas? Em que medida podem os princípios e práticas da Economia Solidária dar um contributo?	- Capacitando as pessoas para participar na vida associativa e da comunidade, principalmente as que vêm de zonas excluídas
		24. Vê vantagens na exploração das iniciativas de agricultura urbana por instituições locais, de Economia Social, segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto?	<ul style="list-style-type: none"> - Sim, há vantagem - Outras responsabilidades das juntas de freguesia podem passar para a sociedade, para a responsabilidade das associações
		25. Como perspetiva a agricultura urbana do futuro?	<ul style="list-style-type: none"> - A agricultura tem todas as condições para crescer nos espaços urbanos, dado existir uma maior sensibilidade das pessoas - Envolvimento das juntas de freguesia e das escolas - Educar e sensibilizar as crianças para a agricultura com o envolvimento dos pais
		26. Antes de concluirmos a entrevista, pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?	- Nada a referir

		Entrevista a Júlio Teixeira¹	
		¹ Estudante de Biologia na FCUL, designer, formador e guardião da Horta do Baldio.	
		Panorama da agricultura urbana no concelho de Lisboa	
		1. Sabe quantas hortas urbanas existem no concelho de Lisboa?	- Entre 20 e 30
		2. Em seu entender, quais as principais funções das hortas urbanas de Lisboa?	- Produção de alimentos saudáveis, uma forma de <i>hobby</i> , funções terapêuticas
		3. Qual o perfil dos utilizadores das hortas urbanas?	- Existe grande diversidade de pessoas - Percentagem elevada de pessoas reformadas
		Relativamente à iniciativa pela qual é responsável	
Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Dimensões	4. Quando teve lugar e de quem foi a iniciativa?	- Surgiu em 2013, através de uma iniciativa da Culturgest, com fins artísticos - Envolveu muito trabalho voluntário
Projeto económico	Produção e distribuição	5. Qual é o destino dado à produção obtida? São promovidos os circuitos curtos de distribuição, o acesso a alimentos por parte de pessoas carenciadas e a resiliência alimentar da comunidade?	- Satisfação de necessidades individuais diversas - Cada pessoa é livre de colher, com responsabilidade, o alimento de que necessita
		6. São produzidos outros produtos ou prestados outros serviços, como reciclagem de materiais, atividades educativas, terapêuticas, culturais ou turísticas?	- Educação ambiental - Atividades com crianças e famílias - <i>Performances</i> artísticas
	Rendimento	7. E obtido algum rendimento (monetário) da atividade? Em caso afirmativo, sabe se esse rendimento é reinvestido na exploração?	- Algum rendimento obtido com a formação
	Produção e distribuição	8. As condições do local, quanto às características edafoclimáticas (solo e clima) e à disponibilidade de água, bem como a tecnologia existente, como estufas ou sistemas de irrigação, são adequadas para produzir em quantidade e qualidade?	- Sim, quanto às condições de solo e clima - Risco de contaminação do solo não confirmado por análises - Solo trabalhado com adição de matéria orgânica (permacultura)
		Sustentabilidade	9. A iniciativa tem condições de sustentabilidade, considerando aspetos como a modalidade de posse ou usufruto da terra, o desenvolvimento de novos projetos e o seu financiamento?
Projeto social	Coesão social	10. As hortas estão abertas à participação de pessoas com deficiência, em situação de exclusão social ou de pobreza? Existe alguma prioridade de acesso à terra por parte destes cidadãos?	- As hortas estão abertas a toda a gente - O acesso não é o mais adequado para deficientes
		11. A localização e o desenho da horta privilegiam espaços comuns de cultivo, garantem uma acessibilidade fácil a todas as pessoas e promovem as relações interpessoais dentro do espaço?	- Sim
	Educação e capacitação	12. Existem programas para a capacitação dessas pessoas enquanto agricultores urbanos, capazes de gerar o seu próprio rendimento, de melhorar a sua autoestima e a integração na comunidade?	- Não

		Entrevista a Júlio Teixeira¹	
		¹ Estudante de Biologia na FCUL, designer, formador e guardião da Horta do Baldio.	
	Socialização	13. Os cidadãos que não tenham acesso à terra têm acesso às hortas? Isto é, as hortas estão abertas à comunidade, enquanto espaço de produção de alimentos saudáveis e seguros, de partilha de experiências e de interação social, contribuindo para a saúde dos cidadãos e para a coesão social?	- Sim
		14. A iniciativa, através dos seus utentes, participa em eventos comunitários e na dinamização de projetos comunitários, em cooperação com outros atores e parceiros locais?	- Sim - Cooperação com outras hortas e projetos (por exemplo, Urban Grow e Horta da FCUL)
Projeto cultural	Cultura e património	15. São utilizadas, ou pelo menos estimuladas, práticas e técnicas de cultivo em risco de extinção e/ou são produzidos alimentos regionais e étnicos, por exemplo, produzidos por emigrantes?	- Sim
Projeto ambiental	Sustentabilidade ambiental	16. Estão definidas medidas e são praticadas ações que contribuam para a sustentabilidade ambiental, como produção de energias renováveis, a gestão racional da água, nomeadamente das águas pluviais, a compostagem dos resíduos orgânicos produzidos na horta e/ou comunidade e a divulgação e realização de atividades que promovam a proteção do ambiente?	- Feita compostagem - Recolha de águas pluviais (área de recolha reduzida)
Projeto social	Saúde e alimentação	17. Estão definidas medidas e são praticadas ações que garantam a qualidade e segurança alimentares, como a produção em modo biológico, a existência de um banco de sementes, bem como medidas de controlo e prevenção da poluição e contaminação dos solos, entre outras?	- Controlo da poluição através de plantas
Projeto de gestão	Gestão	18. Estão implementadas boas práticas de gestão, incluindo a elaboração de planos, a avaliação de resultados, a elaboração de propostas de melhoria e a divulgação junto da comunidade?	- Processo em construção - Está a ser avaliada a metodologia mais adequada às características da iniciativa
Projeto de conhecimento	Inovação, transferência de conhecimento, investigação	19. A partilha de conhecimento, o trabalho em rede, a investigação e a inovação são estimuladas e praticadas?	- Sim, com a FCUL
Projeto político	Associativismo	20. As decisões relativas à gestão das hortas, como a organização do espaço, a produção, a distribuição e a realização de atividades, são tomadas segundo o princípio da gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto?	- Está a ser trabalhado o conceito de 'sociocracia' (consentimento)
Projetos territorial e político	Território e políticas públicas	21. A iniciativa influencia, e/ou coopera com as instituições públicas em temas como o planeamento urbano, a conversão de terrenos livres e abandonados em espaços produtivos, o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos?	- Sim, mas não ao nível do território
		Opinião sobre os problemas atuais e as perspetivas futuras da agricultura urbana em Lisboa.	

	Entrevista a Júlio Teixeira¹
	¹ Estudante de Biologia na FCUL, designer, formador e guardião da Horta do Baldio.
22. Em sua opinião quais são os principais problemas com que se confrontam as hortas urbanas na atualidade?	- Posse da terra - Água - Apoio das entidades públicas a processos de construção e manutenção de hortas
23. Que tipo de medidas considera na superação desses problemas? Em que medida podem os princípios e práticas da Economia Solidária dar um contributo?	- 'Partilha justa' - Progresso sem crescimento - Educação, consciência, responsabilidade - Sinergias entre projetos
24. Vê vantagens na exploração das iniciativas de agricultura urbana por instituições locais, de Economia Social, segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto?	- Sim
25. Como perspectiva a agricultura urbana do futuro?	- Agricultura que alimente e ajude a limpar a cidade - Sociedade mais consciente
26. Antes de concluirmos a entrevista, pretende acrescentar alguma informação que considere pertinente?	- Evitar que as câmaras municipais se apropriem dos terrenos baldios

Síntese das entrevistas a atores responsáveis pelas iniciativas			
(Questões 22 a 26 - Problemas atuais e perspectivas futuras da agricultura urbana em Lisboa)			
	Rita Folgosa (CML – PHVC)	Laurenço Roque (PAAL)	Júlio Teixeira (HB)
Principais problemas com que se confrontam as hortas urbanas na atualidade	- Necessidade de mais parques - Financiamento	- Poluição - Hortas ilegais	- Posse da terra - Água - Apoio das entidades públicas
Tipo de medidas para a superação desses problemas e contributos dos princípios e práticas da Economia Solidária	- Construção de mais parques	- Capacitando as pessoas	- 'Partilha justa' - Progresso sem crescimento - Educação, consciência, responsabilidade - Sinergias entre projetos
Vantagens na exploração das iniciativas de agricultura urbana por instituições locais, de Economia Social.	- Sim	- Há vantagem - Responsabilidades das juntas de freguesia para as associações	- Sim
A agricultura urbana do futuro	- Um parque hortícola por freguesia	- Crescimento nos espaços urbanos - Envolvimento das juntas de freguesia e das escolas - Educar e sensibilizar as crianças	- Agricultura que alimente e ajude a limpar a cidade - Sociedade mais consciente
Informação pertinente a acrescentar	- Nada a referir	- Nada a referir	- Evitar que as câmaras municipais se apropriem dos terrenos baldios

ANEXO K – Análise das respostas aos inquéritos ministrados aos horticultores para avaliação das suas opiniões valores e crenças relativamente à Agricultura Urbana.

Crenças e valores dos utentes	Número de utentes (frequência)																			
	PHVC					PAAL					HB					Total				
	14					15					13					42				
	Disc tot	Disc	Não conc nem disc	Conc	Conc tot	Disc tot	Disc	Não conc nem disc	Conc	Conc tot	Disc tot	Disc	Não conc nem disc	Conc	Conc tot	Disc tot	Disc	Não conc nem disc	Conc	Conc tot
Nas hortas urbanas, os espaços comuns, partilhados por todos os utentes, têm mais vantagens sociais, económicas e ambientais do que a divisão em talhões individuais.	11	3				9	3	1	2				3	3	7	20	6	4	5	7
Todos os cidadãos podem candidatar-se à exploração de hortas urbanas mas deve ser dada prioridade às pessoas em risco de pobreza e/ou de exclusão social.		3	3	4	4	1	1	5	6	2		2	3	4	4	1	6	11	14	10
O agricultor urbano, enquanto ator privilegiado no acesso à terra, um bem escasso em meios urbanos, deve considerar na sua atividade, não apenas os seus interesses particulares mas também os interesses sociais, económicos e ambientais da comunidade.			2	10	2			3	7	5			5	8	0	0	5	22	15	
A agricultura urbana deve ter uma abordagem multifuncional, produzindo alimentos saudáveis e seguros, acessíveis a todos, e desenvolvendo outras atividades que contribuam para a resiliência alimentar das cidades, para a sua coesão social e económica e para a sua sustentabilidade ambiental.	2	1	5	6		1	2	5	7				5	8	2	2	7	16	15	
As iniciativas de agricultura urbana devem contribuir para o desenvolvimento comunitário estabelecendo parcerias e trabalho em rede com os diferentes atores locais e com outras iniciativas.		2	4	6	2	1	1	6	7				4	9	0	3	5	16	18	
As iniciativas de agricultura urbana devem desempenhar um papel ativo na cooperação com os poderes públicos em temas relacionados com o planeamento urbano, o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos.			2	6	6			5	9				3	10	0	0	2	14	25	
As políticas e os planos urbanísticos devem promover a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento comunitário, aumentando os espaços verdes através da conversão de terrenos livres e abandonados em espaços produtivos.			2	5	7			1	3	11			3	10	0	0	3	11	28	
Todas as decisões relativas à gestão das hortas (ex.: organização do espaço, produção, distribuição, atividades) devem ser tomadas em conjunto, segundo o princípio de gestão democrática em que cada pessoa conta um voto.	9		1	2	2			6	9			1	2	5	5	9	1	3	13	16

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

Total de inquiridos	Em percentagem																			
	PHVC					PAAL					HB					Média				
	14					15					13					42				
Crenças e valores dos utentes	Disc tot	Disc	Não conc nem disc	Conc	Conc tot	Disc tot	Disc	Não conc nem disc	Conc	Conc tot	Disc tot	Disc	Não conc nem disc	Conc	Conc tot	Disc tot	Disc	Não conc nem disc	Conc	Conc tot
Nas hortas urbanas, os espaços comuns, partilhados por todos os utentes, têm mais vantagens sociais, económicas e ambientais do que a divisão em talhões individuais.	79%	21%	0%	0%	0%	60%	20%	7%	13%	0%	0%	0%	23%	23%	54%	46%	14%	10%	12%	18%
Todos os cidadãos podem candidatar-se à exploração de hortas urbanas mas deve ser dada prioridade às pessoas em risco de pobreza e/ou de exclusão social.	0%	21%	21%	29%	29%	7%	7%	33%	40%	13%	0%	15%	23%	31%	31%	2%	14%	26%	33%	24%
O agricultor urbano, enquanto ator privilegiado no acesso à terra, um bem escasso em meios urbanos, deve considerar na sua atividade, não apenas os seus interesses particulares mas também os interesses sociais, económicos e ambientais da comunidade.	0%	0%	14%	71%	14%	0%	0%	20%	47%	33%	0%	0%	0%	38%	62%	0%	0%	11%	52%	36%
A agricultura urbana deve ter uma abordagem multifuncional, produzindo alimentos saudáveis e seguros, acessíveis a todos, e desenvolvendo outras atividades que contribuam para a resiliência alimentar das cidades, para a sua coesão social e económica e para a sua sustentabilidade ambiental.	14%	7%	36%	43%	0%	0%	7%	13%	33%	47%	0%	0%	0%	38%	62%	5%	5%	16%	38%	36%
As iniciativas de agricultura urbana devem contribuir para o desenvolvimento comunitário estabelecendo parcerias e trabalho em rede com os diferentes atores locais e com outras iniciativas.	0%	14%	29%	43%	14%	0%	7%	7%	40%	47%	0%	0%	0%	31%	69%	0%	7%	12%	38%	43%
As iniciativas de agricultura urbana devem desempenhar um papel ativo na cooperação com os poderes públicos em temas relacionados com o planeamento urbano, o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos.	0%	0%	14%	43%	43%	0%	0%	0%	33%	60%	0%	0%	0%	23%	77%	0%	0%	5%	33%	60%
As políticas e os planos urbanísticos devem promover a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento comunitário, aumentando os espaços verdes através da conversão de terrenos livres e abandonados em espaços produtivos.	0%	0%	14%	36%	50%	0%	0%	7%	20%	73%	0%	0%	0%	23%	77%	0%	0%	7%	26%	67%
Todas as decisões relativas à gestão das hortas (ex.: organização do espaço, produção, distribuição, atividades) devem ser tomadas em conjunto, segundo o princípio de gestão democrática em que cada pessoa conta um voto.	64%	0%	7%	14%	14%	0%	0%	0%	40%	60%	0%	8%	15%	38%	38%	21%	3%	8%	31%	38%

ANEXO L – Análise das respostas aos inquéritos ministrados aos horticultores para avaliação dos princípios e das práticas seguidas nas hortas.

Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Dimensões de análise	Princípios e práticas seguidas nas hortas onde pratica agricultura urbana	Número de utentes (frequência)												
			PHVC			PAAL			HB			Total			
			14	15	13	42									
Sim	Não	Desc.	Sim	Não	Desc.	Sim	Não	Desc.	Sim	Não	Desc.				
Projeto económico	Produção e distribuição	Os produtos hortícolas destinam-se ao autoconsumo por parte dos horticultores e dos seus agregados familiares	14			15			13			42	0	0	
		Os produtos hortícolas são vendidos em mercados locais, porta a porta ou em cabazes, dentro da comunidade.		14			13	2	5	7	1	5	34	3	
		Os produtos hortícolas são trocados entre os horticultores numa base de reciprocidade (entrajuda, dar e receber).	13	1		6	8	1	11	2			30	11	1
		Os produtos hortícolas são distribuídos às pessoas mais carenciadas da comunidade.	2	11	1	6	8	1	5	6	2	13	25	4	
		São produzidos outros produtos (ex.: pão, compotas) ou prestados outros serviços (ex: reciclagem de materiais, atividades educativas).		14		4	10	1	12		1	16	24	2	
		Existe tecnologia (ex.: sistemas de irrigação, estufas, máquinas) que contribui para melhorar a produção.		14		1	14		12		1	13	28	1	
	Rendimento	Os rendimentos eventualmente gerados são reinvestidos nas hortas e/ou na comunidade.		14		1	12	2	12	1		13	27	2	
Sustentabilidade	Existem perspetivas de ampliação das atuais hortas e/ou de desenvolvimento de novos projetos.	1	2	11	4	3	8	11	1	1	16	6	20		
Financiamento	Existem mecanismos de financiamento disponíveis.		14			15		6	5	2	6	34	2		
Projeto social	Coesão social	As hortas são acessíveis a pessoas com deficiência.	1	13		15			8	5		24	18	0	
Projeto ambiental	Poluição	Existe controlo da poluição, da contaminação dos solos e da segurança dos alimentos produzidos.	1	8	5	3	7	5	9	3	1	13	18	11	
	Energia	São produzidas energias renováveis (ex. solar, eólica).		14		15			13			15	27	0	
	Água	É feita uma gestão racional da água (ex. recolha e armazenamento de águas pluviais).	5	9		7	8		5	6	2	17	23	2	
	Resíduos	É feita a compostagem dos resíduos orgânicos produzidos nas hortas e/ou na comunidade.	14			12	3		12		1	38	3	1	
Projetos social e ambiental	Saúde e alimentação	O modo de produção é biológico (agricultura biológica).	14			14	1		12		1	40	1	1	
Projeto ambiental	Saúde e alimentação e sustentabilidade ambiental	Existe um banco para armazenamento e troca de sementes.		14			14	1	12		1	12	28	2	
	Educação ambiental	São feitas ações de divulgação ambiental e/ou realizadas atividades que promovam a sustentabilidade ambiental.		14		7	5	3	13			20	19	3	
Projeto de gestão	Planeamento	São elaborados planos para a produção e realização de atividades (ex: planos anuais).		14		1	12	2	12	1		13	27	2	
	Avaliação	São avaliados periodicamente os resultados atingidos e propostas melhorias.		14			13	2	12	1		12	28	2	
	Marketing	Existem programas de divulgação da iniciativa junto da comunidade.		14		7	5	3	13			20	19	3	
Projeto de conhecimento	Transferência de conhecimento	Existe partilha de conhecimento entre os utentes.	9	5		11	4		13			33	9	0	
	Transferência de conhecimento	Existe partilha de conhecimento com outras iniciativas, em Lisboa ou noutras localidades, com estabelecimentos de ensino ou outras instituições públicas e privadas.		14		1	12	2	13			14	26	2	
	Inovação	A introdução de procedimentos e técnicas inovadoras são analisados e discutidos entre todos os intervenientes na iniciativa.		14		1	12	2	12	1		13	27	2	
	Investigação	Os utentes colaboram ou já colaboraram na realização de trabalhos de investigação relacionados com a agricultura urbana.	1	13		2	10	3	8	1	4	11	24	7	
Projeto político	Associativismo	As decisões são tomadas segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto.		14		5	9	1	9	2	2	14	25	3	
	Políticas públicas	São desenvolvidas ações, em que todo(a)s podem participar, com vista a cooperar ou influenciar os poderes públicos em temas relacionados com a agricultura urbana, nomeadamente o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos.		12	2	5	6	4	11	1	1	16	19	7	

Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Dimensões de análise	Princípios e práticas seguidas nas hortas onde pratica agricultura urbana	% de utentes											
			PHVC			PAAL			HB			Média		
			14			15			13			42		
			Sim	Não	Desc.	Sim	Não	Desc.	Sim	Não	Desc.	Sim	Não	Desc.
Projeto económico	Produção e distribuição	Os produtos horticolas destinam-se ao autoconsumo por parte dos horticultores e dos seus agregados familiares	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%
		Os produtos horticolas são vendidos em mercados locais, porta a porta ou em cabazes, dentro da comunidade.	0%	100%	0%	0%	87%	13%	38%	54%	8%	13%	80%	7%
		Os produtos horticolas são trocados entre os horticultores numa base de reciprocidade (entreadajuda, dar e receber).	93%	7%	0%	40%	53%	7%	85%	15%	0%	72%	25%	2%
		Os produtos horticolas são distribuídos às pessoas mais carenciadas da comunidade.	14%	79%	7%	40%	53%	7%	38%	46%	15%	31%	59%	10%
		São produzidos outros produtos (ex.: pão, compotas) ou prestados outros serviços (ex.: reciclagem de materiais, atividades educativas).	0%	100%	0%	27%	67%	7%	92%	0%	8%	40%	56%	5%
		Existe tecnologia (ex.: sistemas de irrigação, estufas, máquinas) que contribui para melhorar a produção.	0%	100%	0%	7%	93%	0%	92%	0%	8%	33%	64%	3%
	Rendimento	Os rendimentos eventualmente gerados são reinvestidos nas hortas e/ou na comunidade.	0%	100%	0%	7%	80%	13%	92%	8%	0%	33%	63%	4%
	Sustentabilidade	Existem perspetivas de ampliação das atuais hortas e/ou de desenvolvimento de novos projetos.	7%	14%	79%	27%	20%	53%	85%	8%	8%	39%	14%	47%
	Financiamento	Existem mecanismos de financiamento disponíveis.	0%	100%	0%	0%	100%	0%	46%	38%	15%	15%	79%	5%
Projeto social	Coesão social	As hortas são acessíveis a pessoas com deficiência.	7%	93%	0%	100%	0%	0%	62%	38%	0%	56%	44%	0%
Projeto ambiental	Poluição	Existe controlo da poluição, da contaminação dos solos e da segurança dos alimentos produzidos.	7%	57%	36%	20%	47%	33%	69%	23%	8%	32%	42%	26%
	Energia	São produzidas energias renováveis (ex. solar, eólica).	0%	100%	0%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	33%	67%	0%
	Água	É feita uma gestão racional da água (ex. recolha e armazenamento de águas pluviais).	36%	64%	0%	47%	53%	0%	38%	46%	15%	40%	55%	5%
	Resíduos	É feita a compostagem dos resíduos orgânicos produzidos nas hortas e/ou na comunidade.	100%	0%	0%	80%	20%	0%	92%	0%	8%	91%	7%	3%
Projetos social e ambiental	Saúde e alimentação	O modo de produção é biológico (agricultura biológica).	100%	0%	0%	93%	7%	0%	92%	0%	8%	95%	2%	3%
Projeto ambiental	Saúde e alimentação e sustentabilidade ambiental	Existe um banco para armazenamento e troca de sementes.	0%	100%	0%	0%	93%	7%	92%	0%	8%	31%	64%	5%
	Educação ambiental	São feitas ações de divulgação ambiental e/ou realizadas atividades que promovam a sustentabilidade ambiental.	0%	100%	0%	47%	33%	20%	100%	0%	0%	49%	44%	7%
Projeto de gestão	Planeamento	São elaborados planos para a produção e realização de atividades (ex: planos anuais).	0%	100%	0%	7%	80%	13%	92%	8%	0%	33%	63%	4%
	Avaliação	São avaliados periodicamente os resultados atingidos e propostas melhorias.	0%	100%	0%	0%	87%	13%	92%	8%	0%	31%	65%	4%
	Marketing	Existem programas de divulgação da iniciativa junto da comunidade.	0%	100%	0%	47%	33%	20%	100%	0%	0%	49%	44%	7%
Projeto de conhecimento	Transferência de conhecimento	Existe partilha de conhecimento entre os utentes.	64%	36%	0%	73%	27%	0%	100%	0%	0%	79%	21%	0%
	Transferência de conhecimento	Existe partilha de conhecimento com outras iniciativas, em Lisboa ou noutras localidades, com estabelecimentos de ensino ou outras instituições públicas e privadas.	0%	100%	0%	7%	80%	13%	100%	0%	0%	36%	60%	4%
	Inovação	A introdução de procedimentos e técnicas inovadoras são analisados e discutidos entre todos os intervenientes na iniciativa.	0%	100%	0%	7%	80%	13%	92%	8%	0%	33%	63%	4%
	Investigação	Os utentes colaboram ou já colaboraram na realização de trabalhos de investigação relacionados com a agricultura urbana.	7%	93%	0%	13%	67%	20%	62%	8%	31%	27%	56%	17%
Projeto político	Associativismo	As decisões são tomadas segundo o princípio de gestão democrática, em que cada pessoa conta um voto.	0%	100%	0%	33%	60%	7%	69%	15%	15%	34%	58%	7%
	Políticas públicas	São desenvolvidas ações, em que todo(a)s podem participar, com vista a cooperar ou influenciar os poderes públicos em temas relacionados com a agricultura urbana, nomeadamente o acesso à terra e o direito a uma alimentação saudável para todos.	0%	86%	14%	33%	40%	27%	85%	8%	8%	39%	44%	16%

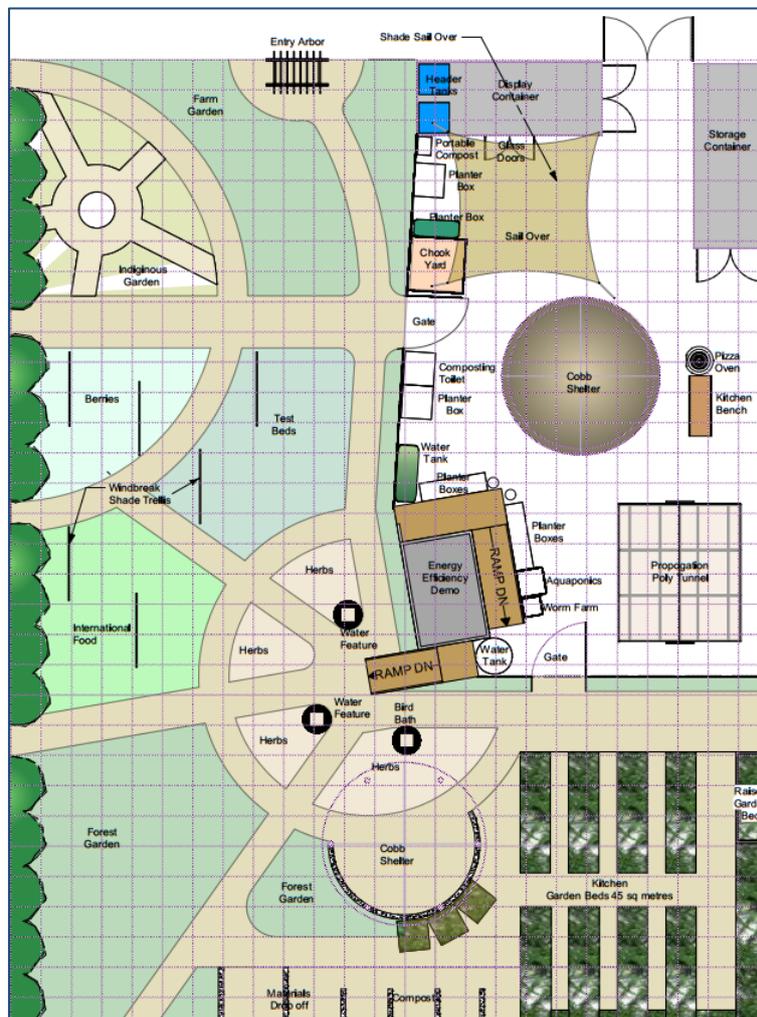
Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana. O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa.

Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Dimensões de análise	Total de inquiridos	Número de utentes (frequência)																				
			PHVC				PAAL				HB				Total								
			14				15				13				42								
Disc tot		Disc conc nem disc		Conc		Conc tot		Disc tot		Disc conc nem disc		Conc		Conc tot		Disc tot		Disc conc nem disc		Conc		Conc tot	
Projeto Económico	Produção e distribuição	A horta dispõe de condições climáticas, solo e disponibilidade de água adequadas para uma boa produção.	2	8	4			3	3	3	5			2	3	6	2	0	7	14	13	7	
	Sustentabilidade	A modalidade de posse ou usufruto da terra garante a sustentabilidade do projeto.		3	10	1		1	1	9	4	1	2	2	7	1	1	3	6	26	6		
Projeto social	Coesão social	Existem pessoas em situação de pobreza ou em risco de exclusão social que, de alguma forma, participam na iniciativa.	1	7	2	4		7	3	4	1		3	6	4		1	17	11	12	1		
	Coesão social	A iniciativa contribui para a coesão social e para as relações interpessoais.		1	7	6		1	3	5	6	1		4	8	1	1	4	16	20			
	Educação e capacitação	A iniciativa colabora na formação de pessoas em situação de pobreza, exclusão social ou com deficiência, capacitando-as para a prática da agricultura urbana.	7	6	1		6	6	1	1	1	1	1	7	4		14	13	8	6	1		
	Socialização	As pessoas da comunidade têm acesso às hortas e participam em atividades conjuntas com os horticultores.	8	5	1		5	5	2	3			1	10	2	13	10	3	14	2			
	Saúde e alimentação	A iniciativa contribui para a melhoria das condições de saúde da comunidade, através da produção de alimentos saudáveis.		1	6	7		1	4	2	8			3	7	3	0	1	8	15	18		
Projeto cultural	Cultura e património	São utilizadas práticas e técnicas em risco de extinção e/ou são produzidos alimentos regionais e étnicos (ex.: produzidos por emigrantes).	1		11	2	2	1	2	8	2		7	5	1	2	2	9	24	5			
Projeto de gestão	Gestão	São seguidas boas práticas de gestão, a nível individual e coletivo, que assegurem a sustentabilidade da iniciativa.	6	5	3		3	4	3	4	1		2	7	4	3	10	10	14	5			

Projetos da Economia Solidária da Macaronésia	Dimensões de análise	Total de inquiridos	% de utentes																					
			PHVC				PAAL				HB				Média									
			Disc tot		Disc conc nem disc		Conc		Conc tot		Disc tot		Disc conc nem disc		Conc		Conc tot		Disc tot		Disc conc nem disc		Conc	
Projeto Económico	Produção e distribuição	A horta dispõe de condições climáticas, solo e disponibilidade de água adequadas para uma boa produção.	0%	14%	57%	29%	0%	0%	20%	20%	20%	33%	0%	15%	23%	46%	15%	0%	17%	33%	32%	16%		
	Sustentabilidade	A modalidade de posse ou usufruto da terra garante a sustentabilidade do projeto.	0%	0%	21%	71%	7%	0%	7%	7%	60%	27%	8%	15%	15%	54%	8%	3%	7%	14%	62%	14%		
Projeto social	Coesão social	Existem pessoas em situação de pobreza ou em risco de exclusão social que, de alguma forma, participam na iniciativa.	7%	50%	14%	29%	0%	0%	47%	20%	27%	7%	0%	23%	46%	31%	0%	2%	40%	27%	29%	2%		
	Coesão social	A iniciativa contribui para a coesão social e para as relações interpessoais.	0%	0%	7%	50%	43%	0%	7%	20%	33%	40%	8%	0%	0%	31%	62%	3%	2%	9%	38%	48%		
	Educação e capacitação	A iniciativa colabora na formação de pessoas em situação de pobreza, exclusão social ou com deficiência, capacitando-as para a prática da agricultura urbana.	50%	43%	0%	7%	0%	40%	40%	7%	7%	7%	8%	8%	54%	31%	0%	33%	30%	20%	15%	2%		
	Socialização	As pessoas da comunidade têm acesso às hortas e participam em atividades conjuntas com os horticultores.	57%	36%	0%	7%	0%	33%	33%	13%	20%	0%	0%	0%	8%	77%	15%	30%	23%	7%	35%	5%		
	Saúde e alimentação	A iniciativa contribui para a melhoria das condições de saúde da comunidade, através da produção de alimentos saudáveis.	0%	0%	7%	43%	50%	0%	7%	27%	13%	53%	0%	0%	23%	54%	23%	0%	2%	19%	37%	42%		
Projeto cultural	Cultura e património	São utilizadas práticas e técnicas em risco de extinção e/ou são produzidos alimentos regionais e étnicos (ex.: produzidos por emigrantes).	0%	7%	0%	79%	14%	13%	7%	13%	53%	13%	0%	0%	54%	38%	8%	4%	5%	22%	57%	12%		
Projeto de gestão	Gestão	São seguidas boas práticas de gestão, a nível individual e coletivo, que assegurem a sustentabilidade da iniciativa.	0%	43%	36%	21%	0%	20%	27%	20%	27%	7%	0%	0%	15%	54%	31%	7%	23%	24%	34%	12%		

Informação adicional prestada pelos utentes	Número de utentes (frequência)			
	PHVC	PAAL	HB	Total
Aspetos positivos				
Vantagens da sociocracia no processo de tomada de decisões e resolução de problemas			2	2
Vantagens da permacultura em hortas urbanas			2	2
Aspetos negativos				
Resolução demorada dos problemas	1			1
Infração das práticas da agricultura biológica	2	1		3
Faltam WC	4			4
Espaços pouco cuidados (espaços comuns, talhões, hortas acessíveis)	4	4		8
Má qualidade do solo	3			3
Faltam sombras	3			3
Faltam árvores de fruto	3	2		5
Faltam sombras	2			2
Faltam espaços de convívio	2	1		3
Excesso de proibições e burocracia por parte da entidade responsável pela iniciativa	2	1		3
Falta a água com alguma frequência nos depósitos dos abrigos		2		2
Compostagem mal feita		9		9
Desinteresse da direção/entidade gestora pelo parque/hortas/horticultores		6		6
Hortas abandonadas (não é cumprido o regulamento quanto à substituição do horticultor)		8		8
Existência de favores na atribuição de talhões		3		3
Dificuldade de entendimento entre horticultores		2		2
Ausência de democracia		1		1
Deficiente informação/divulgação		2		2
Hortas atribuídas à direção estão abandonadas		2		2
Vandalismo		2		2
Pouca educação dos horticultores		1		1
Pouca partilha de conhecimentos		1		1
				78

ANEXO M – Plano Geral do projeto ‘Canberra City Farm’⁷⁶ na Austrália



⁷⁶ Urban Agriculture Australia (2012c)